



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo**

**Midiativismo e Coberturas Jornalísticas:
Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégias de
Contrapoder**

Thiago D'angelo Ribeiro Almeida

**João Pessoa
Junho / 2015**



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo**

**Midiativismo e Coberturas Jornalísticas:
Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégias de
Contrapoder**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração em Produção Jornalística, linha de pesquisa Práticas, Processos e Produtos.

Thiago D'angelo Ribeiro Almeida

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cardoso de Paiva

João Pessoa
Junho / 2015

A447m Almeida, Thiago D'angelo Ribeiro.
Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres,
movimento em rede e estratégias de contrapoder / Thiago
D'angelo Ribeiro Almeida.-- João Pessoa, 2015.
165f. : il.
Orientador: Claudio Cardoso de Paiva
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCTA
1. Jornalismo. 2. Produção jornalística. 3. Mídias livres.
4. Movimentos em rede.

UFPB/BC

CDU: 070(043)



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

A Dissertação de **Thiago D'angelo Ribeiro Almeida**, intitulada “Midiativismo e Coberturas Jornalísticas: Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégias de Contrapoder”, foi

APROVADO
COM DISTINÇÃO

Cláudio Cardoso de Paiva

Prof. Dr. Claudio Cardoso de Paiva (Orientador - UFPB)

FERNANDO FIRMINO DA SILVA

Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva (Membro Interno - UFPB)

Nadja de Moura Carvalho

Prof.ª Dr.ª Nadja de Moura Carvalho (Membro Externo – PPGC/ UFPB)

João Pessoa, 30 de abril de 2015.

Agradecimentos

A vida ensina que sozinhos, fazemos muito pouco e é com a ajuda das outras pessoas que conseguimos ir mais longe. Por isso, agradeço primeiramente à colaboração crucial da minha avó, Inalda Nepomuceno. Sem o apoio fundamental dela na minha formação, meu caminho seria bem mais difícil e talvez eu não tivesse chegado à pós-graduação. Nada pode recompensar o esforço que ela fez pra garantir que eu estudasse, por isso, devo tudo a ela.

Agradeço à minha esposa, Gilmara Tavares, que há anos me incentiva e me ajuda a conduzir todos os meus projetos de vida, dando força, inspiração e confiança.

Agradeço à minha família, meus pais, tios, primos e avô, por me apoiarem em tudo o que faço e por confiarem em mim sempre.

Meu agradecimento especial a meu tio Izulamar Nepomuceno e sua família, que abriram as portas da sua casa para me hospedar durante todo o período em que estive em João Pessoa. Tudo foi mais fácil com a ajuda deles.

Agradeço a Luiz Custódio da Silva pelo apoio em vários momentos da minha trajetória acadêmica.

Agradeço especialmente à professora Socorro Palitó, Chefe do DECOM da UEPB, que em tantos momentos facilitou minha jornada, flexibilizando meus horários de trabalho em momentos importantes nos quais precisei me dedicar mais intensamente à pesquisa.

Agradeço a Virginia Barreto por fornecer as luzes que conduziram a pesquisa ao que é hoje.

Agradeço a Claudio Paiva, que recebeu meu trabalho de braços abertos e mostrou alguns caminhos para o trabalho seguir.

Meus sinceros agradecimentos aos professores que aceitaram integrar a banca de defesa!

Aos intermináveis goles de cerveja e *riffs* de rock 'n' roll que inspiraram a produção deste trabalho.

RESUMO

A sociedade em vias de midiaticização está presenciando a construção de um cenário comunicacional heterogêneo, no qual os fluxos informacionais se multiplicam cada vez mais, com o auxílio da comunicação dos dispositivos portáteis, conexões móveis Wi-Fi, 3G, 4G e outras ferramentas digitais, como sites de redes sociais, transmissão em dados via *streaming* e plataformas colaborativas. Apropriando-se das potencialidades convergentes e interativas das tecnologias da informação e comunicação, os indivíduos protagonizam novas práticas midiáticas e, desta maneira, retensionam as relações de poder que atravessam o ecossistema midiático. Desta maneira, o jornalismo, que por décadas manteve sua hegemonia no monopólio da fala, tem algumas de suas funções reformuladas. As práticas do jornalismo corporativo passam a sofrer pressões das mídias de pequeno porte, que denominamos micromídias. Estas, por sua vez, ampliam o debate público com a inserção de estéticas, éticas, formatos e discursos alternativos que ora dialogam, ora cotejam as convenções do campo jornalístico. Os protestos de rua que se propagaram a partir de 2013 no Brasil, seguindo uma tendência mundial de movimentos em rede interconectados com tecnologias e ativismo presencial, forneceram visibilidade para as mídias livres, que se expandiram pelas redes e ruas com a proposta de fornecer perspectivas alternativas à “grande mídia”, a qual denominamos macromídia. Estas mídias, então, produtos da cibercultura e expressões de mídia ativista pós-massiva, passam a redirecionar fluxos informacionais – e de poder – com sua postura “faça você mesmo”, produzindo informações desligadas de interesses comerciais e conectadas com o midiativismo, que ora se contrapõe ao poder macromidiático, ora complementa ou é incorporado por suas produções. A Mídia NINJA emerge deste cenário que mescla ativismo ciber-presencial e disponibiliza bases para que possamos pensar os pontos de tensão e conexão entre as práticas de mídia livre e o jornalismo corporativo. Desta forma, nosso estudo se apoia em autores como Malini e Antoun (2013), Castells (1999; 2013), Gohn (2011; 2013), Lemos (2001; 2007; 2010), Kellner (2001; 2006) e outros pesquisadores que nos auxiliam a pensar como as mídias livres estão interagindo com o campo jornalístico e como, de fato, constituem-se espaços de interlocução, incorporação, estratégias de contrapoder e mediação dos conflitos entre o jornalismo corporativo e produções midialivristas. A pesquisa consta de entrevistas e referências empíricas que funcionarão como casos ilustrativos da discussão teórica, e têm por objetivo analisar as confluências e conflitos entre as mídias livres e o jornalismo corporativo para que, sob o prisma da conexão entre os movimentos sociais e as tecnologias digitais, possamos refletir a respeito das tensões na sociedade midiaticizada.

Palavras-chave: Jornalismo, Mídias livres, Movimentos em Rede.

ABSTRACT

The society in mediatization ways is witnessing the construction of a heterogeneous communication scenario, in which information flows are increasing more and more with the aid of portable communications devices, mobile connections Wi-Fi 3G, 4G and other digital tools such as social networking sites, data transmission via streaming and collaborative platforms. Appropriating convergent and interactive potential of information and communication technologies, individuals star in new media practices and in this way re-tension power relations that cross the media ecosystem. Thus, journalism, which for decades has maintained its hegemony in the monopoly of speech, has some of its reformulated functions. Corporate journalism practices are under pressure of small media, we call micromedias. These, in turn, broaden the public debate with the inclusion of aesthetics, ethical, shapes and alternative discourses which sometimes dialogue, sometimes confronting the conventions of journalistic field. The street protests that have spread from 2013 in Brazil, following a global trend networked movements interconnected with technologies and face activism, provide visibility to the free media, which expanded the networks and streets with the proposal to provide alternative perspectives the big media, we call macromedia. So these media, that are cyberculture products and expressions of post-mass media activist, come to redirect information flows - and power - with its stance "do it yourself", producing information off of commercial interests and connected with media activism, at times is opposed to macromediatic power, at other times complements or is incorporated by its productions. The NINJA Media emerges from this scenario that combines cyber-face activism and provides bases for us to think the points of tension and connection between the free media practices and corporate journalism. Thus, our study is based on authors such as Malini and Antoun (2013), Castells (1999; 2013), Gohn (2011; 2013), Lemos (2001; 2007; 2010), Kellner (2001; 2006) and other researchers help us to think like the free media are interacting with the journalistic field and how, in fact, constitute spaces of dialogue, development, counter-strategies and mediation of conflicts between corporate journalism and free media productions. The research includes interviews and empirical references that act as illustrative cases of theoretical discussion, and have to analyze the confluences and conflicts between free media and corporate journalism that, in the light of the connection between social movements and digital technologies we can reflect on the tensions in the mediatized society.

Keywords: Journalism, Free Medias, Networked Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo 1

Figura 1 – Manifestantes paulistas encaram barreira policial em protesto de junho de 2013.	19
Figura 2 – Polícia de São Paulo em repressão a manifestantes	25
Figura 3 – Postagem do colunista Reinaldo Azevedo no site da Veja	27

Capítulo 2

Figura 4 – Datena realiza pesquisa ao vivo, no Brasil Urgente da Band	64
---	----

Capítulo 3

Figura 5 – Socorristas atendendo manifestante ferido com estilhaço de bomba de efeito moral	101
Figura 6 – Página da NINJA no TwitCasting. Cobertura do protesto de 30.06.2013, no Rio de Janeiro	103
Figura 7 – Página da NINJA no Facebook. Post com links de transmissão do protesto de 15.10.2013	108
Figura 8 – Ação da polícia é registrada por vários indivíduos em manifestação	114
Figura 9 – Montagem com duas notas emitidas pelo perfil oficial da PMERJ Twitter.....	117
Figura 10 – No vídeo superior esquerdo de publicação do G1, é possível ver Bruno Teles em cima da barreira, pouco antes da explosão do primeiro coquetel molotovs .	118
Figura 11 – Página “Rede Esgoto de Televisão” publicou esta foto em post da NINJA no Facebook, que aponta o lugar onde Bruno estava quando da primeira explosão	121
Figura 12 – Veja SP: Dois dias após o incidente, ainda acusa manifestantes em legenda	126
Figura 13 – “Se fosse no Brasil, seriam ‘vândalos’. Engraçado.”, questiona a seguidora da Folha.....	130
Figura 14 – Postagem da Folha no Facebook. Grifados, alguns comentários do público	131
Figura 15 – Coletivo questiona a abordagem da mídia com fotografias e chama cobertura comercial de “farsa”	135
Figura 16 – Legenda do Yahoo dá veredicto sem apuração: foram os manifestantes	136
Figura 17 – Record News em transmissão ao vivo do alto de um edifício	141
Figura 18 – Imagem da transmissão da NINJA no início do protesto de 30.06.2013	144
Figura 19 – No início: linha de frente do protesto de 30.06.2013	145
Figura 20 – “Falsa democracia”. Enquanto corre, repórter NINJA filma as ruas do Rio	147
Figura 21 – NINJA registra momento de diálogo entre manifestantes e policiais	149
Figura 22 – Quadrinho de André Dahmer: as diferentes coberturas jornalísticas	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – Mídia e Movimentos em Rede: Tecendo o Pano de Fundo	 17
1.1 #VemPraRua! Exemplos no mundo, reflexos no Brasil	18
1.2 Articulações políticas em rede: os movimentos sociais contemporâneos	32
1.3 Por que mídia livre?	44
1.4 Macromídia e micromídia: tecendo definições iniciais	52
 CAPÍTULO 2 – Protagonismo, Mídias Livres e Poder: Tensões Sobre o Jornalismo	 58
2.1 Espetáculo e relações de poder	59
2.2 As rupturas da sociedade midiaticizada	65
2.3 O jornalismo em fase de ressignificação	72
2.4 Mídias livres: mecanismos de enfrentamento e contrapoder	81
2.4.1 “Faça você mesmo” <i>high-tech</i> : tecnologias e protagonismo midiático	88
 CAPÍTULO 3 – Analisando as Disputas e Diálogos entre Macromídia e Micromídia	 97
3.1 Nós medialivristas: percepções sobre as mídias ativistas pós-massivas	98
3.2 Bruno Teles: mídias livres, jornalismo e mobilização virtual	115
3.3 Tensões entre redes e jornalismo no incidente do Fusca em chamas	124
3.4 NINJA e <i>Live Streaming</i> : construindo uma nova categoria jornalística?	138
 CONSIDERAÇÕES	 154
 REFERÊNCIAS	 158

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade vivencia um turbilhão de mudanças que podem afetar os rumos da humanidade. De fato, as transformações provocadas pela midiatização da sociedade estão redefinindo as práticas culturais, sociais, o trabalho, a produção e o consumo. O jornalismo, por sua vez, “uma das profissões mais vulneráveis a tais mudanças” (TARGINO, 2009, p. 11), encontra-se no ponto de tensão destes processos, sofrendo pressões que levam à configuração de um novo *ethos*, mais aberto à participação, colaboração, influência do público, que interage com os conteúdos a partir das suas estruturas em fluxos horizontais, reticulares, interconectados.

Paralelamente às reformulações dos modelos de mercado que a grande mídia, (*macromídia*) encara atualmente, há a expansão de expressões midiáticas de pequeno porte (*micromídias*) que, alternativamente aos grandes meios, produzem informações de forma não industrial e, em muitos casos, sem fins lucrativos, livres de pressões corporativas e interesses mercadológicos. As mídias livres se propõem a fazer um jornalismo ativista, que mesmo à margem do *mainstream*, busca ter poder de decisão e exercer voz ativa no debate público a respeito dos temas controlados pela macromídia.

Logo, os movimentos sociais estão sendo reinventados a partir dos novos modelos de comunicação autônoma, como destaca Castells (2013), e além de utilizarem as tecnologias digitais e a internet para informarem sobre suas ações, reformulam suas estratégias e agenciamentos. Por seu turno, o midialivrismo – ou ativismo midiático – é potencializado com as tecnologias e incrementa sua busca pela expansão da liberdade de expressão e a efetiva democratização informacional, que tende a enfrentar as oligarquias midiáticas (RAMONET, 2012) e o cenário de concentração no qual a macromídia se faz hegemônica.

No Brasil, a partir de junho de 2013, as multidões foram às ruas em catarse para unir-se contra as mazelas sociais, políticas, econômicas e culturais que afligem o país, por meio de uma rede de protestos que integra a nova onda de rebeldia mundial, uma expressão coletiva e internacional contra as disfunções, injustiças e desigualdades do sistema político-econômico.

Diante desta teia de movimentos que ocupou as redes e as ruas do país, adquiriu visibilidade o coletivo de mídia livre Mídia NINJA¹ (sigla para Narrativas Independentes,

¹ Inicialmente apresentada como Narrativas Integradas Jornalismo e Ação pelo portal do Fora do Eixo em sua descrição sobre a Mídia Livre, esta mídia trata-se de um projeto “estruturado através de 6 plataformas de diferentes abordagens e linguagens multimídia, ainda que complementares” com o objetivo de funcionarem como uma agência de comunicação livre. As seis plataformas são “Overmundo, site de jornalismo colaborativo; Pós TV, canal com streamings de diversos conteúdos; Meme, frente responsável pela produção e articulação fotográfica e de peças gráficas; DF5, que produz e distribui conteúdo audiovisual; o TNB, site que conecta

Jornalismo e Ação), que levou às telas dos computadores e celulares de centenas de milhares de internautas, narrativas *in loco* das ações diretas que ocorriam nas ruas das cidades brasileiras, mesclando experiências presenciais e virtuais, abrindo espaços de interlocução com o público, que em alguns momentos se assume como colaborador, em outros, como um replicador das produções a partir de sites de redes sociais. A NINJA, expoente máximo das novas mídias ativistas pós-massivas, deu ampla visibilidade e combustível para a propagação de expressões midiáticas similares pelo país.

Os repórteres NINJA se misturaram às aglomerações e interagiram com os acontecimentos, como narradores-personagens. Assim, instigaram-nos a estudá-las, pois estimulam o deslocamento dos padrões de registro jornalístico, suas estruturas narrativas, cognitivas, éticas, estéticas, organizacionais. Considerando a riqueza do debate que pode ser realizado a respeito destas práticas midiáticas alternativas, a NINJA constitui nosso objeto de estudo, como uma modalidade de mídia livre.

Partimos das ações midiativistas para investigar os processos culturais, ou seja, o estilo das narrativas, as formas cognitivas, éticas, estéticas dos midialivristas, as estruturas produtivas, as táticas utilizadas para construir e publicizar suas informações, buscando verificar as consequências geradas pelo enfrentamento ao jornalismo corporativo.

De fato, ideologicamente ligada à contracultura das décadas 1950-70, a ações como a iniciativa do *Independent Media Center* (IMC) norte-americano², representado no Brasil como Centro de Mídia Independente e em outras centenas de países, além do movimento zapatista mexicano e atuações que seguem uma lógica do “faça você mesmo”, semelhante à ideologia punk disseminada nos anos 1970, a NINJA e a ecologia das micromídias ativistas pós-massivas ampliaram as vias para estas expressões de midiativismo, que se espalharam pelo país, através da criação de diversos coletivos de mídia livre ou de ações isoladas de ativistas que assumiram posturas protagonistas para registrar os fenômenos sociais e distribuir suas produções pela Rede.

As mídias livres (sem pressões institucionais, comerciais, mercadológicas) têm demonstrado a legitimidade dos modelos alternativos de produção de informação, e suas ações têm contribuído para a superação do questionamento acerca da sua natureza jornalística. Desta forma, ampliam ainda mais seu espectro no debate público a partir dos usos das tecnologias digitais e as potencialidades do ciberespaço para fins de ativismo.

artistas a produtores e eventos do país todo; além da frente de Redes, sistema de distribuição de conteúdo online”. In: Portal Fora do Eixo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qgsjyk8>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

² Ver TARGINO, Maria das Graças. *Jornalismo cidadão: informa ou deforma?*. Brasília: Ibict: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mottoll>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

Estas mídias ativistas pós-massivas podem ser compreendidas como uma evolução dos meios alternativos analógicos, atrelados aos suportes físicos (papel, cartaz, muro) e equipamentos audiovisuais (rádios comunitárias, videodocumentários, produções musicais *underground* etc.). A partir de suas perspectivas e parcialidades, as mídias ativistas tradicionais buscaram subverter as lógicas massivas de produção-distribuição de informação, questionando os enquadramentos macromidiáticos, propondo olhares diferenciados sobre as realidades, alterando os fluxos informacionais e driblando os poderes hegemônicos.

As novas mídias livres - ao se utilizarem das tecnologias digitais, como produtos da cultura da participação, autonomia, convergência, colaboração - constituem novos usos radicais da comunicação. Atuam em favor da democracia, subvertem os valores estabelecidos, as narrativas midiáticas oficiais, corporativas e demais instituições do Estado. Mesclam ativismo midiático e ativismo político, experiências presenciais e *ciber*, provocando pontos de tensão e capilaridade com o jornalismo corporativo.

O jornalismo é uma instância de poder e de produção de sentido perante a opinião pública, que possui relações imbricadas com os poderes estabelecidos, os quais lhe financiam e agem para que seus interesses sejam preservados com a manutenção do *status quo*.

Desta forma, além de gerar novas opções de informação para os e-leitores, o contrassenso provocado pelas mídias ativistas, com suas narrativas e produções distribuídas em rede, permite a incrementação do debate público a respeito das pautas que são do interesse das esferas pública, política e midiática, e ainda dá pistas para reformulações possíveis no jornalismo convencional. Este, por sua vez, abre-se aos poucos às inovações tecnológicas e incorpora cada vez mais as produções desenvolvidas por cidadãos e coletivos midiáticos, como demonstraremos em nossa análise.

Com este estudo, pretendemos discutir as questões que envolvem as metamorfoses sociotécnicas da midiatização, as tecnologias e reconfigurações que estas provocam no jornalismo, nas relações de poder, nos fluxos informacionais e nos movimentos sociais – que se reinventam, são potencializados pela cibercultura, recondicionam pautas tradicionais e mobilizam novas ações em rede.

Damos destaque para o ativismo *ad hoc*, característico da sociedade em rede, da fluidez das relações interconectadas, desmaterializadas através de dispositivos móveis e sites como Facebook e Twitter, que contribuíram sobremaneira para a efetivação das revoluções do Oriente Médio, das revoltas espanholas, norte-americanas, egípcias, brasileiras. Pretendemos analisar as narrativas das mídias livres, que vêm construindo seus próprios meios de produção-distribuição, como agentes imersivos de reocupação das ruas, cidades e sua

influência para o jornalismo, que em sua nova geração, encontra-se cada vez mais enclausurado em suas redações e distante do acontecimento *in loco*.

Logo, no primeiro capítulo, abordamos os efeitos das transformações midiáticas no contexto das articulações populares em torno de mobilizações coletivas. Debates a respeito da reconfiguração dos movimentos sociais tradicionais a partir das tecnologias digitais e novos contextos políticos, avaliando o contexto global, marcado por intensas ondas de revoltas. Com isso, associamos o contexto internacional às Jornadas de Junho e discutimos como este conjunto de eventos contribuiu para o fortalecimento de articulações políticas e de redes de ativismos diversos, dentre os quais se encontra o midiativismo.

Devido à dificuldade de nomear as novas expressões midiáticas ativistas, que se apresentam como meios híbridos, convergentes, multimídia, trazemos no primeiro capítulo a discussão sobre as múltiplas denominações que as práticas midiativistas recebem. Posicionamo-nos nesta discussão, de forma a facilitar a condução do trabalho e a compreensão das manifestações que estamos estudando, as mídias livres.

Além disso, buscamos estabelecer uma definição para os meios de comunicação em geral, objetos de várias nomenclaturas, não só relacionadas às suas posturas éticas ou posicionamentos políticos (como no caso de mídia tradicional e mídia ativista, por exemplo), mas em relação ao seu raio de atuação e lógicas produtivas. Procuramos igualmente superar a dissonância cognitiva e os conflitos semânticos que possam gerar interpretações equivocadas das formas e sentidos dos processos midiáticos. Desta maneira, propusemos a definição de macromídia e micromídia, para evitar um grande número de terminologias e lapidar melhor a concepção das ferramentas que estamos estudando.

Já no segundo capítulo, discutimos a relação entre a midiatização, os fluxos de poder, o impacto das tecnologias no ecossistema midiático e a reconfiguração da *práxis* jornalística a partir destas transformações, que incluem dispositivos portáteis, redes sociais interligadas através de sites, as novas relações do público empoderado com as instâncias de mediação e como tudo isso influencia para um novo paradigma sociotécnico contemporâneo.

Ainda neste capítulo, refletimos como as novas articulações políticas promovem uma redinamização das esferas (pública, política e midiática), construindo novas possibilidades de participação, debate público e enfrentamento dos poderes estabelecidos. Justificamos a breve incursão sobre o debate que envolve o espetáculo pela importância de frisar, na nossa construção teórica, o impacto deste recurso mercadológico adotado pela macromídia para garantir audiência na cobertura dos protestos. Demonstramos, assim, como a espetacularização consiste em uma estratégia mobilizadora de poder e sentido.

A partir da discussão sobre as mídias livres, traçamos um breve histórico das expressões midiáticas ativistas, para apresentarmos as novas mídias ativistas pós-massivas, em um contexto de refluxo das indignações e pautas políticas, que resultam em modos contra-hegemônicos de produzir informações sem fins lucrativos. Tudo isso converge em um conjunto de práticas que contribuem para uma disputa pela democratização da informação e liberdade de expressão, fatores imprescindíveis para a construção de uma democracia mais justa e igualitária.

No terceiro momento do texto, desenvolvemos as análises de algumas coberturas realizadas pelas mídias livres, a fim de avaliarmos a importância dos processos culturais subjacentes às expressões midiáticas, associando-as ao contexto da midiatização, dos novos movimentos sociais e ao jornalismo.

Havia alguns incidentes dentro do material que coletamos dos protestos que poderiam ser abordados para ilustrar muito bem nossa discussão, mas para tornar o texto mais objetivo e pelas próprias dificuldades encontradas no percurso da elaboração do trabalho, apresentamos apenas três situações distintas que envolvem mídias livres, protestos de rua e jornalismo corporativo para que possamos explorar a discussão com referenciais empíricos relevantes: o caso do estudante Bruno e a acusação de porte de explosivos em protesto do Rio, em julho de 2013; o incidente do Fusca em chamas em São Paulo, em janeiro de 2014; a cobertura em tempo real via *live streaming* da NINJA no protesto de 30 de junho de 2013. Outros casos podem ser resgatados em textos posteriores.

Em alguns momentos, percorrendo campos mais descritivos, outras vezes mais analíticos e incisivos, nossos caminhos metodológicos têm por finalidade dar visibilidade às turbulências do ecossistema midiático, desnudando a complexidade dos seus fenômenos e expondo mais claramente as suas problemáticas. Para isso, esclarecemos de antemão que este é um trabalho predominantemente teórico e os casos empíricos apresentados têm o objetivo de ilustrar o construto conceitual.

A nossa intenção, com isso, é que possamos tornar mais robusta a discussão a respeito destas práticas, que ora possuem características vanguardistas, ora mesclam experiências historicamente consagradas em outros contextos (como na discussão sobre contracultura e o punk dos anos 70). Queremos dizer que entendemos que a construção de um alicerce teórico é importante para a melhor compreensão dos fenômenos que nos propomos a estudar. Acreditamos, assim, que é neste sentido que nosso trabalho adquire relevância.

Além destes elementos, trouxemos também entrevistas realizadas com midialivristas que integraram a Mídia NINJA nos momentos de seu maior destaque, em 2013, e que em seus

relatos, nos forneceram uma impressão mais clara do posicionamento politizado e subjetivo dos midialivristas, seus mecanismos de produção, detalhes das suas transmissões etc.

As entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, elaboramos um roteiro para conduzir as conversas, mas não ficamos totalmente presos a este instrumento, tendo ido além das questões inicialmente colocadas para os entrevistados, de acordo com a exposição dos seus relatos. Seguindo a proposta de Pierre Bourdieu para a transcrição de entrevistas, fizemos o possível para transpor a conversa para o texto de forma a sermos fidedignos às pausas, os sentimentos e gestos dos falantes.

A vantagem de utilizar este recurso metodológico é a liberdade que o pesquisador pode dar ao seu interlocutor, para que este fique à vontade no momento de sua fala e, além disso, poder direcionar a conversa a partir de algumas interferências que sejam necessárias. As entrevistas foram conduzidas oralmente e a sua captação foi realizada em março de 2014, quando ambos visitaram Campina Grande para participação no Encontro da Nova Consciência, evento no qual fizeram falas a respeito da prática midiativista nos protestos de rua.

Por tudo isso, nosso estudo emerge de um *corpus* que contém o diálogo do referencial teórico e empírico, fornecendo pistas para a resolução da seguinte problemática: Como as mídias livres estão interagindo com o campo jornalístico e como, de fato, constituem-se espaços de interlocução, incorporação, estratégias de contrapoder e mediação dos conflitos entre o jornalismo corporativo e produções midialivristas?

Buscando problematizar tais inquietações, nosso objetivo geral é analisar as confluências e conflitos entre as mídias livres e o jornalismo corporativo para que, sob o prisma da conexão entre os movimentos sociais e as tecnologias digitais, possamos refletir a respeito das tensões na sociedade midiaticizada.

Metodologicamente, para organizar os procedimentos de avaliação, nos empenhamos em: a) investigar como o ativismo das mídias livres contribui para uma construção colaborativa do debate público, reverberando nas práticas jornalísticas corporativas e exercendo contrapoder ao produzir contrainformação; b) examinar como a cobertura em tempo real da Mídia NINJA colabora para o cenário de mutações no campo jornalístico e nos permite perceber os tensionamentos entre mídia ativista pós-massiva e mídia corporativa, indicando assim novos horizontes para a prática profissional.

Orientam o nosso estudo as formulações teóricas de autores como Manuel Castells (1999; 2013), Fábio Malini e Henrique Antoun (2013), Maria da Glória Gohn (2011; 2013), André Lemos (2001; 2007; 2010), Douglas Kellner (2001; 2006) e uma ecologia de

pensamento que enseja discussões sobre cibercultura, poder, espetacularização, midiaticização, refinando o domínio das teorias do jornalismo. Tais formulações contribuem para nossa reflexão que contempla um objeto em curso e em permanente mutação, e busca desembaraçar os fios da teia complexa que é a discussão sobre as mídias e a *práxis* jornalística na contemporaneidade.

#CAPÍTULO I

Mídia e Movimentos em Rede: Tecendo o Pano de Fundo



“Faça você mesmo a sua máscara de Guy Fawkes”. Fonte: Reprodução

1.1 - #VemPraRua! Exemplos no mundo, reflexos no Brasil

Em um momento ímpar no qual fronteiras do espaço e tempo são desafiadas pelas lógicas informacionais em fluxo das redes telemáticas e a “hipermobilidade” (SANTAELLA, 2007) se constata como fruto da interconexão de aparelhos portáteis e redes móveis, o Brasil ainda enfrenta problemas relativos à mobilidade urbana. O crescimento desordenado das megalópoles, o trânsito caótico e as péssimas condições do transporte público são características não só dos grandes centros urbanos, mas também das cidades de médio e pequeno porte.

A busca por qualidade nos serviços de transporte público urbano foi, portanto, a ferida aberta que acirrou os ânimos da população indignada com os serviços públicos precários, a corrupção e uma infinidade de mazelas, como a inoperância do Estado, altos impostos, tarifas e abuso de força policial. A explosão da cólera social aconteceu após o anúncio do aumento das tarifas de transporte público coletivo, em várias cidades e as notícias de repressão e truculência policial na macromídias e nas micromídias³.

Multidões foram às ruas para protestar contra os inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos, e junho de 2013 foi o auge das manifestações, iniciadas timidamente, com as ações do Movimento Passe Livre, no Sudeste do país. Pessoas se reuniram virtualmente em sites de redes sociais da internet, como o Facebook e ocuparam as ruas e praças públicas em centenas de milhares. Marco Aurélio Nogueira (2013), em *As Ruas e a Democracia*, afirma que:

Questionou-se o sistema vivo, aquele que se mostra na conduta dos políticos, dos partidos e dos governantes, na falta de ideias generosas com que dar um sentido de futuro à sociedade, na facilidade com que se permite o enriquecimento de certos atores e a disseminação de ilícitos de todo tipo (NOGUEIRA, 2013, p. 20).

Aparelhos portáteis, como *smartphones*, câmeras digitais e conexões móveis foram utilizados como instrumentos para organizar, registrar, conduzir e divulgar as mobilizações de maneira endógena, como muitas vezes a mídia comercial não conseguiu ou não se propôs a fazer, como veremos posteriormente.

Neste momento histórico, que “não evidenciou um ciclo revolucionário, mas anunciou uma nova dialética política” (NOGUEIRA, 2013, p. 53), o país viu as multidões escreverem nas ruas a história da democracia brasileira, com suas mãos, corpos, vozes,

³ Detalharemos mais sobre estes termos ao final deste capítulo.

hashtags, cartazes, indignação e solidariedade. E assim como em outros movimentos ocorridos em vários países do mundo, os indivíduos se organizaram em rede, com o auxílio da internet e das tecnologias móveis, recusando verticalismos, hierarquizações, lideranças, partidos políticos.

Figura 1 - Manifestantes paulistas encaram barreira policial em protesto de junho de 2013



Foto: Filipe Araújo, Estadão. Fonte: Portal Estadão

As manifestações se espalharam pelo país nos meses seguintes e continuaram, mesmo em menor intensidade, como nos eventos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e os altos gastos com este megaespectáculo. Como afirma Gohn (2013) em *Sociologia dos Movimentos Sociais*, estas manifestações foram – e são – espaços de aprendizagem, que através da edificação de uma nova cultura política, colaboram para a formação de uma sociedade moderna e tolerante, adversa à ignorância e ao preconceito.

Apostamos na ideia de que os protestos não são capazes por si só de transformarem rapidamente uma população frágil em termos de consciência política e informada por uma mídia extremamente comprometida com interesses de classes dominantes, e que em vários momentos contribui para a desqualificação da cultura política democrática (LIMA, 2013). Entretanto, seus frutos podem ser colhidos pelos analistas, sendo a academia uma importante fonte de conhecimento a respeito das mobilizações e os efeitos que estas podem gerar não só

na política do Brasil, mas também na cultura midiática, na qual as dinâmicas de poder são geralmente comprometidas com as minorias econômicas.

Por outro lado, estes eventos criam laços que contribuem para que as redes rebeldes reflitam e façam refletir coletivamente sobre a importância da organização para o aprimoramento da democracia. Ou como Chomsky (2013) destaca:

E a organização tem suas consequências: você descobre que não está sozinho, que outras pessoas pensam as mesmas coisas que você. Você pode embasar melhor suas opiniões e aprender mais sobre aquilo que pensa e em que acredita (CHOMSKY, 2013, p. 42).

O autor se refere aos movimentos informais que eclodiram a partir de 1960, como o movimento feminista, mas podemos incorporar sua colocação para o contexto atual, pois como ele afirma, quando indivíduos saem da frente da televisão para construir os movimentos sociais contemporâneos, podemos acreditar que a ordem estabelecida corre um potencial risco. Ou, como discute Toro (2013), a organização e a associação entre os setores populares podem ser responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade democrática, libertando os cidadãos da sombra do paternalismo, tão presente nas realidades da América Latina.

Para adiantar a discussão, convém entender as mobilizações em torno do mundo e suas intersecções. Em 15 de maio de 2014, quase um ano após o conjunto de eventos denominado Jornadas de Junho⁴, aconteceram protestos contra a Copa do Mundo no Brasil e os custos com as obras dos estádios, agregando as cidades-sede do campeonato, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Belo Horizonte e outras. Greves e mobilizações de várias classes, incluindo professores, garis, motoristas de transporte público, trabalhadores sem terra, sem-teto e outros engrossaram a rede de protestos, que novamente veio a demonstrar a força dos segmentos sociais contra o Estado incompetente e truculento.

15M, como foi denominada a mobilização integrada nas cidades-sede da Copa e outros locais do Brasil, é não coincidentemente uma referência ao Movimento 15M da Espanha, ocorrido em 2011 e também classificado pela mídia como Indignados, fenômeno estudado por Javier Toret⁵ (2013). Esta ligação não se faz gratuitamente e explicita uma conexão das revoltas populares que ocorrem no país desde 2013 com a nova onda mundial de

⁴ Para saber mais sobre o conjunto de eventos denominado Jornadas de Junho, ver SOUSA, Cidival Morais de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em : <<http://tinyurl.com/loxqsep>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

⁵ Ver Javier Toret (2013): *Tecnopolítica: La potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbot867>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

marchas, ocupações e manifestações que questionam as condições econômicas, políticas e sociais de países dos vários continentes⁶.

Tomaremos alguns exemplos mundiais para melhor ilustrar a relação sugerida logo acima. Na Tunísia, em 2011, a ditadura de Ben Ali, que se sustentava desde 1987, foi derrubada pela revolução popular cujo estopim foi o suicídio do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo em dezembro de 2010. Sua autoimolação foi filmada e divulgada na internet. Este ato extremo de protesto contra suas péssimas condições de trabalho foi o combustível que conduziu a população tunisiana ao enfrentamento do regime autoritário, opressor e corrupto. Também foram divulgados vídeos de protestos e da violência policial, convocando as pessoas a irem às ruas contra o governo provisório de Ghanouchi, instalado após a saída de Ben Ali.

O WikiLeaks⁷ teve participação no processo, ao divulgar documentos que expuseram práticas fraudulentas do clã dos Trabelsi, família da segunda esposa de Ali. Além de derrubar o regime ditatorial, a revolução tunisiana conseguiu promover a realização de eleições livres em 21 de outubro de 2011, das quais saiu eleito um partido islamita moderno instalado em uma estrutura política democrática.

A insurreição tunisiana brotou da autoimolação de Bouazizi, mas o ato obteve o devido alcance e relevância nacional através da circulação do vídeo deste ato no ciberespaço. Dois anos antes, na Islândia, uma crise financeira gerada pela especulação bancária fincada em fraudes mobilizou a população daquele país a forçar a renúncia do governo e elaborar uma nova Constituição.

Após circular na internet o vídeo do cantor Hordur Torason em frente ao Parlamento islandês, cantando e tocando guitarra em um ato simbólico contra as mazelas provocadas pelos banqueiros e políticos do país, milhares de pessoas passaram a protestar e dar forma à chamada Revolução das Panelas. A internet, novamente, agregou os revoltosos contra o governo. Um novo governo foi eleito, em fevereiro de 2009, e se comprometeu a resolver a crise, e ainda promoveu a construção de uma nova Constituição desenvolvida em um processo

⁶ Matéria publicada no portal da Carta Capital faz um importante diagnóstico da aproximação entre os movimentos brasileiros e estrangeiros. Cf. “Os protestos do Brasil dialogam com as revoltas globais”. In: Portal Carta Capital. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n7cetsh>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

⁷ Organização sem fins lucrativos fundada em 2006, que parte de uma filosofia *hacker* em defesa a liberdade de informação para dedicar-se a travar uma batalha “tanto política quanto tecnológica” (ASSANGE et al., 2013), publicando documentos secretos que revelem a má conduta de empresas, instituições e governos. O WikiLeaks se tornou uma das maiores referências contemporâneas da luta contra a vigilância, a espionagem e outros crimes e abusos dos Estados. Mais em: <<http://tinyurl.com/lu475v8>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

participativo que envolveu a colaboração dos cidadãos via ciberespaço, em uma espécie de *crowdsourcing*⁸.

No Egito, hibridações de experiências presenciais e virtuais também conduziram uma grande luta que destronou o último faraó, envolvendo protestos contra pobreza, machismo, e outras inúmeras violências. A revolução de 25 de janeiro se inspirou na mobilização da Tunísia e também foi composta por vídeos de suicídios, convocações via redes e ocupações dos espaços físicos das praças, como a Tahrir – Praça da Liberdade. O faraó Mubarak renunciou por não suportar os efeitos do poder que as redes multimodais de comunicação autônoma adquiriram (CASTELLS, 2013).

A Primavera Árabe, como ficou conhecida a onda de levantes populares daquela região, desestabilizou as estruturas político-econômicas conservadoras no Oriente-Médio, em países como Síria, Iraque, Líbia, Marrocos. Em todos estes exemplos, as ferramentas digitais e as redes de mídia social, mesmo sob rígido controle estatal, restrições de conexão e censura, tomaram formas de instrumentos canalizadores das revoltas.

Outros exemplos, como Occupy Wall Street e os Indignados espanhóis também intercambiaram experiências físico-virtuais, ativismo em redes telemáticas e ocupações da esfera pública, mesclaram comunicação via sites de redes sociais e celulares com espaços presenciais de aglomeração e deliberação, em ocupações nos centros das cidades. Estes eventos são classificados por Castells⁹ como *wikirrevoluções*, com características comuns nos diversos lugares onde ocorreram: auto-organização, autogerenciamento, horizontalidade, deslegitimação de estruturas tradicionais, como partidos políticos e lideranças formais.

Estes movimentos são, assim, novos tipos de movimento democrático que reconstróem a esfera pública e estimulam o desenvolvimento de formas de autogoverno (CASTELLS, 2013, p. 177) por parte dos cidadãos insatisfeitos com as condições de vida do mundo contemporâneo. Pressionados por fatores como as crises econômicas, desigualdades sociais e políticas, corrupção e violência, estes sujeitos fazem uso da cultura da liberdade e mobilidade característica da sociedade em rede. Colocam, de fato, as tecnologias a seu favor para construir novas formas de rebeldia, em um ambiente favorecido pela *cultura da*

⁸ Processo colaborativo no qual contribuições de diversos indivíduos dão forma a um produto único, que pode ser uma pesquisa, um produto qualquer ou um documento. O *crowdsourcing* pode ocorrer *online* e *off-line* e, através de uma atuação em rede, o público participante do processo interage e dá forma ao resultado final do produto. É uma maneira horizontal, distribuída e democrática de construção de conhecimento que, atualmente, vem ocorrendo através da Internet.

⁹ Entrevista concedida pelo pesquisador a Jordi Rovira e publicada originalmente no portal da Universitat Oberta de Catalunya, sendo reproduzida no site Observatório da Imprensa. Cf. “A era das wikirrevoluções”, 08.03.2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q5h2mnb>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

autonomia, “a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, op. cit., p. 167).

Diz respeito às multidões inteligentes, ou *smart mobs* discutidas por Howard Rheingold (2002). A multidão consiste em um grande corpo de indivíduos que, apesar de possuírem diferenças em seus modos de expressão, apropriam-se dos afetos ativos e adquirem com isso a capacidade de mobilização, como atesta Bittencourt (2009). “Formando um grande corpo político, a multidão efetiva os resultados planejados por meio de sua sólida união” (BITTENCOURT, 2009, p. 109).

As *smart mobs* são multidões interconectadas através das tecnologias da informação e comunicação, que se unem por meio de pontos de identificação comum, como a indignação e a solidariedade, construindo redes híbridas que se originam no ciberespaço através da computação *peer-to-peer* e ocupam as ruas. Estas aglomerações ciber-presenciais utilizam dispositivos portáteis e conexões móveis para registrar e ampliar a mobilização por meio da internet.

No seu estudo, Rheingold traz o exemplo dos protestos de 2001 contra o presidente Joseph Estrada, nas Filipinas. Mensagens de texto, ou SMS, circularam pelos telefones celulares da população, convocando milhões para as ruas. Todos os demais movimentos que citamos utilizam as TICs para mobilizar, registrar e discutir as ações das ruas, tendo sites de redes sociais e *smartphones* como importantes instrumentos de empoderamento.

Nos casos brasileiros, assim como nos supracitados, o Facebook teve papel relevante no agendamento, espalhamento de orientações e registros, além de fornecer espaço para reflexões sobre os eventos. Twitter e YouTube, e outros produtos da comunicação P2P ocuparam os lugares dos tradicionais panfletos e megafones, aproximando o Brasil dos contextos internacionais de revoltas midiaticizadas, movimentos em rede interligados por elementos da cibercultura e suas ferramentas.

Gohn (2013) também relata estas novas levadas de atos de rebeldia, destacando a importância da internet e as tecnologias digitais como estruturas canalizadoras da insatisfação popular, destacando as novas formas de protesto transnacionais. Além disso, a autora discute a importância de Maio de 1968, quando manifestações de estudantes na França se irradiaram para vários locais da Europa e compartilharam, com mobilizações na América Latina, Estados Unidos e outros lugares, um sentimento de revolta contra os valores e instituições da sociedade do século XX.

A autora faz questão de destacar que Maio de 1968 “foi uma grande revolução cultural nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e

antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida” (GOHN, 2013, p. 86). Há semelhanças que ela demonstra daqueles movimentos contraculturais, antidisciplinares, com as novas ondas de revoltas que se propagam pelo mundo e que segundo o sociólogo americano Michael Burawoy refletem uma era de exclusão, sendo então “uma das reações à terceira onda do capitalismo”¹⁰.

Uma questão que consideramos importante é que a mídia¹¹ está no centro de todos os processos sócio-político-culturais da contemporaneidade, ou seja, assim como a geração de operários, camponeses, estudantes, artistas, pensadores, ambientalistas etc. de 1968 se encontrava através da televisão e, simultaneamente protestava nos Estados Unidos contra o preconceito racial, contra a guerra do Vietnã e os regimes disciplinares, a favor da igualdade de gênero e melhorias de condições estudantis ou trabalhistas na França, ou ainda contra os regimes militares na América do Sul, a geração atual se conecta através da internet e das tecnologias digitais para se encontrar e debater, se organizar para questionar as estruturas do sistema sócio-político-econômico, registrar os atos, divulgar as iniciativas e as pautas.

Aliás, como afirma Gohn (2013), as redes sociais interativas de hoje fazem o papel que os noticiários da TV fizeram naquele período, quando a mídia dava seus passos mais largos rumo à globalização. Com efeito, a mídia, desde meados do século XX, esteve presente na articulação entre os movimentos de revolta contra a sociedade capitalista moderna, sendo um veículo condutor da indignação e espaço de identificação entre os rebeldes do mundo, como em 1968, ou um ambiente no qual todas as redes de movimentos se encontram virtualmente e se mobilizam em prol de mudanças, tal qual os movimentos contemporâneos estão fazendo a partir da midiaticização.

No Brasil, as redes de protestos se espalharam pelo país como uma reação explosiva de sentidos e emoções, tal qual uma catarse, instigada pela resposta truculenta do Estado, por meio da Polícia e pela mídia convencional¹², que buscaram diminuir, por meio da repressão física ou verbal, a importância dos motivos que levavam os revoltosos às ruas. Inicialmente

¹⁰ Cf. “Sociólogo vê reflexo de era da exclusão em movimentos”. In: Folha de S. Paulo, 09.10.2011, p. A18. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mgvqxdm>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

¹¹ De acordo com Mazetti (2008), a mídia pode ser entendida tanto como o *aparato técnico* que viabiliza a comunicação e troca de informações, ou seja, como um meio, quanto como a *cultura mediada* com a ajuda das tecnologias de produção e distribuição de informação e comunicação – a cultura da mídia debatida por Douglas Kellner. No caso acima, estamos nos referindo à mídia como esta segunda concepção, o ambiente no qual processos simbólicos convergem e moldam, a partir de inúmeras mesclas, uma cultura específica, que é uma confluência de variadas culturas mediadas pelos veículos de comunicação de massa e sua indústria.

¹² A chamada *mídia convencional, oficial, corporativa ou tradicional* é o conjunto dos principais veículos de rádio, TV e impressos do país e do mundo. No mundo, oito empresas globais de comunicação eram responsáveis em 2007 por 47% do faturamento somado das 70 maiores empresas de mídia em todo o mundo (COSTA, 2009, p. 238). Já no Brasil, alguns dos maiores veículos de comunicação são as organizações Globo, Record e Folha de São Paulo, para citar alguns exemplos.

rejeitados pela macromídia e os segmentos políticos, estes movimentos tomaram força com o auxílio da internet, onde circularam inúmeros vídeos e textos que denunciavam a violência policial e convocavam os internautas a participarem das ações nas ruas, assim como ocorreu na Tunísia, Egito e Islândia, conforme já demonstramos.

Desde o início de junho de 2013, a Polícia Militar enfrentou as manifestações com bala de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de cassetetes e *spray* de pimenta. A repressão aos protestos se dava a partir da justificativa de que “vândalos” estavam danificando o patrimônio público e privado. Muitas prisões ocorreram e inúmeros vídeos e fotografias das ações policiais circularam na midiosfera, gerando mais visibilidade e reações pela internet e na mídia corporativa.

Figura 2 - Polícia de São Paulo em repressão a manifestantes



Foto: Mídia NINJA. Fonte: Facebook

Já a crítica de Arnaldo Jabor¹³ à pauta dos transportes públicos, que só reforçou a “ausência de sintonia” da grande mídia com a população (LIMA, 2013), pareceu insuflar os

¹³ Em opinião emitida no Jornal da Globo de 13 de junho de 2013, o jornalista e colunista Arnaldo Jabor classificou os revoltosos brasileiros como ignorantes políticos e duvidou que vinte centavos fossem o motivo para a indignação popular. Posteriormente, com a intensificação dos protestos, ele se retratou e afirmou, no Jornal da Globo de 17 de junho, que seu comentário foi um erro. Crítica disponível em:

ânimos da população contra esta estrutura precária, o sistema político e contra a própria mídia. Surge o bordão “não é só pelos 20 centavos”, justificando não só a necessidade de questionar o aumento anunciado pelas prefeituras, mas de lutar contra os demais problemas, como corrupção, péssimas condições dos serviços públicos, entre outras questões, como o Projeto de Decreto Legislativo (PDC/231/11)¹⁴, ou a PEC 37, que limitaria o poder de investigação do Ministério Público etc.

A Folha de São Paulo, no editorial “Retomar a Paulista”, em 13 de junho, cobrou mais veemência por parte da polícia no enfrentamento dos manifestantes “oportunistas”. Uma “condenação pura e simples”, como observou Venício A. de Lima (2013, p. 92). Já o Estadão, em editorial de 15 de junho, demonstrou a dificuldade natural que o jornalismo tinha para compreender aqueles eventos, apontando a pluralidade de pautas levantadas pelas ruas e a confusão que os atos causavam na classe política.

Em uma posterior alteração abrupta, a grande mídia modificou sua avaliação sobre os protestos, passando da condenação a uma cobertura exaustiva¹⁵. Entretanto, durante boa parte do tempo, e mais fortemente no período inicial dos protestos, os discursos soavam bastantes furiosos contra as ações das ruas.

Para resgatar o tom adotado por alguns segmentos da mídia corporativa¹⁶ neste período, indicamos abaixo como referência a publicação do colunista Reinaldo Azevedo, da Revista Veja¹⁷, que listou em julho de 2013 algumas das principais publicações da Folha de São Paulo e Estadão sobre as manifestações. A tentativa de ridicularizar os protestos e os

<<http://tinyurl.com/lrsgs3f>>. Retratação disponível em: <<http://tinyurl.com/q7my7qh>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

¹⁴ Intitulado “cura gay” por parlamentares e imprensa, o projeto buscava suprimir alguns artigos de resolução do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas para os profissionais da área tratarem casos relacionados a orientação sexual. O projeto foi protocolado em 2011 pelo Deputado Federal João Campos (PSDB-GO) e foi bastante associado à figura de Marco Feliciano (PSC-SP), então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que defendeu a aprovação do projeto, que foi arquivado em julho de 2013, após a pressão popular. Contudo, um novo projeto com o mesmo teor foi apresentado, em maio de 2014, na Câmara, pelo deputado Pastor Eurico (PSB-PE). Cf. “Deputado apresenta novo projeto de 'cura gay'”. In. Portal Terra. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q5dl2b4>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

¹⁵ No filme Junho, produção da TV Folha, foi feita uma radiografia dos acontecimentos do sexto mês de 2013, resgatando os principais protestos de forma a tentar esclarecer os sentidos das manifestações brasileiras. Com direção de João Wainer, o documentário traz relatos, entrevistas, vídeos de cidadãos-repórteres e dados que fazem uma espécie de panorama daquele momento histórico. O filme foi disponibilizado para aluguel ou compra no iTunes, Vimeo e Google Play.

¹⁶ O Coletivo Intervezes, organização que trabalha pelo direito à comunicação, realizou um levantamento sobre as publicações de grandes veículos, como Folha, O Estado de São Paulo e O Globo no período das manifestações. A produção foi lançada em fevereiro de 2015 e foi distribuída livremente pela Internet no formato *e-book* e também impressa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o77ov6j>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁷ Blog do Reinaldo Azevedo no site da Veja. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n5w3qnx>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

envolvidos fica clara com a utilização de termos como “alopradinhos extremistas”, “obcecados”, “estupidamente violentos”, “Al Qaeda eletrônica”.

Figura 3 - Postagem do colunista Reinaldo Azevedo no site da Veja



Fonte: Reprodução Blog Reinaldo Azevedo/VEJA

O autor do texto enfatiza em vários momentos a violência com a qual os protestos foram conduzidos e atribui aos confrontos uma disputa de tom partidária, como no seguinte trecho:

No dia 11, os alopados partiram para o pau mesmo. Recorreram até a coquetéis molotov. Embora o Passe Livre seja o queridinho das esquerdas da imprensa paulistana desde 2011, quando eram aliados do PT, ficava difícil defender os protestos em razão da violência. No dia 12, os dois principais jornais de São Paulo não deixavam muitas dúvidas sobre o que tinha acontecido. Um policial chegou a ser linchado. Sua foto não ganhou as primeiras páginas (VEJA, 06 de julho de 2013, *on-line*).

No texto do blog não há tentativa de ir mais a fundo no contexto que envolvia os protestos. Apenas descrições pontuais a respeito da violência, aparentemente supondo para o

leitor um vazio de motivações, interesses, lutas e outros fatores que devem envolver uma manifestação popular, mas que, segundo o autor, não se fizeram presentes nos protestos aos quais se referiu. Ao dar destaque à violência, o autor potencializa os estereótipos, como afirma Bucci (2000), de manifestantes “baderneiros”, “ladrões”, “desocupados”, que parte da mídia corporativa às vezes tenta reforçar na mente dos espectadores.

No dia 20 de junho do mesmo ano, mais de um milhão de manifestantes foram às ruas em centenas de cidades brasileiras e em outros países, para protestar contra a Copa das Confederações e a Copa do Mundo 2014, contra projetos de lei, contra a Globo etc. Classificada como “o maior levante popular desde o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992”¹⁸, essa onda de protestos balançou a estrutura política nacional, levando a Presidente da República, Dilma Rousseff, a fazer um pronunciamento na TV aberta, em 21 de junho; a deputados votarem contra projetos como a PEC 37 e a “Cura Gay”; à redução ou congelamento das tarifas de transporte público coletivo em várias cidades, e outras conquistas mais pontuais. A pressão do público demonstrou surtir fortes efeitos sobre as agendas política e midiática.

Entretanto, diferentemente de outros países, que alcançaram mudanças mais bruscas em seus governos e estruturas político-econômicas, o Brasil ainda não conseguiu promover a reforma política da forma como foi reclamada nas ruas, e as classes política e econômica não sofreram, pelo menos imediatamente, maiores impactos. Desta forma, os protestos continuaram acontecendo, com menos contingente e geralmente focalizados em causas específicas, durante 2013, destacando a insatisfação contra a Copa do Mundo em 2014, contra a criminalização dos movimentos sociais, de mulheres e negros e muitas outras pautas.

Atos contra a Copa ocorreram em várias cidades durante os meses que antecederam o evento, nos quais as críticas se voltaram às exigências autoritárias da FIFA e os altos gastos com a construção de estádios, além da incompetência das prefeituras e governos estaduais na condução das obras. Um ano após as Jornadas de Junho, contudo, apesar das manifestações continuarem, a adesão popular diminuiu consideravelmente e o aparato repressor policial se sofisticou ainda mais para agir na coerção dos protestos¹⁹.

¹⁸ Texto do jornalista brasileiro Rodrigo Ramthum. Cf. “Um ensaio sobre o mês de junho de 2013”. In. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n7h236m>>. Acesso em: 20 ago. 2013

¹⁹ Para conter possíveis agitações sociais e efetivar ações mais incisivas contra protestos ou qualquer distúrbio que atrapalhasse a segurança da realização da Copa do Mundo, foram anunciados quase 2 bilhões de reais em investimentos em pessoal e equipamentos policiais, como armaduras, armas, tecnologias de repressão e treinamentos para que a ordem seja mantida. Cf. “Segurança da Copa custa quase R\$ 2 bilhões e envolve 170 mil homens”. In. Portal O Globo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kgfbpo>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

No meio tempo entre junho de 2013 e junho de 2014, mês de realização da Copa do Mundo, ocorreram diversos atos, como a greve dos garis no Rio de Janeiro, dos metroviários e rodoviários em São Paulo, greves de educadores em várias cidades, ocupações – como o Ocupa Estelita, em Recife, as ocupações às Câmaras, Universidades, prédios abandonados etc.–, atos “Não Vai Ter Copa”, Marchas da Maconha, Marchas das Vadias, e outras ações, como assembleias, encontros, fóruns e diversas iniciativas que buscam estimular melhorias de condições sociais, econômicas, trabalhistas, de moradia etc.

De fato, parece que as articulações políticas ficaram mais robustas, mais combativas, mais atuantes ou mais visíveis após o aprendizado com o ano de 2013. Houve, a partir de junho daquele ano, uma maior evidência de que está em curso no país, mais que uma crise política, está ocorrendo uma crise sistêmica (NOGUEIRA, 2013).

Inclusive, em 15 de março de 2015, foi realizada outra rede de protestos pelo Brasil, mas desta vez, as ruas foram ocupadas por pautas um tanto conservadoras e gritos de “Fora Dilma”. Naquele domingo, as multidões que saíam às ruas após grande alarde das redes sociais e setores da macromídia, pediam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e bradavam contra a corrupção nos governos, clamavam por intervenção militar e algumas outras pautas menos progressistas²⁰.

Com suas bandeiras verde-amarelas e camisas da Seleção Brasileira de Futebol, os manifestantes tiveram grande destaque na macromídia, a exemplo da Globo, que mobilizou boa parte das suas equipes para cobrir aqueles protestos exemplares, “pacíficos, compostos por famílias, mulheres e crianças” com seus rostos pintados, como os repórteres euforicamente insistiram em destacar com uma quase indisfarçável euforia.

Dois dias antes, houve em algumas cidades do país manifestações de proporções também consideráveis. Desta vez, comandadas pela CUT, MST e outras organizações esquerdistas, que se reuniram pela manutenção do governo petista e em defesa da Petrobrás, manchada pelos recentes escândalos de corrupção, desnudados pela operação Lava Jato, da Polícia Federal.

A demonstração de força ocorrida em 2013 ecoa nas novas ações, que parecem tentar esclarecer que as mudanças são possíveis, que o enfrentamento é necessário e eficaz. Ocorreu em 2013 a sanção presidencial do Marco Civil da Internet, que foi construído colaborativamente e se propõe a regulamentar o uso da internet no país, buscando garantir privacidade e outros direitos aos internautas.

²⁰ TV Folha realizou uma edição do seu programa trazendo um pouco do que queriam os manifestantes de 15 de março. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ncc92m6>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Já em 2014, foi instituída a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, através do Decreto Presidencial nº 8243. Este decreto foi extremamente criticado pela oposição ao governo²¹, que inclusive chegou a sugerir que Dilma Rousseff estaria extinguindo a democracia²², entre outras afirmações. Os movimentos sociais progressistas, por sua vez, enxergaram este decreto como uma iniciativa importante para a institucionalização da participação popular e da democracia participativa²³ que, ao contrário do que os setores conservadores afirmam, pode coexistir com a democracia representativa, inclusive complementando-a.

Por outro lado, as ações policiais de enfrentamento a protestos de rua passaram a tender mais à violência, à coerção brutal mesmo quando não há maiores confrontos. Em muitos casos, a PM atacou transeuntes, manifestantes pacíficos pelas costas²⁴, jornalistas²⁵ e ativistas de mídia. No campo político, foi retomada a discussão uma lei antiterrorismo de 2011, o PL 728, que não foi bem vista pelos movimentos sociais por abrir brechas para mais repressão.

Como saldo negativo dos protestos, além dos patrimônios destruídos por alguns manifestantes mais exaltados e da extrema violência policial, que vitimou centenas de pessoas física e moralmente, houve a morte do repórter cinematográfico Santiago Andrade, que foi atingido por um rojão lançado por um suposto manifestante, o incêndio do veículo do serralheiro Itamar Santos, em São Paulo, no 1º ato contra a Copa, realizado em 25 de janeiro

²¹ Cf. “Líder do DEM quer sustar decreto que cria política de participação social”. In: Agência Brasil. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oycglnh>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

²² Cf. “Dilma decidiu extinguir a democracia por decreto. É golpe!”. In: Blog Reinaldo Azevedo, no Portal Veja. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mp68696>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

²³ Cf. “Participação Social, o novo fantasma das elites”. In: Outras Palavras. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l9pyk26>>. Acesso em: 21 jun. 2014. Cf. “Nota oficial da central critica ação de partidos contra decreto presidencial que cria Política Nacional de Participação Social”. In: Portal Sindipetro.org. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oahnz7f>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

²⁴ Em vídeo gravado por cidadão-repórter na manifestação 15M em São Paulo, a Polícia Militar é registrada em ação que ataca manifestantes pelas costas, sem que haja qualquer perturbação visível da ordem ou dano ao patrimônio público. Cf. “PM ataca manifestação pacífica pelas costas”. In: Site YouTube. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ojb5zzj>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

²⁵ Por exemplo, segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, de junho de 2013 a fevereiro de 2014, já haviam ocorrido 118 agressões a jornalistas. In: Portal ABRAJI. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q7ljlcx>>. Acesso em: 22 jun. 2014. Em apenas sete dias desde início da Copa do Mundo, que começou no dia 12 de junho de 2014, a ABRAJI contabilizou pelo menos 17 agressões sofridas por jornalistas. Destas, só a polícia é responsável por 88%. In: Portal ESPN. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p6b7rjj>>. Acesso em: 22 jun. 2014. Em levantamento feito pela Folha de São Paulo, que elegeu os 10 principais casos de violência policial desde o início das manifestações, a indicação que se chegou é que nenhum policial foi efetivamente punido por agredir manifestantes ou jornalistas. Por outro lado, os casos que foram adiante nas investigações são exatamente os de agressão contra policiais. In: Portal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/phrq16o>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

de 2014²⁶, na Praça Roosevelt, o disparo de bala de borracha que cegou o olho esquerdo do fotógrafo Sérgio Silva, em São Paulo, em 13 de junho de 2013, entre outros incidentes.

Há inúmeros casos de mortes, mutilações e danos provenientes da violência nas manifestações. O resultado destes incidentes é que não só a discussão em torno das questões políticas foi acentuada, mas o debate a respeito dos direitos humanos, promovido por grupos como os Advogados Ativistas²⁷, Coletivo Urucum²⁸, Agência Pública²⁹, que “aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos”, como colocam em seu site, ou ainda a iniciativa Ponte³⁰ de jornalismo independente, que passaram a por em pauta as questões referentes à segurança pública e direitos humanos, diariamente noticiadas nos jornais sem discussões mais aprofundadas.

Das manifestações no país, os resultados concretos foram pontuais, mas os efeitos das ações diretas nas ruas também podem demorar para se efetivarem em novas práticas, novas estruturas e novos horizontes, como aponta o professor Marcos Nobre, que afirma que “junho ainda não acabou”³¹. Com certeza, um ganho importante com as mobilizações sociais em rede de 2013-2014 foi a organização de articulações como os coletivos ativistas, sejam midiáticos, sejam pró-direitos humanos; a retomada de fôlego dos movimentos sociais

²⁶ Como veremos mais adiante, apesar da mídia convencional inicialmente acusar “vândalos” e “black blocs” de incendiarem o carro do senhor Itamar, as micromídias desconstruíram essa versão, demonstrando que foi o motorista que, ao insistir em atravessar a barricada, passou por cima de um colchão em chamas que ficou preso ao pneu e queimou o carro inteiro. Posteriormente, foram feitas arrecadações de doações via Internet para ajudar o serralheiro, que utilizava o veículo para trabalhar. Ele recebeu dois veículos: uma Brasília de um empresário, um Ford KA que foi doado pelo grupo ativista Anonymous, e mais de 8 mil reais arrecadados em campanha virtual. Cf. “Dono de Fusca também ganha carro de ativistas”. In: Portal SPRESSO. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p78k2tn>>. Acesso em: 22 jun. 2014. Cf. “Serralheiro que teve Fusca incendiado ganha Brasília”. In: Portal Estadão. Disponível em: <http://tinyurl.com/op6gbb1>. Acesso em: 22 jun. 2014.

²⁷ Coletivo de advogados que se reuniu a partir de junho de 2013 em São Paulo para acompanhar manifestações e prestar assistência jurídica a manifestantes e ativistas que por acaso sejam detidos em condições ilegais ou injustas. Além de página no Facebook, o coletivo lançou a Central de Mídia Ativista, que passou a ser composta não somente por advogados, mas por uma equipe multidisciplinar, a fim de apresentar pontos de vista críticos e convidar o público ao debate sobre suas ações. Disponível em: <<http://advogadosativistas.com>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

²⁸ Segundo definição encontrada no site, o “Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça nasceu com a missão de defender e promover direitos humanos como estratégia de reconhecimento e fortalecimento de sujeitos em relação de subalternidade de raça, etnia, classe, gênero e geração, e, dessa forma, construir uma sociabilidade radicalmente livre, politicamente plural e ambientalmente justa”. Disponível em: <<http://www.urucum.org/narua>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

²⁹ Produzidas em licença *creative commons*, as matérias da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo tem como princípio a defesa dos direitos humanos e o grupo conta, em seu conselho consultivo, com nomes como Eliane Brum. Disponível em: <<http://apublica.org>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

³⁰ Produzido por 20 jornalistas a partir de junho de 2014, a iniciativa tem o apoio da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, e se propõe a ser um canal de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, como o próprio site indica. Disponível em: <<http://www.ponte.org>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

³¹ Para o professor da Unicamp, junho de 2013 encerrou a redemocratização brasileira iniciada em 1989, com o multipartidarismo, ampliando a noção de democracia no país, abrindo um novo ciclo na democratização do país. Cf. “Um ano depois, qual o saldo dos protestos de junho de 2013?”. In: Portal BBC online. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kq67wf8>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

tradicionais, os sindicatos (a greve dos rodoviários no Rio de Janeiro foi uma demonstração de força interessante) a oxigenação dos debates, assembleias e fóruns em torno da liberdade de expressão, direitos humanos, democracia participativa e outros temas importantes.

Os protestos, ocupações, greves e ações políticas em geral afetam não só os interessados diretos nas lutas (sem-teto, usuários do transporte coletivo, trabalhadores em geral etc.), mas educam os olhos e as mentes da população para a importância do enfrentamento do *status-quo*.

O ativismo, que atualmente se destaca frente à militância tradicional, vem ganhando mais fôlego e assim causando mais pressão contra as estruturas político-econômico-midiáticas, inclusive utilizando-se da internet para articular-se em rede e alcançar espaços além das fronteiras físicas. Ao interferir no “fluxo normal das coisas”, o ativismo e o ciberativismo estão colaborando não só para a reconstrução de uma nova consciência política, mas para a própria reconfiguração da esfera pública, como veremos mais adiante.

1.2 – Articulações políticas em rede: os movimentos sociais contemporâneos

*É seu dever manter a ordem?
É seu dever de cidadão?
Mas o que é criar desordem,
Quem é que diz o que é ou não?
(Desordem, Titãs, 1988)*

“A revolução das tecnologias da informação, as crises econômicas do estatismo e do capitalismo e suas conseqüentes reestruturações e o surgimento de movimentos sociais e culturais” são três processos independentes desencadeados no final dos anos 1960 e em meados de 1990 que originaram o que conhecemos como o panorama atual (CASTELLS apud RODRIGO ALSINA, 2009).

Para Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 13). Como ações de resistência a condições opressoras, os movimentos sociais se recriam, como indica a autora, que defende que a partir dos anos 1990, houve rearticulações destas ações coletivas, que germinaram novas formas de associativismo, fundiram-se com Organizações Não Governamentais (ONGs), formaram redes de atores sociais organizados etc. Além disso, novos campos temáticos de luta geraram novas identidades para estes movimentos.

Uma característica marcante do associativismo predominante na atualidade, a partir de 1990, é que este “não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais” (GOHN, 2011, p. 17), sendo mais propositivo e menos reivindicativo, como ela afirma, com participações concebidas como intervenções periódicas e planejadas. Ou seja, a conjuntura política muda, o perfil dos movimentos sociais também é alterado.

Manuel Castells, por sua vez, declara que os movimentos sociais “são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social” (CASTELLS, 2013, p. 14).

Ainda segundo o autor, o poder é exercido através de redes, enquanto o contrapoder é a tentativa de alterar as relações de poder, sendo os movimentos sociais ações que exercem o contrapoder, construídos por meio de um processo de comunicação autônoma, livre dos controles exercidos pelos detentores do poder institucional. E este processo comunicativo autônomo ocorre atualmente distanciado da mídia de massa, ou seja, nas redes telemáticas e nas plataformas de comunicação sem fio, com auxílio imprescindível das redes sociais digitais.

Cicilia Peruzzo (2013) afirma que devemos reconhecer a diversidade que existe no universo dos movimentos sociais, que pressupõem

a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas (mobilizadoras, comunicativas, civil judiciais etc.), mas também nas estratégias, como aquelas envolvendo um projeto amplo de sociedade, ou pelo menos, propostas de programas para determinados setores (PERUZZO, 2013, p. 76).

A autora ainda organiza os diferentes matizes dos movimentos sociais existentes no Brasil, tais quais: movimentos vinculados a questões trabalhistas e de remuneração; direitos humanos relativos a segmentos sociais; movimentos sociais para resolver problemas relacionados a desigualdades no que diz respeito a aspectos como transporte, terra, saúde, meio ambiente etc., e movimentos sociais político ideológicos (PERUZZO, 2013, p. 77).

Retomando a discussão da mudança de conjuntura política, destacamos que o campo temático dos protestos e das lutas contemporâneas, como afirma Gohn (2013) é formado por novos sujeitos que, além de estarem imersos em um cenário comunicacional em profusão, possuem demandas específicas. Há formas de participação política menos permanentes e mais intensamente pontuais, o que se reflete na transformação do *militante* em *ativista*,

consequência da repolitização das lutas discutidas por Badiou (apud GOHN, 2013, p. 26).

Diferente do militante das décadas de 1960 a 90, guiado e abastecido por ideologias políticas consistentes, os ativistas não necessariamente pertencem a grupos específicos, mas participam de marchas, protestos, ocupações ou petições *on-line* por possuírem alguma identificação particular com as demandas expostas pelos demais.

Como Castells afirma em entrevista à Revista Época³², a intenção não é necessariamente tomar o poder, mas dissolvê-lo por meio da transformação mental. Assim, o ativista contemporâneo “bebe na fonte” da contestação juvenil contracultural sessentista, que afirmava sua individualidade e se afastava “das formas mais tradicionais e disponíveis de luta política, aquela política ‘quadrada’ e ‘careta’” (PEREIRA, 1986, p. 29).

Na contemporaneidade, o espaço onde as discussões geralmente se iniciam ou tomam forma é a internet, cujo papel ultrapassa a instrumentalidade, conforme Castells (2013), criando condições de um movimento sobreviver sem lideranças e ainda se expandir. Muitos ativistas são convidados/convocados a colaborar com os movimentos através da Rede, via computadores, celulares etc. As tecnologias digitais, então, favorecem a agregação de redes *ad hoc* em torno de projetos específicos, como o autor indica, facilitam o registro das ações e possibilitam a geração de outras ações, que vão tomando proporções cada vez maiores em um efeito “viral”, nos termos informáticos.

Neste contexto, no que diz respeito ao ativismo midiático, destacamos o *ciberativismo* e o *midialivrismo de massa*³³, que incorporam muitas das pautas dos movimentos sociais tradicionais, podendo utilizar a internet, espaço público universal e relativamente autônomo, para difundir as lutas por transformações nos mais diversos aspectos do universo social.

Seguindo esta tendência de mobilização via redes, característica do capitalismo informacional em desenvolvimento, estrutura-se o que Ivana Bentes, no prefácio do livro de Fábio Malini & Henrique Antoun, *A Internet e a Rua*, chama de “mobilização global político-afetiva” (2013, p. 14), da qual estamos diante e que anuncia uma nova experiência proporcionada pela interação entre redes e ruas: as *revoluções P2P* ou *revoluções distribuídas*, “em que a heterogeneidade da multidão emerge em sinergia com os processos de auto-organização (*autopoiesis*) das redes” (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 16).

³² Cf. “Manuel Castells: “A mudança está na cabeça das pessoas”. In Revista Época. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l5nfgnl>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

³³ Para Malini & Antoun (2013), o medialivrismo ciberativista se utiliza de experiências colaborativas suportadas em redes e tecnologias informáticas para a construção de processos compartilhados de comunicação. Enquanto isso, o medialivrismo de massa, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirma como prática antagônica aos modelos de fazer comunicação instituídos pelos grandes conglomerados midiáticos.

Referindo-se aos processos colaborativos de mobilização social que vêm se intensificando desde fins do século passado, Castells (2013) expõe:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013, p. 9).

Nos novos movimentos sociais que se desenvolvem interligados às redes telemáticas, denominados por Castells (2013) como *movimentos em rede*, percebe-se uma diferença de organização em relação aos movimentos tradicionais: a articulação passa a ocorrer concomitante entre espaço físico e virtual, de forma híbrida, descentralizada, sem líderes, muitas vezes com múltiplas pautas. Trata-se de uma evolução dos movimentos tradicionais, que sempre se utilizaram das mídias que estiveram acessíveis, as quais John Downing (2004) chama de mídias radicais, mas que possuem diversas outras denominações, como veremos adiante. Para ele,

Os movimentos sociais constituem uma das expressões mais dinâmicas de resistência, em comparação com instituições mais estáveis e duradouras, como sindicatos ou partidos. (...) A ascensão desses movimentos parece ocasionar e, ao mesmo tempo, ser ocasionada pela mídia radical (DOWNING, 2004, p. 55).

Muitos dos movimentos contemporâneos surgem nas redes da internet e depois migram para as ruas ou mesclam experiências que transitam no sentido espaço geográfico para o espaço virtual, como ocorreu no Brasil em 2013, o que Castells (2013) define como *redes multimodais*. Estas manifestações seguem uma tendência internacional, como já mencionamos. Os movimentos Occupy, as lutas contra os regimes ditatoriais do Oriente Médio, os protestos contra a crise econômica na Europa: todos estes movimentos se adequam à lógica de fragmentação, descentração e pluralização das identidades dos indivíduos modernos apontadas por Hall (2006). E como Castells (2013) defende:

Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos para reprimir, exceto nos lugares ocupados; e a rede pode se reconstituir enquanto houver

um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns (CASTELLS, 2013, p. 160).

Em outras palavras, estas ações se apropriam das possibilidades oferecidas pelas intersecções entre os espaços de fluxos e os espaços de lugar (CASTELLS 1996 apud LEMOS, *on-line*), oferecidas pelos *territórios informacionais* (LEMOS, 2007), que são permanentes zonas de conexão às redes virtuais.

São fenômenos que integram a já conhecida cultura da dissidência (CHOMSKY, 2013) e são expressões radicais da cultura da mobilidade, que absorvem a incorporação das tecnologias ao ambiente presencial para navegar entre ciberespaço e espaços físicos. São, então, ações multidimensionais, pois percorrem os diferentes espaços, *smart* por utilizarem as tecnologias, constroem experiências fluidas em redes que concentram enorme energia na realização de determinado evento e se dissipam com facilidade, organizando-se novamente em outra iniciativa, e assim sucessivamente.

As lutas sociais em prol de melhorias nas condições de vida intercambiam as experiências diretas, físicas, locais com os espaços autônomos da internet, como os sites de redes sociais, a fim de propagarem suas ideias, discutirem as ações e debaterem sobre assuntos correlatos. Ou, como Henry Jenkins atesta, “o surgimento de novas tecnologias sustenta um impulso democrático para permitir que mais pessoas criem e circulem na mídia” (2009, p. 341).

Este “impulso democrático” indicado por Jenkins não está sendo necessariamente originado pelas representações tradicionais dos partidos políticos, sindicatos, parlamentos, bandeiras tradicionais do campo político, como em décadas anteriores já se ensejou, mas está partindo dos próprios indivíduos e coletivos indignados com os governos, as desigualdades sociais, os reflexos do sistema econômico, a globalização, a exclusão, a hiperconcentração da grande mídia, a falta de liberdade, o *establishment* e seus elementos de opressão–dominação.

Sujeitos autônomos se munem das ferramentas que possuem à sua disposição para formarem redes de colaboração, protagonismo ou *ciberprotagonismo*, coletivos, grupos de pressão (GOHN, 2011), ativismo direto etc. Estes sujeitos-atores, então, ao aderirem a uma causa ou pauta – ou um conjunto delas –, através de relações presenciais e/ou virtuais, estão colaborando para a construção de uma nova cultura política, como aponta Gohn (2013), mas também exploram e subvertem as potencialidades políticas da midiosfera hipercomunicacional contemporânea, assim como apostam os *cyberpunks*, que se utilizam das tecnologias digitais em prol da rebeldia.

Em suma, a internet funciona, como uma esfera pública global (Downing, 2004) anárquica, relativamente livre de controles coercitivos³⁴ e mecanismos repressores, que possibilita a estruturação de movimentos bem articulados. São, pois, novas faces de movimentos dissidentes, formas combativas de apropriação do espaço público, seja ele virtual ou físico: indivíduos indignados com uma situação se unem a outros, planejam ações, discutem ideias e, além disso, registram e relatam os eventos em formato textual ou audiovisual.

Trata-se de uma reconfiguração não só na maneira de organizar manifestações e articulações pontuais, mas de discutir política, questionar o *status quo* e produzir informações, ou seja, redefinir as formas de fazer mídia. Posteriormente, discutiremos mais sobre estes fatores.

Pierre Lévy (2005) afirma que o sistema dos meios de comunicação é o fator condicionante da forma e funcionamento do espaço público. Sendo assim, a partir da evolução dos meios de comunicação, a esfera pública foi sendo reedificada de acordo com a comunicação utilizada, passando desde a predominante oral, à impressa, às mídias audiovisuais e, recentemente, à internet, “o coração de um novo paradigma sociotécnico” (2005).

Corroboramos com a visão de Gomes (2006), que a partir de diversas acepções empregadas por diversos autores, compreende pelo menos cinco sentidos para o termo “esfera pública”. Sendo assim, enxergamos

- 1) esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, que acredito ser o sentido mais original da expressão; 2) esfera pública como arena pública, isto é, como o *locus* da discussão sobre temas de interesse comum conduzida pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto é, como o *locus* onde temas, idéias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam

³⁴ Ao contrário das avaliações de autores como Downing (2004) e Castells (2013), que veem a Internet como um espaço livre de controles, Julian Assange, em debate gravado para o seu canal do YouTube, *The World Tomorrow* e que originou o livro *Cypherpunks, Liberdade e o Futuro da Internet* (2013), alerta que a Internet não é tão livre quanto se costuma acreditar, sendo um espaço de vigilância praticada por Estados, com o aporte de empresas que fornecem toda sorte de dados a respeito dos usuários e os caminhos percorridos por eles na Rede, o que propicia a formação de um cenário de controle, vigilância em massa e espionagem jamais vistos na história. Assange, fundador do site WikiLeaks, criado em 2006 para divulgar documentos denunciativos contra o governo norte-americano, ao lado de Edward Snowden, ex-funcionário da CIA e da NSA (Agência Nacional de Segurança) americana, são as maiores referências atuais de delação de abusos cometidos pelos Estados em guerras, transações comerciais internacionais, espionagem de cidadãos etc. Há, ainda, outras obras que buscam denunciar/alertar para os problemas da hipervisibilidade, como Andrew Keen, com *O Culto do Amador* (2009) e *Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo e desorientando* (2012) e Siva Vaidhyanathan, com *A Googlelização de Tudo (e por que devemos nos preocupar): a ameaça do controle total da informação por meio da maior e mais bem-sucedida empresa do mundo virtual* (2011).

discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade (GOMES, 2006, p. 56).

É importante destacar, ainda segundo Gomes (2006), que por ser uma “rede de discussões e circulação de informações e um repertório de idéias, a Internet não poderia deixar de ser uma esfera pública” (op. cit., p. 56).

Decorrentes dessa influência da paisagem comunicacional sobre a esfera pública, ocorrem reflexos na estrutura sócio-política de cada região, nação, do mundo por inteiro. Isso porque fatores como desterritorialização, interconexão geral, flexibilização da produção de mercadorias e do próprio sistema capitalista global flexível repercutem na forma como as sociedades se identificam consigo mesmas e com suas culturas, com suas mídias, seus sistemas políticos.

Sob a lógica dos espaços de fluxos e espaços públicos híbridos (CASTELLS, 1999; 2013), da comunicação multimídia todos-todos e a infinidade de espaços de interlocução disponibilizados pela midiatização da sociedade, os atores sociais se reinventam a partir das potencialidades participativas do ciberespaço e das novas mídias, construindo no seio da globalização, “experiências envolvidas pelos fenômenos de mediação e midiatização” (PAIVA, 2012).

Trata-se do novo paradigma sócio-tecno-cultural, que influencia não só as formas de se comunicar, mas de os cibercidadãos (LÉVY, 2005) interagirem entre si e com suas instituições. Castells (2005) afirma que fora da internet ocorre uma crise das organizações tradicionais estruturadas, tais quais os partidos políticos (2005, p. 277). Já a internet, para alguns autores, além de ser um elemento de mediação, pois articula espaço físico e ciberespaço, funciona como “ambiente de informação, comunicação e ação múltiplo e heterogêneo” (PALÁCIOS, 2006, p. 239).

Neste sentido, ao afirmar que o desenvolvimento do ciberespaço viabilizou novas práticas políticas que apontam para a construção da ciberdemocracia, Pierre Lévy destaca:

As mídias interativas e as comunidades virtuais desterritorializadas abrem uma nova esfera pública em que floresce a liberdade de expressão. A Internet propõe um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos (LÉVY, 2005, p. 367).

No que diz respeito ao potencial democratizante da internet, para a autora Antje Grimmier (2001 apud BARROS & SAMPAIO, 2011), esta ferramenta seria capaz de “atuar no fortalecimento de democracias deliberativas”. No entanto, Grimmier alerta que

para preservar tal potencial seria imprescindível uma regulamentação do meio, seguindo a normatividade que é característica constitutiva da esfera pública conceitual de maneira que esta regulamentação não corra o risco de se restringir exclusivamente a interesses comerciais de negociação (GRIMMIER apud BARROS & SAMPAIO, 2011).

No Brasil, já foi dado um passo neste sentido de regulamentar a utilização dos serviços da internet e a intenção com o Marco Civil da Internet, o qual já citamos, é tentar evitar que o ciberespaço se transforme em um ambiente essencialmente composto por disputas mercadológicas e alheio às garantias individuais, o direito à privacidade e outros direitos como a neutralidade da rede, ou seja, o livre acesso às informações, e a liberdade de expressão³⁵.

Neste cenário intrincado, no qual a sociedade enfrenta uma transformação de papéis sociais motivada pela ação do sistema dos *media* sobre as práticas individuais e coletivas (midiatização), as disputas pelo poder simbólico se reinventam e o *locus* midiático passa a ser permeado por expressões que vão desde o *complexo massivo*, com fins comerciais, mercadológicos, que visam o lucro, ao *complexo pós-massivo* (PAIVA, 2012).

Reunindo as reapropriações que as audiências promovem ao acessarem a produção e circulação midiática através das mídias digitais, e ainda a reinvenção do mercado a partir das potencialidades interativas e participativas das tecnologias digitais da informação e comunicação, ou simplesmente *cultura da convergência* (JENKINS, 2009), além das práticas midiativistas, assistimos a uma reconfiguração da esfera pública, na qual cada vez mais atores empoderados e autônomos buscam participar dos debates e decisões a respeito dos rumos da sociedade.

Destacamos que Jenkins (2009) aponta a existência de duas modalidades de convergência: *corporativa*, que acontece de cima para baixo, na via empresa-público; e *alternativa*, de baixo para cima, quando ocorre via público-empresa e os consumidores interferem de alguma maneira nas produções midiáticas e interagem entre si.

³⁵ O pesquisador Pierre Lévy comemora a importância do Marco Civil neste sentido. Cf.: “Neutralidade da internet: ‘Brasil está na vanguarda’, diz Pierre Lévy” In: Portal UniSinos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p4s5ake>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

O autor reforça que estas duas formas de convergência às vezes se fortalecem mutuamente ou entram em guerra, sendo que o resultado é a redefinição da cultura (2009, p. 46). Neste caso, a análise do autor tem como foco particular o contexto norte-americano, mas tomamos a liberdade de ampliá-la ao nosso contexto e ao universo social como um todo, no qual estes movimentos ocorrem de forma similar.

Percebe-se, com os usos possibilitados pelas tecnologias digitais, a repotencialização da esfera pública como um importante espaço de pressão sobre a esfera institucional do Estado a partir das demonstrações de poder que as novas ondas de rebeldia pelo mundo apresentaram, derrubando regimes militares, promovendo reformas políticas e pautando a agenda política por meio de discussões e deliberações semeadas no âmbito da sociedade civil.

Já tratamos anteriormente destas revoltas populares, que ocorreram em vários países e com motivações peculiares aos seus contextos sócio-políticos, mas que contiveram pontos comuns de convergência: as novas mídias, a internet e as redes sociais como articuladores das demandas e da indignação que brota do âmago da sociedade.

Sendo assim, o debate público sobre temas de interesse dos governados passou a ser amplificado a partir das interações nos espaços públicos virtuais, nos quais diversas opiniões são confrontadas e discutidas, a fim de alcançar visibilidade e chegar aos governantes, sem serem submetidos “às hierarquias de juízos e aos filtros ideológicos da mídia convencional” (MORAES, 2005, p. 210).

No Brasil, na Turquia, na Espanha ou em qualquer outro país que possuiu características de mobilizações sociais híbridas, com ruas e redes interligadas, o ativismo via internet foi agente não só de uma nova forma de articulação política desterritorializada e abrangente, mas de uma manifestação do que se configura como um novo tipo de participação política. Trata-se, conseqüentemente, de uma nova composição da esfera pública contemporânea, mais horizontal e que se utiliza da mediação e representação da internet para alterar os fluxos de comunicação (NORONHA, 2013).

A discussão habermasiana a respeito da esfera pública toma este espaço como uma “estrutura que elabora temas, questões e problemas politicamente relevantes que emergem da esfera privada e das esferas informais da sociedade civil e os encaminha para o tratamento formal no centro político” (LUBENOW, 2007 apud NORONHA, 2013).

A existência de uma esfera pública eficiente é indispensável para a construção de uma democracia deliberativa que objetivamente se propõe a complementar a estrutura da democracia representativa, a fim de levar ao sistema político as demandas da sociedade. Ou seja, esta esfera pública tem a função de filtrar e sintetizar, como aponta Jorge Lubenow

(2007 apud NORONHA, 2013), os debates desenvolvidos pelos representados para conduzi-los ao nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, ou seja, exercendo influência sobre os representantes.

Cohen e Arato (1992 apud AVRITZER & COSTA, 2006) se referem ao surgimento de novos públicos (*new publics*) e novos espaços de realização de expressões críticas de comunicação, que se desenvolvem em contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, microespaços alternativos etc. (2003, p. 71). Estes novos atores urbanos, novas subculturas, novas entidades confrontam as estruturas tradicionais que compõem a sociedade, como a família, os gêneros, as sexualidades etc., atuando para pressionar os padrões da comunicação pública, padrões sociais de gênero, relações étnicas e outras questões que podem provocar efeitos na política institucionalizada.

Além disso, há os *contrapúblicos subalternos* discutidos por Fraser (1992, op. cit.), que são as minorias excluídas automaticamente pela esfera pública e que buscam denunciar, como grupos discriminados ou sem voz pública, as desigualdades geradas nos espaços públicos. Ao reivindicar o direito de participar do espaço político estabelecido e instigar uma maior democratização deste espaço, os contrapúblicos se encontram em exemplos como o movimento zapatista mexicano, o MST brasileiro, grupos feministas e outras formas de atuação.

O conceito de esfera pública contemporânea deve englobar estes intercâmbios discursivos que reconfiguram, como afirmam Avritzer e Costa (op. cit., p. 83), o poder político e conduzem os novos atores sociais a um *status* de maior relevância na política.

Como referências empíricas, podemos considerar que, com as manifestações brasileiras de junho de 2013, a esfera política foi pressionada a atuar a partir das pautas que emergiram das redes heterogêneas de ativismo virtuais e das ruas, sendo apressadas as votações de projetos de lei como a PEC 37, a aprovação da corrupção como crime hediondo por parte do Senado, ou mesmo a redução das tarifas de transporte coletivo e outras questões já mencionadas neste texto.

Anos antes, por meio de uma intensa mobilização que envolveu campanhas de organizações da sociedade civil e plataformas ciberativistas, como o Avaaz³⁶, a Lei da Ficha Limpa (PLP 518/2009) foi aprovada, após ser encaminhado ao Congresso Nacional brasileiro um abaixo-assinado com dois milhões de assinaturas e o documento que tornaria, a partir de

³⁶ Site de petições no qual indivíduos podem “assinar” virtualmente os documentos que, através da mobilização online, buscam dar voz política (como o próprio nome sugere) à sociedade civil global. Disponível em: <<http://www.avaaz.org>>.

então, mais rígidos os critérios de inelegibilidade dos candidatos a cargos políticos envolvidos em caso de corrupção.

Estas articulações, aliás, mesmo que tenham como objetivo principal influenciar o sistema político como representante ativo das vontades populares, interferem também em outros “campos”³⁷ – conforme o conceito utilizado por Bourdieu – como o social e mesmo o midiático. Exemplos diversos podem ser listados a partir das ondas de ciberativismo e mobilizações sociais deflagradas fortemente em 2013 no Brasil. Cumpre enfatizar o fenômeno das novas mídias ativistas físicas ou digitais, como exemplo concreto da produção e uso de informações livres das grandes corporações, e sua influência na intensificação do debate público a respeito de questões como a reforma política e os gastos com a Copa do Mundo.

De fato, ao observarmos casos como o das manifestações de 2013, que foram “contaminando”³⁸ a população dos mais diversos lugares do Brasil, percebemos o poder de agregação e contágio da macromídia, e também das micromídias. Ou seja, o “espaço de visibilidade” (MAIA, 2006) oferecido pelo campo da mídia, além de ser palco, arena ou fórum de disputas políticas e de negociação de sentidos, como destaca Maia (2006, p. 26-27), proporciona interações entre os atores políticos e os cidadãos. Além disso,

Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica (MAIA, 2006, p. 27).

Com efeito, a ecologia das micromídias, que brotou nas redes sociais compartilhando informações interessadas em denunciar abusos ou mesmo convocar mais ativistas, pareceu influenciar grande parte do universo de internautas do país e do exterior em prol das pautas relacionadas aos protestos, em um tipo de *contágio emocional*³⁹ que inundou o ciberespaço de conteúdos relacionados aos protestos, suas causas e efeitos.

³⁷ Para Bourdieu (1997), um “campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (1997, p. 57).

³⁸ A pesquisadora Raquel Recuero cartografou, em tempo real, a “contaminação” da rede com compartilhamentos de informações referentes aos protestos em 2013, demonstrando como as manifestações e os fatos decorrentes destes eventos interferiram nas dinâmicas do Twitter no Brasil em junho, com palavras como “protesto”, “passe livre” e “vem pra rua” estando em destaque. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nwayznv>>. Acesso em: 20 jul. 2014. Fábio Malini também fez uma excelente avaliação, ainda no dia 14 de junho daquele ano, discutindo a viralização e o pertencimento de diversos movimentos dentro do movimento que ocorria em São Paulo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l2za9qa>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

³⁹ Recentemente, uma polêmica pesquisa desenvolvida em 2012 pelo site Facebook que, sem o conhecimento dos usuários, manipulou as linhas do tempo destes com informações positivas ou negativas, revelou que os usuários podem ser influenciados pelo conteúdo que surge em suas *timelines*, gerando um “contágio emocional”

O impacto foi tão intenso que a pauta midiática, programada para dar destaque à Copa das Confederações, foi invertida naquele mês de junho e a grande mídia deu amplo destaque a informações referentes às “jornadas”, deixando o campeonato em segundo plano. A furiosa pauta pública conseguiu inverter as lógicas pré-determinadas pelos meios de comunicação de massa de forma tão efetiva que o próprio Jornal Nacional alterou sua dinâmica de apresentação, que teria William Bonner conduzindo as edições do telejornal excepcionalmente fora da bancada, acompanhando a seleção brasileira de futebol, mas que retornou para o lado de Patrícia Poeta, de onde seguiu a noticiar sobre as multidões nas ruas⁴⁰.

Já na Copa do Mundo 2014, não houve “espaço” para que as ruas fossem ocupadas por manifestações expressivas como as do ano anterior. Planejamento e incisão marcaram as ações policiais contra os ativistas, demonstrando força efetiva de inibição de aglomerações, bloqueando vias públicas e reprimindo com eficácia quase cirúrgica os rebeldes que se arriscaram a organizar qualquer protesto⁴¹.

Devemos ressaltar as prisões preventivas⁴² que ocorreram e geraram polêmica, quando mandados foram expedidos contra ativistas e seus equipamentos foram recolhidos antes da abertura ou do desfecho da Copa⁴³. Avaliadas como abusivas por algumas instituições e coletivos ativistas, estas prisões lembraram as ações do regime ditatorial que há poucas décadas dava o tom que a ordem e o progresso deviam seguir no país. Ações

que interfere nos conteúdos que serão compartilhados a partir do teor das mensagens que surgem em seus *feeds*. As informações sobre a pesquisa foram lançadas em 2014 e demonstram que quase 700 mil pessoas nos Estados Unidos passaram por este teste, que confirmou a existência desse contágio de acordo com as informações que são visualizadas. Cf. “Facebook é criticado por manipular informações para estudar emoções dos usuários”. In: Portal O Globo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q9sx4gn>>. Acesso em: 20 jul. 2014. Link para a pesquisa, publicada na revista científica “*Proceedings of the National Academy of Sciences*”, disponível em: <<http://tinyurl.com/p8thzhx>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁴⁰ Cf. “Protestos trazem Bonner de volta à bancada do 'Jornal Nacional'” In. Portal Terra. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k8wpunm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁴¹ Cf. “Na abertura da Copa, protestos pelo país tiveram bombas de gás e detidos”. In. Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qhhau24>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁴² Relatório da ONG Anistia Internacional deu enfoque a abusos cometidos pela polícia e pelo Estado brasileiro durante as manifestações de rua, dando destaque a prisões arbitrárias, como o caso de Rafael Braga Vieira, morador de rua que foi preso em 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro, sob alegação de portar material de fabricação de explosivos: uma garrafa de desinfetante e outra de cloro. Cf. “‘Eles usam uma estratégia de medo’ – Proteção do direito ao protesto no Brasil”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/17pzcf8>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

⁴³ Na véspera da final da Copa do Mundo, 37 pessoas suspeitas de estarem ligadas a manifestações que ocorreriam durante o campeonato foram presas no Rio de Janeiro, gerando críticas de ONGs e da OAB por seu teor intimidador. Cf.: “Prisões na véspera da final da Copa despertam críticas”. In: Portal BBC Brasil. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nepvof6>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

abusivas por parte da polícia também foram registradas, como agressões a ativistas e jornalistas⁴⁴.

Pretendemos demonstrar neste tópico como este intercâmbio rede-rua-esfera política pode reconduzir os fluxos de poder de uma forma que a esfera pública interconectada entre os espaços físicos e ciberespaço causa interferências nos protocolos políticos, produzindo resultados, sejam eles imediatos ou não.

Petições *on-line*, *hacktivismo*, protestos de rua, fóruns de discussão *on-line* e outras estratégias de interação em prol de ações políticas que se apropriam do fenômeno da midiaticização e das ferramentas que o novo cenário comunicacional oferece são, portanto, elementos que contribuem para a reconstrução da esfera pública contemporânea, que dispõe das formas clássicas de participação, mas que integra também os dispositivos de comunicação e informação presentes no contexto atual.

Desta forma, além de favorecerem uma maior participação do público que compõe as múltiplas esferas, estes recursos contribuem para o desenvolvimento de novas expressões de mídias ativistas, que buscam o desenvolvimento da sociedade rumo a uma democratização efetiva e o aperfeiçoamento das estruturas do Estado. Para discutir esta questão, reservamos o próximo tópico. Justificaremos o porquê do uso do termo “mídia livre” e traremos, logo após, explicações para os termos *macromídia* e *micromídia*.

1.3 – Por que mídia livre?

*Varia muito a forma como os setores da mídia não alinhados com os conglomerados de comunicação costumam definir-se. As três principais formas são mídia independente, mídia alternativa, e mídia contra-hegemônica. O debate em torno do uso desses termos não é secundário. É fundamental definir quem somos para que nós mesmos possamos potencializar nosso trabalho, aumentar as possibilidades de disputa e de consequente avanço. Precisamos saber quem somos, onde queremos chegar, que caminhos podemos e devemos seguir, quem são nossos aliados e quem são nossos oponentes*⁴⁵.

A reflexão acima foi retirada de um blog intitulado Jornalismo B, fundado em 2007 e editado pelo jornalista Alexandre Haubrich com o intuito de difundir no ciberespaço publicações que buscam “desconstruir o discurso da mídia dominante”, focadas na

⁴⁴ Site da Mídia NINJA listou as agressões a jornalistas ocorridas no dia 13 de julho de 2014. Cf. “Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro”. In: Portal Mídia NINJA. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kht43u3>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

⁴⁵ Cf. “Sobre a mídia que somos e a mídia que podemos ser”. In: Blog Jornalismo B. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lmg1398>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

democratização da comunicação, como se lê na definição do site. Na publicação indicada no rodapé do nosso texto, o autor do blog traz uma breve análise para os três termos utilizados pelos próprios ativistas midiáticos para definirem seu tipo de mídia: independente, alternativa, contra-hegemônica.

Trazemos para nosso trabalho a discussão em relação às terminologias utilizadas para denominar adequadamente as mídias ativistas porque entendemos que há, de fato, variadas nomenclaturas associadas a estas mídias e por isso, faz-se necessário que assumamos nosso lugar no debate para que fique claro qual o tipo de expressão midiática estamos estudando e evite confusões nos sentidos inerentes a estas práticas. As definições não se conflitam apenas no âmbito da *práxis* cotidiana e entre seus praticantes, mas também entre os teóricos que estudam estes fenômenos.

Para o editor do blog Jornalismo B, o termo “*mídia independente*” é problemático porque esconde o caráter de classe da mídia e enfraquece o debate sobre a questão do financiamento das suas atividades, deixando de lado uma questão fundamental para sua sustentação⁴⁶. “*Mídia alternativa*”, segundo o autor, também é discutível porque não esclarece que o seu propósito é a luta, o enfrentamento da mídia dominante, pois ao reconhecer o caráter dominante da outra mídia, se coloca à margem. E então, “*mídia contra-hegemônica*” seria para ele a melhor definição para uma mídia que não se alinha aos conglomerados midiáticos. De acordo com o autor,

O conceito carrega teor político e, partindo da diferenciação já existente em alternativa, vai além, incluindo o caráter de classe e a confrontação. Reconhece a disputa de classes inerente à sociedade capitalista e, ao mesmo tempo em que se apresenta como um instrumento dessa luta, denuncia a mídia dominante como instrumento das elites. Une, portanto, o descobrimento da luta de classes – e, dessa forma, da dominação, da exploração e da opressão – com o posicionamento de si mesma ao lado dos setores oprimidos. Coloca-se, por fim, na disputa pela hegemonia discursiva como parte da disputa popular pela hegemonia social, política e econômica (JORNALISMOB, *on-line*).

⁴⁶ Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 05 de agosto de 2013, Pablo Capilé, ativista cultural pertencente ao Fora do Eixo e um dos articuladores do coletivo midiático Mídia NINJA (sigla para Narrativas Independentes Jornalismo e Ação), a NINJA é independente porque construiu os meios de produção. Fundado em 2001, o Fora do Eixo (FdE) é uma rede ou circuito de coletivos culturais que tem por objetivo fomentar a produção, circulação e consumo de bens simbólicos que não possuem espaço no *mainstream* macromidiático e que, através de redes interconectadas de colaboração estruturadas em coletivos locais e geram uma economia baseada em trabalho solidário, produz bandas, eventos, festivais, gravações de discos, curtas e longas-metragens e centenas de produtos culturais. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kre9l2d>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

Grinberg (apud FERNANDES, 2013, *on-line*), ao contrário do que o autor do Jornalismo B indica, coloca que a intenção ao utilizar a ideia de alternativo, no sentido de uma opção entre duas coisas, é apontar as expressões midiáticas alternativas como a opção frente aos grandes grupos midiáticos e seus posicionamentos na produção informacional⁴⁷. Já John Downing aponta que “o termo mídia alternativa é uma designação completamente insossa” (2010, *on-line*) que não dá conta da pluralidade de características que possuem as mídias que combatem os grandes meios de comunicação. Para ele, “falar em mídia *alternativa* é quase um paradoxismo. Qualquer coisa, em algum ponto, é alternativa a alguma outra” (DOWNING, 2004, p. 27).

Nos fenômenos que estudamos e trazemos neste trabalho, percebemos que não se trata apenas de ser uma opção a mais em relação aos meios convencionais, mas de recriar, reconstruir, propor novas narrativas, estéticas, formatos em meio a uma *práxis* que é essencialmente contestadora. Prova disso foram os imensos debates provocados pela explosão da massa de mídias insurgentes.

Contra-hegemônico é um termo que provém dos estudos de Gramsci, que indicam a hegemonia como a dominação a partir da implementação de valores sociais e culturais que se assentam na sociedade a partir da produção de um pensamento que se faz dominante por meio do consentimento. A contra-hegemonia trata-se do conjunto de forças que busca transformação social através da tentativa de construir novas visões de mundo, novos valores, dando enfoque à luta de classes que permeia o universo social.

A mídia contra-hegemônica⁴⁸, portanto, seria a mídia que combate o ciclo do *status quo*: ou seja, rebela-se contra as visões tradicionais de mundo implementadas pelas classes dominantes através de suas culturas e transmitidas pela mídia corporativa, a qual colabora na construção do consenso (CHOMSKY, 2013) que, por sua vez, possibilita a manutenção da estabilidade dos valores que auxiliam o funcionamento da democracia desigual e favorável aos segmentos poderosos da sociedade capitalista pós-industrial.

⁴⁷ De acordo com Renata Parente, no Brasil o termo “alternativo” ganhou força no período pós-64, em que o país se encontrava sob as rédeas do Regime Militar. Segundo a autora, o século XXI trouxe com as tecnologias digitais a complexificação do cenário comunicacional e a comunicação alternativa aos discursos dominantes “mudou de lugar social” (2014, p. 6). Ver PARENTE, Renata Escarião. *Do midialivismo de massa ao midialivismo ciberativista: uma reflexão sobre as perspectivas de comunicação alternativa no Brasil*. Compós, 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oj3wkg4>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

⁴⁸ Ver GÓES, Laércio Torres de. *Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web*. Intercom, 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oeeyaup>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

Downing (2010) ainda aponta a utilização de diversos conceitos⁴⁹ referentes à mídia ativista, como mídia tática, mídia independente, mídia participativa, mídia dos movimentos sociais, mídia cidadã⁵⁰ (DOWNING, 2010), entre outros. O pesquisador, entretanto, se coloca no debate e adota o termo *mídia radical alternativa*, com o intuito de definir expressões midiáticas que tem como intenção romper regras e questionar o *establishment* e o seu conjunto de valores socialmente estabelecidos a partir da perspectiva de uma classe ou segmento social, tendo a missão de

não apenas fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (DOWNING, 2004, p. 50).

Para Downing (2004), a mídia radical alternativa (MRA) amplia o âmbito das informações além dos limites estreitos da mídia corporativa, por ser mais numerosa e mais sensível às vozes que não têm vez na esfera pública. Além disso, a MRA geralmente tem relações próximas com movimentos sociais, dando visibilidade a discursos e realidades distanciados das pautas e enquadramentos da mídia tradicional, exercendo “múltiplos impactos em diferentes níveis” (2004, p. 22). Aos indivíduos que se utilizam das MRAs, dá-se o nome de ativistas midiáticos, atores que se utilizam do ativismo para promover uma maior democratização informacional e da própria esfera pública, geralmente permeada por discursos monolíticos e excludentes.

Neste sentido, vale lembrar que “radical” diz respeito não a uma postura sangrenta ou extremista, como uma observação superficial do termo pode sugerir, mas trata-se de um conjunto de práticas incisivas comprometidas em quebrar paradigmas, promover mudanças efetivas nos quadros sociais, culturais e político-econômicos da sociedade.

Segundo o autor, dentre as mídias radicais há os folhetos, jornais murais e comunitários, *fanzines*, cartazes, panfletos, grafite, vestuário, revistas, pôsteres e, ainda, outras modalidades que se apropriam do paradigma da radiodifusão para produzir informações

⁴⁹ Ver DOWNING, John. “Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais” Matrizes, 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mgquhat>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

⁵⁰ Em entrevista, o autor menciona o termo da pesquisadora colombiana Clemência Rodrigues, que considera a comunicação como uma das bases que constroem a efetiva cidadania. Downing apenas faz uma ressalva quanto à possibilidade do termo excluir indivíduos refugiados e imigrantes que não possuem cidadania oficial e legalizada. Entretanto, considera a expressão bastante útil. Ver CAVALLI, Patrícia Wittenberg. *Entrevista com John Downing*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/phasn1q>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

diferenciadas dos conglomerados midiáticos, como rádios comunitárias, produções audiovisuais como videodocumentários etc.

Reforçamos que as mídias radicais apresentam-se nos mais variados formatos de comunicação, como já mencionamos, integrando o rol de mídias *on-line* e *off-line*. Fazem críticas ao consenso construído pelos setores dominantes da sociedade com o apoio imprescindível da mídia corporativa, mas buscam desconstruir abordagens, discursos e narrativas desta mídia. Colaboram, assim, para a redefinição do ecossistema midiático permeado por grandes conglomerados e interesses comerciais. Para Carlos André Santos⁵¹, buscam

propor uma ação reativa às lacunas e desinformações da grande mídia, além de apropriar-se dos meios comunicativos de forma que possa integrar e expor as demandas das ditas “classes dominadas” criando redes que vão de embate aos ditames dos poderosos (SANTOS apud CARVALHO, 2013, *on-line*).

Há também a denominação *mídia livre* e o movimento que envolve as diversas mídias livres, o *midialivrismo*⁵². Malini & Antoun (2013) dividem em duas abordagens: *midialivrismo de massa* e *midialivrismo ciberativista*, que por sua vez

reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 21-22).

Em voga na contemporaneidade, o termo é bastante adotado para definir mídias que produzem informações e promovem ativismo midiático por meio do uso das tecnologias digitais, os aparelhos portáteis e redes móveis, redes sociais, transmissões em *live*

⁵¹ Ver dissertação de mestrado de SANTOS, Carlos André. *A rebeldia por trás das lentes: participação política juvenil no centro de mídia independente no Brasil*. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nxgolnb>>. Acesso em: 18 nov. 2014. Ver também o artigo de CARVALHO, Kely Silva de. *As mídias radicais alternativas e o videoativismo: novas ferramentas de mobilização social*. In: Anais do SAL – UEG. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lvuuh5g>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

⁵² A professora da UFRJ, Ivana Bentes, fala um pouco sobre o *midialivrismo* como uma comunicação que provém de setores marginais da sociedade, discutindo inclusive algumas questões discutidas pelo *midialivrismo*, como o incentivo através da iniciativa pública a estas expressões midiáticas. Ver no YouTube. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l4w23ea>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

*streaming*⁵³, plataformas colaborativas, entre outras ferramentas e estratégias, como os meios ativistas tradicionais, conforme veremos a seguir.

O termo, aliás, vem sendo atribuído às mídias que em geral são livres de fins mercadológicos e postura ativista. “Mídia livre de quê?”, perguntamos a um dos entrevistados que compôs nosso estudo, o autodenominado “midialivrista” Alexsander Lepletier, cujos depoimentos constarão no Capítulo III, que declara:

Livre de corporações, livre de... é... Livre de algum tipo de conduta que ela tenha que obedecer, livre porque você faz aquilo que você quer, né? Aí você tem diferenciação, mídia livre, mídia... Eu tava vendo isso na internet ontem. Tem um site que faz essa distinção. Mídia livre... Mídia independente, mídia alternativa, mídia contra-hegemônica. Acho que livre é... Não sei... Acho que livre ou alternativa são duas palavras que eu me sinto mais confortável em me colocar porque eu posso... Eu posso seguir o padrão. Livre, eu posso seguir o padrão ou não. Posso ser contra-hegemônico, posso ser tudo, né? E é isso que a gente quer, cara. A gente pode ser tudo (ALEXSANDER, 2014).

“A gente pode ser tudo” é uma frase que nos chamou atenção, pois simboliza bastante o fenômeno da rebeldia midiática, o empoderamento dos indivíduos a partir do acesso aos meios de produção e distribuição de informações, a horizontalidade dos meios. Poder ser tudo é poder no sentido mais cru que a expressão carrega, pois ao poder ser um ator midiático, o indivíduo se insere no cenário comunicacional de forma ativa – ou ativista – para ter liberdade de escolher o caminho a seguir, que postura adotar, ter autonomia para produzir por conta própria e possivelmente seguir no mesmo sentido daqueles que divulgaram no Twitter a frase que passou a ser uma referência dos movimentos midiáticos contemporâneos: “não precisamos de mídia partidarista, temos celulares”⁵⁴.

Para Malini e Antoun (2013),

Os midialivristas são sujeitos aparelhados e interfaceados (em sites, blogs e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue hackear a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito de mídia (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 22).

⁵³ *Live streaming* é a emissão de dados em tempo real via rede. Por meio desta tecnologia, informações multimídia podem ser facilmente distribuídas e acessadas em tempo real. Por meio do *streaming* (fluxo de mídia), as informações são reproduzidas assim que chegam ao usuário, em modelo semelhante ao rádio ou TV aberta, geralmente não sendo arquivadas por ele.

⁵⁴ Frase foi publicada no Twitter em meio às manifestações de junho de 2013 no Brasil. Cf. “POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores”, In. Observatório da Imprensa, 25.06.2013. Disponível em: <<http://migre.me/gnoDM>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Tradicionalmente restritas por serem mídias de pequeno alcance quando produzem informações em meios *off-line*, as mídias livres ou mídias ativistas se incorporaram à internet, através de sites, portais, agências de notícias, plataformas colaborativas de informação etc. tendo condições de atuarem de forma massiva⁵⁵, conforme Castells (2013) ou, de forma pós-massiva, conforme Lemos (2010), como preferimos.

Estas mídias são fruto do “casamento da política de ação direta do novo ativismo com a potência interativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia” (MALINI & ANTOUN, 2013). Ao utilizarem-se das tecnologias digitais e da internet para ampliarem seu raio de abrangência, as mídias ativistas incorporaram as funções pós-massivas⁵⁶ do ciberespaço (LEMO, 2010). Para André Lemos, as mídias de função pós-massiva

funcionam a partir de redes telemáticas onde qualquer um pode produzir informação, “liberando” o polo da emissão, sem necessariamente haver empresas e conglomerados econômicos por trás. As funções pós-massivas não competem entre si por verbas publicitárias e não estão centradas sobre um território específico, mas virtualmente sobre o planeta. O produto é personalizável e, na maioria das vezes, insiste em fluxos comunicacionais bidirecionais (todos-todos), diferente do fluxo unidirecional (um-todos) das mídias de função massiva. (...) Experiências na internet com blogs, gravadoras e músicos, *softwares* livres, podcasting, wikis, entre outras, mostram o potencial das mídias de função pós-massivas (LEMO, 2010, *on-line*).

Ao se constituírem como ferramentas comunicacionais que funcionam sob os três princípios fundamentais da cibercultura: a liberação da emissão, a conexão generalizada e a reconfiguração das instituições e da indústria cultural de massa (LEMO, 2010), as mídias ativistas assumem-se como o que vamos chamar de *mídias ativistas pós-massivas*. A partir da liberação do polo emissor e a comunicação horizontal via internet, as mídias livres expressam para um público mais amplo suas visões alternativas “às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” da sociedade (DOWNING, 2004, p. 21).

⁵⁵ Quando nos referimos a uma atuação massiva, nos referimos ao esclarecimento de Castells (2013) quando discute a autocomunicação, uma comunicação sustentada na autonomia do ator comunicante. Ele afirma que esta prática “é comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo” (CASTELLS, 2013, p. 12). Para saber mais, ver: Cf. “A autocomunicação de massas segundo Castells”. In. Portal CMAIS. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mszumcz>>. Acesso em: 04 mar. 2015. Compreendemos a colocação do autor, mas preferimos usar o termo de André Lemos, “pós-massivo”, por este dispensar os sentidos negativos que “massa” carrega. Mantemos o entendimento do conceito que Castells quer implementar, mas substituímos o termo para melhor adequar as expressões que nos referimos às suas respectivas funções.

⁵⁶ Ver LEMO, André. *Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m46aktr>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

Sendo assim, seguindo a terminologia mídia(s) livre(s) adotada pelos midialivristas e fundamentada pelo trabalho de Malini e Antoun (2013), nosso trabalho irá conceber como mídias livres as que enfrentam e subvertem o poder dos grandes conglomerados midiáticos ou ainda preencher suas lacunas. Ou seja⁵⁷,

Em busca de uma radicalização da democracia e entendendo a informação e a comunicação democráticas como condição fundamental para a participação cidadã, as mídias livres atuam para transformar essa realidade, contra-hegemonicamente (sic). Cumprem sua missão com independência em relação ao poder político e econômico dos governos e grandes grupos de comunicação. Não à toa, seguem marginalizadas na maior parte dos países (CARTA CAPITAL, 2014).

Nossa preocupação é evitar conflitos semânticos que as inúmeras denominações existentes venham a causar. É relevante frisar que esta delimitação de espaços de atuação, entretanto, não vem a anular a importância de qualquer expressão midiática – comercial ou livre –, mas apenas facilitar a condução do estudo. Ressaltamos, ainda, que os propósitos das mídias livres relacionam-se em alguns sentidos com os dois propósitos precedentes formulados Downing, na obra *Mídia Radical* (2004)⁵⁸.

Desta forma, as mídias livres possuem, em sua proposta de enfrentamento, características atribuídas por este autor às mídias radicais. Escolhemos, contudo, o primeiro termo para evitar conflitos no que diz respeito à concepção que o estudo de John Downing atribui às mídias radicais como mídias de pequena escala produzidas por ativistas para um público ativo que, em geral, se circunscreve à ação dos movimentos sociais (PRUDENCIO, 2005, p. 8).

Ou seja, entendemos que apesar de serem integrantes ou simpatizantes de movimentos sociais, muitas mídias livres contemporâneas buscam alcançar espaços que transcendem os círculos de integrantes e simpatizantes dos movimentos sociais, a fim de chegar ao grande público. Através da internet e das redes sociais, estas mídias garantem uma distribuição massiva que tende a ultrapassar as redes de ativistas e, por vezes, se colocar no grande circuito informacional por meio de suas funções pós-massivas, como nos casos que estudaremos no Capítulo III, envolvendo mobilizações intensas de ativismo e contrainformação fortes o suficiente para reverberar na esfera macromidiática.

⁵⁷ Cf. “Mídia livre: uma luta muito além do Brasil”. In: Portal Carta Capital. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nguj2sx>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

⁵⁸ 1) Opor-se direta e verticalmente, em representação dos setores subordinados, às estruturas de poder e seu comportamento e 2) “obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder” (DOWNING, 2004, p. 30).

Por fim, tenhamos em vista que o termo é uma tentativa desta expressão midiática se diferenciar do outro tipo de mídia, corporativa, e representa a disputa simbólica entre visões de mundo opostas, representações da realidade, enquadramento e abordagem sobre os fatos e fenômenos sociais. Diz respeito às relações de poder e os fluxos informacionais de concentração e pulverização que estas estruturas movimentam, em uma constante disputa por visibilidade e legitimidade. Representa, ainda, uma relação complexa e constantemente conflituosa entre macroestruturas e microestruturas, que atuam por meio de distintas intencionalidades e se legitimam a partir de práticas diferentes, mas que, é bom frisar, podem interagir e dialogar, complementar-se, em prol da informação bem elaborada, como veremos no Capítulo III.

1.4 – Macromídia e micromídia: tecendo definições iniciais

Estudar o presente não é fácil porque “o instante é intenso, mas precário”, como afirma Michel Maffesoli em *O Instante Eterno*. Falar no que é novo e no que é tradicional pode ser uma armadilha porque o novo se reinventa rapidamente e muitas vezes possui obsolescência programada, como diz a letra da música *3ª do Plural*, de *Engenheiros do Hawaii*, assim como o tradicional em algum momento é reincorporado por novas práticas e passa a ser considerado novo – outra vez.

O julgamento sobre o que é oficial e o que é extraoficial geralmente depende do ponto de vista de quem observa, pois a própria legitimação de práticas e valores ocorre a partir de alguns critérios que não são universais nem absolutamente verdadeiros. Por isso, a contemporaneidade nos traz dificuldades para denominar determinados fenômenos; com os meios de comunicação, não poderia ser diferente.

No decorrer das leituras, encontramos diversas nomenclaturas para se referirem aos meios de comunicação de grande porte, aqueles que possuem larga abrangência nos territórios físicos e virtuais. Assim, observamos a frequência de termos como mídia tradicional, mídia corporativa, mídia comercial, mídia convencional, mídia oficial, velha mídia, mídia de massa, grande mídia ou mesmo o simples “mídia”.

Já no que diz respeito a meios de comunicação de pequeno porte, vemos definições como novas mídias, mídias alternativas, mídias-poeira, mídias sociais, entre tantos outros termos. E como apresentamos no tópico anterior, no que diz respeito às mídias combativas (o que já é uma definição), encontramos mídia independente, mídia contra-hegemônica, mídia livre, mídia radical e outras definições.

O excesso de terminologias pode dificultar a compreensão das expressões midiáticas que pretendemos estudar. Desta maneira, para evitar uma confusão semântica, sugerimos a consideração de apenas dois termos genéricos que representem de maneira simples os dois polos dos meios de comunicação, ou seja, o de larga escala e o de pequena escala.

a) Denominaremos *macromídia* aquela mídia que possui longo alcance, geralmente transmitindo sua produção via *broadcasting* com foco nos grandes públicos, que integra o *mainstream* midiático. Sua influência pode ser local, nacional ou internacional e possui grande poder de interferência na agenda pública e política. Sua produção segue modelo industrial e possui estrutura de grande porte, empregando muitos funcionários e pode ter diversas sucursais. Atua como uma grande corporação de mercado, com rotinas, estéticas, linhas editoriais específicas, além de estrutura técnica e tecnológica robusta. Alguns exemplos são grandes empresas do porte da Rede Globo, Folha de São Paulo, Time-Warner, Disney, Google, entre outras.

b) Classificaremos como *micromídia* a mídia de curto alcance ou pequeno porte, que pode se utilizar de meios como o papel, sons, fotos e vídeo, o corpo, as arquiteturas urbanas ou as tecnologias digitais. Raramente atua com *broadcasting* e possui raio de abrangência limitado, e mesmo que utilize a internet, geralmente tem restrições técnicas que limitam sua produção e transmissão e se encontra à margem do ecossistema midiático, como fanzines, folhetos, rádios-poste, *blogs*, sites independentes, e infinitas outras estruturas.

Como estabelece Mazetti (*in* COUTINHO et al., 2008), em referência a Kellner (2001), mídia pode ser entendida como “a cultura mediada com a ajuda das diferentes tecnologias de produção e distribuição de informação e comunicação”, mas também é concebida como um *meio*, ou seja, “como aparato técnico que permite a comunicação e a troca de informação”. Obviamente que cada produção midiática afeta de maneira peculiar a cultura da mídia, mas quando maior for seu poder econômico, maior será a reverberação causada na cultura da sociedade.

Neste caso, *macromídia*⁵⁹ congrega a noção de “grande mídia”. Trata-se de uma macroestrutura que tem lugar de referência no campo da comunicação, e garante sua legitimidade por algumas características como as estéticas, o tempo de atuação, a facilidade de acesso, em suma, pelo seu lugar na indústria cultural. Macromídias se tratam de grandes

⁵⁹ A macromídia é produzida em moldes industriais, com estrutura e grande número de profissionais, obtendo concessões públicas e altos investimentos públicos e privados que propiciam sua difusão em larga escala. As micromídias geralmente são produções de pequeno porte desenvolvidas por indivíduos ou pequenos coletivos, mas que, quando se suportam na Internet, também podem obter por meio deste ambiente, um alcance relativamente alto, por conta da arquitetura horizontal e reticular a partir da qual as redes telemáticas operam.

veículos de comunicação e informação, ou seja, grandes estúdios de cinema, música, empresas de TV, de jornalismo, rádio, impressos, portais de notícia nacionais e internacionais etc. A macromídia funciona basicamente sob lógicas comerciais, recebe investimentos publicitários de empresas, instituições bancárias e governos para financiar seus produtos. Diz respeito também à negociação capitalista de bens simbólicos por sistemas como *pay per view*, *paywall*, assinaturas etc.

Já as *micromídias* geralmente se encontram distanciadas dos grandes conglomerados, e são produzidas por um ou por poucos sujeitos, podendo utilizar-se dos mais variados suportes. Quando se utilizam da internet, *micromídias digitais* (utilizaremos esta especificação para definir as micromídias que atuam através de meios digitais) distribuem conteúdos através de lógicas reticulares, podem ter grande abrangência e chegar a alcançarem grande número de usuários através do compartilhamento de textos, imagens, vídeos com conteúdos diversos. É sobre estas expressões midiáticas que nosso trabalho se debruça. Também podem ter fins comerciais, mas em grande parte, não possuem interesses mercadológicos. Ou seja, como não possuem, em geral, grande poder econômico para lhe financiar, investem no poder da agregação, do “boca a boca” (presencial ou virtual), do contágio, dos métodos horizontais de propagação de conteúdos.

São exemplos de micromídias uma tatuagem, uma camiseta, um cartaz, uma faixa, os veículos comunitários, por exemplo, e as mais variadas expressões midiáticas, como o cordel, os semanários escolares, o grafite, bem como formatos digitais como *blogs*, *podcasts*, sites independentes de notícias, páginas em sites de redes sociais e outros, que estão se proliferando pela Rede, impulsionados pelas possibilidades interativas que a Web 2.0 vem oferecendo. Se há um meio e uma mensagem e seu alcance é, pelo menos a princípio, limitado, podemos supor que se trata de uma micromídia.

Aliás, mais que uma relação estrutura-alcance, as mídias se diferenciam pelo poder que exercem. Algumas possuem mais poder que outras, mas ambas as expressões midiáticas movimentam fluxos de poder que, através de relações complexas, podem interferir no tecido social de maneiras diversas. Neste sentido, a questão econômica tem bastante peso. Afinal, a indústria cultural converte bens simbólicos em mercado e neste mercado, para integrar o grande circuito da comunicação-informação, é preciso haver capital investido.

Obviamente, uma produção cinematográfica *blockbuster* que circula na maioria dos cinemas do país causará mais impacto na cultura da mídia nacional do que a produção alternativa de cinema de investimento baixo, geralmente sendo exibida em localidades específicas e sendo restrita ao conhecimento de alguns grupos sociais. Da mesma maneira,

uma informação veiculada no jornal em horário nobre, em uma grande rede de televisão, terá mais poder de agendamento dos debates da esfera pública que uma notícia produzida por uma rádio comunitária de bairro.

Contudo, com a internet e a facilidade de acesso aos meios de produção e distribuição de conteúdos através das tecnologias digitais, as relações de poder passaram a fluir em sentidos múltiplos, horizontais. E já que dar voz e visibilidade é conferir poder (FOUCAULT, 1985), as micropráticas midiáticas colaboram para a descentralização de algumas forças, que passaram a sofrer mais influências de forças menores, como apontam os estudos sobre convergência, midiaticização, movimentos sociais e, claro, jornalismo.

“Tudo que é sólido, desmancha no ar”, declarava Karl Marx no Manifesto Comunista em meados do século XIX, frase posteriormente reaproveitada como o título do livro de Marshall Berman. A frase se convencionou em uma representação das transformações provindas do século seguinte e a consequente redefinição da sociedade a partir de novos valores e novas representações sociais.

As instituições sólidas tradicionais, como o Estado, a Igreja, a família, a macromídia, a Escola passaram a sofrer um processo de tensionamento mais intenso quando os meios de comunicação alcançaram portes industriais de produção. Na realidade, estes tensionamentos são tão antigos quanto as técnicas de produção midiática, que remonta a séculos longínquos, mas foram intensificados paralelamente à sedimentação de alguns meios de comunicação como macroestruturas midiáticas.

A indústria cultural passou a ser o maior veiculador de sentidos e significados da sociedade contemporânea, tendo a TV como expressão máxima da força midiática dominante na cultura. Com efeito, a indústria cultural é seletiva e geralmente marginaliza manifestações midiáticas que não se enquadram em suas preferências, estéticas, lógicas de produção-distribuição. Estas manifestações existiram sempre em realidades paralelas, limitadas, reduzidas e, vez por outra, são incorporadas e massificadas, como o caso da música *punk* e seus adereços culturais, como a moda⁶⁰. Trata-se, pois, de casos pontuais.

Entretanto, com o desenvolvimento da cultura digital e a proliferação das suas estruturas fundadas por meio de lógicas horizontais, indivíduos ou pequenos grupos passaram a ter em mãos ferramentas de maior alcance, como as tecnologias digitais, para desenvolverem processos culturais que retensionaram as relações entre as instituições sociais

⁶⁰ Conforme veremos mais adiante.

e midiáticas, dando aos atores sociais mais visibilidade no espaço público e criando uma “nova esfera pública informatizada” (KELLNER, 2001).

Desta forma, a conjunção de micropoderes adquiridos pelos indivíduos a partir do acesso aos meios de produção midiáticos passou a não só ser um elemento externo ao *mainstream*, mas um conjunto de valores, práticas, visões que juntos representam culturas que não necessariamente são representadas a partir da cultura da mídia e que, de alguma forma, conseguem espaço na sociedade. As micromídias então, historicamente, possuem papel relevante na construção de sentidos, produção de subjetividade, representação das realidades.

No nosso trabalho, estudamos alguns fenômenos que têm em seu bojo a atuação de micromídias como perfis em redes sociais, produção de vídeos e fotos por meio de celulares, câmeras digitais e divulgados em *blogs*, contas no YouTube, transmitidos via *streaming* em plataformas virtuais. São, como já mencionamos, micromídias digitais, mídias de pequeno porte e longo alcance possível, produzidas geralmente por indivíduos ou pequenos grupos, utilizando tecnologias digitais e distribuindo seus conteúdos no ciberespaço.

Mas tal definição pode ensejar questionamentos, interrogando – por exemplo - até que ponto uma mídia é micro, quando circula em ambientes de amplo acesso como a internet. A partir desta questão, aludimos que a micromídia pode alcançar amplos públicos, mas ainda assim isso não lhe exclui o caráter micro, pois a sua estrutura ainda é pequena, se comparada a grandes empresas como o Google, por exemplo, empregadora de centenas de pessoas e proprietária de ações no mercado financeiro, recebendo altos investimentos de grandes empresas.

Mas ao mesmo tempo, esta mídia pode chegar a obter longo alcance, pois através das ecologias colaborativas do ciberespaço, várias micromídias podem se aglutinar e construir uma imensa rede ou circuito alternativo⁶¹ de informações de impacto considerável na esfera pública interconectada, ou uma “nova grande mídia” (MALINI, 2014).

Macromídias e micromídias integram o ecossistema midiático e, cada qual no seu espaço, cumprem funções sociais. Contudo, em alguns momentos, a partir de determinados usos feitos dos seus recursos, podem adquirir funções distintas, movimentando os fluxos de poder mais intensamente, como é o caso de manifestantes que se utilizam de gravações de celular para questionarem a versão oficial da Polícia Militar sobre um fato e a consequente veiculação desta versão na macromídia, pondo em cheque não apenas o discurso da instituição, mas da mídia de grande porte. Este movimento que segue o fluxo inverso ao

⁶¹ Ver MALINI, Fábio. *A nova GRANDE MÍDIA: a ecologia midialivrista brasileira no Facebook*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lw39o9k>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

sentido tradicional macromídia–público, traduz a complexificação das relações de poder provocadas pela utilização radical do recurso videográfico do aparelho celular.

Vale destacar o exemplo dos jovens que filmavam a si próprios na favela de Palmeirinha do Rio de Janeiro, quando receberam tiros de policiais que subiam a rua, ocasionando a morte de um adolescente e o ferimento de outro⁶². O celular, que continuou filmando após o jovem ser atingido fatalmente pela bala, passou a ser utilizado pela Polícia Civil para as investigações do caso, e resultou na libertação do jovem sobrevivente, que havia sido preso pelos PMs. A partir do vídeo, as versões passaram a ser confrontadas, a fim de identificar o que de fato ocorreu.

A micromídia pode ser utilizada de variadas formas: lúdicas, informativas, ativistas e toda sorte de formatações que os usuários puderem construir. Uma conta no YouTube pode ser aberta para divulgar vídeos de animais, piadas, reproduzir trechos de programas televisivos e para uma infinidade de usos. Trata-se de uma micromídia de fins lúdicos. Assim como um *podcast* pode ser criado para transmitir músicas e informações sobre aquelas composições e artistas populares.

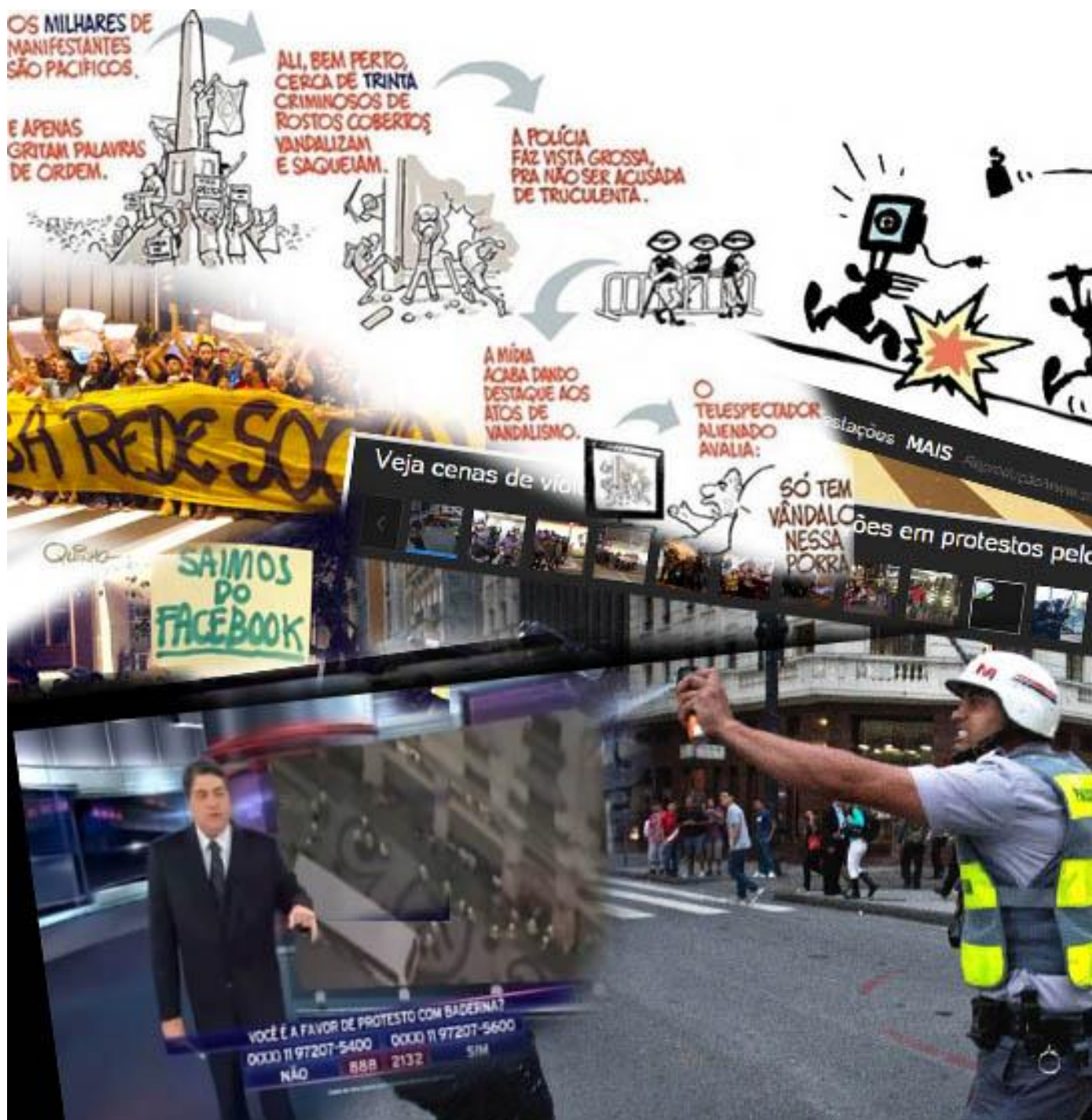
Do mesmo modo, estes mesmos recursos podem ser utilizados para defender posicionamentos políticos críticos ao *status quo*, ressaltar valores e olhares que enfrentem as estruturas convencionais. É o que ocorre com as mídias livres estudadas neste trabalho. São indivíduos que se utilizam de micromídias para provocar as lógicas jornalísticas tradicionais e lançar na midiosfera suas subjetividades, posicionamentos políticos, olhares sobre as realidades, suas identificações com movimentos sociais etc. Um blog, uma transmissão *live streaming*, um vídeo publicado no YouTube pode ser exemplo de micromídia ativista, também denominada mídia livre.

Com as terminologias apresentadas neste tópico, pretendemos evitar a utilização de alguns termos, como oficial, tradicional, alternativa, e outros que podem conduzir a avaliações equivocadas das expressões midiáticas. Obviamente, trata-se de uma denominação provisória com fins de agilizar o curso da investigação e requer estudos mais aprofundados, mas considerando a exiguidade do tempo, deixaremos o trabalho de conceituação para um momento mais oportuno, e procuramos apenas sinalizar a via para um debate acerca das noções, conceitos e terminologias a respeito do nosso objeto de pesquisa.

⁶² A partir do vídeo que gravou todo o incidente, foi colocada em dúvida a versão apresentada pela PM, que os jovens haviam entrado em confronto contra a polícia e portavam armas de fogo. Para saber mais, Cf. “PM afasta nove policiais de ação na Palmeirinha, Rio”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nzlwkaq>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

#CAPÍTULO II

Protagonismo, Mídias Livres e Poder: Tensões Sobre o Jornalismo



Charges: Stocker e Quinho. In: Portal UOL. Disponível em: < <http://tinyurl.com/nhheobc> >.

Imagem: “Saímos do Facebook”. In: O Globo. Disponível em: < <http://tinyurl.com/pc5r746> >.

Imagem: Datena apresenta Brasil Urgente. Fonte: Reprodução YouTube.

Imagem: Policial dispara spray de pimenta contra cinegrafista. Foto: Rodrigo Paiva, Ag. Estado.

Imagem: “Somos a Rede Social”. Foto: Anna Dantes. Reprodução.

2.1 – Espetáculo e relações de poder

Tendo em vista que boa parte do conteúdo veiculado na macromídia jornalística sobre as manifestações brasileiras seguiu preceitos espetaculares de cobertura, focando exaustivamente confrontos urbanos muitas vezes dissonantes com as propostas e pautas dos protestos, faz-se necessário que abordemos a discussão sobre espetáculo midiático e suas consequências na produção de sentido sobre os fenômenos sociais.

Como aponta Douglas Kellner, o espetáculo é um dos princípios organizacionais da economia, política, sociedade e da vida cotidiana (2006, p. 119). Os meios de comunicação de massa recorrem frequentemente aos recursos do espetáculo para convencer o público a consumir seus produtos.

A partir da tentativa de entreter e chocar o público com as melhores imagens, discursos inflamáveis, luzes, cores e movimento, a televisão, ainda o veículo mais popular do Brasil, presente em quase 97% dos domicílios⁶³, consegue garantir a sua audiência, dando destaque aos mais variados assuntos, mas sem necessariamente assumir o compromisso de levantar os debates necessários para uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais.

A midiaticização amplifica os efeitos do espetáculo, levando às várias páginas, telas e alto-falantes os mecanismos de sedução que atuam sobre os públicos por meio de influências sensoriais e emocionais que são representações do cotidiano cuja função principal é buscar a identificação destes públicos com os modelos apresentados. Para Kellner (2008), a vida político-social é moldada pelo espetáculo, que por meio das tecnologias digitais, se converte em tecnoespetáculo e vem modificando “os contornos e trajetórias das sociedades e cultura atuais” (2008, p. 120).

Todavia, o espetáculo não é um fenômeno midiático alheio ao público, que por acaso teria de forçar uma identificação, criar padrões não antes concebidos socialmente. Para o autor, o estilo de vida dos indivíduos é doutrinado pelo espetáculo, o qual possui meios e instrumentos que incorporam os valores básicos da sociedade contemporânea. Neste sentido se sustentam os megaespetáculos, que “dramatizam controvérsias e embates, assim como os modos de resolução de conflitos” (2008, p. 122), cujos exemplos são coberturas exageradas de eventos esportivos, políticos e outros acontecimentos.

Neste debate, não podemos deixar de mencionar Guy Debord (1997), cujas teses da Sociedade do Espetáculo influenciaram idéias que circularam nos movimentos de 1968. Para

⁶³ De acordo com dados do Grupo de Mídia São Paulo em pesquisa realizada em 2013. De acordo com o IBGE, em 2010, o número de TVs nos domicílios brasileiros ultrapassou a quantidade de rádio, que não passa de 82%. Pesquisa Mídia Dados Brasil 2013 está disponível em <<https://mdb2013.bbi.net.br>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

o autor, a noção de espetáculo envolve alienação e pacificação dos espectadores através da manipulação ideológica e econômica, sendo o entretenimento um instrumento de despolitização do público. Por sua vez, Kellner aborda a complexidade, o caráter imprevisível, contraditório e ambíguo do espetáculo. Como ele mesmo afirma, “na era da mídia, as imagens são impossíveis de se controlar” (2006, p. 143). O espetáculo se configura como uma estratégia de poder – garante audiência e subjuga a necessidade jornalística de apuração e aprofundamento sobre os fatos.

Obviamente, reconhecemos o papel central de poder que a mídia exerce na sociedade contemporânea, assim como coloca Gonçalves (2008), que posiciona a mídia como “certamente o grande veiculador de sentidos e significados que vão operar no sentido de que as pessoas se experimentem enquanto sujeitos” (2008, p. 147). Ao mesmo tempo, mantemos a lucidez de não enxergar a mídia como detentora de um poder absoluto de influência, havendo de respeitar os estudos que demonstram as reapropriações que o público faz dos discursos e recursos midiáticos, de acordo com seus interesses, valores, seu universo referencial etc.

Como sugere Michel Foucault (1987), em relação às técnicas de (re)produção sociocultural, em “Vigiar e Punir”⁶⁴, os indivíduos podem exercer um papel ativo nos processos infocomunicacionais, porque o poder não é possuído por uma classe, mas diz respeito ao efeito das posições estratégicas ocupadas por estas classes. E, mesmo que o público não possua canais de interação direta com os emissores, interage com outros indivíduos e com os produtos midiáticos, e inclusive *responde* (BRAGA, 2006) a estas produções, demonstrando o caráter relacional do poder.

A cultura da mídia, termo usado por Kellner (2001) envolve estes processos e “constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura” (KELLNER, 2001, p. 54), mas também, por ser diretamente vinculada ao poder, é um lugar de disputas pelo controle da sociedade, um *espaço de poder*. O autor aponta que nossa cultura foi colonizada pela mídia, classificando a cultura contemporânea como *cultura da mídia*, “o lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade” (2001, p. 54).

Kellner (2001) ainda reforça que a produção da mídia tem ligações íntimas com as relações de poder e que interesses das forças sociais poderosas são reforçados, “promovendo a dominação ou dando aos indivíduos força para a resistência e a luta” (2001, p. 64).

⁶⁴ O autor francês, que utiliza o termo “microfísica do poder”, incorre por uma análise dos mecanismos que interferem na disciplina, a partir de uma não conformação que leva os usuários a “se reapropriarem do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (FOUCAULT, 1987).

Trata-se, portanto, de um poder plural, como coloca Gonçalves (2008), mas não absoluto. Elhajji & Zanforlin colocam que “são, de fato, os textos da mídia que têm constituído o principal construto simbólico de negociação dos sentidos e das representações do/no imaginário nacional” (2008, p. 295). As relações de poder são representadas nos textos midiáticos, que pulverizam “imagens, conceitos, ideologias e estereótipos em constante renovação, repetição e recriação. A mídia, portanto, se disponibiliza como um lugar privilegiado onde se reproduzem as tensões sociais” (op. cit., p. 308). E completam, declarando que

as variadas formas de luta pela hegemonia, contra hegemonia, consenso e consentimento encontram nos textos da mídia o espaço ideal para revelar a complexidade do tecido social contemporâneo, alinhar os diversos campos de que são provenientes e possibilitar, assim, uma melhor compreensão da multiplicidade de vozes que compõem os discursos ideológicos em vigência (ELHAJJI & ZANFORLIN, 2008, p. 308).

Consideramos a mídia como instrumento veiculador de sentidos e ideologias e os textos midiáticos – especialmente os produzidos pelas macromídias, devido ao seu longo alcance –, possuem bastante influência na potencialização de estereótipos, como afirma Eugênio Bucci (2000). Entendemos, ainda, que as grandes coberturas dos protestos de rua que eclodiram a partir de junho de 2013 podem ser caracterizadas como um misto de espetáculo e carnaval⁶⁵.

Ou seja, houve uma apropriação da macromídia da sequência de eventos que brotou das redes e ruas, com as *smart mobs*. A rede de movimentos foi incorporada pelos veículos de comunicação e convertida, assim, em um grande espetáculo fundamentado na intenção de prender o público pela emoção, opondo “santos e vilões no noticiário”, como afirma Bucci. Para ele, “o estereótipo subjuga o homem” (2000, p. 143).

A consequência da confecção da realidade espetacular não está apenas no sensacionalismo; ela redundando em egocentrismo, em fetichismo, em sexismo e se materializa no culto das falsas imagens. Os personagens são reais e, no entanto, fabricados – sempre falsos, em alguma medida. Reais porque de fato têm lugar no mundo dos mortais, como pessoas de carne e osso.

⁶⁵ Ver Maia & Castro (2006): *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Para Rousiley Maia, os recursos para produzir espetacularização podem ser usados por atores coletivos da sociedade civil como forma de desestabilizar as visões hegemônicas do *status quo*. Em outro momento, a partir das reflexões de Mikhail Bakhtin, Ekecrantz (2006) destaca a relação do protesto social com qualidades carnavalescas, sua espontaneidade, sarcasmo, seu caráter urbano, horizontal, seus estandartes e bandeiras. Podemos, então, observar os protestos como um misto de carnaval e espetáculo, ruas e redes convergindo sobre os propósitos de crítica para visibilidade e transformação social.

Fabricados (e falsos) porque sua composição segue uma coerência mais dramática do que propriamente factual (BUCCI, 2000, p. 142).

Este conjunto de eventos fornece base empírica para a noção de *maniqueísmo acrítico*, abordada por Bucci (2000), de acordo com o qual as narrativas jornalísticas são impregnadas de emoção, buscando prender o público pelos sentimentos, pelo entretenimento, pelo espetáculo das imagens e estereótipos. Em sequências melodramáticas, as informações são organizadas a partir da lógica maniqueísta que divide as representações do mundo a partir dos princípios opostos do bem e do mal. Esta dicotomia reduz o debate público a discursos que, vez por outra, acabam por desembocar em moralismos e argumentos simplistas incoerentes com a sociedade plural, complexa e fragmentada na qual vivemos.

Por conta das limitações de tempo e espaço impostas às macromídias jornalísticas, “o centro das atenções está no que ocorre, não na razão pela qual ocorre ou em suas causas profundas” (EPSTEIN, 1981 apud WOLF, 2012, p. 199). Não há contextualização dos acontecimentos, trata-se da *distorção involuntária* discutida por Wolf (2012), quando se refere ao conjunto de elementos que constituem os critérios de noticiabilidade.

Um exemplo desta minimização dos debates críticos é a forma como foram (e são) enfocados determinados manifestantes, que promoveram depredações de coisas e destruição de patrimônios públicos e privados em meio aos protestos⁶⁶. Durante semanas, o texto da mídia corporativa se repetiu exaustivamente nos diversos veículos, rapidamente classificando estes indivíduos como “vândalos” e “baderneiros”, em oposição aos “manifestantes pacíficos”, destacando as posturas destes e daqueles nos eventos.

*Drones*⁶⁷ e helicópteros capturavam imagens aéreas das cenas de destruição que foram ao ar nas TVs aberta e a cabo por horas a fio, sob a locução quase frenética de apresentadores que usavam palavras para dizer o que as imagens já transmitiam, assemelhando-se, em vários momentos, à cobertura do carnaval da Marquês de Sapucaí carioca, sem crítica, sem avaliação, só um apresentador narrando de cima, do alto, longe do chão, os “desfiles”.

Abrindo parênteses: de acordo com a definição expressa no documentário “Com Vandalismo”, produzido com o intuito de imergir na linha de frente dos confrontos entre

⁶⁶ Para entender melhor sobre a violência concreta que ocorre nos protestos de rua contemporâneos, ler ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: Seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014. Entre outras “visões marginais”, como o autor denomina, o livro discute a existência da violência subjetiva e a violência objetiva, sendo a primeira visível e a segunda não tão facilmente perceptível. Segundo o autor, é preciso compreender que a violência objetiva é inerente ao estado “normal” das coisas na sociedade e que a violência subjetiva é uma explosão decorrente do cenário aparentemente pacífico, mas invisivelmente violento da normalidade. Suas avaliações colaboram para a compreensão das ações e reações violentas ocorridas nas manifestações, das táticas *black bloc*, e outras questões.

⁶⁷ Veículos aéreos não tripulados controlados remotamente. Em inglês, *drone* significa zangão.

manifestantes e polícia da cidade de Fortaleza, Ceará, “vândalos” são, para a grande mídia do país, pessoas que desmotivadamente depredam o patrimônio público, carros de veículos de comunicação e “atacam a polícia com o simples objetivo de estabelecer o caos. ‘Vândalos’ seriam a minoria infiltrada, baderneiros, bandidos. Por causa disso, não merecem ser escutados”.

Para alguns manifestantes entrevistados no filme, os “vândalos” são exceção nos eventos, são oportunistas, pessoas que vão às ruas pra roubar, causar o caos. Para outros, o simples enfrentamento à Polícia Militar não seria vandalismo e outros, ainda, declaram que “vândalo” é o Estado, ineficiente em políticas públicas e em posse do monopólio da violência (nos termos de Hobbes), expulsa famílias pobres de suas habitações precárias, em prol da Copa do Mundo de futebol. O filme tenta quebrar o senso comum que opõe violência e ideologia, uma concepção que tenta esvaziar de sentido as ações de destruição e ataque às forças de coerção.

Nossa proposta não é discutir em profundidade o dito “vandalismo” ou suas motivações. Tais avaliações já estão sendo eficientemente realizadas por outras áreas de estudo. Não obstante, a espetacularização do “vandalismo” nos inquieta por parecer inocente ao destacar nos noticiários a destruição de prédios, carros e lojas, mas obscurece os reais sentidos ideológicos que permeiam as narrativas jornalísticas, defensoras ferrenhas do *establishment* e da ordem constituída sob o signo do senso comum. Nas palavras de Vaz (2013), deixam de avaliar mais a fundo os impactos dessa mobilização na democracia⁶⁸ e evitam discutir as motivações que são o pano de fundo dos protestos e suas consequências.

Com a explícita dificuldade de conseguir avaliar mais a fundo as manifestações e compreender as redes complexas de indivíduos que compunham as multidões, os jornalistas se apropriaram do impressionismo das imagens para buscar informar ao menos factualmente os espectadores, narrando os fatos ao vivo, e buscando a todo custo defender o restabelecimento da ordem social.

Circulou bastante nas redes sociais a “pesquisa relâmpago” de José Luiz Datena, apresentador do programa policial Brasil Urgente⁶⁹, na Band, cuja pergunta era: “Você é a favor desse tipo de protesto?”.

⁶⁸ Fato semelhante é relatado pela autora Maria da Glória Gohn (2011) no livro *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*, no qual afirma que na cobertura feita pela macromídia a respeito dos movimentos antiglobalização, o destaque é sempre maior para ações espetaculares, fatores exóticos como a aparência de alguns integrantes, deixando em segundo plano o debate a respeito das causas defendidas pelos movimentos.

⁶⁹ Disponível em: <<http://tinyurl.com/mewzz5j>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

Enquanto o apresentador criticava os atos de violência que “manchavam” as manifestações legítimas, defendendo a legitimidade da manifestação pacífica e se colocando contra “baderna”, pôs os números na tela e o espectador podia acompanhar instantaneamente a contabilização de ligações para o “Sim” e para o “Não”.

O “este tipo de protesto” que a pergunta se referia era ao protesto “com baderna”, como o apresentador acenava verbalmente, enquanto a pergunta estava enquadrada acima das opções “Não”, à esquerda da tela, e “Sim” à direita. Ele seguia comentando: “Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública. E joga esses ‘caras’ contra a população, porque tem muita gente revoltada contra esse tipo de pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento”. No vídeo, a legenda acusava: “Impasse Livre”, demonstrando o transtorno que o protesto estava sendo para a ordem de São Paulo.

Figura 4 - Datena realiza pesquisa ao vivo, no Brasil Urgente da Band



Fonte: Reprodução YouTube

Os números crescem no vídeo, enquanto Datena vai ficando visivelmente incomodado com sua audiência dar maioria à opção Sim. Quando os marcadores apontam 1254 votos para Não e 1729 para Sim – quase quinhentos votos de diferença – o apresentador

do programa declara “Tá pau a pau”. Segundo ele, a votação estava acirrada. Não parecia. Ele chega a afirmar: “Eu votaria no Não, porque eu não sou a favor desse tipo de protesto”.

Soando desconcertado em sua aparente tentativa de influenciar as ligações, Datena questiona se a pergunta foi formulada de maneira errada. Ele sugere que os espectadores talvez não tenham compreendido a pergunta que estava na tela, já que as imagens da manifestação no vídeo não mostravam conflito algum. Será que a pergunta associada às imagens tranquilas teriam prejudicado a leitura do público?

O apresentador, então, reformula-a para “Você é a favor de protesto com baderna” e recomeça a contagem para, pouco depois, com o Sim recebendo bem mais votos que o Não, desistir. A votação é encerrada, com 2073 votos no Sim, 862 do Não. A tentativa do apresentador de manipular a pesquisa ao vivo é então sabotada. Os telespectadores deram seu recado, declararam sua posição, contrariando a vontade claramente expressa de Datena.

Desta forma, consideramos também de extrema relevância o posicionamento do público nestes processos, que através dos meios aos quais possuem acesso, contribuem com o debate público a respeito dos fatos e com a expansão do *ecossistema midiático*. Utilizam-se, ainda, das tecnologias da informação e comunicação para interagir/participar das produções macromidiáticas ou para serem protagonistas por meio das micromídias. Sobre a importância das tecnologias, vamos desenvolver algumas ideias no tópico a seguir.

2.2 – As rupturas da sociedade mediatizada

A Revolução Industrial reformulou no século XVIII os modelos capitalistas de produção, transformando as estruturas de uma economia movimentada basicamente por produtos manufaturados e relações de trabalho marcadas ainda pelo ambiente familiar das oficinas e as corporações de ofício. Ao retirar da mão do artesão as ferramentas de produção e o produto final do seu trabalho, além de convertê-lo em operário assalariado (ou mero desempregado), a industrialização trouxe à sociedade as formas que modelaram paulatinamente o sistema capitalista até os padrões atuais.

O surgimento do computador e posteriormente da internet, por sua vez, desencadeou a Revolução Digital, que impactou as estruturas e os processos dos meios de comunicação de massa⁷⁰. No ciberespaço, “conjunto das informações que transitam nos servidores e terminais conectados à Internet” (FRAGOSO, 2000, p. 4), novas possibilidades de interação, produção e

⁷⁰ Que não por acaso também seguem modelos de produção de uma indústria: a Indústria Cultural, cuja maior referência conceitual provém do ensaio de Max Horkheimer e Theodor Adorno, do início do século XX, a partir da obra *Dialética do Esclarecimento*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/97t3ym6>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

circulação de informações, de comércio e tantos outros fatores proporcionaram o desenvolvimento e expansão da cibercultura⁷¹ ou *cultura do acesso*, segundo Santaella (2007). Esta, então, interfere nas formas de se relacionar, consumir, construir e compartilhar conhecimento, alterando as várias dimensões humanas e viabilizando a conversão da rede mundial de computadores em um imenso espaço público autônomo (CASTELLS, 2013).

As tecnologias da informação e comunicação estão, portanto, reformulando as práticas e relações sociais, o mercado, as rotinas de trabalho, os meios de comunicação de massa e o funcionamento do próprio sistema capitalista, suas instituições e mecanismos operacionais, como o mercado financeiro, por exemplo.

As transformações irrompidas nos últimos vinte anos estão reestruturando a sociedade de uma maneira que as novas e as futuras gerações serão cada vez mais conectadas à internet, interligadas por dispositivos e conexões móveis, colaborando para a expansão do fenômeno nomeado como *midiatização*. A sociedade em vias de midiatização tem nas tecnologias não mais um mero suporte de transmissão e recepção de informações, mas o próprio ambiente onde o universo social se constrói e reconstrói, como veremos logo em seguida.

A midiatização é o fenômeno de “interconexão social tecnológica, ou seja, interações entre as relações humanas e os meios tecnológicos de comunicação social” (BARRETO, 2013, p. 27). Quer dizer, novas formas de sociabilidades são construídas a partir desse novo cenário, cujos meios passam a se constituírem em fundamentais facilitadores de novas formas de experimentar o mundo, os espaços, linguagens, representando novas ambientações e interações entre o humano e os tecnodispositivos, ou como atesta Sodré,

A midiatização pode ser pensada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação cultural própria (uma “tecnocultura”), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês (SODRÉ, 2006, p. 22).

A midiatização produz interferências nas formas de relacionamento entre pessoas, empresas, governos, organizações e as mídias, além de outras relações que, em uma visão macroscópica, estão inseridas em um grande círculo: o da comunicação. Ou como indica Fausto Neto (2012, p. 265), um intenso processo de transformação de tecnologias em meios afeta não apenas as estruturas da comunicação midiáticas, mas todas as práticas sociais.

⁷¹ É importante destacar que “a cultura virtual não brotou diretamente da cultura de massas, mas foi sendo semeada por processos de produção, distribuição e consumo comunicacionais” (SANTAELLA, 2003, p. 24). A estes processos, a pesquisadora Lucia Santaella chama de “cultura das mídias”. Para saber mais, ler *Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/moh8vl9>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

A “hipercomunicação”, produto deste cenário, traduz um contexto radical no estágio atual da troca de informações, sob o signo da intensidade, extrema aceleração e alta velocidade. O motor dessa aceleração e velocidade que turbina a produção e circulação das informações é a própria internet. Caracterizada pela convergência, conexão e mobilidade, a Rede ultrapassa e amplia o antigo conceito de canal de comunicação. No século XXI, há uma *ambiência* comunicacional gerada pela conversão da técnica em meios (FAUSTO NETO, 2012, p. 265), em que qualquer indivíduo pode ser agente produtor de conteúdos e compartilhá-los por meio de vídeos, textos, imagens e sons.

Facilita a expansão desse contexto, a mobilidade das conexões Wi-Fi, *Bluetooth*, 3G, 4G, os dispositivos híbridos (SILVA, *on-line*), ou seja, celulares, *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e *netbooks* e outros dispositivos classificados genericamente como tecnologias móveis. Além destas ferramentas, há os sites de redes sociais da internet⁷² (RECUERO, 2011), como Facebook⁷³, Twitter⁷⁴, YouTube⁷⁵, Flickr⁷⁶ e as plataformas de emissão via *live streaming* como TwitCasting⁷⁷, Ustream⁷⁸ etc. No ciberespaço, a interação entre os mais diversos segmentos da sociedade está ocorrendo de forma horizontal e em múltiplos fluxos, havendo poucos obstáculos técnicos e sendo dispensada na maioria dos casos a existência de mediadores ou filtros convencionais.

Sendo assim, considerando as funções pós-massivas (LEMOS, 2010) destas tecnologias, o público passou a ser produtor de informações em potencial. Os ciberambientes se tornaram espaços virtuais de diálogo, troca de conteúdo em vídeo, áudio, texto, imagens, grupos de discussão sobre infinitos assuntos etc. Com isso, o público passou a interagir entre si e com o mundo ao seu redor, obtendo uma autonomia que os meios de comunicação de massa não permitem. Desta forma, a macromídia passou a se reformular em modelos, práticas, rotinas e estruturas para atender às novas demandas da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), na qual há a popularização dos mais variados canais de comunicação e ampliação dos processos de resposta social, conforme atesta José Luiz Braga (2006).

⁷² Em *Redes Sociais na Internet*, Raquel Recuero (*online*) define que “redes sociais na internet podem ser muito maiores e mais amplas que as redes *offline*, com um potencial de informação que está presente nessas conexões”. E completa, apontando que rede social “é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema, o sistema em si, não é uma rede social, embora possa compreender várias delas” (RECUERO, *online*). Disponível em: <<http://tinyurl.com/lqnp47x>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁷³ <<http://facebook.com>>.

⁷⁴ <<http://twitter.com>>.

⁷⁵ <<http://youtube.com>>.

⁷⁶ <<http://flickr.com.br>>.

⁷⁷ <<http://twitcasting.tv>>.

⁷⁸ <<http://www.ustream.tv>>.

No instante em que as transformações tecnomidiáticas estão se desenvolvendo não apenas como modificações instrumentais dos processos de mediação, mas também como mudanças estruturais, as tecnologias estão redefinindo as formas de produzir, circular e consumir informações, e inclusive as relações entre estes processos e os processos simbólicos, que, como ressalta Jesus Martín-Barbero (2006), contribuem para a realocização da cultura na sociedade.

Uma cultura híbrida, como coloca Stuart Hall (2006), cujas identidades não são fixas, que estão suspensas, ou como argumenta o pesquisador Barbero, migram, se movem, estão mergulhadas nas redes e nos fluxos, são “raízes móveis, ou melhor, raízes em movimento” (2006, p. 61). Hall destaca o papel da globalização neste processo de “suspensão” das identidades culturais e também as aborda a partir de sua fragmentação e pluralização, efeitos da contemporaneidade.

É nesse cenário complexo que a mídia atua, sendo o vetor que insufla a globalização e promove, a partir do deslocamento das identidades, a produção de novos sujeitos, como afirma Laclau (1990 apud HALL, 2006, p. 18). Ou seja, assim como Sodré (*in* MORAES, 2006), entendemos que “a mídia é estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições” e que pode influenciar as formas como os indivíduos vivem, agem, se enxergam e enxergam o mundo ao seu redor, convivem e também resistem, lutam etc. Kellner (2001) reforça esta proposição, alegando que são os modelos e padrões fornecidos pela cultura da mídia que condicionam esses modos de ser e viver.

Santaella (2007), por sua vez, ao discutir a *cultura das mídias*⁷⁹, afirma que o estágio estrutural no qual os meios de comunicação se encontram atualmente é resultado de um processo que começou nos anos 1980, com o que ela chama de “aparecimento de uma cultura do disponível e do transitório” (2007, p. 125). A personalização do consumo propiciada pela TV a cabo, controle remoto ou videocassetes, por exemplo, deu aos indivíduos mais condição de escolher os produtos disponíveis no mercado, estimulando novos processos de comunicação além daqueles oferecidos verticalmente pelos *mass media*.

Por sua vez, a hibridização de linguagens, segundo a autora, já tende a se intensificar neste período, sendo ampliada ainda mais com a cultura planetária trazida à tona com as redes de teleinformática. Para ela, portanto, a cultura das mídias seria um período de passagem, uma transição da cultura de massas que dominou quase todo o século XX, para a cibercultura,

⁷⁹ Em *Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade* (2007), a autora se pronuncia sobre o termo “cultura da mídia” de Kellner (2001), afirmando que este se relaciona muito mais à cultura dos meios de massa, já que no seu livro, que tem como título exatamente A Cultura da Mídia, não menciona a cultura digital ou cibercultura.

classificada por ela como cultura do acesso. A cibercultura, então, provoca a perda de hegemonia e exclusividade da cultura de massas e oferece aos meios de comunicação uma nova lógica⁸⁰.

É certo que as tecnologias da informação e comunicação atingiram um caráter cada vez mais ubíquo e pervasivo, reconfigurando a todo instante os ambientes sociais e as relações entre os indivíduos, e complexificando o ecossistema midiático, como discutem Rubim (2000) e Canavilhas (2010). Possibilitam, assim, uma mobilidade informacional completamente nova, a partir de aparelhos portáteis, como celulares, *notebooks*, câmeras digitais, *tablets* e outros dispositivos portáteis que facilitam a produção, o consumo e a distribuição de conteúdos de imagem, áudio e texto por meio da internet e das mídias de função pós-massiva, que funcionam a partir de redes telemáticas, e que Malini e Antoun (2013) classificam como *mídias distribuídas de multidão*, em contraponto às *mídias irradiadas*, sobre as quais o público não tem controle direto e dos quais é alvo.

As mídias distribuídas de multidão estão em posse deste grande público, que os controla e assim produz conteúdos diversos, favorecendo a pluralização de perspectivas, narrativas, formatos e estruturas midiáticas que não necessariamente são voltados ao mercado ou a interesses comerciais, mesmo que em vários momentos atue como um reflexo, reprodução ou replicação das produções mercadológicas. Estes meios são, na verdade, causa e consequência deste fenômeno, pois ao ampliarem seu espectro, geram demanda para que mais tecnologias e expressões midiáticas surjam, coexistindo com as mídias de massa e inclusive interferindo nestas, provocando uma multiplicidade de fluxos contínuos de informações e uma redinamização do ecossistema das mídias.

As mídias de massa deixam, assim, de ser o centro gravitacional das informações para integrarem a imensa massa de mídias, como destaca Ramonet (2012). Para este autor, o desenvolvimento da Web é produto da quebra das fronteiras que separavam as formas tradicionais da comunicação, ou seja, o som, a imagem e a escrita. Por isso, ele afirma que “a internet representa um quarto modo de comunicar” (2012, p. 57).

Ao permitir a horizontalização dos processos midiáticos, através da liberação do polo emissor de informações (LEMOS, 2001), a internet propiciou a construção de uma nova fase da comunicação humana, em rede e em fluxos, como destacam os estudos de Manuel Castells

⁸⁰ João Canavilhas (FIDALGO & CANAVILHAS apud CANAVILHAS, 2010, p. 8) se refere a essa mudança de lógica como a passagem do modelo *pull* para o modelo *push*, a partir do qual o leitor deixa de solicitar o jornal pela manhã e passa a receber links por e-mail ou Twitter, por exemplo. Neste modelo, as notícias vão ao encontro dos consumidores, incorporando as funcionalidades oferecidas pela Internet, para aproximar a produção jornalística do público, que passa a ter um maior poder de escolha sobre como, quando e onde irão receber as produções.

(1999), líquida, na classificação da modernidade baumaniana, desprendida de lugares fixos, como aponta Santaella (2007) ou nômade, conforme Maffesoli (apud LEMOS, 2007).

Para complementar o debate, já que informação é poder (CASTELLS, 2006), os equipamentos de mídia são instrumentos que conferem poder a quem os manipula. Ao pulverizar as mídias e ampliar suas formas de atuação, fontes emissoras e suportes, as tecnologias digitais complexificam também os fluxos de relação de poder, nos termos utilizados por Michael Foucault, ou redimensiona a multidimensionalidade do poder que, segundo Castells (2013), possui dimensões econômicas, políticas, militares etc., que são representadas por redes específicas de poder. Para ele, “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 11).

Neste contexto se destaca a utilização da internet e redes sem fio como plataformas de comunicação digital, que ele define como *autocomunicação* e que confere ao ator social a autonomia necessária para que este ator dinamize os fluxos de informação, os quais, por sua vez, caminham do tradicional *modelo um-todos* para o modelo *todos-todos* explicitado por Alex Primo (2011). Ou, ainda, como Ramonet (2012) atesta, permitindo a saída do sistema exclusivamente *mídia-cêntrico* para adentrar o sistema *eu-cêntrico*, no qual as fontes de conteúdos podem ser grandes empresas de jornalismo ou indivíduos, grupos políticos, movimentos sociais etc., ou seja, todos os atores que estejam imersos nas redes da Rede⁸¹. Segundo Castells (2013), a autocomunicação:

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autoselecionada (CASTELLS, 2013, p. 12).

Como ressalta Lemos (2007), a internet é um ambiente que abriga as funções massivas dos grandes portais de notícias, TV e ferramentas de busca como o Google, e as funções pós-massivas das micromídias, ou seja, dos *blogs*, *podcasts* e, claro, das plataformas

⁸¹ No Brasil, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, em 2011, a população brasileira com acesso à Internet era em torno de 46%, tendo crescido mais de 143% de 2005 a 2011. Dados da pesquisa completa disponíveis em: <<http://tinyurl.com/ybdsbhi>>. Acesso em: 18 abr. 2014. Pesquisa do IPEA também constata esta situação, não contando com as conexões móveis, mas apontando pouco mais de 40% de domicílios com Internet. Cf. “Internet chega a 41% dos domicílios brasileiros; alcance é maior no Sudeste”, In: Uol Notícias, 13.03.2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n739ell>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

midialivristas, como as emissões em *streaming* ou as redes sociais edificadas através de perfis em sites como o Facebook. Por conta disso, o ciberespaço conduz à construção permanente de uma cultura participativa, colaborativa, dialógica e interativa que possui dimensões que reverberam quantitativa e qualitativamente nos fatores comunicacionais, sociais e políticos da sociedade contemporânea.

Estas interferências dinamizam não apenas as ecologias midiáticas em suas estruturas, mas as formas como estas se relacionam entre si e os efeitos causados em toda a sociedade, provocando o deslocamento de algumas estruturas como o Jornalismo, por exemplo, que sai do centro emissor e passa a compor o amplo conjunto do universo informacional-comunicacional, sendo ressignificado (SIGNATES, 2012), e tornando-se um agente a mais no vasto universo da informação, assumindo um posto de filtro legitimador (RECUERO, 2011) das infinitas informações que circulam nas redes⁸².

Estes deslocamentos são, com efeito, refletidos nas relações de poder estabelecidas entre instituições e indivíduos, entre grupos e empresas, como já foi abordado anteriormente. O empoderamento de parte da sociedade influenciou também nas formas como os meios de comunicação de massa passaram a atuar e como o público passou a reagir às suas produções, como demonstra Jenkins (2009).

E assim como na ascensão do movimento punk dos anos 70, a sociedade contemporânea experimenta e recria uma atmosfera de “faça você mesmo” para o ecossistema midiático, que passa a receber injeções informacionais que fluem não apenas de grandes conglomerados comunicativos, mas de várias direções, inclusive a partir das margens. Downing (2004) entende ser relevante, portanto, dar à internet um enfoque de mídia radical, pois para ele

consiste na participação das pessoas na criação de formas interativas de comunicação que atuam como força de compensação para o fluxo unilateral que é próprio da mídia comercial (DOWNING, 2004, p. 275).

A liberação do polo emissor de informações e a consequente proliferação de tecnologias digitais e meios alternativos de difusão de informações são provas de que as

⁸² Importante destacar que o WikiLeaks, em 2010, escolheu macromídias jornalísticas para divulgar os documentos do projeto “Cablegate”, “o mais extenso material restrito a ser vazado na história do jornalismo” (ASSANGE et al., 2013, p. 11), de forma a garantir ampla repercussão na esfera pública e credibilidade às denúncias. Desta forma, a plataforma ciberativista atuou em parceria com empresas jornalísticas de grande alcance, como The Guardian, The New York Times, El País, Folha de São Paulo, entre outros.

mudanças no trinômio produção-circulação-uso/consumo de informações causam, a princípio, influências em pelo menos dois sentidos básicos:

- a) *Na participação ou interação dos indivíduos* com as produções da macromídia em geral e com os produtos jornalísticos, replicando nas redes sociais, respondendo aos discursos nos espaços destinados à participação, na incorporação de suas produções através dos espaços de jornalismo cidadão abertos pelas empresas, integrando o debate público a respeito das produções ou mesmo recriando, remixando, memetizando, sendo parte, de alguma forma, do processo de construção midiática. Este fenômeno pode interferir nas lógicas e códigos da macromídia, que pode se readequar às demandas do público ativo.
- b) *Na proliferação de micromídias*: blogs, *podcasts*, páginas em redes sociais, sites independentes, especializados, plataformas colaborativas que tenham objetivos variados, como entretenimento, informação, ativismo, reprodução dos produtos macromidiáticos etc. Ocorre assim, a ampliação das possibilidades de uso horizontal das mídias para a relação entre empresas e seus públicos, a profusão de espaços de discussão *on-line* e inclusive para o confronto ou complementação das construções da macromídia, como é o caso das mídias livres, que provocam tensionamentos nos fluxos informacionais e também podem interferir nas lógicas macromidiáticas.

Estes fatores conduzem a sociedade como um todo a um novo horizonte, mutável e em constante atualização. A complexidade da midiatização expõe que a sociedade está sendo reconstruída sobre raízes fluidas, híbridas, multimidiáticas, interconectadas, reticulares. Uma pista, contudo, já foi apontada: as instituições tradicionais estão sendo ressignificadas pelas rupturas tecnológicas. Com o jornalismo, aliás, não poderia ser diferente.

2.3 – O jornalismo em fase de ressignificação

A industrialização exigiu constantes inovações tecnológicas demandadas pelas necessidades capitalistas de acumular mais lucros e se desenvolveu mutuamente com os meios de transporte e de comunicação. Como destaca Briggs, “a tecnologia nunca pode ser separada da economia, e o conceito de revolução industrial precedeu o de revolução da comunicação – longa, contínua e eterna” (2006, p. 109). A imprensa logo segue os moldes da

indústria, se expande e passa a se concentrar em grandes conglomerados, assumindo o caráter massivo e adquirindo mais poder e legitimidade perante o público. Daí até o surgimento de novos veículos, como o rádio, a televisão e o computador, passa-se aproximadamente um século.

Os jornalistas se integram ao processo quase fabril de produção das notícias (“Parem as máquinas!”) e a empresa – ou fábrica – de comunicação de massa engloba as várias etapas do processo produtivo informacional. Temos, portanto, uma produção dividida por etapas: redação, edição, diagramação etc., regulada a partir dos fatores tempo (*deadline*) e espaço – no impresso, a quantidade de caracteres; na TV e no rádio, os segundos e minutos. Praticamente todo o século XX foi conduzido por meio dessa esquematização lógica industrial da notícia, um conjunto de mecanismos executados como uma espécie de *taylorismo* informacional. O jornalista – operário da notícia – fornece sua força de trabalho, recebe um salário e, no fim, não é “dono” do produto final do processo, produzindo conforme as orientações empresariais.

O jornalismo, então, foi construindo ao longo do tempo todo um conjunto de esquematizações de produção noticiosa que lhe permitiu sedimentar-se na sociedade como uma instância legítima de produção informativa, seguindo “uma linguagem e um modo de fazer definidos e institucionalizados” (FERRAZ, 2000 apud PRUDENCIO, 2005, p. 15). A notícia, então, seguindo critérios denominados *noticiabilidade*, passou a ser construída com a intenção de ser um relato fiel aos acontecimentos. A *noticiabilidade* é definida por Wolf (2012) como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias”.

A institucionalização do jornalismo como uma prática profissional ocorreu mediante a adoção de alguns elementos norteadores da sua *práxis*, como a isenção ou *imparcialidade*, a neutralidade-*objetividade* e outros pressupostos indicados pela *noticiabilidade* e os valores-notícia, que a compõem e percorrem todo o processo de produção jornalística. Desta maneira, um conjunto de códigos é construído e passa a ser reconhecido pelo público, constituindo-se a *objetividade* como um aspecto formal da notícia (PRUDENCIO, 2005, p. 15).

A narrativa jornalística, assim, seria confiável porque apresenta a aparência de real e busca representar os acontecimentos de maneira fática e racional, excetuando-se as produções voltadas ao jornalismo de opinião, categoria definida para que o público entenda que aquele espaço é um espaço de expressão das subjetividades do jornalista, como se os demais espaços não sofressem a ação da subjetividade à qual o ser humano está exposto.

A subjetividade é parte integrante da produção jornalística em todas as suas etapas. Ela não determina apenas as escolhas, mas principalmente as não escolhas. A observação é condicionada pela subjetividade. A transformação das informações em texto é um processo de interpretação e atribuição de sentidos (VAZ, 2013, p. 106).

Diversas teorias, ao longo das décadas, buscaram discutir o jornalismo e seu produto de mercado, as notícias, que segundo Alsina (2009) “ajudam a construir a sociedade como se fosse um fenômeno social compartilhado” (p. 95). Para citar alguns, destacamos Walter Lippmann sobre a Opinião Pública, Robert Park e sua consideração do jornalismo como uma forma de conhecimento, McCombs (2009) sobre a Teoria da Agenda, Shoemaker (2011) e a Teoria do *Gatekeeping*, além das considerações de Wolf (2012) sobre *newsmaking* e outros tantos. Uma teoria unificada foi proposta⁸³ por Sousa (2002), que conceberia a notícia como

o resultado da interação simultaneamente histórica e presente de forças de matriz pessoal, social (organizacional e extra-organizacional), ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos, tendo efeitos cognitivos, afectivos e comportamentais sobre as pessoas, o que por sua vez produz efeitos de mudança ou permanência e de formação de referências sobre as sociedades, as culturas e as civilizações (SOUSA, 2002, p. 9-10).

Os estudos apontam para vários sentidos muitas vezes contraditórios, mas as abordagens contemporâneas, inclusive refletidas nos Manuais de Redação de empresas jornalísticas, compreendem a dificuldade de garantir objetividade e imparcialidade na profissão. Segundo Moretzsohn (2002):

A objetividade jornalística só é possível em função de um compromisso com os valores sociais consensuais e constantes, de modo que os juízos de valor emitidos não pareçam que o são – juízos -, mas a própria voz do bom senso (MORETZSOHN, 2002, p. 104).

Esta afirmação se encaixa na discussão levantada por Noam Chomsky que concebe a mídia como veiculadora do consenso favorável aos segmentos poderosos da sociedade, justificando a dominação através de sentidos apresentados com um véu de objetividade mas que, na notícia, ocultam seu teor ideológico. A própria *edição* do material informativo, como afirma Costa (2009), é um processo subjetivo que pode descartar dados fundamentais e mudar

⁸³ No artigo *Por que as notícias são como são?*, Jorge Pedro Sousa (2002) propõe uma teoria unificada da notícia, após fazer breve levantamento das teorias do jornalismo, como a teoria do espelho, teoria organizacional, *gatekeeping*, estruturalista, entre outras. Disponível em: <<http://tinyurl.com/otm753s>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

significados de informações com o intuito de fazer seu recorte, a formatação do conteúdo para sua devida publicação-circulação.

Entretanto, com o avanço das tecnologias da informação e comunicação e a consequente bidirecionalização dos fluxos informacionais provocados pela comunicação em rede, estes valores sólidos do jornalismo passaram a ser retensionados, assim como o próprio jornalismo foi deslocado do centro dos processos informacionais. A prática jornalística passou a sofrer ressignificações no momento em que teve de se adequar ao ambiente da internet, às funcionalidades das mídias digitais e as novas formas de consumo e produção de informação.

Desta forma, a objetividade, tida em alguns momentos como uma ideologia ou um modelo epistemológico (aparentemente já superado), passou a ser mais questionada. É fato que muitos manuais de redação jornalística ainda prezam pela isenção e objetividade e acabam refletindo uma postura positivista deste campo ante um universo social complexificado, multifacetado e de diversos fluxos informacionais. Ou como Lídia Ozório⁸⁴ comenta:

Apesar dos manuais de redação continuarem a advogar a isenção como condição de legitimidade do jornalismo, difundiu-se o reconhecimento de que as notícias e reportagens são produzidas por meio da seleção e classificação dos fatos a partir de categorias intrinsecamente ideológicas, normalmente não explicitadas e freqüentemente naturalizadas (OZÓRIO, *on-line*)

O jornalismo tenta se colocar nesse patamar para garantir sua credibilidade, a aparência de real, por meio de uma lógica ética e estética, mas é frequentemente questionado pelas micromídias que produzem relatos subjetivos, em especial, e pelas micromídias ativistas que denunciam seu caráter ideológico. A aparência objetiva da narrativa jornalística corporativa é desnudada pelos fluxos de contrainformação que põem em cheque os posicionamentos político-ideológicos dos processos noticiosos.

Segundo Ignacio Ramonet (2012), o jornalismo passa por mudanças estruturais por conta da chegada da internet e a aceleração geral da informação. No seu próprio *ethos*, com a propagação da modalidade *on-line* do jornalismo e as novas exigências por imediatismo, tempo real e instantaneidade, as novas rotinas de produção radicalizaram a lógica noticiosa, que passou então a se basear no fetiche da velocidade, conforme constata o estudo da professora Sylvia Moretzsohn (2002).

⁸⁴ OZÓRIO, Lídia Lopes. *Objetividade jornalística: eis a questão!.* Online. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n9v7844>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Desta maneira, a concepção clássica desta prática profissional passou a sofrer maiores intervenções do público (e consequentemente do mercado) na medida em que os sujeitos passaram a dominar ferramentas de interação e publicação de informações, como já foi abordado. Assim, hoje não se pode mais falar na existência de um exclusivo “monopólio da fala”, no sentido empregado por Muniz Sodré (1984).

O papel de mediador entre os fatos e o público pertence hoje a uma infinidade de sujeitos que, guarnecidos de uma câmera fotográfica digital e uma conta no YouTube, por exemplo, podem reportar a um número imenso de pessoas os mais variados acontecimentos e subverter o “monopólio dos instrumentos de difusão” (BOURDIEU, 1997). Amplia-se, pois, o acesso aos meios de produção e distribuição de informações, não mais concentrados nas mãos dos jornalistas, o que resulta na intensificação da quantidade de usos que os indivíduos fazem não só com as tecnologias da informação, mas com os produtos noticiosos macromidiático. Ou seja, além de fazerem mídia, os indivíduos ressignificam as notícias e constroem suas realidades a partir das suas próprias ferramentas.

A horizontalização e multiplicação dos fluxos informacionais propiciadas pela midiaticização da sociedade favorecem o aparecimento de um novo ator comunicante: o cidadão-repórter (COSTA, 2009), cinegrafista amador, *produser*⁸⁵ (BRUNS, *on-line*) ou *prosumer* (RAMONET, 2012). Surgiu assim um emissor de informações com amplo raio de abrangência, proporcional ao volume e velocidade de conexões que estabelece com outros internautas.

Com isso, o jornalismo é diariamente desafiado pela densa nuvem de informações que se espalha no ciberespaço, pela fluidez das conversações *on-line*, busca de audiência e de reconhecimento pelo esforço em oferecer um produto de qualidade. É preciso repensar como é possível o jornalismo atender às necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, interligado, interconectado, em que as notícias proliferam através de todos os dispositivos comunicantes que fervilham na era digital.

A convergência, o mimetismo⁸⁶ e o cruzamento midiático são alguns dos fatores que reestruturam os modos de pensar e de fazer o jornalismo. Há uma mutação nas posturas,

⁸⁵ Produtores usuários. A audiência passa a produzir conteúdo. Em *A Explosão do Jornalismo*, Ramonet (2012) utiliza o termo *prosumer* para se referir a estes indivíduos como produtores-consumidores de informações. Este termo foi desenvolvido por Alvin Toffler no clássico *A Terceira Onda*, na década de 1970, para denominar o consumidor que passa a não mais só consumir, mas se envolve nas etapas de produção e concepção de produtos.

⁸⁶ De acordo com Ramonet (1999) em *A Tirania da Comunicação*, mimetismo midiático é uma febre que repentinamente se apodera da mídia, confunde todos os suportes e a induz a cobrir um acontecimento que supostamente os outros meios de comunicação atribuem grande importância (apud MORETZSOHN, 2002, p. 150). Com a midiaticização, o recurso da retroalimentação informativa é potencializado, atingindo mais e mais veículos.

abordagens e direcionamentos dos profissionais e empresários do ramo. Com isso, a notícia, produto final da empresa jornalística, já sofre alterações em seus processos. O pesquisador Fausto Neto (2011) trata da influência destes novos processos na notícia:

A noção de notícia deixa de ser resultante de ideários de normas estabelecidas pela própria “comunidade interpretativa jornalística”, resulta, agora, da complexificação de novas intervenções, de fluxos e de novos processos de apuração, que escapam aos “manuais de redação”, e que se cristalizam em novos tipos de “contratos de leituras” (FAUSTO NETO, 2011, p. 26).

Com estas e outras influências, a rentabilidade dos modelos econômicos tradicionais da empresa jornalística está caindo bastante. Alia-se a isso a perda de credibilidade que Ramonet (2012) aponta que os meios estão atravessando – que é fruto da dependência dos *media* em relação ao poder econômico – e um reflexo da própria descrença da sociedade em relação a instituições tradicionais (alguns movimentos sociais, organizações sindicais, Igreja, o próprio Estado etc.), além da concentração midiática nas mãos de poucas empresas (ou famílias, no caso do Brasil), o que o autor classifica como “oligarquias midiáticas”. Como ele mesmo alerta:

Os cidadãos desconfiam de uma imprensa que pertence a um punhado de oligarcas, que já controlam amplamente o poder econômico e que, frequentemente, são coniventes com os poderes políticos (RAMONET, 2012, p. 45).

Neste sentido, Pascual Serrano (2013) aponta que o “quarto poder” se encontra totalmente submetido ao poder econômico, sendo atualmente “um mero apêndice dos grupos empresariais” (p. 72). Segundo ele, não há hoje um contrapoder que questione a mídia. Não há sequer regulamentação da profissão de jornalista. Ramonet (2013) ressalta, ainda, uma crise de identidade do jornalista, provocada, entre outros aspectos, pela possibilidade de todo o público poder ser um produtor de informações em potencial.

Visto isso, discussões relevantes sobre o jornalismo giram em torno de como a mídia corporativa está se adaptando aos novos modelos de negócio para obter retorno financeiro (SERRANO, 2013) e, sobretudo, como a internet permite que expressões alternativas de informação podem se proliferar e garantir – ao menos de certa forma – uma lógica informacional mais horizontal e participativa. Para Serrano, os meios de comunicação estão enfrentando uma crise que tem muitas facetas, como crise de mediação, credibilidade,

objetividade, autoridade, informação e distribuição. Neste sentido, o autor ressalta que “há uma demanda cidadã que exige uma perspectiva alternativa à informação e às análises dominantes” (SERRANO, op. cit., p. 151).

Além disso, as fontes, símbolos da busca do jornalismo por credibilidade e isenção – elementos que conferem, como afirma Rodrigo Alsina (2009), verdade aos discursos informativos, o seu capital simbólico –, também estão sofrendo deslocamentos graças aos efeitos das tecnologias da informação e comunicação. Hoje é possível encontrar novas fontes em ambientes como Facebook ou Twitter, que integram o grupo que este autor nomeia como “fontes não rotineiras” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 172).

Ressalte-se, ainda, que fontes também se tornaram produtores autônomos de conteúdo⁸⁷, o que provoca em muitos casos o “prejuízo” do furo jornalístico, da exclusividade na divulgação de informações. De acordo com Signates (2012):

Quando o lugar do furo passa a ser apropriado pela presença da fonte na internet, ao menos duas coisas ocorrem simultaneamente: a fragmentação da origem da notícia e o deslocamento do fazer jornalístico para o entorno desse processo de fragmentação (SIGNATES, 2012, p. 433).

Há, portanto, um aumento na quantidade de fontes acessíveis aos *media* e uma diferenciação nas posturas destas fontes quanto à divulgação de informações, que podem ser levadas ao conhecimento público sem a intermediação de um jornalista. Desta forma, como já mencionamos e como aponta Signates (2012), o lugar (ou função) do jornalista foi deslocado, passando de mediador integral da informação para participante dos processos midiáticos ou uma referência de credibilidade e confirmação dos fatos. O autor complementa:

Em outras palavras, não é mais verdadeiro que aquilo que não foi publicado nas mídias não aconteceu na sociedade, como se dizia tradicionalmente, pois a internet possibilitou a publicação direta a partir da fonte e de seus recursos privados (SIGNATES, 2012, p. 436).

Como vimos, o jornalista tem um conjunto de novas interfaces de diálogo com seu público e vice-versa, como demonstra o autor supracitado, vislumbrando inclusive outros

⁸⁷ Dentre outros exemplos, há tempos o blog da Petrobrás se destaca neste sentido, buscando propagar informações sobre a empresa independentemente da agenda midiática e inclusive respondendo as produções da grande mídia, como no espaço “Desmentidos e Correções”, onde complementa e contesta versões da macromídia e aponta outras visões sobre as abordagens jornalísticas. No *blog*, muitas entrevistas concedidas a mídia comercial foram publicadas na íntegra, de maneira a servir como um suporte ou contraponto em relação às publicações que nem sempre dão conta com precisão das informações repassadas. Blog disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

horizontes na relação entre jornalista e fonte. Além destes fatores, também estão ocorrendo deslocamentos ou descontinuidades (SOSTER, 2009) no que diz respeito às estruturas jornalísticas.

A partir desta perspectiva, o jornalismo dá importantes passos para uma nova era das lógicas de rotina e produção de notícias, nas quais o jornalista faz das ruas a sua redação, publicando direto do local dos acontecimentos, redigindo o texto no seu *notebook* ou *tablet* e, no caso do webjornalismo, publicando diretamente no portal ou enviando das ruas as informações para a redação editar e publicar. O jornalismo móvel modifica, entre outras questões, a concepção do *deadline*, que nestes casos parece ser contínuo ou inexistente, pois o jornalista pode estar sempre conectado à internet, produzindo e publicando informações.

Edson Dalmonte acredita que “o webjornalismo é caracterizado não como um novo jornalismo, marcado por ruptura e negação de uma tradição, e sim a renovação das antigas práticas” (2009, p. 121). Já Ciro Marcondes Filho, no livro “A saga dos Cães Perdidos” (2002) afirma que após o ciberjornalismo ganhar forças, os impressos foram obrigados a abrirem espaços para opiniões e interpretações, na tentativa árdua de fazer surgir a interação. Mas ainda há um longo percurso a ser enfrentado.

No que diz respeito às ferramentas e seus usos, para Fernando Firmino da Silva (2007), o conjunto de tecnologias móveis permite ao jornalista a estrutura necessária para narrar as notícias *in loco* e em tempo real. Disso surge o *ambiente móvel de produção*,

que se caracteriza pela interface entre o espaço urbano e o espaço virtual e que se aproxima do que Sousa e Silva (2006) vai chamar de espaço híbrido (físico e virtual), Santaella (2007) de espaços intersticiais e Lemos (2007) de territórios informacionais (SILVA, 2007, p. 5).

Narrativas contemporâneas vão se desenvolvendo a partir dos usos das potencialidades das tecnologias digitais. O jornalismo em tempo real e o *live streaming* constituem-se como fatores de radicalização do que Thompson (2009) classifica como “disjunção espaço-temporal” advinda das telecomunicações e radicalizada com as mídias digitais. Ou seja, o tempo e o espaço também estão tomando novos significados com a mídiatização, sendo reconstruídos pelas novas formatações jornalísticas, mercadológicas e industriais, conduzidas por informações em fluxo contínuo, assim como opera o mercado financeiro (RAMONET, 1999 apud MORETZSOHN, 2002).

Podemos ainda mencionar o jornalismo líquido⁸⁸, as narrativas hipermediáticas⁸⁹, o jornalismo ativista (que esteve por várias décadas alheio às grandes empresas da comunicação se identificando como mídia livre, marginal, comunitária, radical, alternativa e que agora ocupa o ciberespaço para buscar a democratização da informação, narrativas e pontos de vista diferentes dos meios de massa). Há também o jornalismo participativo ou cidadão (GILMOR, 2004 apud SILVA, *on-line*), no qual o espectador também pode informar no espaço/tempo que a empresa jornalística determinar, respeitando seus filtros e linha editorial.

Para se manter, o jornalismo está sofrendo rupturas, buscando mais interação e oferecendo mais espaços para participação do público. Mas o que existe hoje já é suficiente? Claro que as transformações ainda são bastante recentes. O webjornalismo, por exemplo, sequer tem linguagem totalmente própria; apropria-se das demais para se estruturar. Ainda vai levar tempo para uma maior definição e até lá muitos efeitos serão causados no *ethos* jornalístico.

Obviamente, o público quer mais espaço na mídia para coproduzir as matérias e interferir na construção das realidades junto aos meios de comunicação. O jornalismo busca viabilizar isso gradativamente, mas ainda são limitados os canais de diálogo e interação. Aos poucos, as iniciativas mais ousadas dos veículos ganharão mais espaço e o atual ecossistema midiático poderá de fato resultar em algo novo, efetivamente interativo.

O futuro que se delineia já nos dias atuais reserva caminhos inusitados à prática jornalística⁹⁰. Fala-se, por exemplo, em *gatewatching*⁹¹ (BRUNS, *on-line*), que ocorre nas redes sociais da internet e é, segundo Canavilhas (2010, p. 7), uma espécie de recuperação do modelo *Two-step-flow* apresentado por Lazarsfeld.

Alguns autores apostam que o futuro do jornalismo terá seu alicerce no aprofundamento e orientação⁹² (RAMONET, 2012) do público. Outros, como o pesquisador

⁸⁸ Trata-se do declínio do jornalismo como instituição mediadora. Para Rublescki (2012), no que se refere ao jornalismo enquanto prática social, “a expressão refere-se aos fluxos noticiosos que emergem entre sites diversos, muitos dos quais extrapolam as redações institucionais, mas que realmente se inserem no circuito noticioso” (RUBLESCKI apud SILVA, 2012, p. 119).

⁸⁹ Construídas a partir dos recursos informáticos que permitem a organização de informações (dados) na Rede interligados a partir de links, o que permite leituras não lineares dos textos publicados na Internet. Pode integrar informações em formatos multimídia.

⁹⁰ Exemplo de novas posturas dos *media* foi o editorial de O Globo, no qual as Organizações Globo afirmam ter sido um erro apoiar o Golpe Midiático-Civil-Militar (termo de Juremir Machado da Silva, que publicou em 2014 livro sobre a correlação destas esferas) de 1964 no Brasil. O texto foi publicado em um momento de tensão social dos protestos de rua e pressão do público sobre a macromídia jornalística nacional. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lx3dntf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

⁹¹ Para saber mais, ler BRUNS, Axel. *Gatewatching, Not Gatekeeping: Collaborative Online News*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k9mmpjd>>. Acesso em: 11 set. 2013.

⁹² Afirmção de Giovanni di Lorenzo, diretor do semanário alemão *Die Zeit*, que vem garantindo uma tiragem de 500 mil exemplares, se configurando em um sucesso (RAMONET, 2012, p. 138).

Silva (2007), destacam a importância da atuação multimídia/móvel dos profissionais. Há ainda quem defenda que as novas narrativas transmidiáticas (TAVARES, 2013), crossmediáticas (SOARES, 2011), *live streaming* e outras novas modalidades irão doravante revolucionar a forma de fazer jornalismo. O midiativismo digital, por sua vez, suporta-se em meios *on-line* para levar ao público abordagens destoantes das versões da grande mídia, como destacam Malini e Antoun (2013), “hackeando” as narrativas oficiais e apresentando pontos de vista e pontos de fuga para incrementar o efervescente horizonte do campo midiático.

Partindo, então, da noção de liquidez apresentada por Bauman (2003), de acordo com o qual as instituições perdem peso diante da individualização na produção e consumo de informação, consideramos que a notícia, assim como a empresa jornalística como um todo, está se liquefazendo em sentido, conteúdo e formato.

Para que a construção da notícia resulte em um produto final eficaz, o jornalismo deverá de fato imergir no novo cenário; destituir-se de algumas características (monológicas, verticalistas, massificantes) que não mais condizem com as realidades da nova era, se dispor a dialogar com a sociedade sobre que tipo de informações se deseja acessar. Desta maneira, estas características tomarão novas formas, estruturas mais adequadas aos novos ambientes e, com isso, o jornalismo poderá ter a chance de manter a sua relevância social e posição de legitimidade nem acima, nem abaixo, mas no centro do universo tecnosocial.

2.4 – Mídias livres: mecanismos de enfrentamento e contrapoder

Expressões micromidiáticas alternativas são referenciais para as classes marginalizadas, desde que os meios de comunicação se transformaram em estruturas massivas de produção industrial de informação e entretenimento, e o jornalismo se fincou sobre práticas produtivas verticalizantes. Paralelamente às macroestruturas nas quais as mídias de massa se converteram no decorrer do século XX, as mídias livres se configuraram em um importante espaço de informação voltada aos interesses contra-hegemônicos e às necessidades e anseios destas classes subalternas. O destaque do nosso trabalho é para as mídias ativistas pós-massivas, que se denominam mídias livres e utilizam a internet e as tecnologias contemporâneas para produzir informações desligadas de interesses comerciais ou qualquer tipo de retorno financeiro.

Neste contexto se insere o ciberprotagonismo midiático, executado em plataformas digitais a partir de uma lógica de novos usos dos meios de comunicação que se assemelha bastante ao “faça você mesmo” que marcou o movimento punk dos anos 1970, reeditando-se em um formato conduzido por novas mídias, dentro do que denominamos “faça você mesmo”

high tech (ALMEIDA, 2013a; 2013b). Estas novas expressões radicais de informação e comunicação potencializam e recharacterizam as formas tradicionais de comunicação alternativa, tentando conduzir o ecossistema midiático para um horizonte mais plural.

Mas antes da internet e das mídias digitais, rádios piratas, livres e comunitárias⁹³, TVs comunitárias, cinema alternativo, arte subversiva, *fanzines* e publicações diversas como cartazes, panfletos, informativos, jornal mural, jornais populares brasileiros como o *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, entre outros meios de comunicação já integravam (e ainda persistem integrando) as manifestações midiáticas alternativas *off-line* que, muito mais do que informar, possuem o potencial de mobilizar a sociedade, como afirma Enzensberger (apud MAZETTI, 2007, p. 5, *on-line*).

Para Dennis de Oliveira, “a comunicação alternativa na América Latina é uma atitude, uma ação política, que está muito ligada a uma radicalização da democracia do que necessariamente a um projeto socialista, embora possa ter isso em seu bojo”⁹⁴ (2013, *on-line*).

Estas práticas buscam trazer ao debate público visões alternativas às convenções hegemônicas propagadas pela macromídia, inserindo-se em um contexto de disputa, de luta simbólica, de subversão de valores, discursos, formatos. Em uma constante batalha em prol de um debate público mais heterogêneo, que englobe as visões dos mais diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, de gênero e indicação sexual, a fim de desobstruir o acesso à esfera pública (MAZETTI, 2007, *on-line*) e promover a diversidade.

Moraes (2013) assinala que este tipo de diversidade “pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista e estimular trocas horizontais” entre os segmentos sociais, indo além das múltiplas opções de consumo e podendo ser alcançada “com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais” (MORAES, 2013, p. 49).

Em outras palavras, cotejam as *assimetrias de poder* (MAZETTI, 2008) que constituem as relações entre o público e mídias, assumindo papel ativo no espaço de poder que é o ecossistema midiático, ou como afirmam Elhajji & Zanforlin (2008), o *locus* de luta

⁹³ Para entender mais sobre as rádios livres no Brasil, ver a dissertação de mestrado da jornalista NUNES, Maria Aparecida Meliani (1995). *Rádios Livres: O outro lado da Voz do Brasil*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/przqnjw>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁹⁴ Relevantes para o contexto da imprensa alternativa que levantou suas bandeiras no período em que os regimes autoritários dominavam a política na América Latina que, aliás, possui um histórico intenso de rebeldia e resistência a poderes opressores. Há produções mais recentes, como a revista Caros Amigos, de 1997, e Revista Fórum, de 2001, além da publicação eletrônica Carta Maior, cuja fundação data da realização do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2001, evento no qual articulações deram origem ao também eletrônico Centro de Mídia Independente (CMI), versão tupiniquim do *Indymedia* de Seattle. Ver FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. *Panorama da mídia alternativa no Brasil e na América Latina*. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m3l8x8c>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

por poder simbólico constituído pela mídia. O midialivrismo assume um posto relevante neste espaço de disputas de poder, contribuindo na construção e disseminação dos *espaços de resistência* (CASTELLS, 2013) às ideologias dominantes, às hegemonias, ao senso comum (VAZ, 2013).

A relevância de segmentos midiáticos denominados como alternativos, populares, cidadãos, radicais, independentes ou livres de fins mercadológicos é acentuada no mesmo instante em que a economia de mercado induz as macromídias a representarem principalmente os interesses dos seus financiadores, restringindo a liberdade de expressão, ou o “direito de informar e ser informado” (SERRANO, 2013) a setores dominantes da sociedade.

Ou seja, o quarto poder, o poder midiático, foi insuflado por investimentos públicos e privados para custear sua estrutura industrializada e, desta forma, como afirma Serrano (op. cit.), por conta de sua submissão ao poder econômico, passou a causar prejuízos na busca pela construção de uma opinião pública com senso crítico para questionar as estruturas que compõem a democracia contemporânea.

E é importante ressaltar que mesmo com a horizontalização e novas possibilidades de uso das mídias provocadas pela internet e as tecnologias digitais, ao lado das condições de participação, interação, visibilidade, intercâmbio comunicacional e cultural, estas ferramentas também estão desenvolvendo uma nova forma de concentração midiática⁹⁵ que através da convergência e por meio da propriedade cruzada de meios, estende o *poder desmaterializado* (MORAES, 2013) dos grandes conglomerados midiáticos às mais diversas plataformas.

Desta maneira, amplia ainda mais a sua influência sobre a sociedade e gera novas estratégias de mercado que refletem os interesses e ideologias daqueles que detêm e financiam os meios de produção midiática. Há, pois, um movimento de duas vias, dois processos opostos e concomitantes: a concentração macromidiática face à pulverização das micromídias.

Ao lado dessa intensificação das contradições sociais, culturais, econômicas e midiáticas, há, obviamente, as experimentações e os usos combativos das mídias, que representam uma espécie de apropriação ou tomada de posse das mídias por parte do público, que se impõe como um ator midiático, produtor de informações. As micromídias, então,

⁹⁵ Conforme é relatado por Costa (2009) em *Ética, jornalismo e nova mídia*, antes da crise econômica de 2008, haviam oito grandes empresas globais de comunicação que, juntas, somavam 42% do faturamento somado das 70 maiores empresas de mídia do mundo. Para o autor, ao dar aos indivíduos instrumentos de comunicação que lhes coloca além do monopólio da informação, a dispersão dos usuários dos diversos veículos, da mídia tradicional ou da nova mídia provocou essa concentração. Ou seja, “a concentração se erigiu com a dispersão e a dispersão fundamentou a concentração” (2009, p. 238). De fato, a multiplicação de emissores de informação fez com que muitas pequenas empresas de comunicação falissem ao não conseguirem competir no cenário gerado pela Web 2.0 e pela ampliação do acesso do público aos mecanismos de produção de informações.

passam a ocupar (no sentido mais político do termo) a midiosfera ao lado de megagrupos da informação e entretenimento.

Com a internet e as mídias digitais, então, estes atores sociais, que podem integrar sindicatos, associações, movimentos sociais, ou mesmo nenhum grupo ou coletivo, passam a alcançar maior visibilidade e almejam um maior *feedback* do Estado, das empresas, do próprio público, ou seja, do universo social como um todo, e consequentemente a realização dos seus objetivos – sejam eles trabalhistas, culturais, sociais, políticos etc. Ou seja, estes atores passam, assim, a possuir mais recursos para exercer seu poder de intervenção no curso dos acontecimentos, nas relações sociais.

Nos termos de Pierre Bourdieu (apud THOMPSON, 2009), ao possuir mais recursos – ou meios de informação e comunicação, como coloca John Thompson – para exercer seu poder dentro de um “campo de interação”, os indivíduos consequentemente podem aumentar seu poder simbólico, que “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, op. cit., p. 24).

A partir da perspectiva da democracia como um sistema que abriga em equilíbrio os três poderes republicanos, Executivo, Legislativo e Judiciário, e tendo em vista que o poder midiático de influência concebido como um quarto poder, que em tese deveria colaborar para fiscalizar este equilíbrio dos demais poderes, mas que acaba por conduzir a relação de forças entre as instituições do Estado, a mídia livre se impõe, portanto, como uma instância midiática de pressão, consequentemente de contrapoder ao poder macromidiático.

Esta pressão pode ter como alvo, em termos habermasianos, a *esfera política*, como no caso dos movimentos sociais, sindicatos, ONGs que propõem novas políticas públicas ou, ainda, reformulações da legislação vigente; a *esfera pública* como um todo, a exemplo de grupos que lutam por mudanças de consciência quanto a questões étnicas, de gênero e sexualidade contra a violência sexual, o preconceito, a discriminação, o racismo etc.; e, claro, a *esfera midiática*, com os grupos que buscam mais liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação, como os midiativistas que, além de produzirem sua própria informação, tentam reconstruir ou redefinir as pautas e os *frames* (PRUDENCIO, 2005) dos grupos macromidiáticos.

O foco do nosso trabalho é para o midiativismo/midialivismo, movimento de mídias livres que intercambiam experiências presenciais e *ciber* e que têm como função, além de informar, promover a discussão a respeito da pauta midiática e o questionamento das versões oficiais de instituições como a polícia, das políticas públicas atuais e também da ordem social vigente.

Neste sentido, ganhou destaque após as manifestações populares de junho de 2013 derivadas do “Movimento Passe Livre”, a Mídia NINJA⁹⁶ (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), coletivo de jovens – jornalistas ou não – que, com celulares, *notebooks* e conexões a redes móveis, estabeleceram via *live streaming*, formas alternativas de registrar os fatos que se desenrolaram naqueles protestos. Vale ressaltar que a NINJA não se deteve apenas a cobrir movimentos de rua, expandindo sua ação a outras iniciativas⁹⁷ e posteriormente lançando seu próprio portal de notícias⁹⁸.

Contrapondo-se às versões da macromídia, questionando os discursos do *mainstream* midiático e tensionando as premissas jornalísticas⁹⁹, os repórteres NINJA ganharam destaque na Rede e nas ruas, alcançando em alguns momentos, mais de cem mil acessos a suas emissões via *streaming*¹⁰⁰, com coberturas praticamente ininterruptas em tempo real que, em alguns momentos, chegaram a durar vários dias seguidos.

Além da Mídia NINJA, midialivristas independentes de qualquer coletivo, grupo ou associação, emitiram vídeos pela internet a partir de seus celulares e câmeras digitais, a fim de contribuir para a disseminação de abordagens sobre aqueles fatos. No próximo capítulo, traremos referências empíricas que ilustram um pouco das práticas destas expressões midiáticas ativistas.

É fato que as mídias livres se propõem a apresentar narrativas e olhares diferenciados dos que estampam os grandes jornais ou são exibidos nos noticiários televisivos. Com isso, buscam produzir informações desprendidas de interesses mercadológicos e apontar outros ângulos dos fatos, em perspectivas que geralmente as grandes empresas não se interessam ou não atentam para abordar. Tendo em vista a abrangência que estas expressões midialivristas

⁹⁶ Além de sigla, o nome supõe uma metáfora, que entendemos como uma relação ao caráter “infiltrado”, ousado, imerso e próximo das coberturas.

⁹⁷ Ver o documentário *Enquanto o Trem Não Passa* (BRA, 2013), gravado durante dois meses nos estados do Maranhão, Pará e Minas Gerais. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p7f7ymt>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

⁹⁸ A Mídia NINJA é o grupo responsável pela mídia independente PósTV – canal de transmissão ao vivo pela Internet - e integra o Circuito Fora do Eixo, rede (inter) nacional de cultura independente. A Mídia NINJA utiliza de equipamentos como celulares, *smartphones* e *notebooks* para transmitir ações como protestos, debates, eventos musicais de forma alternativa aos modelos jornalísticos tradicionalmente concebidos. Esta rede de comunicação independente é uma das inúmeras iniciativas do gênero que estão surgindo pelo país e é formada por jovens – jornalistas ou não jornalistas – interessados em informar sem fins comerciais, com a proposta de mostrar os fatos de forma diferenciada dos formatos dos *mass media*, buscando a efetiva democratização da informação. Para entender mais sobre PósTV, acessar: <<http://postv.org>>. Sobre a Mídia NINJA e PósTV nas manifestações, ler: <<http://migre.me/fvffY>>. Para saber mais sobre o cenário das novas mídias livres em ascensão no país, acesse: <<http://www.canalibase.org.br/revolucao-compartilhada/>>.

⁹⁹ Malini & Antoun (2013), em *A Internet e a Rua*, classificam os midialivristas como “*hackers* das narrativas”. Os autores ainda fazem um histórico dos movimentos midialivristas e como estão utilizando o ciberespaço para alcançar seus objetivos de difundir informações sem fins mercadológicos. Disponível em: <<http://ainternetearua.com.br>>.

¹⁰⁰ Cf. “POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores”, In. Observatório da Imprensa, 25.06.2013. Disponível em: <<http://migre.me/gnoDM>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

estão tomando nos últimos meses junto à sociedade, compreendemos que elas também têm relação com as mudanças estruturais dos meios de comunicação e a própria reconstrução de identidade que o jornalismo atravessa.

Dando sequência à discussão já ensejada no capítulo anterior, para fins de definição, entendemos que o atual midialivrismo é proveniente da evolução da contracultura e do ativismo midiático tradicional, que luta pela democratização da comunicação e integra uma cultura da dissidência (CHOMSKY, 2013) que se expandiu na década de 1960 e 1970, com o que Foucault vai nomear de lutas antidisciplinares (MALINI & ANTOUN, 2013) e que, no decorrer do tempo, foi se adaptando às formatações e mecanismos de coletivização de informações a partir dos meios disponíveis.

Atualmente, a internet e as mídias digitais são plataformas acessíveis e de baixo custo que possibilitam que o compartilhamento horizontal e reticular de ideias (e ideais) alcance milhares e milhões de pessoas e, quando for o caso, mobilize-as politicamente, mesmo que ainda não atinja todos os segmentos sociais devido à exclusão digital que atinge a população de baixa renda ao redor do mundo.

Questão importante exposta pelo midialivrismo é que a coletivização de informações sobre ações diretas nas ruas, por exemplo, não necessita exclusivamente do intermédio da macromídia para chegar ao conhecimento do grande público, podendo ser realizada diretamente pelos integrantes da ação e acessada por círculos sociais diversos que se interconectam através das redes telemáticas.

No Facebook, por exemplo, ao receber atualizações de páginas relacionadas a coletivos midialivristas, o internauta pode visualizar e acessar links que remetam a emissões em tempo real que possam estar sendo realizadas em um protesto de rua. Mesmo que o telejornal da noite não venha a tratar do assunto, o internauta acompanhou a ação a partir da câmera do midialivrista e pode compreender os motivos da ação, ver como foi a participação do público, interagir com outros internautas e, se achar conveniente, replicar aquele link da emissão¹⁰¹, assumindo a postura ativa de espalhador do conteúdo.

¹⁰¹ A autora Maria Clara Aquino Bittencourt (2014), ao observar as práticas da Mídia NINJA e suas possibilidades interativas em coberturas realizadas entre setembro e outubro de 2013, identificou pelo menos três tipos de usos da produção deste *coletivo midiático*, como ela se refere ao grupo midialivrista. Há indivíduos que participam ativamente das produções do coletivo, colaborando com a elaboração de fotos, vídeos e os demais conteúdos multimídia; os indivíduos que apenas consomem as produções, visualizando os conteúdos, apenas; e aqueles que interagem entre si e com os conteúdos, podendo compartilhá-los com seus círculos sociais nos sites de redes sociais. Para saber mais, ver *Interatividade, hipertextualidade e multimedialidade no processo de convergência da cobertura de protestos pelo coletivo Mídia Ninja*. In Revista ALCEU, nº 28 – jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/khvqmp>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

A replicação, ou seja, o “boca a boca” virtual de um internauta para seus círculos de amigos por meio do compartilhamento do link com a cobertura, pode fazer o registro destes fatos alcançar um público imenso, como aconteceu nas manifestações do Brasil em 2013, quando a audiência das emissões foi enorme. Neste sentido, esta expressão midiática já se configura em um contrapoder, ao permitir que o ativista abra mão da dependência dos “óculos especiais” do jornalismo corporativo¹⁰² para fazer por conta própria o seu registro.

Em outra instância, a mídia livre reage ao poder de representação das realidades exercido pela macromídia, apresentando perspectivas particulares sobre os fenômenos os quais pretende abordar, geralmente diferenciados das abordagens da mídia corporativa. Ou seja, a mídia livre também exerce contrapoder ao desconstruir as versões dos fatos elaboradas pela mídia corporativa. É possível ainda que seus elementos ou produções sejam incorporados pela mídia de grande porte, abrindo espaços de interlocução importantes para a construção de informações mais democráticas.

Sendo assim, o contrapoder desta micromídia ativista é exercido quando ela dispensa a intermediação da macromídia; quando ela busca pressionar a pauta desta grande mídia, podendo alterá-la ou ter sua produção incorporada; quando ela se opõe aos registros feitos por esta outra (contrainformação); e quando ela dá a condição de os indivíduos serem colaboradores ou mesmo os próprios porta-vozes da sua indignação, das “multiparcialidades”¹⁰³ que compõem suas identidades e subjetividades. Ou como Paiva (2014) destaca, é fundamental problematizar¹⁰⁴

as novas estratégias operacionais e discursivas no âmbito do jornalismo colaborativo, o novo empoderamento da esfera pública através das mediações tecnológicas que favorecem a ampliação da inteligência coletiva e politização da comunidade conectada (PAIVA, 2014, *on-line*).

Queremos destacar que nossa intenção não é polarizar as expressões midiáticas, dicotomizando a mídia corporativa em um lado completamente oposto à mídia livre. Isso porque entendemos que mesmo com conotações subversivas aos modelos tradicionais de

¹⁰² Pierre Bourdieu (1997), fazendo relação ao trabalho de Patrick Champagne, fala dos “óculos” que os jornalistas possuem e a partir dos quais selecionam e constroem as coisas que veem e da maneira que veem. Ver *Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997*.

¹⁰³ Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, Bruno Torturra e Pablo Capilé, fundadores da Mídia NINJA, colocaram as multiparcialidades como um mosaico que compõe as estruturas democráticas de construção das representações das realidades. Para assistir a entrevista, acessar: <<http://tinyurl.com/kre9l2d>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

¹⁰⁴ Ver PAIVA, Claudio Cardoso de. *D@niel na cova dos leões: Mídia Ninja no programa Roda Viva*. Em Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística. João Pessoa: Editora do CCTA: 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q639kmx>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

circulação de informações, as mídias livres muitas vezes reproduzem ou incorporam formatos e modelos que são a referência dos modelos dominantes de jornalismo.

Além disso, “o jornalismo radical pode ocasionalmente encontrar seu caminho dentro da mídia dominante, por exemplo, na forma de documentação reveladora que, por sua vez, pode instigar debates amplos e questionadores” (EKECRANTZ, 2006, p. 107), como veremos no próximo capítulo.

O que distancia uma expressão midiática da outra é a abordagem, a perspectiva, os *feedbacks* almejados, os sentidos produzidos, a produção de significado, a reverberação social que se busca provocar, além é claro, da forma como os meios de produção são conduzidos, se com fins mercadológicos ou de mobilização social, nos termos de Toro (2007).

2.4.1 – “Faça você mesmo” *high-tech*: tecnologias e protagonismo midiático

“Quando você abre a torneira e sai água suja, o que você faz? Reclama para o órgão responsável pela qualidade da água. E quando você liga a televisão ou o rádio e recebe conteúdos ‘sujos’, de má qualidade, o que pode ser feito? Praticamente nada” (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).

Jello Biafra, ativista político, ex-vocalista da banda de punk-rock norte-americana Dead Kennedys e candidato à presidência dos Estados Unidos nas eleições dos anos 2000 é também conhecido por defender o lema “Não odeie a mídia. Seja a mídia”, frase que se encontra também nos textos do autor Herranz Hernandez (2007 apud TARGINO, 2009): “Não odeie os meios, converta-se você mesmo no meio”. Mas o que o punk e as discussões sobre a comunicação têm em comum?

A questão é que, mais do que um estilo de música, o punk, que se convencionou como um movimento, registrou o início de uma anárquica luta simbólica contra as macroestruturas dos veículos de comunicação, desde os anos 1970.

Ao propor estratégias de resistência às barreiras da indústria cultural em um momento no qual sua hegemonia parecia inabalável, o movimento punk, que envolve música, moda, comportamento, comunicação alternativa, compartilhamento de produtos midiáticos por circuitos alternativos ao *mainstream* midiático, e em particular, com sua postura “faça você mesmo”, abriu brechas nas fronteiras mercadológicas para a construção de uma estrutura rebelde de produção-circulação-uso/consumo midiático e para a posterior incorporação dos seus produtos nos *mass media*.

Esta estrutura, que já contava com produções midiáticas de pequeno porte que se propunham a combater o monopólio da informação e comunicação exercido pelos *mass media* desde o século XIX¹⁰⁵, foi então renovada logo após o mundo ser sacudido pelas lutas antidisciplinares e a contracultura dos anos 1960-70, que com suas mensagens anti-guerra, otimistas, “*peace and love*”, prepararam o terreno para a emergência do sarcasmo, transgressão, agressividade e negativismo do punk.

Por sua vez, esse movimento lançou mão de táticas de reapropriação e usos radicais dos meios de comunicação disponíveis para propagar sua mensagem: já que a indústria cultural não abre brechas para circulação dos seus produtos (música, moda, informativos, eventos etc.), faça você mesmo, mesmo que não fique bem feito. Seja a mídia.

É importante pontuar que o punk foi desenhado sobre uma tela que havia começado a ser pintada anos antes, com a rebeldia juvenil contracultural. A geração uivante dos anos 50-60, que se levantou contra a ordem burguesa capitalista, foi quem começou a construir uma cultura *underground*, marginal, que não se via representada pelas instituições tradicionais e desenvolveu um conjunto de práticas contestatórias ao estilo de vida que a sociedade industrial pós-guerra lhe oferecia.

Para Carlos Alberto Pereira (1986), “contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial” (p. 13), um movimento libertário composto por indivíduos que não se reuniam em torno de causas específicas, como os casos dos movimentos operários ou feministas, mas reforçava a individualidade, as liberdades, a experimentação (de drogas ou crenças) e rejeitava valores familiares, sexuais, estéticos, intelectuais.

Este movimento, que se iniciou com o otimismo *hippie*, ativismo *yippie* (*hippies* politizados), rock, sexo, psicodelia, resistência à disciplina e ao autoritarismo, pacifismo e individualismo hedonista, entra em alguns anos em uma fase de desencanto, anunciada por John Lennon, ícone daquela geração (*the dream is over*). A partir daí, o terreno foi preparado para a acidez e o radicalismo do punk e suas posturas, estéticas e críticas sociais.

¹⁰⁵ Já mencionamos anteriormente trabalhos como os de John Downing (2004), Maria das Graças Targino (2009), Vivian de Oliveira Neves Fernandes (2013), Mazetti (2007; 2008) e outros, que discutem a relevância das mídias ativistas e traçam um panorama, como no caso de Fernandes (2013), que dá destaque a estas expressões midiáticas na América Latina. Em *A Ditadura da Mídia*, Altamiro Borges (2009) também faz um relevante levantamento sobre as mídias rebeldes latino-americanas e os problemas causados pela hiperconcentração midiática, que começou a se formar nos fins do século XX e que vem crescendo com os novos cenários tecnológicos. Por outro lado, o autor destaca que há um paradoxo nestes processos que envolvem a mídia hegemônica: paralelamente ao contexto de concentração e ampliação do poder das mídias tradicionais pelas mais diferentes plataformas comunicacionais, favorecida pela propriedade cruzada, há uma vulnerabilidade que se abate sobre a macromídia, formada pelo crescimento da resistência e questionamento das práticas da grande mídia, além da propagação de mídias ativistas e iniciativas em prol da democratização dos meios de comunicação.

Na década de 70, o punk renunciou¹⁰⁶ o ativismo *hacker* (hacktivismo) e o desenvolvimento de mídias classificadas como radicais, livres, alternativas, independentes ou contra-hegemônicas que foram concebidas a partir da insatisfação de alguns indivíduos com os veículos de comunicação de massa, seus modelos mercadológicos, formatos, discursos e as políticas que envolvem suas práticas. Estes indivíduos resolveram, assim como os adeptos do lema *do it yourself*, produzir por conta própria seus conteúdos para fins informativos, de entretenimento etc.

A partir das possibilidades que a internet e posteriormente a Web 2.0 ofereceram em termos multimidiáticos, hipermidiáticos, interativos e em horizontalização dos fluxos de informação, os indivíduos, munidos de suas ideologias e intencionalidades, passaram a incrementar a “guerrilha informativa contra-hegemônica” (BORGES, 2009) que vinha sendo travada muito antes da criação das redes telemáticas.

A propósito, o caráter horizontal da Rede, que favorece a “tomada de posse” dos meios de produção midiáticos por cidadãos – ou protótipos do conceito de cibercidadãos –, aliado às tecnologias móveis que envolvem dispositivos e conexões, possibilitou a reestruturação do “faça você mesmo” tradicional, dando forma ao que denominamos “faça você mesmo” *high-tech* (ALMEIDA, 2013a; 2013b).

Diz respeito a um conjunto de práticas aleatórias ao circuito da macromídia que segue uma lógica similar às simbologias punks dos anos 70, mas que incorpora os usos da internet e das novas mídias, potencializando o alcance das produções através das redes sociais virtuais, mesclando experiências presenciais e *ciber* em seus modelos híbridos de produção-circulação-uso, explorando os recursos interativos e descentralizados do espaço *on-line* e os mecanismos da convergência e participação, imediatismo e visibilidade. Ou seja, como afirmamos em outro texto¹⁰⁷,

A diferença entre o “faça você mesmo” *high-tech* e o tradicional é que este sempre foi relegado a uma condição marginal. Isto é, o jornal alternativo, o fanzine ou a banda de rock estariam excluídos da grande indústria cultural e da informação. A produção *outsider* depende dessa indústria para ser incorporada ou excluída; a música, a moda e estilo punk fazem parte das subculturas ou culturas marginalizadas e convenientemente foram, em algum momento, apropriadas pelo mercado quando demonstraram serem vendáveis

¹⁰⁶ Alguns trabalhos na área de História se debruçaram para desenvolver uma historiografia do punk. Para saber mais, ler Gallo (2010). *Por uma Historiografia do Punk*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mhpyghk>>. Acesso em: 10 set. 2014. Ler ainda Vieira (2012). *Uma outra historiografia do punk*. Disponível em <<http://tinyurl.com/pxwppte>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

¹⁰⁷ Ver Almeida et al. (2013): *Novas ferramentas de informação e a reconfiguração nos processos de construção de notícias: percorrendo os novos lugares do jornalismo*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ml169ha>>.

e lucrativas. Já a geração *high-tech* transita com facilidade pelos espaços de comunicação, das redes sociais e das ruas, sendo incorporada voluntariamente pelos *media* de massa ou fazendo-se destacar em todos os espaços possíveis, físicos ou virtuais (ALMEIDA et al., 2013, *on-line*).

Trata-se, portanto, de um pequeno conjunto que integra as inúmeras táticas desenvolvidas pelo homem comum para ocupar o espaço midiático (TARGINO, 2009). Esta “ocupação midiática” vem se refletindo nos diversos movimentos contemporâneos em prol da liberdade de expressão, dos direitos humanos e sobretudo, da democratização da informação e dos meios de comunicação, que viceja através da experiência prática dos coletivos midiáticos, de iniciativas de indivíduos, sejam jornalistas ou não, de organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais, incentivadores do jornalismo cidadão ou do jornalismo politicamente engajado contra as potências midiáticas capitalistas.

Somente após termos escrito o artigo supracitado, tivemos conhecimento do texto de André Lemos, intitulado *Cibercultura Punk*¹⁰⁸ e que é bastante pertinente por traçar um breve panorama da influência do movimento punk setentista na contemporaneidade, demonstrando como o “faça você mesmo” pode ser traduzido a partir de três leis da cibercultura: emitir, conectar, modificar. Blogs, *podcasts*, *softwares* livres, transmissão em *streaming* e outras tecnologias horizontais que buscam democratizar o acesso à produção de conteúdo podem ser inseridos no universo de elementos que compõem a cibercultura punk¹⁰⁹. Deixamos então o registro do pesquisador, que coloca:

Todos os produtos da era da informação são, ao mesmo tempo, liberação da emissão, difusão em rede e reconfiguração da cultura. Essa é a terceira lei: reconfiguração de práticas sociais, instituições e modalidades midiáticas. Aqui o mote punk atualiza-se em: “dê sua parcela para modificar a cultura vigente”. Essa modificação não é aniquilação nem simples substituição, mas reorganização e convivência de formatos midiáticos: jornal on-line e impresso, espaço urbano e redes, podcast e rádio, TV e web, amigos de bar e de MSN (LEMOS, *on-line*).

Sendo assim, frente ao cenário de hiperconcentração e conseqüentemente do poder no qual o “coronelismo midiático” (RAMONET, 2012) se encontra, as mídias ativistas pós-massivas buscam prover o debate público de discursos e ideologias que vão de encontro ao

¹⁰⁸ Publicado em Revista Cult *online*, disponível em: <<http://tinyurl.com/4yrxwun>>. Acesso em: 15 set. 2014.

¹⁰⁹ Não se trata apenas do uso da mídia para fins ativistas. Há trabalhos que apontam os princípios do “faça você mesmo” sendo adotados para diversas produções, como no caso da elaboração de livros digitais. Ver CARDINS, Jitana; NICOLAU, Marcos. *Inteligência coletiva e internet: a cultura do faça você mesmo no contexto do livro digital*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1353qtv>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

pensamento único neoliberal, ao *status quo* do capitalista megacorporativo. Sua consequência é a contribuição para o fortalecimento de uma esfera pública alternativa, na qual as classes subalternas possam ter visibilidade e voz.

Através de produção-circulação-uso de informações, realização de fóruns, assembleias, debates, conferências e outras iniciativas, uma cultura política alternativa à esfera política convencional vai ganhando contornos, formando articulações que atuam como grupos de pressão em prol de políticas públicas, mudanças de posturas, práticas, novos imaginários coletivos e representações que envolvam questões socioculturais.

Como demonstra Borges (2009), diversas articulações estão ocorrendo no Brasil a partir de ações de grupos, associações ou partidos políticos interessados no debate público sobre informação e o papel da mídia para a democracia, suas questões legais (ou a ausência de regulamentações), políticas públicas e outros assuntos.

Destacamos o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, criado em 1991, Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2001 em Porto Alegre, a formação do Coletivo Intervozes¹¹⁰, em 2003, o Fórum de Mídia Livre¹¹¹, de 2008, e a Conferência Nacional de Comunicação (Cofecom), de 2009, além das diversas ações que vêm ocorrendo desde 2013, como o FACÇÃO, que integrou Brasil e América Latina em um círculo de debates sobre mídia, e outras articulações realizadas pelo Fora do Eixo¹¹² e outros coletivos midiáticos ou de ativismo político¹¹³.

Ressaltamos, inclusive, que outras iniciativas são realizadas com o apoio dos megagrupos midiáticos do país, mas como constata Venício de Lima no prefácio do livro *A Corrupção da Opinião Pública*, estes seminários e eventos frequentemente têm como intuito reafirmar os discursos e pontos de vista dos empresários. Para ele, mesmo debatendo sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa, estes eventos não se constituem em *debate*

¹¹⁰ <<http://intervozes.org.br>>.

¹¹¹ Inclusive, foi realizado, em março de 2015, em Túnis, Tunísia, o 4º Fórum Mundial de Mídia Livre. O evento ocorreu pela primeira vez durante o Fórum Social Mundial, em Belém, em 2009. Para assistir ao debate sobre a Carta Mundial de Mídia Livre, discutida no seminário realizado em 2014, com a participação de midialivristas, jornalistas e representantes de entidades ligadas à comunicação em geral, acessar: <<http://tinyurl.com/molv46a>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

¹¹² A rede Fora do Eixo (FdE), atualmente, encontra-se presente em mais de duas centenas de espaços, articulados em mais de 27 países da América Latina, contando com aproximadamente 20 mil pessoas atuando direta ou indiretamente no Circuito. Ver MORAIS, Marluce Jácome (2013): *Por dentro do Fora do Eixo: Uma das maiores redes de coletivos culturais do país*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kgbkhg6>>. Acesso em: 17 ago. 2014. Site do FdE disponível em: <<http://foradoeixo.org.br>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

¹¹³ Em janeiro de 2014, foi realizado em parceria entre associações de ativismo político-midiático e o poder público, o Conexões Globais, evento que congregou debates e experiências que foram vivenciadas nas ruas brasileiras e que são parte da sociedade em rede contemporânea. O evento foi transmitido pela internet e promoveu atividades (debates, oficinas, intercâmbios) que transitaram por temas como as Jornadas de Junho e a democracia, cultura digital e software livre, espaço público, vigilância e outros assuntos. Mais em: <<http://www.conexoesglobais.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

público efetivo, configurando-se muito mais como espaços nos quais debatem, escutam e promovem sua própria voz, apenas (*in* GUIMARÃES, 2013, p. 9).

Além disso, o autor aponta que há um movimento de boicote¹¹⁴ ou ataque dos grandes grupos a realizações como a Cofecom, enxergadas por eles como ações contrárias à liberdade de expressão ou de imprensa. As recentes discussões a respeito da regulação da mídia no Brasil também são mal vistas por setores da mídia comercial e mesmo pela esfera política, por ameaçar hegemonias.

Como herdeiros dos processos de ocupação midiática e articulações que se desenvolvem nas últimas décadas, e brotando em um ecossistema midiático complexo em profusão, as novas mídias ativistas pós-massivas brasileiras, como a Mídia NINJA¹¹⁵, PósTV, Coletivo Mariachi¹¹⁶ e Coletivo Carranca¹¹⁷, ambos do Rio de Janeiro, Coletivo Nigéria¹¹⁸, de Fortaleza, além de toda a ecologia de mídias livres individuais¹¹⁹ decorrem também de um processo que foi iniciado ainda nos fins dos anos 1990, com o Slashdot, de 1997, que precede o Independent Media Center (IMC), de Seattle, o qual se constituiu no bojo das intervenções populares e protestos que geraram a “batalha de Seattle” contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), que realizava encontro naquela cidade em 1999.

Além do IMC, que através do site Indymedia.org agrega centros de mídia independente em dezenas de países, que produzem na – e para a – internet informações contra-hegemônicas em caráter colaborativo, há outras iniciativas, como o jornal sul-coreano *OhmyNews*¹²⁰, criado no ano 2000 por Oh Yeon-Ho, Overmundo¹²¹, de 2006, o espanhol

¹¹⁴ Para ilustrar a afirmação do autor, ver “Conferência Nacional de Comunicação, antes tarde do que nunca”. *In*. Portal Carta Maior. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mhrw64u>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

¹¹⁵ A Mídia NINJA, que foi embrionada a partir de articulações da rede de coletivos culturais Fora do Eixo, recebeu destaque com as emissões realizadas nos protestos de junho de 2013, mas sua origem provém de coberturas realizadas desde 2011, sempre com marchas e protestos de rua, como a Marcha da Maconha e Marcha da Liberdade, além de movimentos de resistência como a cobertura realizada sobre a situação das aldeias Guarani-Kaiowá em 2012. Com as jornadas de junho, o coletivo ampliou sua atuação e rede de colaboradores, culminando, em 2014, no lançamento do seu próprio portal, que agrega produções multimídia e carrega um diferencial das emissões em fluxo realizadas nas ruas. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

¹¹⁶ <<http://coletivocarranca.cc>>

¹¹⁷ <<https://www.facebook.com/coletivomariachi>>

¹¹⁸ <<https://www.facebook.com/coletivoNigeria>>

¹¹⁹ Conduzidas por indivíduos que, como Alessander Lepletier (@midiALEXrj), que entrevistamos, desenvolve suas próprias emissões *live streaming* de protestos de rua. Discutiremos sobre este assunto, bem como trataremos sobre a entrevista do midiativista, no próximo capítulo.

¹²⁰ Que inclusive vem com sua produção em inglês freada desde o ano de 2013, quando data a última publicação no endereço <<http://english.ohmynews.com>>, mas mantém atividade na versão original em sul-coreano, que pode ser acessada através do <<http://www.ohmynews.com>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

¹²¹ Site brasileiro que se restringe a produzir colaborativamente sobre produções culturais nacionais, a fim de dar visibilidade a estas iniciativas, que geralmente não têm destaque na mídia oficial. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

Rebellion¹²², fundado em 1996, além da página eletrônica Carta Maior¹²³ e Revista Fórum¹²⁴, originadas em 2001 na ocasião do FSM de Porto Alegre, só para citar alguns exemplos. Estas produções colaborativas seguem ideais de justiça, liberdade, igualdade, democracia, colaboração, participação, valores que constantemente contrastam com a *práxis* mercadológica da macromídia.

Destacamos, ainda que estas iniciativas são decorrentes e/ou influenciadas pelos fenômenos dos fóruns de discussão e articulação *on-line* do início dos anos 1990, a “cultura *wiki*” que passou a se desenvolver a partir dos ambientes colaborativos da Web 2.0 e outros espaços de interlocução que viabilizam um conjunto de práticas que compõem o que José Luiz Braga (2006) denomina “sistema de interação social sobre a mídia” ou “sistema de resposta social” (2006, p. 22).

Para o autor, mesmo antes da difusão das redes informatizadas, o público já rejeitava a condição passiva que alguns estudos clássicos da comunicação lhe atribuíam, integrando ao esquema produção-recepção de informações, um *terceiro sistema de processos midiáticos*, que “corresponde a *atividades de resposta* produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, op. cit.).

Partindo desta definição, entendemos que o autor se aproxima da constatação de Certeau (2007), que se encontra no Volume I de *A Invenção do Cotidiano* que diz respeito às “fabricações” ou produções que os consumidores desenvolvem a partir dos produtos que recebem da mídia. Estas reapropriações que o público desenvolve compõem “maneiras de fazer” que constituem, como diz o autor, “mil práticas” ou procedimentos criativos que subvertem ou reconfiguram os sentidos de usos que os produtos midiáticos e suas técnicas pré-estabelecem. Ou, como Braga demonstra,

desde as primeiras interações mediatizadas, a sociedade *age e produz* não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social (BRAGA, 2006, p. 22).

Sendo assim, há diversas camadas de interação/participação que envolvem os processos midiáticos: a participação condicionada à provocação direta que meios de comunicação fazem ao público, sendo limitada a respostas e reações pré-determinadas e geralmente oferecem alternativas disponibilizadas pelo meio, cabendo ao receptor apenas a

¹²² <<http://www.rebellion.org>>.

¹²³ <<http://www.cartamaior.com.br>>.

¹²⁴ <<http://www.revistaforum.com.br>>.

condição de optar entre elas; a participação que redefine e atribui novos sentidos aos produtos da mídia, que inclusive vem ganhando mais força com a cultura *remix*¹²⁵, os fenômenos dos *memes*¹²⁶ nas redes sociais; e a participação que busca dar origem a novos modelos, novas narrativas, estruturas, estéticas de produção midiática, e inúmeras outras formas de participação.

Neste contexto se enquadram os punks dos anos 1970 e suas alternativas de produção midiático-cultural, e os midiativistas 2.0 que buscam, a partir das ferramentas disponíveis, criar uma mídia que represente suas múltiplas parcialidades, seu descontentamento com as produções do *mainstream* e lutar a favor da democratização da informação frente aos megagrupos midiáticos. Estes fenômenos compõem o conjunto de práticas que integram a perspectiva do público na relação com os meios de comunicação e demonstram que, ao contrário do que diz a citação que abriu este tópico, há muito que se possa fazer para ser mídia.

Sendo assim, ao afirmar que não há praticamente nada a ser feito frente às megaestruturas de comunicação de massa, teríamos que negar a história que vem sendo construída por mídias ativistas desde o século XIX, pelos atores coletivos, sejam movimentos sociais, associações, sindicatos, coletivos feministas, de trabalhadores, étnicos, culturais, além de indivíduos que se aproveitam da sua condição de ator midiático para construir uma nova realidade na qual a informação é instrumento de democracia, de emancipação, de liberdade, de cidadania. Mesmo que se utilizando de micromídias em espaços limitados, estas ações, juntas, podem conseguir reverberar e, não obstante, influenciar o debate público.

Então, para finalizar: o que os punks dos anos 70 têm em comum com as discussões em torno da comunicação? Há uma interessante relação de semelhança entre este movimento contra cultural¹²⁷ e o contexto atual de indivíduos empoderados que produzem por conta própria seus conteúdos, sejam informativos ou de entretenimento, que fazem música, jornalismo colaborativo, cinema TV e rádio alternativos, utilizando as ferramentas técnicas

¹²⁵ Ver Lemos (2005), que em ensaio breve, discute as práticas sociais que interferem na paisagem comunicacional através de combinações, colagens e ressignificação que, amplificadas a partir da emergência da cibercultura, constituíram o princípio da “*re-mixagem*”. Em *Ciber-Cultura-Remix*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/2b5tjxy>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

¹²⁶ A autora Raquel Recuero (2011) dedica dois tópicos do seu livro *Redes Sociais na Internet* para discutir os Memes a partir das constatações de vários autores, tendo em vista sua relação com o capital social das informações/ideias e sua capacidade de serem re combinadas e replicadas, ou seja, diz respeito ao estudo da difusão da informação e “de que tipo de ideia sobrevive e é passado de pessoa a pessoa e que tipo de ideia desaparece no ostracismo” (2011, p. 123).

¹²⁷ Em texto de abril de 2014, o editor do site Panomara BR, João Carlos Correia trouxe, a partir do título provocativo “Punk, precursor das mídias livres?” que contribui para nossa discussão sobre o punk e sua relação com os fenômenos midiáticos contemporâneos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mcluj6e>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

que lhes são disponíveis, seja para suprir suas necessidades como sujeito ou para criticar/fazer pressão sobre os poderes estabelecidos e seus fluxos assimétricos.

O “faça você mesmo” *high-tech* é, portanto, fruto da midiatização e do contemporâneo empoderamento dos indivíduos no contexto do capitalismo cognitivo global, um reflexo da constante construção da cultura da autonomia que está definindo os rumos do ecossistema midiático. A partir desta postura, a midiosfera se torna a cada dia um espaço maior e mais complexo e usos radicais das mídias são desenvolvidos, causando impactos em várias esferas, como exemplos que veremos no próximo capítulo.

#CAPÍTULO III

Analizando as Disputas e Diálogos Entre Macromídia e Micromídia



Foto: Mídia NINJA

Foto: Mídia NINJA

Charges: Gomez e Amorim. In: UOL. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nhheobc>>.

3.1 – Nós midialivristas: percepções sobre as mídias ativistas pós-massivas

Em nossa pesquisa, entrevistamos com dois midialivristas: Gabriel Moreira e Alexander Lepletier, cariocas que atuam na cobertura em tempo real via celular de manifestações de rua e integram ou integraram algum coletivo midiativista. Nas suas falas, absorvemos alguns detalhes sobre suas práticas, intencionalidades e sobre as estruturas utilizadas nas transmissões, além, é claro, de fornecer uma base para enxergarmos os próprios protestos e elementos de sua organização. Neste tópico, pretendemos expor algumas apreensões que podem ser obtidas a partir das suas falas, de maneira a apontar caminhos para a observação das práticas da cobertura *live streaming* que avaliamos em um tópico subsequente.

Gabriel Moreira¹²⁸ cursou Administração e, no momento da entrevista, em março de 2014, trabalhava como auxiliar de escritório da Associação do Sindicato do IBGE no Centro do Rio de Janeiro. Alexander Lepletier, no instante da entrevista, cursava Comunicação Social, com ênfase em mídias digitais. Ele também é tarólogo e, segundo ele, seu mapa astrológico o conduziu à prática midialivrista.

Ambos integraram a Mídia NINJA em seu estágio de maior expansão, em meados de 2013, mas se desvincularam do coletivo por se sentirem deslocados, deixando claro em suas falas a recorrente falta de suporte às suas transmissões e evidenciando que em vários momentos não houve uma relação recíproca na dinâmica de atuação¹²⁹. O coletivo recebia seus materiais, mas não lhes oferecia apoio técnico, como foi relatado nas duas entrevistas ou como Alexander¹³⁰ afirmou, não estavam “recebendo retorno de nada”.

E hoje eu me desvinculei do grupo Mídia NINJA. Por quê? Popularizaram o nome NINJA. NINJA pra cá... Todo mundo é NINJA. NINJA pelo Brasil inteiro. Narrativas Independentes Jornalismo e Ação. Muito bacana. Reuniões abertas, base. Só que na verdade ninguém nunca recebeu nenhum suporte do grupo. A gente teve sempre nos... Nos atos, tem, é... Apesar de ter vários transmissores, tinham sempre aqueles mais certinhos... Eu quase perdi meu período da faculdade por causa de manifestações que eram praticamente semanais. Teve uma matéria que eu fui... De, sei lá, dez aulas e eu fui três. Porque era segunda-feira e toda segunda-feira tinha protesto e eu tava lá. Mesmo com essa assiduidade, compartilhando os vídeos, se a gente ficasse sem bateria, ligava pra a base e nada. Eu dei quatro ou cinco vezes o meu telefone pra me colocarem no chat do WhatsApp, que é um ponto que a

¹²⁸ Gabriel transmite através da plataforma TwitCasting, através do link: <http://us.twitcasting.tv/opativismo>.

¹²⁹ Mesmo que no bojo da nossa análise encontre-se uma transmissão que foi realizada não por eles, mas por Filipe Peçanha, conhecido como Carioca, integrante da NINJA, insistimos em trazer as impressões e discussões dos entrevistados por conta da relevância dos seus relatos no que diz respeito à sua experiência neste tipo de cobertura. Durante a pesquisa, não conseguimos agendar uma entrevista com um membro ativo da NINJA.

¹³⁰ Alexander transmite através da plataforma TwitCasting, através do link: <http://us.twitcasting.tv/midialexrj>.

gente se comunicava, dizia onde tinha pauta, traçava estratégia. Nunca me colocaram. Me colocaram por muita insistência de uma amiga minha, na hora, mas muita mesmo. E fizeram um chat 2014 e não me passaram para esse chat novo, me deixaram naquele chat velho. Aí eu falei “Opa! Tô fora”. Aí eu adotei o link de Midialexrj. (ALEXSANDER, 2014).

Gabriel também se referiu ao WhatsApp como plataforma na qual o grupo conduz suas discussões, “troca uma ideia”, como ele mesmo diz. Ele afirmou que, enquanto fazia transmissões em nome do NINJA, também solicitou apoio do coletivo, mas não obteve retorno:

Eu mandava pro chat “alguém pode trazer uma bateria externa pra mim. Tô precisando da bateria agora, tô em tal lugar”. Era sempre no Centro, Botafogo ali é perto. (...) Ou então “publica isso, peguei isso aqui”, aí montava um texto básico e mandava. “Se quiser incrementar alguma coisa... Se quiser uma foto, eu tiro uma foto” e mandava. Sempre recolhiam os materiais, postavam e botavam lá. (...) Só que assim, é... Com relação à bateria, eu sempre fiquei triste. Falava “pô, traz a bateria, que minha bateria tá acabando, pra eu continuar com a filmagem”, porque minha bateria não dura muito tempo, dura cinco, seis horas. Protesto tem hora que é o dia inteiro, praticamente. Tu cansa que é uma beleza. Aí eu nunca tinha resposta. Não tinha nem não nem sim (GABRIEL, 2014).

A saída de ambos, portanto, se refletiu como um descontentamento pessoal com a falta de *feedback* do coletivo no período em que eram constantes as atuações nas ruas. Isso os conduziu a transmitirem os protestos por conta própria, sem vínculo ou dependência em relação a qualquer coletivo midialivrista, assumindo uma postura mais individual nas coberturas e colaborando ocasionalmente, no caso de Gabriel, com o envio de materiais para alguns coletivos, como o Coletivo Mariachi, mesmo que ele não se considerasse efetivamente, no instante da entrevista, um membro deste grupo.

Por não integrar grandes grupos de midialivristas, Alexsander deixa claro que atua em parceria com algum outro ativista, que através do chat do TwitCasting atua como base¹³¹ e lhe dá suporte em relação a direções a serem seguidas nas ruas ou fatos que devam ser destacados nas filmagens. Muitas vezes, esta agregação de dois ou mais midialivristas ocorre *ad hoc* para determinado evento e depois se desagrupa, podendo reagrupar posteriormente ou não. Trata-se de um movimento que conecta e desconecta, como ele mesmo faz questão de destacar.

¹³¹ Espécie de local de monitoramento e apoio, onde o midiativista acompanha, à distância, através de outras transmissões midiativistas ou não, o que está ocorrendo nas ruas e fornece suporte ao transmissor que se encontra nas ruas, apontando os melhores caminhos, os focos de conflito e outras questões.

Assim, com as falas, percebemos que no modelo de produção informativa há uma relação de suporte do midialivrista na rua em relação ao midialivrista-ativista que está em casa (ou na base, como eles se referem), para que sua cobertura não fique “solta”, sem apoio, para que haja um auxílio nos seus direcionamentos em uma dinâmica equivalente à redação jornalística ou uma central de monitoramento em tempo real.

A fala de Alexsander, que foi às ruas após se impressionar com as represálias policiais contra os manifestantes, nos revela que se considerar midialivrista, ou seja, integrar um movimento que prega a liberdade de publicização de informações a partir dos aparatos técnicos que se tem à mão, em busca de uma pluralidade de discursos e uma alternativa às macromídias, é ser “parte do todo”.

De fato, as manifestações que se propagaram a partir de junho de 2013 no Rio, São Paulo e outras cidades do país, se arquitetaram sobre lógicas reticulares de poder distribuído e baseadas em estruturas coletivas. Desta forma, a multidão não seguia pelas ruas a esmo, foi desenvolvida uma organização sistêmica na qual a macroestrutura (multidão) envolve estruturas micro (coletivos). Assim, a massa aparentemente anárquica e sem lideranças ou hierarquias é composta, na realidade, por inúmeros coletivos interligados, sejam eles os coletivos de adeptos das táticas *black bloc*¹³², coletivos de socorristas, advogados, midialivristas, entre outros.

Nas transmissões, é possível acompanhar essa dinâmica de um grande conjunto coordenado por pequenas unidades conduzidas a partir de funções específicas, como o atendimento de socorristas a pessoas feridas ou mesmo grupos de advogados se reunindo para observar as condutas dos policiais e colaborar com uma avaliação sobre a postura das forças de segurança nos protestos. Ou como Alexsander relata:

¹³² A tática *black bloc* ou bloco negro, que identifica seus adeptos por suas vestimentas pretas ou escuras, rosto geralmente coberto e símbolos *punks* e do anarquismo, foi bastante utilizada nos protestos brasileiros, agregando jovens que assumiam a linha de frente das manifestações e que ora defendiam a multidão dos ataques policiais, ora partiam para o ataque contra os cordões militares ou de estruturas capitalistas, como agências bancárias, redes de *fast-food* internacionais, concessionárias etc. Originado em meados de 1970 na Alemanha, este conjunto de práticas trata-se originalmente de ações reativas às violências perpetradas contra os manifestantes, contudo, no Brasil foi apontado como responsável por atos de depredação de patrimônios públicos e privados. Algumas vezes, de fato tendo provocado ações de destruição, outras sendo associados displicentemente pela mídia comercial ou pelos agentes da Lei, é fato que os grupos adeptos desta tática passaram a ser chamados de “Black Blocs”, em um equívoco terminológico provocado pela tentativa da mídia de “dar nome aos bois”, simplificar o discurso e estigmatizar o grupo para assim ter facilidade de noticiar. Os “Black Blocs” então passaram a representar para o discurso midiático que defende a ordem vigente, a encarnação da violência e serem o exemplo de como os manifestantes não devem agir em um protesto. Para saber mais, ler SILVA et al. (2014). *Vandalismo e política nas redes sociais: Caso dos Anonymous e Black Bloc*. Em SILVA, Regina Helena Alves da (org.) Ruas e Redes: Dinâmica dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Então você tem vários grupos que naquele momento se juntam na massa e começam a interagir, um cobrindo o outro assim... mas numa harmonia enorme. Prisão arbitrária, a mídia registrou, chama o advogado. Quem tiver assistindo aciona outros midialivristas que tão perto de advogados ou então o pessoal que tá no chão vai lá, pega o advogado, o advogado vai junto com o transmissor que tem as provas da inocência da pessoa que foi presa, vai pra a delegacia (...) essa relação é na rua também. É na rua. A gente quando tá na rua, se relaciona é... diretamente, indiretamente, através dos outros ou através da internet (ALEXSANDER, 2014).

Cada coletivo assume uma função determinada na rua, sendo espécies de braços da grande aglomeração, reservando aos midialivristas o papel de serem os olhos e ouvidos daqueles que não podem estar presentes nas ruas, mas que dão as mãos às práticas ativistas e colaboram à distância para dar visibilidade a estes atos através das redes sociais para mobilizar a sociedade em relação às pautas das ruas. São os espectadores-participantes, *rastreadores de conteúdo* (FERRARI, 2012) que replicam pelas redes cibernéticas links, fotos, textos e vídeos que integram a produção midialivrista.

Figura 5 - Socorristas atendendo manifestante ferido com estilhaço de bomba de efeito moral



Fonte: Reprodução TwitCasting. Mídia NINJA, 30.06.2013.

Alexsander, que no período da entrevista, estava indo para o sexto período do curso de Comunicação Social, demonstra conhecimento de algumas teorias da Comunicação. Em um momento da fala, cita McLuhan para justificar que os midialivristas na verdade não são só os

olhos da população, mas também os braços e as pernas, com o auxílio das ferramentas usadas na transmissão – as próteses tecnológicas.

Ele menciona ainda a interação com os espectadores que ocorre no chat que fica localizado na plataforma TwitCasting e que ele acompanha da tela do celular, ocorrendo diálogos em tempo real que podem inclusive conduzir seus passos pelas ruas. Como ele diz, “Então existe essa interação toda. Então quem tá em casa participando de um protesto ou qualquer evento por ambiente digital, no fundo tá... tá ali... é como se ela tivesse ali, vivencial”. Perguntado se em algum momento a transmissão dele é guiada pela participação do público, responde:

Ela é conduzida. O público é essencial pra mim. A minha base funciona nessa *timeline*. Quem é a minha base? É a Iris. Iris Medeiros é... A... Da Nova Consciência, então ela acompanha de perto as manifestações. Assiste a todos os midialivristas e... Eu tava lá e falava “Iris, olha só, eu tô em tal lugar. O que que tá acontecendo por aí? Procura outros transmissores e me diga o que você tá vendo. Aonde tá havendo conflito?”. Aí ela vai lá e fala assim “Alex, você tá na...”. Ela já conhece as ruas do rio com essas transmissões... “Você tá na Cinelândia. Tem um grupamento do Choque chegando pela Evaristo da Veiga e eles vão tacar bomba na praça. Proteja-se.”. Aí eu já sabia que eu tinha que recuar um pouco. É... Outras pessoas vão falando ali também. Vão perguntando. Me perguntando coisas, aí... Quer dizer, eu preciso da *timeline*. Dessa interação com o público, né? Para eu poder pegar informações e também dinamizar um pouco a... (...) A... Isso pra você ver que a, essa *timeline* influencia o meu comportamento profundamente. Ela direciona a minha ação, direciona o meu olhar e me proporciona uma forma de socialização (ALEXSANDER, 2014).

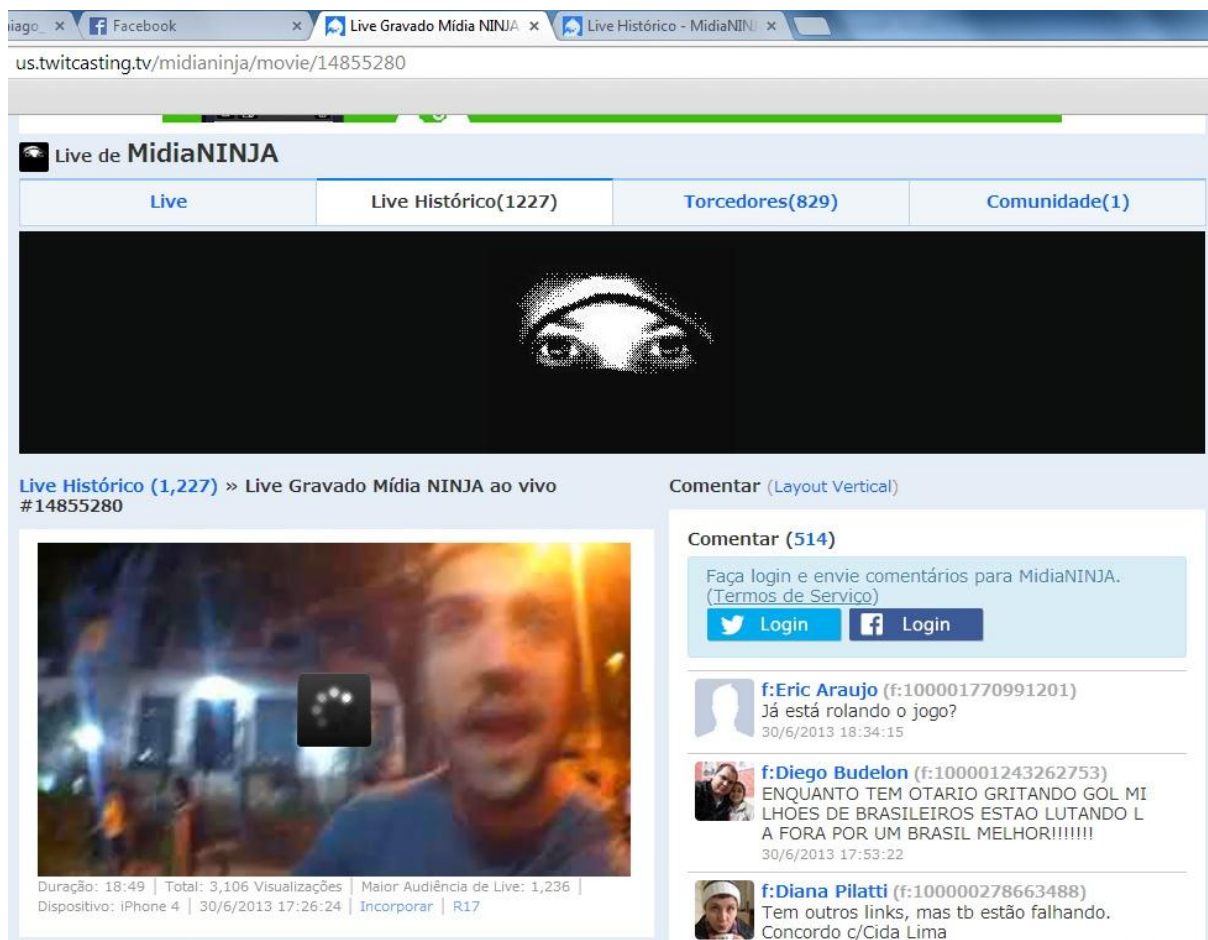
Entendemos, então, a importância da interdependência/interatividade entre midialivrista na rua e público. A relação do espectador/participante se dá diretamente com o transmissor via chat do TwitCasting, que pode dialogar em tempo real com aqueles que estão assistindo, cabendo também a estes o papel de colaborar nos direcionamentos da cobertura, assim como no espalhamento do link da transmissão nos seus círculos das redes sociais.

Trata-se de observarmos que este modelo comunicacional, ao tempo em que fornece mecanismos para a interação instantânea público-transmissor, permite ainda, por meio de suas abordagens, que o espectador possa ser influenciado para uma mobilização, assim como Machado (2000) atesta, quando fala da emissão ao vivo na televisão e destaca a possibilidade de o espectador, a partir do conteúdo que está assistindo, se mobilizar, tomar ações políticas.

Além disso, os espectadores ainda podem interagir entre si na janela do chat, debatendo as situações do vídeo, os caminhos a serem seguidos, outras visões sobre os fatos etc.. Em suma, a cobertura possibilita diversos processos de sociabilização-informação, pois

favorece ao público a recepção do conteúdo, interação com o transmissor e interação com os demais espectadores, tudo em tempo real. Produção e recepção/reação ocorrendo no mesmo espaço, ao mesmo tempo. Ou como Martín-Barbero bem define, as narrativas midiaticizadas contemporâneas indicam “um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar” (in MORAES, 2006, p. 54).

Figura 6 - Página da NINJA no TwitCasting. Cobertura do protesto de 30.06.2013, no Rio de Janeiro



Fonte: Reprodução TwitCasting NINJA

Passando adiante, em ambas as falas, percebemos o constante uso do pronome “nós” e sua forma coloquial “a gente” quando os midialivristas se referem às manifestações, suas pautas, os acontecimentos que envolvem estes atos¹³³. Em todo o tempo, observamos a inclusão deles próprios nas multidões, sua identificação com as reivindicações, com os sofrimentos, com os sentimentos e as disputas travadas nas ruas brasileiras. Um sentimento de

¹³³ O jornalista Chico Otávio, ainda em 2013, destacou o uso da 1ª pessoa do plural nas falas dos midialivristas ao se referirem aos atos como participantes e não apenas como observadores. Cf. “NINJAs querem verba oficial para sobreviver”. In: Portal O Globo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ood4966>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

pertença que ilustra que o midialivrismo se coloca ativamente no processo político-comunicacional do qual participa.

Evita seguir pelas mesmas curvas éticas que envolvem o jornalismo corporativo e sua busca positivista por isenção. Os midialivristas entendem que é muito complexo traduzir as polissemias contestadoras mais endógenas das multidões sem integrar seu sistema nervoso central. Assumem suas subjetividades e as colocam como uma qualidade a ser valorizada, contrapondo-se à imparcialidade e objetividade idealizadas pelo jornalismo convencional. Para ser mais preciso, corroboramos com Caio Túlio Costa (2009) quando ele indica que

Os agentes das novas mídias somam idealmente preocupações éticas (normativas) às que já existiam em relação à própria mídia e trazem novos problemas por conta de sua extensão, simultaneidade e possibilidade de unir numa mesma plataforma as linguagens da comunicação (texto + imagem + voz, além do movimento) e acrescentar a interatividade, seu maior diferencial (COSTA, 2009, p. 237).

De acordo Fausto Neto (2012), as mutações provocadas pela midiatização deslocam o trabalho jornalístico de uma esfera mediadora para outra esfera, denominada por ele de “atorização”. Para ele, as complexificações ocasionadas pelas transformações na sociedade em vias de midiatização influenciam na migração do repórter da função mediadora para a condição de personagem, “operador do acontecimento” que produz o que ele chama de “narrativa de sensações”, através de um “jornalismo testemunhal”.

Indo um pouco mais além na questão semântica, além de pronome, na linguagem de redes de comunicação, “nós” se referem a pontos de conexão. Quando, então, nos referimos aos elementos que compõem uma rede social, os nós são os atores, as pessoas envolvidas na rede que são representadas pelas suas respectivas páginas/perfis, como destaca Recuero (2011).

Ao utilizar o pronome “nós”, os midialivristas se inserem horizontalmente na multidão, imergem naquele universo de forma a se misturarem às suas estruturas. E, ao mesmo tempo, disponibilizam-se como pontos de conexão através dos quais as informações serão transmitidas, construindo uma rede de fluxos informacionais que complexificam a circulação das imagens nos eventos, como apontam Carlos d’Andréa e Joana Ziller (2014).

Estes nós midialivristas passaram a ser pontos de interconexão entre os espectadores e as ruas, de forma que em algumas transmissões, havia diversos transmissores em locais variados de uma mesma passeata, fornecendo múltiplas visões sobre o mesmo evento, colaborando para a construção de uma narrativa coletiva a partir de relatos fragmentados e

polifônicos sobre os fatos. A partir da variedade de registros, viabiliza-se a possibilidade de dissenso¹³⁴ (MACHADO, 2011 apud D'ANDRÉA & ZILLER op. cit.). Ou como d'Andréa & Ziller (2014) afirmam, “enquanto a televisão *broadcast* tenta se livrar de tudo que fuja ao seu controle em uma transmissão ao vivo, as emissões que chegam da rua via internet parecem radicalizar a ideia de uma experiência imprevisível” (p. 26).

Desta forma, compreendemos que ao lançar à sua maneira informações na midiosfera, estas mídias livres colaboram para o registro, entendimento e percepção destes eventos a partir de uma perspectiva vivencial que a macromídia jornalística não deseja ou não consegue fazer, instigando-nos a participar da discussão sobre suas práticas, abordagens e ressonâncias possíveis no jornalismo corporativo. É uma abordagem que se dispõe a ser parcial, testemunhal, assim como todo e qualquer olhar. Põem-se na “posição a partir da qual fala o sujeito” (VAZ, 2013, p. 50).

Ou seja, ao se afirmarem como midialivristas, os entrevistados assumem uma postura ativa não só no que diz respeito ao ator social que se identifica com as pautas e reivindicações polissêmicas das multidões, mas no que diz respeito ao ator/sujeito comunicante que transmite em tempo real o seu olhar sobre os eventos. Ou como Gabriel destaca:

O problema é o seguinte: (...) A minha visão e a minha interpretação não é igual à sua. (...) Você sabendo qual é a pauta do protesto que você sabe que nem sempre é divulgado como deve. Você vendo a quantidade de polícia que é o escudo do Estado e do governo, ali pra reprimir a qualquer momento. Os caras... Porra! No momento que não vai só com isso aqui [faz sinal com as mãos apontando para o próprio corpo], vai todo encapuzado, todo androidizado, o cara vai Robocop pra um protesto, pra mim, daí em diante eu já começo, já não aguento. (...) Eu vou defender o povo. Por que essa defesa minha em particular? Não vou distorcer a imagem, vou filmar... “Ó, galera, quem tacou foi um manifestante, a polícia agora tá respondendo”. É uma defesa do Estado, porém, seguinte... O Estado desde que você nasce, na minha visão, já te destrói por completo. É a minha visão... é essa. Jamais vai mudar. Você nasce e é destruído psicologicamente, fisicamente e emocionalmente. A partir do momento que você tem que bancar, vou usar o termo bancar, um Estado corrupto, um sistema literalmente corrupto, você já está sendo totalmente ridicularizado (GABRIEL, 2014).

Alexsander também se refere à questão da parcialidade, fazendo um paralelo com a macromídia e destacando que cada olhar é um recorte do todo:

¹³⁴ Importante ressaltar que Noam Chomsky fala sobre a *produção de consenso* e se refere a Walter Lippmann para apontar a necessidade que as classes poderosas do Estado e da mídia têm de obter a “concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo” (2013, p. 14-15) para que seja mantida certa estabilidade na democracia. Ao provocar dissenso através da mídia livre, os ativistas colaboram para a criação de tensões na democracia, conflitos de poder que podem gerar efeitos sobre o *status quo*. Para saber mais, ler CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2013.

Até porque uma característica da mídia livre é... É essa questão... Jornalismo corporativo, você tem um distanciamento do fato. Terceira pessoa. Isenção é... Tirando o jornalismo de opinião que também é outra coisa, não tem nada a ver com mídia livre, né? Até porque o que eu vejo é assim... A questão da isenção, da imparcialidade é uma falácia. Porque quando você posiciona uma câmera em cima de um fato, você fez um recorte. Por mais que você fique de longe, que não fale nada, você fez um recorte. E você tá narrando o que você tá vendo, mas você não tá vendo o que tá à volta, o que tá atrás de você. “Ah! O cara perdeu o controle do carro e atropelou ele ali”. Mas você não viu que o carinha que tá atrás de você tacou uma pedra que acertou na cabeça do motorista e você não percebeu e ele atropelou o outro. Então você tem realmente um recorte. Mas a mídia livre tem outra característica. Ela... É... São narrativas independentes e vivenciais, ou seja, eu faço parte do evento. São parciais múltiplas (ALEXSANDER, 2014).

Percebemos que seu posicionamento e a sua *práxis* midiática foge não só às estéticas e determinadas formatações produtivas, mas também à “consonância”, perceptível no universo das mídias massivas. “Denomina-se ‘consonância’ o fato dos temas eleitos pelas diversas formas de mídia serem, grosso modo, os mesmos e comporem um quadro relativamente homogêneo e unificado” (BARROS FILHO, 1999, p. 270).

Logo, não assumem a aparência de objetividade adotada pelo jornalismo convencional, que é reforçada, segundo Barros Filho, “pela repetição, que aproxima as abordagens, dificulta a percepção seletiva e torna a mensagem monolítica” (p. 270). Destilam o seu *habitus*¹³⁵ nas narrativas, na sua forma de registrar, agir, dizer e sentir os fatos à frente da câmera, transmitindo estes comportamentos ao espectador.

Em *Drones no ar, Ninjas nas ruas*¹³⁶, Gonçalves e Frazão (2014) discutem a relação distanciada da mídia corporativa, transmitindo os protestos de edifícios ou a partir de *drones*, e a mídia livre imersiva que flui pelas veias das aglomerações. No texto, os autores abordam a relevância de registros de proximidade feitos pela Mídia NINJA, mas que podemos estender à transmissão de mídias livres em geral que seguem o padrão *live streaming* utilizado pelo coletivo.

Na fala de Alexsander, ao se referir à vivência do evento, percebemos que há neste tipo de prática uma incorporação/identificação de/com valores que influenciam na maneira

¹³⁵ Pierre Bourdieu foi o responsável por sistematizar o conceito de *habitus*, que tem uma origem longínqua. Para o autor, o *habitus* se constitui em predisposições a fazer, dizer, pensar, sendo assim, um princípio gerador de comportamento. É, então, a história individual feita pelo corpo, um elemento da subjetividade que, somado através da trajetória social do sujeito, interfere no processo de elaboração do produto informativo (BARROS FILHO, 2008).

¹³⁶ Gonçalves & Frazão (2014). Disponível em: <<http://tinyurl.com/lxpsb9o>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

como a narrativa será construída pelo midialivrista, seguindo a lógica semiótica da não transparência (ou inocência) da linguagem¹³⁷.

Estes valores, como já dissemos, são coerentes com os buscados pelos manifestantes, e se constituem nos elementos que compõem as lentes dos “óculos” destes transmissores, nos termos de Bourdieu (1997), ou seja, o universo referencial¹³⁸ de cada midialivrista, os olhares carregados de interpretação (SANTAELLA, 1983).

Outra questão pertinente que ele coloca é a visibilidade seletiva que um registro midiático oferece ao seu espectador. Ele destaca a impossibilidade de expor a realidade de forma ampla, reforçando o caráter fragmentado do registro que realiza. Ou seja, como destacam os estudos semióticos, assim como o ato de ver é também deixar de ver, narrar é também deixar de dizer.

A pulverização das mídias, por outro lado, pode oferecer aos espectadores várias interpretações sobre o mesmo fato, como no exemplo da imagem abaixo, onde diferentes transmissões podem ser acompanhadas em tempo real pelos espectadores. Cada transmissor possui um universo referencial próprio e uma forma de conduzir a narrativa, seu estilo, oferecendo aos espectadores uma variedade de construções sobre as realidades expostas. A página da NINJA funciona, neste caso, como um hub, um agregador de narrativas diferentes que são distribuídas através dos links em sua página do Facebook.

¹³⁷ Para saber mais, ler BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1996.

¹³⁸ Para Miquel Rodrigo Alsina (2009), a construção do universo referencial simbólico de cada indivíduo depende de suas experiências sociais (racionais e emocionais), dos contextos culturais nos quais cada um está inserido e que contribui para os seus processos de criação de sentido. Sendo assim, o universo referencial do midialivrista irá “dar o tom” das suas abordagens enquanto transmissor das realidades dos protestos. Esse *background* cultural que cada indivíduo carrega será determinante nas formas como os fatos serão registrados, analisados, transmitidos etc.

Figura 7 - Página da NINJA no Facebook. Post com links de transmissão do protesto de 15.10.2013



Fonte: Reprodução Facebook

Perguntados sobre seu posicionamento político, os dois entrevistados fizeram questão de alertar que não se identificam com as representações atuais e as possíveis candidaturas que surgiriam nas eleições de 2014. Gabriel fez questão de destacar sua desconfiança com o sistema eleitoral, com as urnas utilizadas no pleito e afirma que busca ter uma postura independente de qualquer partido ou representante político, reforçando que não vota mais¹³⁹.

Estas posições refletem um pouco as qualidades que já mencionamos neste texto, no que diz respeito aos novos jovens ativistas¹⁴⁰, que caracteristicamente não se ligam a estruturas políticas tradicionais e atuam mais ligados a pautas pontuais que ideologias concretas. Como já demonstramos, Nogueira (2013), Castells (2013) e Gohn (2011; 2013) são alguns autores que fazem avaliações pertinentes sobre estes perfis de atores políticos.

¹³⁹ Assim como ele, quase 40 milhões de eleitores não escolheram um candidato nas eleições de 2014, representando aproximadamente 27% do eleitorado nacional. No pleito anterior, em 2010, o número foi de 24,6 milhões, segundo o TSE. A Agência Pública fez uma enquete para entender os motivos deste fenômeno. Cf. “Não confio em nenhum candidato ou partido”. In: Portal Agência Pública. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qyrm5mf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

¹⁴⁰ Não se trata de um padrão, uma generalização, pois em entrevista ao *Roda Viva* da TV Cultura, integrantes da Mídia NINJA afirmaram se identificar com os ideais esquerdistas. Entendemos que se trata de uma pluralidade de manifestações que convergem na luta por uma voz ativa na esfera pública. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kre9l2d>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

Sobre o *live streaming*, método de transmissão que ganhou destaque a partir da transmissão de Filipe Peçanha, da Mídia NINJA, no dia 30 de junho no Rio de Janeiro, alcançando mais de cem mil espectadores, os entrevistados deixam claro que sua opção por este método de registro dos fatos se dá pela espontaneidade, pelo impacto de uma filmagem ininterrupta e também pela facilidade que as tecnologias de transmissão proporcionam. Gabriel destaca que prioriza este recurso por ser ao vivo e estar próximo dos fatos, deixando sempre claro seu contraponto aos registros realizados pela mídia corporativa, editados a partir de interesses hegemônicos, como ele esclarece.

Ele ainda afirma que pode fazer sua própria edição em tempo real, mostrando o que for do seu interesse, apontando a câmera para onde deseja. Ambos os entrevistados destacam também a preocupação em narrar o que está acontecendo, a fim de esclarecer o que as imagens turvas e fragmentadas nem sempre deixam explícito.

Com efeito, é preciso ressaltar o caráter mobilizador ou desmobilizador que o relato do repórter exerce ao implicar em uma construção da realidade (BOURDIEU, 1997). E assim como as imagens televisivas, tal qual destaca Bourdieu, as imagens destas coberturas também possuem *efeito de real* que podem fazer ver e fazer crer, possuem um poder de evocação com efeitos mobilizadores.

Carlos d'Andréa e Joana Ziller (2014) se referem a Jost (2007) e sua definição de “imagens violentas”, que cabe ao nosso estudo por destacar a capacidade destas imagens *intensificar em este efeito de real* “e esse efeito torna-se uma das motivações do espectador para se engajar e contribuir para sua legitimação” (2014, p. 22). Para Jost (2006 apud D'ANDRÉA & ZILLER op. cit.), “as imagens violentas são aquelas que, ao pressuporem um olhar, sensibilizam imediatamente à violência de que o outro é vítima” (p. 21). Segundo o autor, as imagens violentas provocam um choque perceptivo no espectador.

Alexsander ainda destaca a possibilidade de utilizar sua câmera como instrumento de prova instantânea dos fatos, de forma a apresentar em tempo real para os seus espectadores como ocorre uma ação policial, por exemplo, e questionar os métodos utilizados pela PM enquanto registra tudo.

Ele também menciona a possibilidade de uma atuação em conjunto da mídia comercial e as mídias livres, como uma forma de ter várias abordagens ou visões complementares sobre o mesmo fato. Esta incorporação de materiais produzidos pelas mídias livres por parte do jornalismo comercial, que obviamente tem mais visibilidade e legitimidade perante a agenda pública, seria uma maneira de democratizar um pouco mais a produção de notícias e a própria

construção da opinião pública a partir da agenda midiática, como ele demonstra. Alexander cita um exemplo¹⁴¹:

Se isso acontecesse seria muito bom, que era o casamento da mídia corporativa com a mídia livre. Tem um vídeo lá que eu participo dele, por acaso, eu participei desse vídeo, que eu acho icônico e importantíssimo para essa relação. Foi... É... Provas implan... É... Flagrante forjado. Eu tava passando e tinha uns rapazes de preto, com uma bandeira preta mas num... Era nem black bloc... Eles tavam ali pra poder fazer protesto mesmo. E chegando um... Chegou uns policiais, vamos dizer assim, um conhecido nosso, de criar conflito e querer criminalizar pessoas, bater de graça e mandou o rapaz abrir a mochila. Nesse momento, um outro colega dele... Já tinha um policial com a mão dentro da mochila. Aí eu tirei a câmera desse rapaz, voltei pro outro e o policial “Que que é?”, questionando. Eu falei “Que que é, não. Eu tô aqui cobrindo, garantindo o direito dele e você não tem o direito de botar a mão... Tira a mão daí de dentro que quem tem que dar essa... Quem tem que permitir isso é ele. Eu tô garantindo o direito dele e tô impedindo que você cometa um crime, que é o comum da polícia fazer.” Aí peitei ali, falei mais ou menos isso, né? Nisso, aquele rapaz que eu vi abrir a mochila que não tinha nada, na mesma hora, o capitão, major Pinto fala “você está preso porque tem três rojões na mochila”. Aí eu saí desse rapaz, voltei e falei assim “cadê o rojão, que eu não vi? Eu tenho o filme da mochila. Aonde está o rojão? Aonde está o rojão?”. O outro policial jogou nos pés do garoto... Eu não consegui filmar isso. Porque eu filmava um ou eu filmava outro, mas a Globo tava nesse mesmo momento distanciada da cena e filmou a cena inteira. Quer dizer, eu... É... eu não tive esse alcance porque eu tava sozinho. E... Você consegue, assistindo o meu vídeo e o vídeo da Globo, você consegue ter duas perspectivas do mesmo evento. Ouvir mais o que as pessoas tavam falando, a indignação, o que o policial disse e a da Globo dava, mostrava o outro implantando a prova. Então eu acho que se houvesse uma harmonia nessa... Nessas duas formas de comunicação, seria perfeito. Qual é o problema? Interesses corporativos, né? (ALEXSANDER, 2014).

Alexsander apresenta uma questão interessante, que é a absorção, por parte da macromídia, das produções desenvolvidas por ativistas ou cidadãos-repórteres que registram os fatos com seus equipamentos portáteis. Ele coloca que consideraria importante o jornalismo comercial e ativista se unirem em prol do esclarecimento dos espectadores a partir de uma ampla perspectiva dos fatos.

¹⁴¹ A respeito deste incidente, ocorrido em setembro de 2013, os policiais envolvidos no caso de implantação ilegal de provas contra o manifestante foram condenados por constrangimento ilegal. Os PMs acusaram um manifestante de portar três morteiros que, de acordo com o vídeo de O Globo, foram colocados aos pés do jovem pelo policial. O vídeo de O Globo, que é citado por Alexander, pode ser visto no seguinte link: <<http://tinyurl.com/o9opuew>>. Acesso em 01 jun. 2015. Para saber mais sobre a acusação dos PMs, ver: Cf “Justiça condena dois policiais militares por constrangimento ilegal em ato de 2013”. In: Portal O Globo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oycuawh>>. Acesso em 01 jun. 2015.

O chamado jornalismo cidadão adotado pelas mídias massivas já busca inserir nos seus ambientes os registros realizados por indivíduos comuns, mas de maneira bastante tímida, filtrada e ainda vertical¹⁴², sendo que pouco se vê a interação dos conteúdos alternativos-oficiais, nem sempre ocorre uma construção coletiva, pois como o entrevistado afirma, os interesses corporativos diminuem as possibilidades.

Entretanto, em matéria do Jornal Nacional de 24 de julho de 2013, foi inserida na reportagem uma gravação da Mídia NINJA com depoimento de Bruno Ferreira Teles sobre sua prisão no protesto do dia 22 de julho por acusação de portar material explosivo, que ajudou a expor e desconstruir a ação da polícia a fim de incriminá-lo. A partir de gravações de cidadãos-repórteres, foi possível demonstrar, e na matéria isso ficou claro a partir dos vídeos “amadores”, que Bruno não portava nenhum coquetel molotov e nem mesmo carregava mochila, como a polícia oficialmente declarou.

Temos aí um exemplo de intercâmbio entre macro e micromídias que resultou em uma construção informacional poderosa para o esclarecimento dos fatos. Posteriormente iremos apresentar esta situação com mais detalhes e expor como a mídia livre pode ter um papel imprescindível de contrainformação em relação às versões oficiais.

Como demonstra Kelly Prudencio (2010), é possível que a mídia livre – ou ativista, como ela opta por denominar – altere os fluxos de informação, enfraquecendo inclusive a capacidade de *gatekeeping* da grande mídia, subvertendo algumas lógicas jornalísticas a partir da apropriação de algumas lógicas produtivas corporativas, a fim de mobilizar a esfera pública em favor das pautas ativistas.

Ela ainda aponta como a mídia ativista pode pautar a agenda midiática a partir de criativas ações de visibilização de suas pautas, possibilitando a sua utilização como fontes para o jornalismo comercial e ainda reagendar o *mainstream* midiático, recondicionando discursos e olhares, como no caso supracitado, que ainda detalharemos a fim de ilustrar o potencial mobilizador das redes midiativistas.

Ou seja, é relevante declararmos que a atuação da mídia ativista não deve ter a intenção de simplesmente anular ou extinguir as mídias comerciais – o que seria um erro. Nem, também, de tentar deslegitimar toda a produção da macromídia, rejeitando-a por

¹⁴² Como tenta mostrar o estudo de Alves, Guido e Médola, no artigo *Reorganização da audiência no espaço virtual: produção colaborativa da audiência para o jornalismo*. In: FAUSTO NETO, Antônio. Interfaces jornalísticas, tecnologias e linguagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mdh2dwj>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

considerá-la totalmente deturpada, ou ainda por afirmar que determinados fatos não serão nunca divulgados por estes meios¹⁴³.

Sua intenção deve, portanto, ser a de buscar a democratização informacional, a partir da distribuição justa de concessões e acesso livre dos cidadãos aos conteúdos e técnicas de produção de informações, entre outras pautas. Desta maneira, a mídia livre cumpre seu papel de expor a realidade a partir de olhares que nem sempre são encontrados na macromídia jornalística, ao mesmo tempo em que busca subverter as visões convencionais sobre os fatos, direcionando as discussões dos temas e colaborando para a construção de espaços comunicativos autônomos¹⁴⁴.

Retomando a questão da emissão audiovisual *live streaming*, destacamos o impacto destas coberturas, que ampliaram as manifestações das ruas para as redes e proporcionaram uma enxurrada de compartilhamentos via redes sociais que permitiu uma grande visibilidade dos fatos e uma visão panorâmica dos atos. Com as coberturas em tempo real, a mídia *broadcasting*, com seu tempo e espaço limitados pela programação, disputou espaço com os narradores-personagens que estavam nas ruas munidos de câmeras conectadas a redes móveis.

Alexsander nos trouxe um exemplo no qual ele estava em cima do fato, presenciando os detalhes, os meandros de uma ação que talvez passaria despercebida pelo olhar da mídia comercial, por sua impossibilidade de focar nos detalhes. Isso é uma característica que diferencia bastante a cobertura *live streaming* da cobertura realizada pela mídia oficial neste tipo de evento: o caráter testemunhal, endógeno, quase microscópico, a câmera em primeira pessoa, a proximidade.

Alexsander demonstra possuir um nível de autorreflexividade interessante. Em sua fala, ele demonstra que seu registro não é, por si só, suficiente para apresentar uma noção clara dos fatos, e fala da necessidade de uma complementaridade entre mídia livre e mídia corporativa. E a nossa intenção com esse trabalho é tentar apontar os elos que unem as duas práticas, tentar compreender de que maneira uma narrativa pode complementar a outra. Já que a expectativa é a construção de um espaço midiático mais democrático, objetivo maior das práticas midiativistas, é preciso tentar encontrar as possibilidades de confluência, de diálogo e, por que não, de coatuação. Alexsander ilustra a nossa intencionalidade ao dizer:

¹⁴³ Texto de Sylvia Moretzsohn no Observatório da Imprensa aponta os equívocos cometidos por alguns ativistas ao rejeitar sumariamente, por meio de críticas simplistas, como ela coloca, as produções do jornalismo corporativo. Cf. “Os equívocos na rejeição à ‘grande mídia’”. In: Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pz2lvba>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

¹⁴⁴ No seu artigo, Kelly Prudencio (2010) aponta a *frame analysis* de Erving Goffman (1974) como uma boa maneira de observar as formas pelas quais os movimentos sociais buscam para realizar este direcionamento das discussões.

Eu acho que as coisas não vêm como uma forma substitutiva. Vêm como um acréscimo. A gente tem que entender o que é imparcialidade, primeiro. Então eu acho que esse jornalismo distanciado ele não pode acontecer, como esse vídeo que eu te falei como exemplo, eu te mostrei um exemplo, eu não mostrei uma substituição. A minha ação não foi suficiente, como a ação deles sozinhos também poderia não ser suficiente para revelar outros detalhes. Então eu acho que a gente tem que só entender que essa... Mudar o discurso e dizer assim, que se eu estou isentando ao máximo que eu posso a minha opinião na narrativa desse evento. Mas é uma parcialidade mais distanciada, né, que obedece interesses corporativos. (...) É, acho que ele pode melhorar trabalhando em conjunto com esse contingente de mídia livre que tem ali, porque o que acontece: o jornalismo vai buscar o fato, não é? Hoje em dia, ele não vai precisar ir muito longe buscar o fato. Basta ele abrir os canais de transmissões do mundo por qualquer midialivrista. Qualquer um transmite, né? Tem gente que transmite de casa. (...) Você vai pra a rede social. Você abre os *lives*. Às vezes na transmissão pode acontecer um evento inesperado, que se torne pauta de alguma matéria. Tem um registro bacana. Então... É... Essa parcialidade, ela vem como uma nova forma de jornalismo que pode ser complementar ou não à pré existente. E essa pré existente deveria rever essa forma de se colocar imparcial, que é um termo muito duro, muito fechado e que não descreve realmente o que acontece e tentar rever esse conceito de imparcialidade (ALEXSANDER, 2014).

Cético sobre a existência de uma imparcialidade jornalística, o entrevistado reitera a incapacidade de narrar um fato sem se colocar como sujeito que manifesta “sua singularidade, seu *ethos*” (BARROS FILHO, 2008, p. 92) e aponta a possibilidade de as transmissões serem utilizadas pelo jornalismo comercial como fontes para suas matérias.

A partir daí, surge-nos uma questão que talvez não possa ser respondida no momento: se os midialivristas questionam as posturas dos veículos comerciais e buscam fazer registros diferenciados dos fatos, até que ponto este intercâmbio proposto seria “saudável”? Ou seja, será que o *framing* do *mainstream* midiático iria, em algum momento, estar em consonância com as intencionalidades das coberturas alternativas? Até que ponto esta interação seria possível? Será que aqueles que atiraram fezes¹⁴⁵ na fachada da Rede Globo concordariam com a utilização das suas produções pela mídia “adversária”?

A própria Mídia NINJA, através de um dos seus fundadores, Bruno Torturra (apud LORENZOTTI, 2014) tenta esclarecer que suas práticas buscam incentivar o jornalismo tradicional a aderir às demandas horizontais que as redes impõem, e não a extingui-lo ou substituí-lo. Já que a tentativa é buscar mais democracia no ecossistema midiático, a palavra

¹⁴⁵ Em 30 de agosto de 2013, manifestantes realizaram atos pela democratização da comunicação e uma das ações de maior destaque foi a “artilharia” de fezes disparadas contra fachada da Rede Globo em São Paulo. Cf. “Levante Popular da Juventude: Por que jogamos merda na Globo”. In: Revista Fórum. 01.09.2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pcdzqyn>>. Acesso em: 08 fev. 2015. Em vídeo no YouTube, a ação pode ser visualizada com mais detalhes. Disponível em <<http://tinyurl.com/pbvjxfh>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

da vez é *complementaridade*, como mostra o texto de Lilia Diniz no Observatório da Imprensa¹⁴⁶ em 01 de agosto de 2013.

Figura 8 - Ação da polícia é registrada por vários indivíduos em manifestação



Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo no Facebook

Chico Otávio (apud LORENZOTTI, 2014, p. 49) afirma em publicação no Globo, que a notícia é muitas vezes provocada pelos repórteres que fazem a cobertura nas ruas. No caso do exemplo que o colaborador Alexsander nos trouxe, há valores-notícia que favoreceriam que o registro da ação policial se tornasse notícia e ser transmitido nos telejornais de maior audiência do país. A câmera do celular funcionou como um equipamento de defesa dos direitos do jovem manifestante que não possuía nenhum artefato explosivo em sua mochila mas que seria acusado e levado à delegacia a partir das alegações dos policiais.

O celular ainda foi utilizado como arma¹⁴⁷ de visibilização da ação da Polícia, expondo a atitude do policial que tentou associar os explosivos ao jovem inocente e atentando o público espectador para o fato, questionando a legitimidade da ação policial, o que se configura como um instrumento de contrapoder ao poder coercitivo exercido pelos policiais.

¹⁴⁶ Cf. “O jornalismo em tempo real da mídia ninja”. In: Observatório da Imprensa. Disponível em <<http://tinyurl.com/marp8ce>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

¹⁴⁷ Em um capítulo do livro *Jornalismo no Século XXI – O Modelo Mídia Ninja*, Elizabeth Lorenzotti discute as potencialidades do celular como uma arma contra abusos ou agressões. Em manifestação no mês de junho de 2014, por exemplo, o “repórter NINJA” Filipe Peçanha foi preso por portar um carregador de celular, apontado pelo policial como um explosivo. O repórter filmou toda a ação de revista policial e transmitiu inclusive de dentro da viatura a sua condução à delegacia. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pqj8t56>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Foi a partir deste pressuposto que o manifestante Bruno Ferreira Teles foi inocentado de acusação semelhante, como veremos a seguir.

3.2 – Bruno Teles: mídias livres, jornalismo e mobilização virtual

O protesto¹⁴⁸ do dia 22 de julho de 2013 no Rio de Janeiro foi mais um que terminou em conflito entre policiais e manifestantes, com muita bala de borracha, arma de choque, gás lacrimogêneo e coquetéis molotov. Os atos aconteceram no mesmo momento em que o Papa Francisco visitava a cidade para a realização da 26ª Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e resultaram em confronto próximo ao Palácio Guanabara e na prisão de dois integrantes da Mídia NINJA, que registravam o evento, presos sob acusação de incitação à violência.

No mesmo dia, ainda ocorreram mobilizações de grupos feministas, “beijaços” contra a homofobia, ações contra os gastos públicos de R\$ 118 milhões anunciados pela grande mídia para custear a visita do papa, entre outras ações¹⁴⁹. Pouco mais de um mês após o contágio nacional de protestos nas principais cidades do país, o Rio foi destaque no Brasil e no mundo com a chegada do Papa e também pelas violências ocorridas nos protestos.

Fizemos questão de trazer a segunda-feira, dia 22, para nossa pesquisa como uma maneira de ilustrar o nosso trabalho, no sentido de demonstrar com exemplos práticos como as mídias livres podem atuar como uma instância de contrapoder, ao questionar versões oficiais de instituições como a polícia e redirecionar assim as abordagens da macromídia sobre os fatos¹⁵⁰. Neste mesmo dia, integrantes da Mídia NINJA foram detidos e todo o desenrolar dos fatos até sua soltura foi acompanhado por mídias livres e, inclusive, noticiado na macromídia.

Alguns minutos após a saída do Papa do Palácio Guanabara, onde o pontífice participava da solenidade de boas vindas da JMJ juntamente com a presidente Dilma Rousseff, o prefeito Sérgio Cabral e todos os olhares da mídia internacional, coquetéis molotov foram atirados contra o pelotão da Polícia Militar, que fechava a via de acesso ao Palácio. A partir daí, uma operação de dispersão do protesto levou manifestantes detidos à delegacia e deixou, entre os feridos, um policial com queimaduras.

¹⁴⁸ O Coletivo Mariachi publicou no seu canal do YouTube um vídeo, com um resumo de alguns momentos da manifestação de 22.07. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l56nh4a>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁴⁹ No Facebook, o grupo Anonymous Rio fez convocação para manifestação no Largo do Machado, onde estas pautas e outras seriam colocadas no protesto daquela noite. Cf. “Redes sociais convocam atos contra visita do papa”. In: Diário do Grande ABC. Disponível em: <<http://tinyurl.com/koth5tq>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁵⁰ O momento da prisão de Filipe Peçanha foi transmitido por ele próprio, e pode ser visto no seguinte link: <<http://tinyurl.com/p6f5rbt>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Neste dia, estávamos acompanhando a transmissão *live streaming* de Filipe Peçanha, que apresentava o evento da recepção do Papa a partir das suas margens, nas ruas, entrevistando peregrinos, padres e manifestantes contrários à vinda do pontífice ao Brasil. Durante todo o dia, o clima pareceu tenso, com integrantes dos protestos sendo vaiados por peregrinos e um grande aparato policial se formando para dar suporte à chegada de Francisco ao Rio. Gritos de “Fora, Cabral!”, “O papa é BOPE” se misturavam a cantos católicos em vários momentos da transmissão e, à noite, a aglomeração de mais de mil pessoas se colocou diante de uma barreira com cavaletes montada pela Polícia Militar a duzentos metros do Palácio Guanabara, onde o protesto posteriormente se concentrou e o enfrentamento teve início.

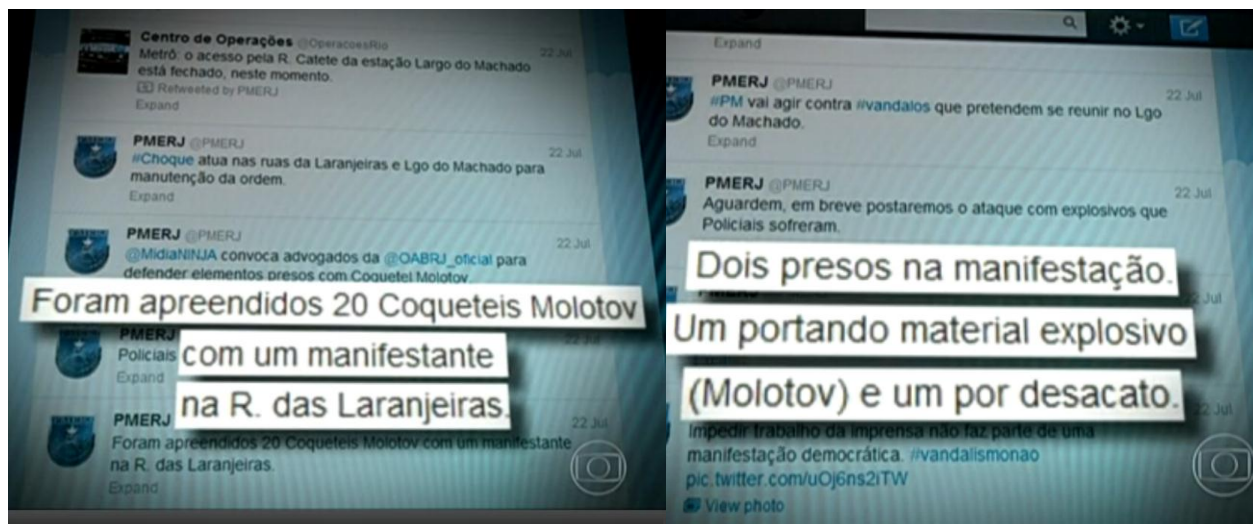
Por volta das 19h30, pelo menos dois coquetéis molotov foram atirados contra os policiais, que revidaram com toda a força que possuíam naquela noite, incluindo bombas de efeito moral, *spray* de pimenta e jatos de água. No vídeo do Coletivo Mariachi, já indicado no rodapé, é possível enxergar que havia muitos indivíduos filmando e fotografando de perto a linha de frente do protesto, o que resultou em dezenas de vídeos referentes àquela noite postados no YouTube.

O fato que nos interessa nesse contexto é a prisão e posterior acusação de Bruno Ferreira Teles – por parte da Polícia Militar e Polícia Civil – de portar coquetéis molotov em uma mochila e disparar um deles contra o destacamento policial¹⁵¹. Através de notas no Twitter, a PMERJ indicava a prisão de um manifestante por porte de material explosivo e um posterior balanço da Polícia Civil indicava o nome de Bruno e apontava sua prisão por porte de explosivo. Na manhã seguinte, a PMERJ ainda reafirmou em nota oficial que um dos presos portava artefato explosivo. A macromídia absorveu essas versões e assim compôs suas matérias¹⁵².

¹⁵¹ Aos 9’10” deste vídeo, vemos o momento em que Bruno era levado, em meio a muita confusão, quando um dos policiais grita repetidas vezes que ele atirou o primeiro coquetel molotov contra a Tropa que se encontrava do lado oposto das grades que separavam a polícia dos manifestantes. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lmkg53v>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁵² Por se tratar de fontes institucionais e seguindo o ideal de legitimidade que estas instâncias de poder carregam (RODRIGO ALSINA, 2009), além do ritmo veloz adotado para noticiar o fato ainda quente, os jornalistas divulgaram as mensagens das polícias sem transparecer, no primeiro momento, nenhuma dúvida sobre a veracidade dos relatos.

Figura 9 - Montagem com duas notas emitidas pelo perfil oficial da PMERJ Twitter



Fonte: Reprodução TV Globo

Já na noite do dia 22, nota breve da Revista Fórum¹⁵³ aponta a prisão do repórter da Mídia NINJA Filipe Peçanha, conhecido como Carioca, e traz a informação da prisão de Bruno Teles com a versão da PM, que o aponta como autor do disparo do artefato. Nesta publicação, não há mais detalhes sobre os incidentes.

Matéria do Jornal da Globo¹⁵⁴ daquele dia trouxe um registro rápido do incidente, apontando “arruaceiros mascarados infiltrados no protesto” como responsáveis por atos de vandalismo e o disparo do explosivo. Nenhum nome, contudo, é citado e aponta apenas o número de presos e feridos.

Publicação do G1¹⁵⁵ também aponta a prisão do Carioca e Bruno Teles, trazendo também a versão da polícia sobre a prisão de Bruno. No texto, não há nada se referindo especificamente ao conflito, mas a matéria foi editada na manhã do dia 23 e foi inserido um vídeo do jornal local do Rio, com a versão da polícia e o apontamento dos “arruaceiros mascarados” em confronto com a polícia. Na reportagem, que contém um vídeo com o momento exato do conflito, já é possível ver as costas do estudante Bruno Teles apontando para os policiais e gritando palavras de ordem. Ele não possui mochila e no momento está utilizando óculos transparentes. No vídeo, podemos ver as explosões e momentos da reação policial.

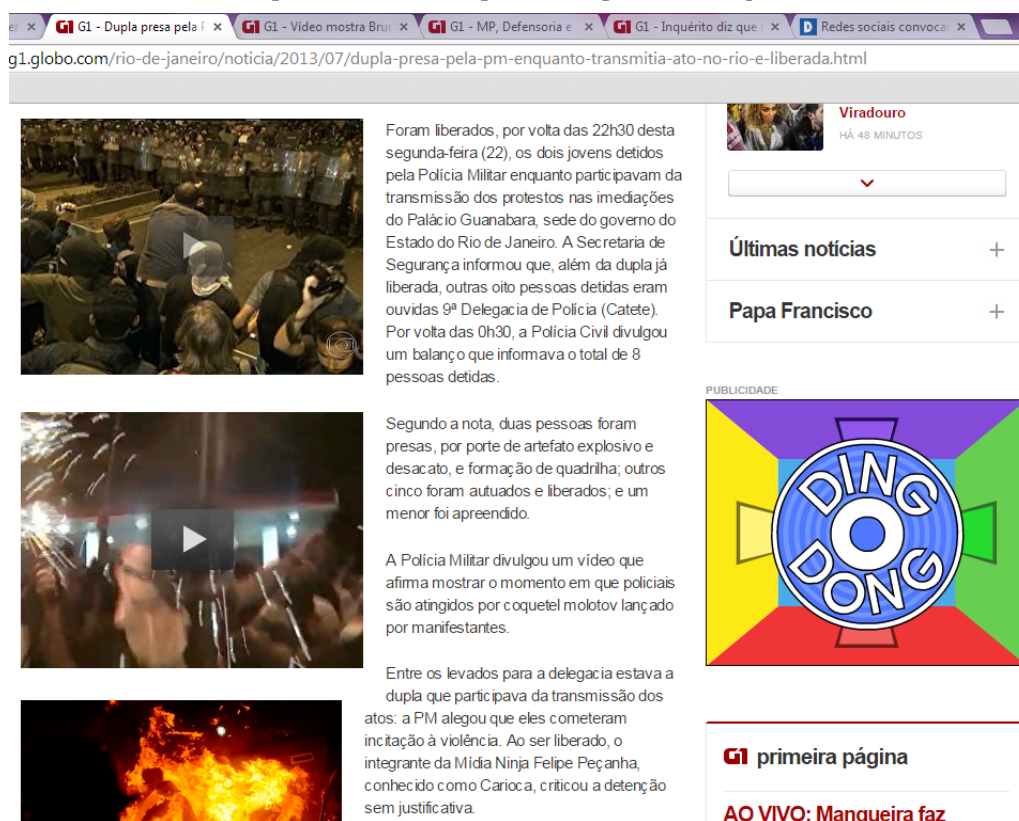
¹⁵³ Cf. “Dois Ninjas são presos durante as manifestações e continuam transmitindo de dentro da viatura”. In: Revista Fórum. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mcs2lxy>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁵⁴ Cf. “Manifestantes e policiais entram em conflito após passagem do Papa”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oqrcfug>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁵⁵ Cf. “Dupla presa pela PM enquanto transmitia ato no Rio é liberada”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://glo.bo/12dJscA>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Ao se referir aos presos, o repórter usa o termo “baderneiros” e indica que um deles estava portando vinte coquetéis molotov em uma mochila: seria Bruno. Ao encerrar a matéria e retornar ao estúdio, o apresentador aponta a versão da polícia sobre a prisão dele. No estúdio, o comentarista Rodrigo Pimentel, ex-capitão do BOPE e autor do livro *Elite da Tropa*, cita ainda o fato “preocupante” da Polícia Civil ter relutado em autuar o estudante por “não dar crédito ao testemunho do policial militar” que afirmava ter visto Bruno atirar o explosivo. Ele ainda aponta a prisão de Peçanha como desproporcional e atribui a Bruno o título de “baderneiro”.

Figura 10 - No vídeo superior esquerdo de publicação do G1, é possível ver Bruno Teles em cima da barreira, pouco antes da explosão do primeiro coquetel molotovs



g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/dupla-pres-a-pela-pm-enquanto-transmitia-ato-no-rio-e-liberada.html

Foram liberados, por volta das 22h30 desta segunda-feira (22), os dois jovens detidos pela Polícia Militar enquanto participavam da transmissão dos protestos nas imediações do Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Segurança informou que, além da dupla já liberada, outras oito pessoas detidas eram ouvidas 9ª Delegacia de Polícia (Catete). Por volta das 0h30, a Polícia Civil divulgou um balanço que informava o total de 8 pessoas detidas.

Segundo a nota, duas pessoas foram presas, por porte de artefato explosivo e desacato, e formação de quadrilha; outros cinco foram autuados e liberados; e um menor foi apreendido.

A Polícia Militar divulgou um vídeo que afirma mostrar o momento em que policiais são atingidos por coquetel molotov lançado por manifestantes.

Entre os levados para a delegacia estava a dupla que participava da transmissão dos atos: a PM alegou que eles cometeram incitação à violência. Ao ser liberado, o integrante da Mídia Ninja Felipe Peçanha, conhecido como Carioca, criticou a detenção sem justificativa.

Viradouro
HÁ 48 MINUTOS

Últimas notícias +

Papa Francisco +

PUBLICIDADE

G1 primeira página

AO VIVO: Manqueira faz

Fonte: Reprodução G1

Ainda na mesma publicação, foi disponibilizado um vídeo – que, segundo o portal, foi gravado pela Polícia Militar – que mostra um indivíduo com o rosto coberto acendendo e atirando o primeiro coquetel molotov em direção aos policiais. Percebemos, portanto, que a versão da polícia, divulgada pelo Twitter e em balanços oficiais, prevaleceu nesta matéria e os estigmas tão recorrentes, como “vândalos”, “baderneiros”, “arruaceiros”, “infiltrados” são utilizados para representar a violência de alguns manifestantes contra a ordem e o pacifismo.

No mesmo dia do protesto, circulou através do YouTube¹⁵⁶ e foi compartilhada nas redes sociais uma entrevista concedida por Bruno à Mídia NINJA. No vídeo, Bruno ainda nas dependências da delegacia de Polícia Civil, solicita ao público que esteve presente na manifestação que compartilhem vídeos que demonstrem que não foi ele quem atirou o coquetel molotov e venham a explicitar que ele sequer portava mochila.

A partir deste chamamento, vários vídeos passaram a ser postados e compartilhados nas redes, e alguns deles indicam a partir de vários ângulos que o estudante, apesar de estar na linha de frente do protesto, rente à barreira de metal colocada pela polícia, não atirou nenhum explosivo, como foi afirmado pelo policial no momento de sua prisão. A versão da polícia foi posteriormente reiterada no Twitter da PMERJ, e ainda reforçada por Balanço divulgada pela assessoria da Polícia Civil.

No dia 23 de julho, o Jornal Nacional trouxe em matéria o conflito do dia anterior, colocando um resumo da manifestação, a repercussão da prisão dos integrantes da Mídia NINJA, que teve entrevista do Carioca à Globo News e o confronto¹⁵⁷. A reportagem fala também da discussão que se propagou pela internet sobre as ações de policiais sem fardas¹⁵⁸, identificados como P2, e sua suposta relação com o disparo do explosivo.

Interessante ressaltar que já nesta edição, o vídeo da entrevista de Bruno à NINJA foi inserido na reportagem, mas ainda não mencionou a campanha que já se desenrolava nas redes à procura de registros que provassem a inocência do estudante preso. A reportagem cita apenas o *habeas corpus*¹⁵⁹ conseguido pelo estudante e encerra com a fala do procurador Eduardo Lima Neto, presidente da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV)¹⁶⁰, afirmando que abriria processo contra Bruno por tentativa de homicídio. Ou seja, todo um ciclo de acontecimentos se desenvolve em decorrência da versão oficial da PM que o acusa de ser, de fato, o autor das explosões.

¹⁵⁶ O vídeo pode ser assistido no canal da PósTV no YouTube. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kgpz6hg>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁵⁷ Cf. “Passeata perto da sede do governo do Rio durante visita do Papa termina em confronto”. In: Portal Globo/Jornal Nacional. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n4x7hbo>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yOr_teccBTk>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁵⁹ A primeira publicação que coloca em questão as versões das polícias Civil e Militar sobre a prisão de Bruno é do Terra, da noite do dia 23, destacando a decisão do desembargador Paulo de Oliveira Lanzelloti Baldez, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que concedeu *habeas corpus* a Bruno. Contudo, uma contraposição às notas das polícias ainda não é exposta. Cf. “Tribunal de Justiça concede habeas-corpus a manifestante detido no Rio”. In: Portal Terra. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbf9enp>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁶⁰ Criada pelo prefeito do Rio, Sérgio Cabral, com um decreto que gerou polêmica reunindo membros do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP) e das polícias Civil e Militar, com o objetivo de realizar investigações sobre possíveis atos de “vandalismo” nos protestos de rua. Para saber mais, ver Cf. “Decreto do RJ que prevê quebra de sigilo causa polêmica”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kk5z4zy>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

Enquanto o jornalismo convencional engatinhava sobre os fatos que envolveram Bruno, as redes sociais fervilhavam com postagem de vídeos¹⁶¹ de vários ângulos e enquadramentos, apontando dois fatos que contradizem a versão da polícia: 1 – Bruno não portava mochila. 2 – Molotov não foi atirado por Bruno. Encontramos no YouTube mais de uma dezena de vídeos gravados por indivíduos que estavam na linha de frente ou um pouco à lateral do protesto. Em alguns deles, é possível ver claramente as ações de Bruno, em outros, há compilados de diversos vídeos que dão uma noção mais geral do protesto e dos conflitos.

Alguns coletivos midiáticos, entre eles a própria Mídia NINJA, convocaram o público a colaborar para a soltura de Bruno a partir do compartilhamento de vídeos – ou como a NINJA publicou junto ao vídeo no Facebook, “não é pra curtir. É pra espalhar”. Nesta postagem no Facebook¹⁶², é possível perceber a intensidade do engajamento dos seus seguidores para apontar provas da inocência de Bruno. A postagem teve 1.004 curtidas, 2.613 compartilhamentos e 257 comentários com fotos e vídeos relacionados ao fato.

O “enxameamento” nesta campanha virtual em solidariedade ao estudante foi tão ruidoso que chegou ao Jornal Nacional do dia 24¹⁶³, com uma reportagem mais apurada – a única que trouxe um aprofundamento maior sobre os fatos – com pelo menos duas questões importantes: os vídeos dos cidadãos-repórteres que esclareciam a real situação sobre o momento das explosões e inocência de Bruno, e a reinserção do vídeo gravado pela Mídia NINJA.

De fato, algumas prisões sem provas já estavam sendo encaradas com desconfiança por parte de alguns órgãos como OAB, Defensoria Pública e Ministério Público¹⁶⁴ e o caso de Bruno escancarou em rede nacional a ação equivocada ou mal intencionada da PM em acusá-lo injustamente de violência.

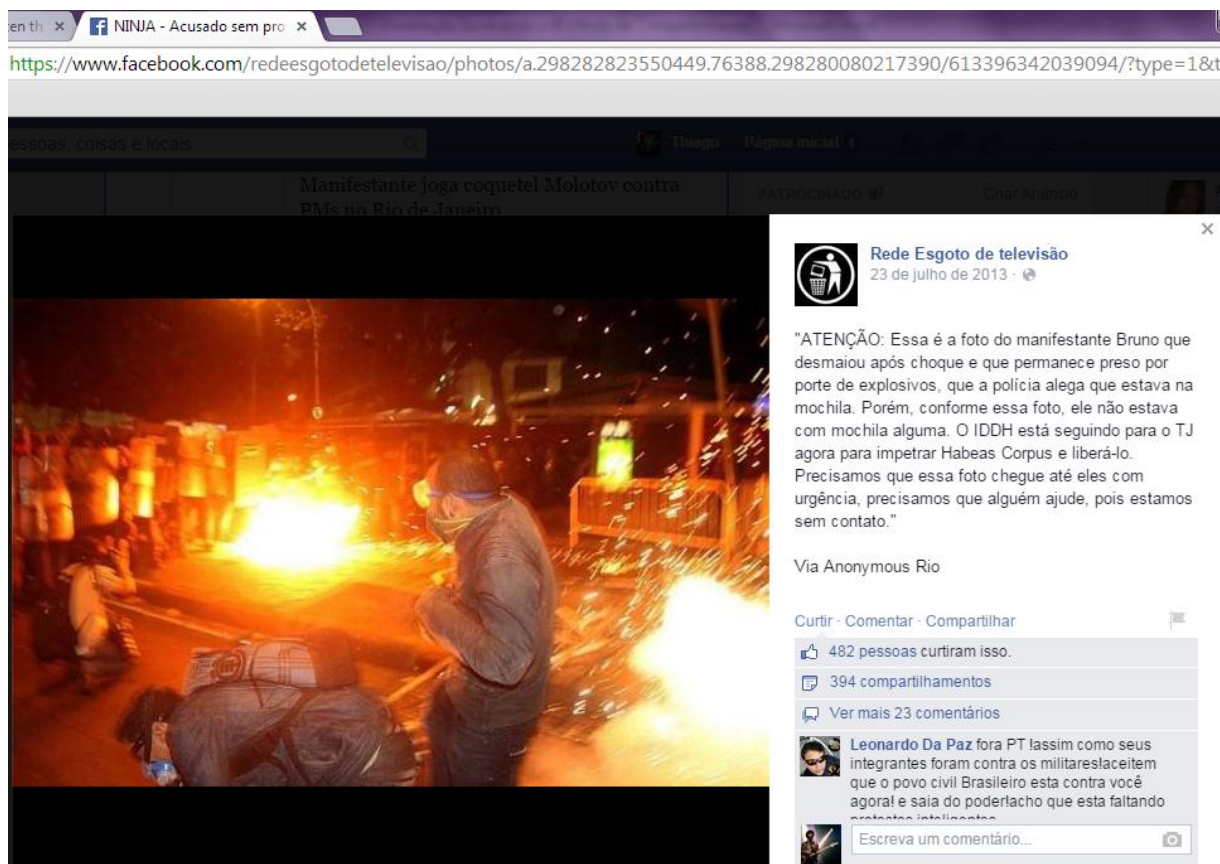
¹⁶¹ Entre as dezenas de registros, destacamos alguns que dão pistas concretas e coerentes sobre a inocência de Bruno. Em uma gravação que enquadra pela lateral a barricada colocada pela PM, enxergamos Bruno exaltado, apontando para a tropa e empurrando os cavaletes. Aos 33” do vídeo, o explosivo passa por ele e atinge o chão próximo aos policiais. Disponível em: <<http://tinyurl.com/or27k42>>. Acesso em: 15 fev. 2015. Neste outro link, temos as mesmas imagens, contudo, com mais gravações do conflito. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o6vltcr>>. Acesso em: 15 fev. 2015. Neste terceiro vídeo, temos a cena de outro ângulo, que exhibe o lançamento do artefato um pouco mais à direita do local onde Bruno, que aparece de costas, estava. Percebe-se também que o explosivo foi atirado de um local atrás de onde ele estava. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n5xtbg2>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁶² Dos primeiros 47 comentários, 28 são fotos ou vídeos de mídias livres ou corporativas que indicam a posição de Bruno no momento do ataque. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k8tl28u>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁶³ Linkamos a matéria do Jornal Nacional em publicação do G1. Cf. “Inquérito diz que manifestante preso no Rio não portava coquetel molotov”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n7c86qx>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

¹⁶⁴ Cf. “MP, Defensoria e OAB suspeitam de prisões sem provas em protestos”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbxbxlv6>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Figura 11 - Página “Rede Esgoto de Televisão” publicou esta foto em post da NINJA no Facebook, que aponta o lugar onde Bruno estava quando da primeira explosão



Fonte: Reprodução Facebook.

A ação coletiva das redes e dos coletivos de mídia conseguiu não só provar a inocência de Bruno¹⁶⁵ e colaborar no arquivamento do caso, mas se configurou em um exemplo empírico do contrapoder das redes colaborativas de micromídias ativistas em relação às instituições poderosas da sociedade, como a PM e a própria macromídia.

No caso da macromídia, que com frequência ruma em suas notícias as versões oficiais de órgãos públicos, assessorias de comunicação e relatos de representantes dos poderes constituídos para apresentar os fatos, o impacto das ações colaborativas foi incisivo não só para questionar a noticiabilização inicial do fato apenas com cunho oficialismo e rasamente apurado, mas para reconstruir a narrativa oficial, em um exemplo do impacto da contrainformação para a construção do debate público.

Além disso, o caso representa um exemplo de subversão do enquadramento desfavorável ao manifestante por meio da construção de espaços comunicativos autônomos

¹⁶⁵ Matéria do G1 no dia 25 de julho destaca vídeo que aponta Bruno no momento do início do conflito. Cf. “Vídeo mostra Bruno sem bomba na hora em que coquetel é lançado”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/klxfwhd>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

(PRUDENCIO, 2010) nas redes sociais da internet que possibilitou o *re-frame* ou reenquadramento dos fatos a partir de um *frame contest*¹⁶⁶. Ou seja, o enfoque original que seguia apenas os relatos oficiais foi questionado e redirecionado a partir das ações convocadas pelas mídias ativistas nas redes.

Queremos chegar, com a presente análise, à seguinte consideração: se o jornalismo convencional que originalmente havia sido considerado uma instância de contrapoder aos três poderes institucionais, o “quarto poder”, atualmente está articulado ao poder econômico e financeiro (SERRANO, 2013) e é tido como cúmplice ou subserviente do mercado e do *status quo*, deixando de investigar e dependendo de fontes oficiais ou “viciadas” (KARAM, 2004), cabe aos atores das redes e suas micromídias provocarem e retensionarem o debate público.

O Jornal Nacional exemplificou, com sua reportagem do dia 24, o que seria a complementaridade entre mídias livres e mídia corporativa, refletindo a “porosidade entre as fronteiras dos vídeos produzidos por comuns e aqueles que são frutos de atuação jornalística tradicional” indicadas por Carlos d’Andréa e Joana Ziller (2014).

A exposição de Bruno causou danos a ele mesmo e a sua família, como é possível observar em uma das publicações do G1 que apontamos neste tópico. Entretanto, após a versão oficial ser desmentida – e mesmo que “o desmentido terá sempre um valor inferior à agressão” (BARROS FILHO, 1999, p. 283) –, diferentemente de outros indivíduos que em situações semelhantes foram presos sem provas e julgados sem que lhe tenha sido concedido de maneira justa o direito ao contraditório¹⁶⁷, Bruno pode descansar com a consciência (e a ficha) limpa, não sendo julgado injustamente por um crime que não cometeu.

A discussão na agenda pública, portanto, pode seguir alguns caminhos, que são determinados pelas disputas de poder travadas na esfera pública: em direção à ação da polícia

¹⁶⁶ Para saber mais, ver tese de PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza (2006). *Mídia ativista: A comunicação dos movimentos por justiça global na internet*. A autora parte das análises de Erving Goffman e seu método de *frame analysis*, para discutir práticas ativistas e suas relações com os enquadramentos de suas ações. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oyatlhg>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

¹⁶⁷ O caso mais absurdo é do morador de rua do Rio de Janeiro, Rafael Vieira. Condenado a cinco anos de prisão por acusação de porte de material explosivo, o jovem de 26 anos carregava produtos de limpeza (água sanitária e desinfetante em garrafa plástica) no momento da abordagem policial. Ver em Cf. “Prisão de morador de rua nos protestos completa um ano”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qd8ymjt>>. Acesso em: 17 fev. 2015. Ainda houve a prisão de Fábio Hideki, também detido em São Paulo sob acusação de porte de coquetel molotov, que ficou preso por 45 dias. Cf. “Fábio Hideki aparece pela 1ª vez após ser preso em manifestação em SP”. Disponível em <<http://tinyurl.com/lshygn>>. Acesso em: 17 fev. 2015. Há ainda o caso de “Sininho” que, dentre outros, pode-nos servir como exemplo de linchamento midiático. Setores da mídia corporativa colocaram Elisa de Quadros como espécie de Judas para massacrar enquanto a sociedade sentia a perda do cinegrafista Santiago Andrade, da Band, atingido por um rojão supostamente disparado por um “black bloc”. Pouco ou quase nada se discutiu o despreparo da rede de TV ao colocar o profissional para cobrir um conflito no Rio. A Veja chegou a fazer matéria de capa com os “segredos” de “Sininho, a fadinha dos black blocs”. Ver Cf. “Sininho: a mídia vai criar um mito”. In: Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qguxkj7>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

e suas posturas nos protestos, tão criticadas pela violência desmedida, em relação à necessidade do jornalismo – que esteve tão distanciado – de estar próximo aos fatos (ou quando não estiver, contar com microproduções de cidadãos-repórteres para complementar as notícias) e também no sentido da importância das mídias livres para a ampliação do debate público, indispensável para a democratização da esfera pública.

O caso de Bruno se assemelha ao exemplo que nos foi apresentado por Alexander Lepletier, que flagrou uma tentativa de policiais implantarem provas na mochila de um inocente. Trata-se de um confronto positivo e saudável entre a voz dos aparelhos coercitivos e a voz da mídia livre, que tem por objetivo esclarecer a sociedade por meio da visibilização dos fatos da forma que os registros imersivos e testemunhais conseguem possibilitar. Diz respeito a um debate público complexo e plural que se forma através das narrativas oficiais e das “armas”¹⁶⁸ (LORENZOTTI, 2014) que estão nas mãos dos cidadãos mediatizados: seus celulares¹⁶⁹.

Ou como Castells (2006, p. 231) destaca, o reforço que as tecnologias digitais dão à capacidade autônoma de comunicação que, por sua vez, desenvolve a capacidade de mudar o fluxo de informação, “realça substancialmente a autonomia da sociedade com respeito aos poderes estabelecidos” e redistribui os fluxos de poder, mesmo que temporariamente. Ou, ainda, como Karam (2004) se preocupa em demonstrar:

De acordo com Juan Luis Cebrián, vive-se um processo de homogeneização cultural, em que “a eficiência é hoje considerada o valor mais significativo do desenvolvimento, em detrimento de conceitos de solidariedade ou justiça, que parecem envelhecidos”. Por isso, a internet pode servir a qualquer uma das causas, pode prestar um grande serviço à cultura e à política, transformando a eficiência instrumental em verdadeira eficiência humana, e, portanto, a favor do planeta e da humanidade, ou pode se tornar apenas porta-voz do *pensamento único*, que chegará homogeneizado à rede (KARAM, 2004, p. 242).

De fato, quando a solidariedade contagia as redes sociais virtuais e indivíduos passam a atuar coletivamente em prol de justiça e liberdade, temos um exemplo claro desse “serviço”

¹⁶⁸ Consideramos pertinente indicar o guia “Como filmar a violência policial em protestos”, organizado com contribuições das entidades e redes Advogados Ativistas, Artigo 19 e WITNESS. O guia apresenta cinco passos que orientam o manifestante a realizar filmagens com segurança em protestos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/osqkhen>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

¹⁶⁹ Ver também COSTA, Caio Túlio. *Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. O autor aborda o celular como ferramenta de empoderamento utilizada por indivíduos e “seu uso pôde interferir e mudar o resultado da eleição na Espanha, funcionar como elo de comunicação e organização de criminosos em penitenciárias do Brasil, ajudar a levar milhares de paulistanos para casa no ‘toque de recolher’ de 15 de maio de 2006” (2009, p. 241).

que a internet pode prestar para a democracia. Por buscar se contrapor ao pensamento único difundido pela macromídia, que dicotomiza os sujeitos sociais em nome do espetáculo, reforça estigmas para informar e muitas vezes ignora seu potencial questionador por servir ao *status quo*, a massa de micromídias colabora para um cenário diferente, plural, contestador.

Por fim, ressaltamos que a mobilização virtual a favor de Bruno ocasionou três resultados: a) o questionamento da versão oficial sobre o fato; b) o redirecionamento das narrativas da mídia corporativa; c) a solução do caso e prova da inocência do acusado. A campanha *on-line* encabeçada pelas mídias livres tornou-se uma disputa (mesmo que desproporcional) de poder que resultou em justiça, democracia e jornalismo combativo. Este exemplo demonstra na prática nossas incursões teóricas sobre os potenciais destas micromídias de ressoarem sobre as práticas jornalísticas comerciais e atuarem como instâncias de contrapoder. Este caso se assemelha ao incidente do Fusca incendiado, no qual ações colaborativas em rede deram encaminhamentos próprios aos fatos e às abordagens realizadas sobre eles, como discutiremos adiante.

3.3 – Tensões entre redes e jornalismo no incidente do Fusca em chamas

O jornalismo sempre esteve ligado à luta política. Mais do que um empreendimento comercial, a possibilidade de tornar públicas nossas opiniões é elemento fundamental da luta pelo poder (VAZ, Ana Lucia, 2013, p. 36).

No sábado, dia 25 de janeiro de 2014, ocorreu em várias cidades do país o primeiro Ato “Não Vai Ter Copa”¹⁷⁰, conjunto de manifestações que questionavam a realização da Copa do Mundo no Brasil e os gastos voltados para a realização deste megaevento. No dia em que São Paulo completava 460 anos de existência, as imagens de um Fusca em chamas próximo à Praça Roosevelt, conhecida como Praça Rosa, ganharam destaque e circularam nos principais meios de comunicação do país. Portais de notícia, como o R7, Yahoo Notícias¹⁷¹, Folha de São Paulo e outros, além de telejornais como o Domingo Espetacular, da Record e Jornal Nacional¹⁷² da Rede Globo repercutiram o episódio.

¹⁷⁰ Levantamento indispensável para a compreensão destes eventos foi realizado por Ciro Barros na Agência Pública, esclarecendo sobre o grupo heterogêneo que se colocava contra a Copa do Mundo de 2014. Cf. “Quem grita ‘Não vai ter Copa?’”. In: Portal Agência Pública. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k8nouev>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

¹⁷¹ Em publicação com galeria de fotos, o portal Yahoo Notícias compartilhou uma imagem do Estadão Conteúdo, com a legenda “Manifestantes ateiaram fogo em carro durante protesto contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, na região central de São Paulo, neste sábado”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qjkcsxd>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

¹⁷² Cf. “Tiros disparados contra rapaz em protesto geram críticas e investigação em São Paulo”. In: Portal Globo.com. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pyr5dno>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

Sabemos que durante a Copa do Mundo, que ocorreu alguns meses após estes incidentes, as manifestações foram duramente reprimidas em todas as cidades onde foram ensejadas, demonstrando que o Estado conseguiu sufocar de vez as relutantes aglomerações que insistiam em perturbar a ordem.

O protesto sobre o qual iremos nos debruçar agora ocorreu em um momento no qual as mobilizações já não tinham a mesma força nas ruas que em junho de 2013. Os ativistas, então, tentaram contornar esta dispersão focando em atos contra o campeonato, os controles da FIFA sobre os espaços públicos, os altos gastos com construções de estádios, os despejos de populações carentes que atrapalhavam os planejamentos arquitetônicos¹⁷³ etc.

No caso da manifestação de 25 de janeiro, entre mil e dois mil manifestantes participaram do protesto que começou na Avenida Paulista no final da tarde de sábado. Dois mil policiais foram enviados para acompanhar o ato, que terminou com depredações, mais de cem detidos, polêmicas sobre as ações da polícia para conter os supostos “baderneiros”, um jovem baleado pela PM com dois tiros e, claro, o Fusca 1975 de Itamar Santos, serralheiro de 55 anos, danificado em um suposto ato de “vandalismo”.

Seria mais um conjunto de fatos que renderiam um punhado de notícias e logo seriam superados por outras de igual teor em dias posteriores. Mas o incêndio do veículo de trabalho de Seu Itamar provocou uma mobilização intensa nas redes a seu favor e uma campanha de contrainformação conduzida por mídias livres, que buscaram desconstruir o discurso veloz e impreciso da mídia corporativa, que atribuiu o ocorrido à suposta ação proposital de manifestantes.

Pretendemos fazer uma análise deste incidente a partir da cobertura realizada por distintas perspectivas, que ora guiaram o tom de suas matérias por meio da versão oficial da PM, através da velocidade da informação e pela emoção das imagens, ora pela desconstrução dos *frames* noticiosos de grandes meios e reenquadramento das imagens nos fatos.

¹⁷³ Jornalista dinamarquês Mikkel Jensen produziu um documentário intitulado *The Price of the World Cup* (O Preço da Copa do Mundo, em tradução livre) que aponta a situação das famílias desalojadas pelas obras da Copa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oys3grf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

Figura 12 - Veja SP: Dois dias após o incidente, ainda acusa manifestantes em legenda



Após abandonar seu fusca 1975 em chamas durante os **violentos protestos**

Fonte: Reprodução Portal VEJA SP¹⁷⁴

O que apreendemos na observação de algumas matérias é que por pressa ou por falta de vontade de apurar os fatos, muitas mídias trataram o incêndio como um atentado de manifestantes contra o motorista do veículo. Utilizam-se do discurso que opõe “manifestante pacífico” (ou somente “manifestante”) a “vândalo”. E mais, apropriam-se do contexto para dar um tom emotivo à situação: um senhor acompanhado de mulher e criança voltando da igreja sendo atacado por indivíduos mascarados e violentos cujos propósitos eram destruir e causar danos.

De fato, os manifestantes atearam fogo a um colchão no meio da avenida e o objetivo era interromper o trânsito. Queimar objetos, como pneus, por exemplo, é uma tática utilizada com bastante frequência em protestos e que busca chamar atenção através da interrupção do fluxo de veículos. Mas a intenção deles era que algum veículo fosse queimado? Vamos a exemplos.

¹⁷⁴ No texto, a acusação não persiste, mas a legenda da imagem é clara. Cf. “‘Vaquinha’ quer ajudar serralheiro que teve fusca queimado em protesto”. In: Portal Veja SP. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ppp9gku>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

No Domingo Espetacular¹⁷⁵ da Rede Record, de 26 de janeiro, a repórter Cleisla Garcia afirma: “Dois motoristas conseguiram fugir, mas o carro conduzido por Seu Itamar foi atingido por um colchão em chamas. O fogo se alastrou rapidamente. Dentro do carro, cinco pessoas. Entre elas, uma criança de quatro anos”. Em seguida, é inserida a fala do motorista do Fusca, gravada logo após o incidente, quando ainda não havia maiores detalhes sobre a situação: “Acho que empurraram o colchão. Ele entrou por baixo do carro, enroscou (...)”. “Fugir” e “ser atingido” são expressões que dão ao espectador a ideia de um ataque, uma agressão, perseguição. A fala da “vítima”, ainda atordoada momentos após o incidente, complementa esta percepção. Não há o depoimento de nenhum manifestante. Vejamos outra abordagem.

Em publicação do Portal UOL Notícias¹⁷⁶, ainda no sábado, 25, a matéria dá destaque aos mais de cem detidos, à “quebradeira” provocada pelos “vândalos”. No texto, o caso do incêndio do Fusca foi apontado como ação dos manifestantes: “Segundo a Polícia Militar, os manifestantes queimaram um Fusca na Rua Consolação”. Entretanto, somente este breve relato da Polícia Militar constou na matéria. Nenhum ativista foi ouvido e não há maior aprofundamento sobre o fato.

Vale destacar que é possível perceber que, diferentemente do incidente que abordamos no tópico anterior, envolvendo Bruno e o molotov, em janeiro de 2014, “black blocs” já eram sinônimos de “vândalos” no vocabulário da macromídia. Este é um momento em que a grande mídia tenta “dar uma cara” a estes grupos e o destaque às suas ações passa a ser intenso. Chega-se até a utilizar o termo para aparentemente justificar ações violentas da polícia¹⁷⁷.

Em publicação¹⁷⁸ na página da Folha de São Paulo no Facebook também no dia 25, é possível sentir o teor da indignação do público com a suposta ação dos “black blocs”. Um seguidor da Folha publica “O que um pobre dono de um fusca que nem pode pagar um seguro do carro tem a ver com esse protesto? Por que o vândalo não queima o seu próprio carro? Revolta.”. Outra seguidora acrescenta “Colocar fogo no fusca, é sacanagem! Carro de gente humilde! Talvez de uso para o trabalho!”. Outros comentários ainda surgem (foram 855 ao total), a maioria indignada com o incêndio, relacionando o valor do veículo, “de gente

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://tinyurl.com/lxo92bj>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

¹⁷⁶ Cf. “Manifestação contra a Copa em SP tem quebradeira e 128 detidos pela PM”. In: Uol Notícias. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mun986k>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

¹⁷⁷ Como no caso do manifestante Fabrício Chaves que levou dois tiros pela Polícia Militar por supostamente reagir a uma abordagem policial e que, segundo o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, carregava material aparentemente explosivo consigo. Tratava-se de um “black bloc”, como apontou a página da Secretaria. Cf. “Tiros disparados contra rapaz em protesto geram críticas e investigação”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k58p7du>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://tinyurl.com/pt49o5m>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

humilde”, a religiosidade do motorista, que vinha da igreja, ainda ao fato de haver mulher e uma criança no banco traseiro.

Estas questões afetam a percepção emocional do espectador, construindo um ambiente simbólico no qual este lado é o lado do bem (trabalhador, religioso, pobre). O lado do mal dos “black blocs” invoca o crime, a desordem, o caos, a barbárie. As notícias são construídas sobre estes estereótipos, generalizações simplistas. Queremos apontar que se trata de uma criação de sentido elaborada pela mídia sobre as realidades que se confrontam naquele momento, a fim de facilitar a classificação dos diversos fenômenos que envolvem este episódio e sua compreensão (RODRIGO ALSINA, 2009). Ou como atesta Alsina (2009), que ressalta o impacto de um tipo de estereótipo – o negativo – na percepção dos fenômenos:

Os estereótipos e os preconceitos negativos servem para justificar, em muitos casos, os privilégios e as diferenças intergrupais, pois eles não só são usados para dar sentido de forma instantânea, mas também para fazer uma classificação de acordo com uma ordem social (RODRIGO ALSINA, 2009, p 278).

Apropriando-se das imagens (e seu texto não-verbal gritante) para criar um espetáculo incendiário, as mídias corporativas além de colaborarem para o discurso homogêneo de dicotomização das manifestações que começa ainda em junho de 2013, como já abordamos, contribuem para moldar uma avaliação bastante negativa sobre os protestos, já que a maior parte do tempo/espço de suas matérias destaca os atos de “vandalismo”, sem que haja um debate a respeito dos fatos e suas motivações. Mais uma vez, a notícia surge como um produto das imagens pirotécnicas, das versões oficiais e com pouco ou nenhum espaço para que um “outro lado” se pronuncie. Isso ocorreu na maioria das macromídias¹⁷⁹, pelo menos neste primeiro momento.

Entendemos que esta avaliação precipitada dos meios pode ser de alguma forma influenciada pelas ações anteriores dos manifestantes neste mesmo protesto quando, mais cedo, depredaram patrimônios públicos e privados, atiraram explosivos em direção à polícia e destruíram um veículo da Guarda Civil. A associação automática e a recorrência aos estereótipos aliados à velocidade da informação podem fazer a notícia falhar no seu propósito de trazer os fatos ao conhecimento do público.

¹⁷⁹ R7 coloca a suposição do motorista do veículo, que logo após o ocorrido ainda, acreditava que o colchão em chamas foi atirado em sua direção, sem que haja nenhuma outra versão para contradizer a primeira impressão do serralheiro. Cf. “Um bando de irresponsáveis”, diz dono de fusca incendiado nas manifestações contra a Copa”. In. Portal R7. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o9c6d75>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Estes elementos, inclusive, são apontados como parte das crises do jornalismo corporativo, que Ramonet (2013) chama de “crise habitual” e Serrano (2013) indica que é uma crise de crises ou como ele se refere, de muitas facetas, como a perda de credibilidade, objetividade, autoridade, entre outras. A propagação de uma avaliação equivocada ou má intencionada por várias mídias é perigosa, pois, como Ramonet (op. cit.) alerta:

Para a maioria das pessoas, uma informação é verdadeira quando todos os meios de comunicação afirmam que ela o é; se a rádio, o jornal, a televisão e a internet divulgam a mesma coisa, nós a aceitamos porque, intuitivamente, a repetição serve como prova de veracidade; e houve muitos casos em que uma informação foi repetida várias vezes sendo que, na verdade, era falsa (RAMONET, 2013, p. 60).

O autor ainda afirma que, devido ao excesso informacional ao qual somos submetidos diariamente, ocorre uma perda de confiabilidade nomeada como “insegurança informativa”, a partir da qual não sabemos se uma determinada informação será desmentida em um futuro próximo. Ou seja, o imediatismo dificulta ou impede a análise, que gera precariedades no produto informativo, podendo provocar desconfiança no público.

A dificuldade de compreender o ambiente complexo no qual está inserida às vezes faz a macromídia receber bastantes críticas, como o caso do questionamento de alguns indivíduos à abordagem e às nomenclaturas diferenciadas dadas a movimentos nacionais e internacionais, como no caso dos militantes, ativistas ou “manifestantes ucranianos”¹⁸⁰ ou dos “jovens descontentes de Roma”¹⁸¹.

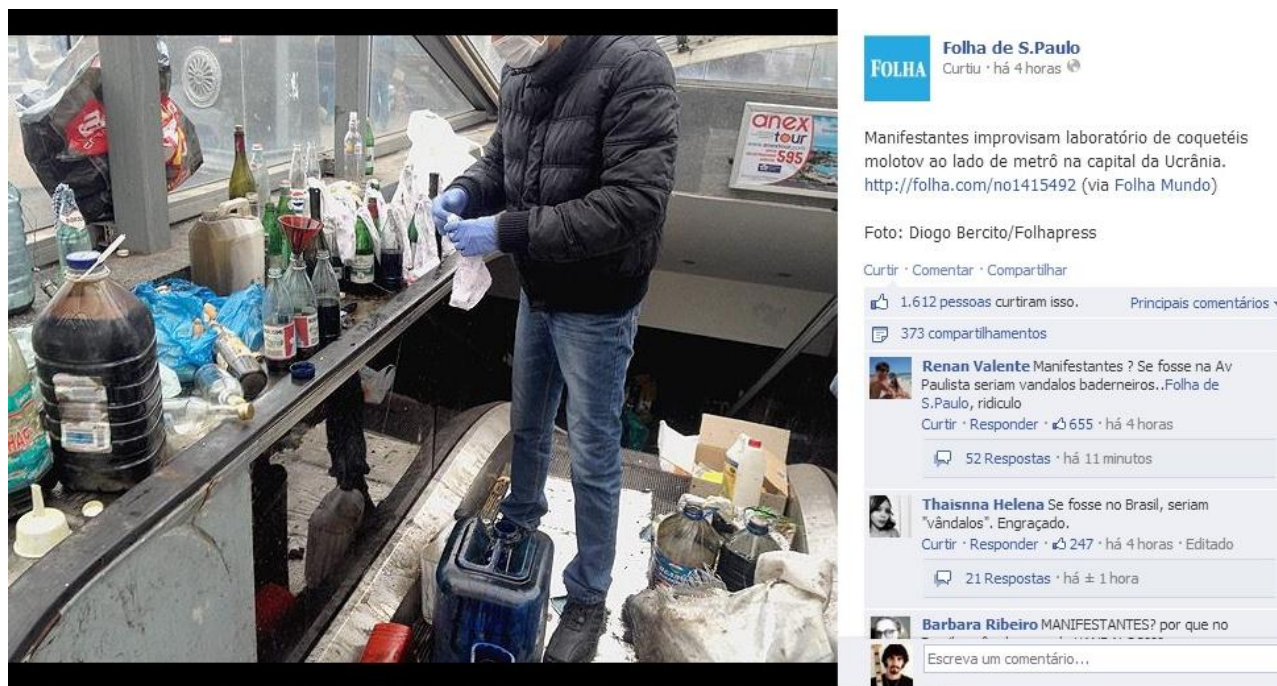
Nos comentários da postagem da Folha, vários seguidores questionam a diferença terminológica que a publicação utiliza. A imagem acima é bastante representativa, pois aponta um manifestante preparando material explosivo, o já conhecido coquetel molotov. Mas por se tratar da Ucrânia, não se encontra “vândalo” ou “baderneiro” no texto da reportagem, como os internautas apontam.

A matéria foi produzida pela Agência EFE, da Espanha e publicada pela Folha apenas um dia após o protesto “Não Vai Ter Copa” de São Paulo. O jornal apenas a transmitiu, mas os julgamentos de valor encontrados na publicação são curiosamente diferenciados das abordagens realizadas nos contextos brasileiros.

¹⁸⁰ Cf. “Manifestantes ucranianos põem fim à trégua ao atacar prédio em Kiev”. In: Portal Folha de SP. Disponível em: <<http://tinyurl.com/of96vo9>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

¹⁸¹ Cf. “Jovens descontentes com governo enfrentam a polícia em Roma”. In: Portal O Globo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k88zpw7>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Figura 13 - “Se fosse no Brasil, seriam ‘vândalos’. Engraçado.”, questiona a seguidora da Folha



Fonte: Reprodução Facebook Folha de S. Paulo

O público, então responde, questiona no espaço que possui acesso, o Facebook, essa dissonância na atribuição de valor simbólico que o jornal faz. Diversos outros exemplos puderam ser vistos nas redes. O próprio caso do Fusca recebeu críticas.

Já que “nem mesmo a gramática está livre da luta de poder” (VAZ, 2013), nesta publicação também da Folha¹⁸², os seguidores do jornal no Facebook expõem a diferença de termos. Foram 599 comentários, 613 compartilhamentos e 2.655 curtidas. Nos principais comentários exibidos na postagem – foram 98 no total –, encontramos diversos questionamentos, como a indignação de um seguidor: “São MANIFESTANTES e não Vândalos. Pelo menos em Kiev são pq aqui não?”. Uma seguidora diz “Mídia tendenciosa. Ucraniano protestando vontra (sic) os russos é ‘manifestante’. O comentário mais curtido desta postagem também questiona a terminologia, inserindo a palavra em aspas: “‘Vandalismo’.”.

¹⁸² Cf. “Ato contra a Copa tem carro com fogo e vandalismo no centro de São Paulo”. In: Facebook Folha de SP. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ko988c5>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

Figura 14 - Postagem da Folha no Facebook. Grifados, alguns comentários do público



Fonte: Reprodução Facebook Folha de SP

Ao pôr o termo entre aspas, a seguidora inicia uma discussão sobre a denominação, que é inclusive comentada por outra internauta: “O dia q vc ficar horas (ou dias) esperando por atendimento hospitalar e não obtiver sucesso, vc vai entender o que é vandalismo.”.

Ao fazer este comentário, a seguidora insere no debate virtual uma demonstração da relativização utilizada pela mídia comercial quando se refere à violência, dando destaque exacerbado às destruições causadas por alguns integrantes do protesto e minimizando o espaço no qual poderia ser exposto e discutido o conjunto de pautas que os manifestantes levaram às ruas.

Esta discussão foi desenvolvida pelo público nas redes sociais¹⁸³ em vários momentos no período dos protestos pelo país. Ou seja, a mídia corporativa visibiliza um tipo de violência e ocupa o espaço que poderia ser usado para debater as violências institucionalizadas que os manifestantes estão questionando – transporte público precário,

¹⁸³ Por exemplo, no Facebook, surgiu a página “Mas aí já é vandalismo” (com 43.723 curtidas até fevereiro de 2015, quando escrevemos este texto), que ironizava com *memes* e textos o discurso daqueles que defendiam as manifestações “sem violência” e atacavam os que promoviam “baderna”. Na sua primeira postagem, encontramos uma imagem de uma pintura que apresenta a Tomada da Bastilha na Revolução Francesa e o texto “Sem vandalizar a Bastilha, galera! Bora fazer uma petição online”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/luszegn>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

desvios de verbas e superfaturamento de obras públicas, precariedade nos serviços básicos como saúde etc.

Por outro lado, a sociedade dá suas respostas e às vezes “sabota” as intencionalidades da macromídia na condução do debate público, como no caso da pesquisa de Datena que trouxemos no Capítulo II. Ali, o resultado que o apresentador obteve com a pesquisa contrariou o posicionamento dele, ao finalizar com a maioria dos espectadores afirmando que sim, concordava com a baderna nos protestos, enquanto ele defendia o contrário ao vivo.

Aproveitamos o ensejo para avançar um pouco mais na discussão. É relevante frisar que Noam Chomsky (2013) aborda o “amedrontamento do rebanho desorientado” provocado pelos governos e a grande mídia, a fim de direcionar a democracia a seu favor e mobilizar ou desmobilizar a sociedade. Termo utilizado por Walter Lippmann, o “rebanho desorientado” seria a maioria da população, em oposição à classe especializada, de pessoas cultas e poderosas que detêm a sabedoria para conduzir a democracia. Para Chomsky, o rebanho desorientado deve ser distraído e mantido assustado, pois caso contrário, “ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar” (2013, p. 28). E como diz Lya Luft, pensar é transgredir¹⁸⁴.

Ora, se em busca da exclusividade ou imediatismo, o jornalismo resulta em uniformização e banalização (BOURDIEU, 1997), temos a mensagem monolítica, como atesta Barros Filho (1999, p. 270), colaborando para a construção do consenso. Sendo assim, discurso uniforme que aponta “vândalos” e “esquece” os meandros políticos das ações nas ruas acaba se configurando em uma violência simbólica que passou a ser desnudada pelos indivíduos nas redes sociais.

Destacamos ainda que isso se refere aos apontamentos de Slavoj Žižek (2014), que indica a existência de alguns tipos de violência, nem sempre facilmente observáveis: a *violência subjetiva*, que é a violência visível e tem seus sujeitos identificáveis; e as *violências objetivas*: “simbólica”, “encarnada na linguagem e em suas formas” (2014, p. 17) e violência “sistêmica”, “que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (op. cit.).

¹⁸⁴ LUFT, Lya. *Pensar é transgredir*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Como a autora majestosamente sugere em uma reflexão sobre a reinvenção de si mesmo (e por que não do universo ao redor?), é preciso sempre “questionar o que nos é imposto, sem rebeldias insensatas mas sem demasiada sensatez. Saborear o bom, mas aqui e ali enfrentar o ruim. Suportar sem se submeter, aceitar sem se humilhar, entregar-se sem renunciar a si mesmo e à possível dignidade” (LUFT, 2004, p. 23).

Em suma, a violência simbólica inerente aos discursos maniqueístas das mídias corporativas acaba por se sobrepor à violência sistêmica das péssimas condições econômicas, políticas e sociais criticadas pelos manifestantes. Ou como afirma Eliane Brum¹⁸⁵:

O maniqueísmo funciona como silenciador de sentidos, ao virar uma armadilha que nos desvia de um caminho mais penoso e menos imediato, povoado por dúvidas, em que cada um precisa confrontar seus próprios dogmas e assumir a tarefa, sempre trabalhosa e cheia de percalços, de construir conhecimento (BRUM, *on-line*).

Ou seja, o que Žižek alerta já na introdução do seu livro *Violência*, é que o “estado normal das coisas”, pacífico e ordeiro, é na verdade um contexto de violências invisíveis, institucionalizadas, as violências objetivas, que atingem os indivíduos de determinadas maneiras e acabam por constituírem o pano de fundo que favorece a explosão da violência subjetiva, como no caso das manifestações. Pertinente a esta observação é a declaração do autor que considera que “a alta potência do horror diante dos atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que nos impede de pensar” (ŽIŽEK, 2014, p. 19).

Ainda como Pierre Bourdieu esclarece, a televisão (que acrescentamos como as mídias de massa em geral) “pode ocultar mostrando”. Ou seja, pode mostrar o que é preciso mostrar, mas “construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade” (1997, p. 24). O que é perigoso¹⁸⁶, pois como Ana Lucia Vaz afirma, “o combustível que sustenta a legitimidade social do jornalismo é seu caráter mobilizador” (2013, p. 91) ou desmobilizador.

É basicamente o que acontece com o caso que estamos analisando neste tópico. As *imagens da violência* (JOST, 2006 apud D’ANDRÉA e ZILLER, 2014) do Fusca em chamas a partir de câmeras distanciadas, por causarem um choque emotivo, geram alguns efeitos nos espectadores, entre os quais a rejeição e negação das ações dos manifestantes e, em certa medida, das manifestações. Neste sentido, afirma Vaz (2013), “o efeito em longo prazo é anestésico” (2013, p. 92).

¹⁸⁵ Cf. “Heróis e vilões não cabem na reportagem”. In: Portal Época. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pm5q5el>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

¹⁸⁶ Relacionando esta questão ao foco insistente da mídia corporativa nos “vândalos” dos protestos brasileiros, indicamos a leitura da tese de Mione Apolinário Sales (2005), que discute a visibilidade seletiva de alguns segmentos da sociedade, no caso do estudo dela, jovens pobres, que só chegam à mídia hegemônica a partir de comportamentos transgressores: SALES, Mione Apolinário. “(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lmxwfwsw>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

É o que percebemos em comentários do tipo “Não adianta fazer protesto quando tudo já está feito!” ou também “Deveriam ter se irredignado na época em que o Brasil concorreu e ganhou, como sempre o povo brasileiro que não sabe nem protestar!!! Lamentável. Agora é se conformar e fazer bonito para pelo menos colher um pouco dos frutos do investimento com a vinda dos turistas e não fazer protesto para espantá-los!!”. Estes depoimentos estão presentes em comentários de seguidores da Folha na mesma publicação que indicamos logo acima.

Após este parêntese conceitual, retornamos ao caso concreto do Fusca. O mesmo choque emotivo que as imagens da violência daquele veículo popular em chamas causaram no público e o conduziram a atitudes de reprovação aos atos de “vandalismo” e aos protestos contra a Copa, provocou também um efeito de apoio à vítima do incêndio, o serralheiro Itamar. Além disso, a cobertura da macromídia despertou também uma enxurrada de publicações nas redes sociais e em sites de mídias livres, questionando o discurso da cobertura corporativa que apontava manifestantes como autores do incêndio.

Indicava-se, então, para a possibilidade de um acidente, de um acontecimento não intencional. Portanto, o caso do Fusca gerou dois processos: a) micromídias desenvolveram redes de contrainformações que desconstruíram a versão da macromídia; b) proliferou-se através das redes sociais uma intensa mobilização a favor do proprietário do veículo, a fim de ressarcir-lo pelo prejuízo. Logo após a difusão massiva da versão que colocava “vândalos” como autores do incêndio, diversos internautas passaram a debater e também a desmentir as informações da mídia comercial, gerando uma teia de informações embaralhadas.

Apontou-se que os “petistas” estariam acusando os “black blocs” de incendiar o Fusca¹⁸⁷, que a ação foi provocada por fascistas¹⁸⁸, extremistas de direita¹⁸⁹, que os manifestantes atearam fogo ao carro¹⁹⁰, que não foram os manifestantes¹⁹¹, que foi um

¹⁸⁷ Como nesse post no Facebook, em que o internauta atribui a partidários/militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) a acusação, segundo ele, falsa, de que “black blocs” atentaram contra o veículo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m5rpxr>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

¹⁸⁸ Renato Rovai, que assina publicações da mídia independente Revista Fórum que geralmente são favoráveis às manifestações e condenam as ações truculentas da polícia, atribui o incêndio do Fusca a ação de fascistas que “sequestram as manifestações”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qcgloxj>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

¹⁸⁹ Página do Facebook do site Brasil 247 afirmou que “extremistas de direita” cercaram e incendiaram o veículo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kc6oxk4>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

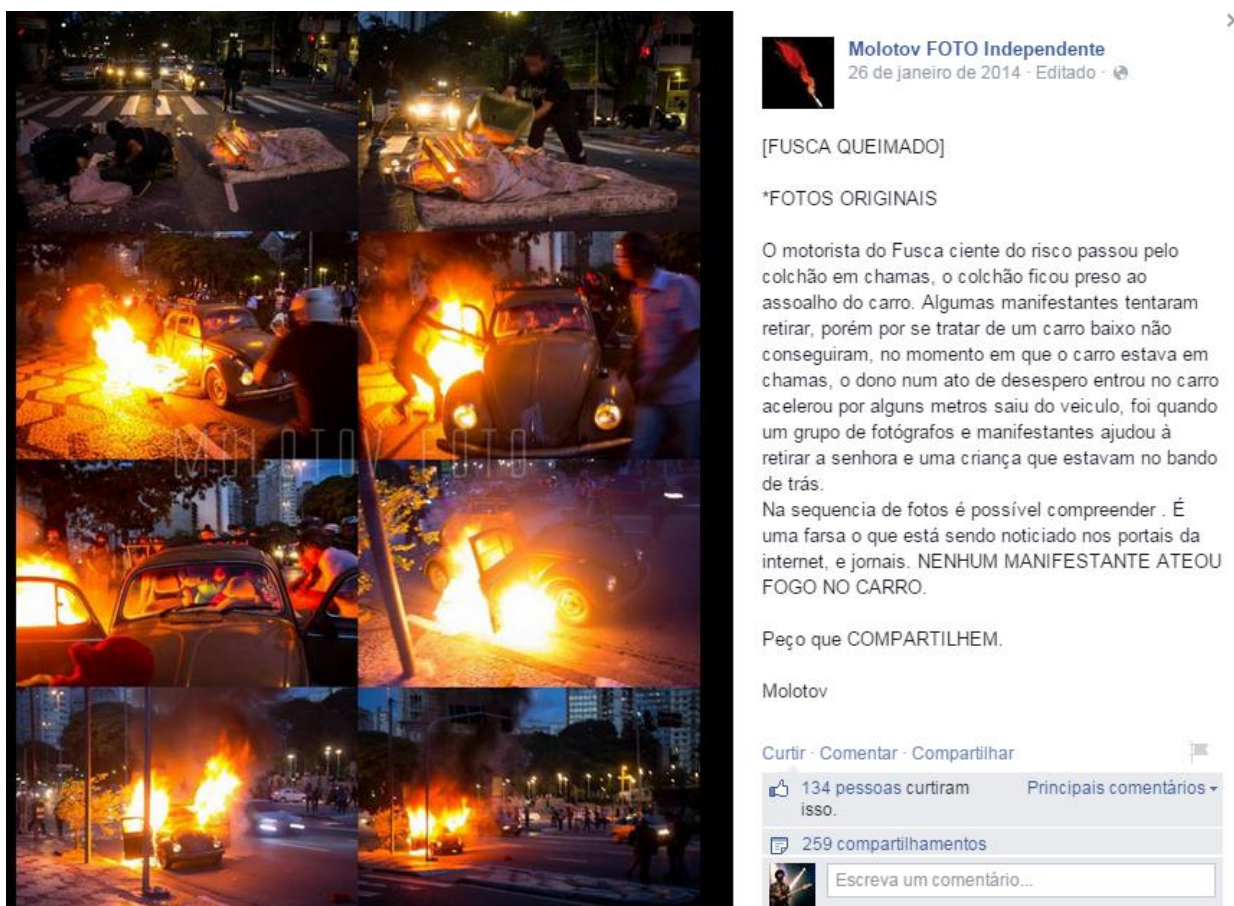
¹⁹⁰ Página da Mídia NINJA no Facebook compartilhou imagem retirada do site do Estadão, que afirmava terem sido os manifestantes que atearam fogo ao veículo. Disponível em: <<http://tinyurl.com/keb2o87>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

¹⁹¹ Portal Rede Brasil Atual traz a informação de que não foram os manifestantes que atearam fogo no veículo. Cf. “Jovem é baleado durante manifestação; confira fotos de ato contra Copa”. In: Portal Rede Brasil Atual. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nre9u78>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

acidente¹⁹², entre outros tantos relatos que acusaram a macromídia de promover farsa e desinformação.

Em publicação na página do coletivo Molotov Foto independente no Facebook, vemos a sequência de fotos e o seguinte texto:

Figura 15 - Coletivo questiona a abordagem da mídia e chama cobertura comercial de “farsa”



Fonte: Reprodução/Facebook Molotov Foto Independente

Com 259 compartilhamentos na página deste coletivo, a publicação acabou sendo replicada pela página da Mídia NINJA no Facebook¹⁹³, onde adquiriu um alcance maior, obtendo 2.308 compartilhamentos, 1.551 curtidas e 406 comentários, com fotografia compartilhada pelo Molotov Foto Independente em preto e branco. Página da Rede Brasil

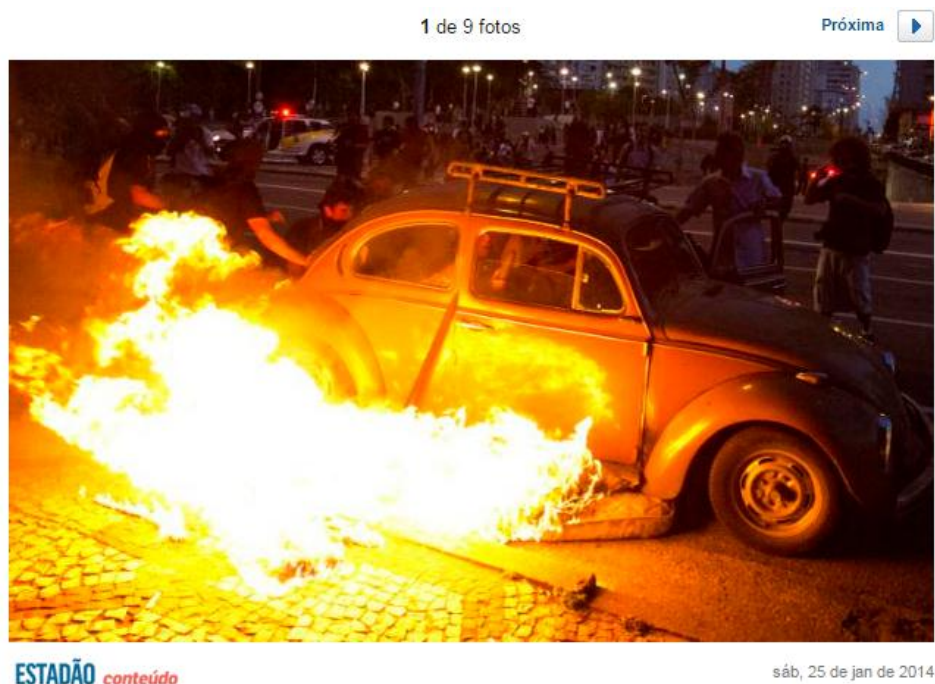
¹⁹² O coletivo Molotov Foto Independente compartilhou na sua página do Facebook uma sequência de fotografias que tenta apontar que o fogo havia sido ateuado a um colchão para interditar o trânsito e que o motorista, assustado, passou acidentalmente por cima do objeto flamejante. A partir dessa imagem, muitos internautas passaram a questionar a versão de que o incêndio havia sido proposital. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lfmyu7m>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

¹⁹³ Com a chamada “O MITO DO FUSCA: Uso da desinformação pela grande imprensa”, a Mídia NINJA no Facebook compartilhou a imagem que questiona a versão da mídia comercial e abre um debate intenso na rede sobre o incidente. Disponível em: <<http://tinyurl.com/of3b7z8>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

Atual no Facebook também compartilhou questionamento, referindo-se à foto compartilhada pela NINJA: “Fusca queimado durante a manifestação não foi alvo dos manifestantes. O que ocorreu foi que o carro passou por uma barricada e acabou arrastando um colchão em chamas”¹⁹⁴.

Percebemos que mídias livres e internautas passaram a reconstruir a versão apresentada imediatamente após o fato. Difundiu-se, então, uma sequência de registros que contrariavam o enfoque inicial, o que foi refletido nas matérias seguintes da macromídia, que passou, na maioria dos casos, a não mais usar a voz ativa (“manifestantes atearam fogo a veículo”) e a narrar os fatos com um discurso mais aparentemente objetivo, menos acusador, indicando que o Fusca pegou fogo, por exemplo, em contraponto ao predominante inicial “foi incendiado”. Aliás, quando a mídia afirma que o veículo foi incendiado, gera-se a pergunta “por quem?”.

Figura 16 - Legenda do Yahoo dá veredicto sem apuração: foram os manifestantes



Manifestantes ateiaram fogo em carro durante protesto contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, na região central de São Paulo, neste sábado.

Fonte: Reprodução

¹⁹⁴ Disponível em: <<http://tinyurl.com/k6tazr8>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

A resposta rápida para essa pergunta, que a princípio era aparentemente óbvia, como Folha, Yahoo, Veja, R7 e outros meios estamparam nos seus textos, passou a conduzir o público e a própria mídia a reflexões sobre o acontecimento, que posteriormente foi apontado por alguns meios de comunicação como um acidente.

Ressalte-se que o Jornal Nacional trouxe imagens aéreas para ilustrar uma matéria que não acusou os manifestantes e exibiu a situação a partir de um ângulo privilegiado, por meio de uma câmera aérea. Um mês depois, o próprio Seu Itamar chegou a considerar dessa forma, contrapondo-se às suas alegações iniciais de que o colchão foi empurrado propositalmente¹⁹⁵.

Já apontamos anteriormente que há uma assimetria na relação do poder de irradiação de grandes meios e o poder de distribuição (MALINI, 2013) de micromídias. Mesmo assim, a pressão causada pelas redes colaborou para a mudança de tom no registro do *mainstream* sobre o incidente. Não é tão fácil indicar os pontos de influência sobre este fato, se compararmos, por exemplo, ao do caso que tratamos no tópico anterior.

Mas definitivamente, o papel das mídias livres de promoverem informações que *hackeiam* as narrativas corporativas teve um impacto importante na construção da realidade apresentada. A internet foi um espaço importante de esclarecimento das informações e foi a partir do ciberespaço que um grupo de pressão se constituiu para interferir nos processos de construção da realidade.

Desta forma, mesmo que dias após os episódios, alguns meios de comunicação tenham insistido em acusar manifestantes de atearem fogo ao veículo, a versão não foi unânime e o teor das produções jornalísticas comerciais não permaneceu homogêneo exatamente por conta do registro de micromídias que estavam presentes no momento do acontecido e puderam relatar os fatos à sua maneira. Trata-se de um contrapoder, um exemplo prático das tensões que se desenvolvem no espaço da mídia, como Kellner (2001) anuncia e já expomos em outro capítulo deste trabalho.

Paralelamente a este processo, outro movimento pode ser registrado nas redes: campanhas *on-line* de arrecadação de dinheiro que se desenvolveram de forma colaborativa para ressarcir o serralleiro pelos danos sofridos¹⁹⁶. Ao total, foram duas campanhas de

¹⁹⁵ Cf. “Homem que teve Fusca 75 queimado em protesto ganha uma Brasília 1980”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p9djiut>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

¹⁹⁶ Uma delas foi encabeçada pelo jornalista Eduardo Guimarães, segundo ele próprio, autor do Blog da Cidadania e fundador da ONG Movimento dos Sem Mídia. Para saber mais, ver “Eu, o Estadão, o G1 e os black blocs”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ny568fz>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

arrecadação e uma doação individual que beneficiaram Seu Itamar com uma Brasília 1980, um Ford KA e ainda pouco mais de 8 mil reais¹⁹⁷.

Um mês após o incidente da Rua da Consolação, o coletivo Anonymous comprou o Ford KA para Seu Itamar com o valor arrecadado de pouco mais de seis mil reais em uma campanha desenvolvida nas redes sociais através do site Vakinha¹⁹⁸. Além disso, o blogueiro Eduardo Guimarães, que em seus textos apontava os “black blocs” como autores do incêndio, também arrecadou dinheiro para o serralheiro compartilhando no Facebook e também no seu blog o número da conta do motorista. E, ainda, um empresário de Curitiba, comovido com os acontecimentos, doou uma Brasília em ótimo estado para que Itamar pudesse voltar a ter um veículo para seu trabalho¹⁹⁹.

A solidariedade que brotou das redes foi bastante noticiada nas mídias comerciais²⁰⁰, que reportaram um desfecho menos inflamável e mais esperançoso para o trabalhador²⁰¹. A iniciativa migrou das mídias e redes sociais para a macromídia e representou uma interessante referência de mobilização virtual.

As ações interligaram YouTube, Facebook, blogs e sites de notícias em torno do caso do Fusca, que afinal, apesar do prejuízo e do susto que foi causado a Itamar Santos, representou um bom exemplo de contrapoder que micromídias (ativistas e não ativistas) podem exercer em relação às narrativas das grandes empresas jornalísticas. E por fim, expôs como os sistemas de resposta estudados por Braga (2006) fornecem ao debate público elementos para um cenário comunicacional mais plural, heterogêneo, complexo e – por que não? – democrático.

3.4 – NINJA e Live Streaming: construindo uma nova categoria jornalística?

Bastante impulsionada pela evolução gráfica que permitiu a construção de cenários em 3D, a indústria dos *games* investiu no desenvolvimento de jogos mais elaborados e permitiram que o jogador imergisse nos universos fantásticos e cada vez mais complexos dos

¹⁹⁷ Cf. “Dono de Fusca também ganha carro de ativistas”. In: Portal SPRESSO SP. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ke2u24e>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

¹⁹⁸ <www.vakinha.com.br>.

¹⁹⁹ Cf. “Serralheiro que teve Fusca queimado em SP ganha segundo carro”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/payxyqn>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

²⁰⁰ Estadão compartilhou em seu portal de notícias a campanha de arrecadação que se desenvolvia nas redes a partir do dia seguinte ao protesto. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oqkedwl>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

²⁰¹ No dia 30 de janeiro, Seu Itamar já havia recebido 7 mil reais em doações, como registra a Veja. Cf. “Dono de fusca incendiado consegue R\$ 7.000 em doações”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/oko82jb>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

jogos em primeira pessoa. Ao construir as narrativas em ângulos de câmera subjetiva, estes jogos revolucionaram as formas como o jogador percebe e atua. Na verdade, estas inovações ofereceram ao controlador do personagem se inserir como o próprio personagem da ação, ou seja, através de uma simulação, os olhos do personagem são os olhos do *gamer*.

Por outro lado, nos anos 90, os programas policiais da TV difundiram a câmera em primeira pessoa, transmitindo imagens em movimento, trêmulas, velozes, em ações que conduzem o espectador ao cenário apresentado. Com a câmera no ombro, o repórter cinegrafista se esforça para enquadrar na tela o melhor ângulo subjetivo da ação policial, assumindo o papel de um participante das narrativas. O espectador vê o que supostamente veria se estivesse ali presente, enxergando “com seus próprios olhos”.

No cinema também são encontradas diversas experimentações neste sentido e até a indústria pornô vem expandindo as produções de vídeo POV (*Point Of View*). Estas experiências oferecem ao espectador novas sensações, diferentes formas de enxergar – e se colocar perante o – audiovisual.

Recentemente, a Mídia NINJA – sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – colocou no debate público a discussão a respeito da câmera em primeira pessoa, a subjetividade das narrativas, a participatividade do espectador nas coberturas de ações como os protestos de rua, a postura de um narrador-personagem que não esconde seus posicionamentos e reporta a realidade através de práticas ativistas, entre outras tantas questões. A transmissão dos protestos de 30 de junho de 2013 carrega estes elementos e é sobre ela que discorreremos no presente tópico.

Com efeito, Ana Lucia Vaz (2013) afirma que a posição a partir da qual o sujeito fala é enfatizada pelos jornais militantes que, desde décadas anteriores, tentam explicitar claramente o posicionamento de seus autores. Deixam claro que indicam uma versão dos fatos e buscam convencer o leitor da existência de vários olhares possíveis. É uma postura ativa de negação das lógicas corporativas de objetivação da informação. Fazem da construção da informação uma declaração do lugar de fala: este sou eu, este é o meu ponto de vista, que representa uma construção da realidade dentre tantas outras construções possíveis.

Assume a subjetividade como critério fundamental para esta construção. O ativismo midiático, ou midiativismo, segue essa lógica, que reflete um ponto de tensão entre a prática ativista e a lógica do jornalismo corporativo, como já demonstramos na fala dos entrevistados e nas referências empíricas que constam nos tópicos anteriores.

As mídias livres, na realidade, abrem mão de alguns códigos jornalísticos que apontam para a construção da informação com a roupagem do efeito de real, coberta com o manto da

suposta isenção, e buscam obter credibilidade e confiança por meio do esclarecimento da postura do repórter. Com este tópico, iremos percorrer caminhos nos quais, em alguns momentos, procederemos alguns movimentos descritivos e outros analíticos, de forma a construir uma percepção clara da cobertura observada.

Para entender o contexto da presente análise, reforçamos que a agenda midiática (MCCOMBS, 2006), que inicialmente estava se arquitetando para embarcar o país na “viagem futebolística” da Copa das Confederações, foi reformulada a partir da agenda pública dos protestos²⁰² que se espalharam pelo país como um rastilho de pólvora. As insatisfações, que inicialmente permeavam apenas os sites de redes sociais, se proliferaram pelas ruas das cidades, voltando as atenções dos meios de comunicação do país e do mundo para as mobilizações populares.

Antes da partida final da Copa das Confederações, no dia 30 de junho de 2013, Galvão Bueno, apresentador da TV Globo²⁰³, comentava a respeito das belas imagens dos vários cantos do Brasil, que se preparavam para acompanhar o que ele nomeava “festa do futebol”.

Na internet, por meio do site TwitCasting, os internautas podiam acompanhar em tempo real através da transmissão *live streaming*, o som de bombas e gritos de “sem violência” ecoando em meio aos ruídos da multidão em conflito com a polícia do Rio de Janeiro, nas proximidades do estádio Maracanã. Bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta são lançados tão próximos quanto os olhos do espectador podem alcançar.

A Mídia NINJA proporcionou via Web uma maior aproximação entre os internautas e os acontecimentos do lado de fora estádio carioca na noite daquele domingo. Depois de alguns minutos de transmissão realizada pela câmera de Filipe Peçanha, “repórter NINJA” que cobria o protesto, manifestantes e polícia entraram em conflito e o protesto pacífico se tornou uma cena de guerra. O confronto aconteceu no local onde a Polícia Militar fazia um isolamento para evitar a aproximação dos manifestantes do estádio.

Naquele momento, enquanto a Record News exibia, no intervalo do seu telejornal ao vivo, o mais novo depilador por luz pulsada, as imagens da Mídia NINJA só eram interrompidas em caso de problemas com o sinal da internet ou quando era necessário recarregar a bateria do equipamento de filmagem, um *iPhone 4*. Não há publicidade na mídia livre e, no caso deste tipo de cobertura, a ação é praticamente ininterrupta.

²⁰² Cf. “Análise: Globo abandona grade para transmitir 'manifestação tranquila' país afora”, In: Folha de S. Paulo, 21.06.2013. Disponível em: <<http://migre.me/gi6yr>>. Acesso em: 05 out. 2013.

²⁰³ Para ver a cobertura da Rede Globo sobre os incidentes do dia 30.06.2013, ver Cf. “Protesto no Rio de Janeiro termina em confronto entre polícia e manifestantes”. In: Globo.tv. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qfr26ph>>. Acesso em: 08 mar. 2015. Ou ainda no G1. Cf. “Maracanã tem protestos em dia de final da Copa das Confederações”. In: Portal G1. Disponível em: <<http://tinyurl.com/npmrx7>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

No momento da confusão que se desenrolava nas proximidades do estádio Maracanã, a Record News²⁰⁴ abriu espaço no telejornal para trazer ao telespectador imagens do confronto, mas com um pequeno diferencial da exibição do “ninja”: as imagens estão distantes, em um local alto (possivelmente em um edifício), acima dos manifestantes e policiais, isoladas da fumaça das bombas de gás. Sem um repórter mais próximo ao conflito, o apresentador do telejornal se resumiu, então, a narrar à distância o que as imagens já mostravam.

Figura 17 - Record News em transmissão ao vivo do alto de um edifício



Fonte: Reprodução Portal R7

Escolhemos a transmissão do dia 30 por este ser o último protesto do mês de junho, no qual as manifestações ainda eram intensas. Neste dia, a transmissão do protesto via *live streaming* alcançou picos de mais de 30 mil visualizações em momentos de conflito. Outro fator que influenciou na escolha desta transmissão é que, neste dia, acontecia a final da Copa das Confederações, o que deu o tom do protesto naquele dia e nos meses subsequentes, com os diversos atos anti-Copa.

²⁰⁴ Record News transmissão ao vivo os protestos do dia 30.06. Cf. “Manifestantes e policiais entram em confronto na região do Maracanã”. In: Portal R7. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q5kuxv6>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

Destaque-se que, como a conexão com a rede móvel é instável, a transmissão tem algumas quebras, que fragmentam os registros em diversos vídeos que ficam gravados e podem ser conferidos na plataforma TwitCasting²⁰⁵. Ao total, são dezessete vídeos, contudo, quatro deles estão indisponíveis para visualização. Desta forma, nossa análise se concentrou nas gravações disponíveis.

Este dia também é importante porque a Record News chegou a retransmitir as imagens da cobertura da NINJA via PósTV (MORETZSOHN, 2014) em outro exemplo de conexão entre macromídia e micromídia. Esta cobertura, em relação aos dois casos que analisamos em tópicos anteriores, se diferencia por não ser um breve recorte (uma notícia, reportagem, galeria de fotos, vídeo de curta duração), mas um registro *in loco*, uma narrativa de longa duração em tempo real que se estendeu por mais de cinco horas, das 16h39 às 22h32, como os vídeos indicam.

Sem edições, os longos recortes são feitos no instante da transmissão, com o direcionamento da câmera e da narrativa para determinados episódios do protesto, como a ação policial, por exemplo. Não há compressão temporal, *stand-up* ou estúdio. Apenas um iPhone conectado à rede móvel e um narrador-personagem apontando seu aparelho para os pontos de ação e tensão do protesto, lançando suas impressões ao descrever os fatos e entrevistando as pessoas, manifestantes, policiais, advogados etc. No decorrer da transmissão, o repórter faz breves resumos dos fatos, espécies de suítes que situam o espectador no contexto da transmissão.

Podemos destacar, assim, uma peculiaridade desse modelo alternativo de cobertura *on-line*: é ininterrupta e geralmente se encontra imersa²⁰⁶ em tempo real no acontecimento. Já a TV, que nas manifestações do mês de junho de 2013 manteve-se afastada das aglomerações – seja para se proteger das constantes “sabotagens” promovidas por parte dos manifestantes²⁰⁷ ou mesmo para garantir planos de câmera mais gerais dos eventos –, além de ter seu tempo e espaço limitados, apresentou um olhar mais “de fora” do acontecimento, suspenso em helicópteros ou no alto de edifícios.

²⁰⁵ Os vídeos podem ser visualizados acessando: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/show/151>>.

²⁰⁶ Seja na elaboração do discurso ou de recursos audiovisuais, em alguns momentos, o jornalismo se apropria das técnicas do cinema e até mesmo dos *games* para construir suas narrativas. A experiência do cidadão-repórter que transmite e ao mesmo tempo interage com os fatos, de certa forma, tem relação com a proposta do “jornalismo imersivo”. A aproximação entre os fatos e o espectador produz uma intensa impressão de realidade e proximidade que se assemelha à concepção do *immersive journalism*. Para saber mais: <<http://www.immersivejournalism.com>>.

²⁰⁷ Na TV Globo, o programa Profissão-Repórter do dia 18 de junho buscou, a partir da perspectiva do repórter Caco Barcellos, retratar um pouco da problemática de cobrir estes eventos em meio às reações negativas da multidão. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9COUiLTeeA>>.

Por não possuir uma grade de programação, a mídia livre permite que o transmissor tenha vasto tempo livre para reportar os fatos, dependendo basicamente da capacidade de duração da bateria do seu equipamento. Não ocorre, portanto, a descontextualização-recontextualização que um telejornal necessita realizar para adequar um acontecimento ao formato do noticiário (ALTHEIDE, 1976 apud WOLF, 2012).

No caso, os acontecimentos vão se desenrolando em frente à câmera e o espectador acompanha seus processos. Desta forma, critérios de noticiabilidade vão brotando aos olhos do transmissor em tempo real e guiando a cobertura a partir da sua sensibilidade para capturar os fatos a partir de sua importância, ou no caso de conflitos entre manifestantes e polícia.

Vale ressaltar que como não há uma edição posterior, este modelo de transmissão dilui alguns códigos jornalísticos no curso da ação e registra os fatos conforme eles vão surgindo com as interações ocorridas no protesto.

Este fenômeno provoca as formatações convencionais do jornalismo, que vem buscando novas possibilidades ante as novas demandas da sociedade midiaticizada. Segundo o pesquisador Antônio Brasil²⁰⁸:

Temos que nos preparar para conviver com grandes, constantes e perigosas manifestações populares. Talvez uma possibilidade de inovação seja o “jornalismo imersivo”, aquele que ao invés de se distanciar dos fatos, de preferir “subir no telhado” ou embarcar em helicópteros e se afastar da realidade, procura “mergulhar” nos acontecimentos. Esse novo jornalismo procura aproximar o repórter dos fatos com atitudes diferenciadas, narrativas audiovisuais inovadoras e ferramentas profissionais mais específicas e apropriadas para cobrir uma nova realidade (BRASIL, 2013, *on-line*).

O primeiro diferencial em relação a grandes meios de comunicação, como a Rede Record, é que a transmissão do “ninja” – como se trata de uma micromídia digital – é realizada por meio de um aparelho celular conectado a uma rede móvel de internet, equipamento tecnicamente “inferior”²⁰⁹ ao aparato tecnológico profissional utilizado pela Record. Mas não para por aí, como veremos adiante.

²⁰⁸ Cf. “Drones espionam protestos no Brasil”. In: Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ptgeqhn>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

²⁰⁹ A *iSight*, nome da câmera de um *iPhone 4*, equipamento utilizado pelo “repórter NINJA” na transmissão, tem 5 megapixels e grava em HD (*High-Definition* ou Alta Definição) até 720p. Devido à dependência da qualidade da conexão com a Internet para a realização da transmissão, a imagem pode ficar “pixelizada”, ou seja, bastante ruidosa, ocorrendo travamentos na exibição e possíveis interrupções mais longas. A imagem fornecida pela NINJA nestes eventos tem baixa definição, elemento que até se tornou característica das suas transmissões. Já na TV Record, como a maioria dos canais de TV do Brasil, a imagem é captada e transmitida em alta definição e não depende de conexão com a Internet, sendo conduzida por ondas eletromagnéticas da fonte transmissora aos aparelhos receptores. Algumas câmeras utilizadas são Sony IMX ou XDCAM, equipamento profissional de gravação digital que permite a gravação e exibição com qualidade e velocidade.

A transmissão começa²¹⁰ com as imagens da multidão aglomerada na Praça Saens Pena, no bairro Tijuca. O repórter NINJA, de uma parte mais alta e distanciada das pessoas, dá uma breve descrição do protesto e da transmissão e se mistura à aglomeração. No decorrer da transmissão, são entrevistados alguns manifestantes, que dão seu posicionamento sobre a importância daquele ato, relatam experiências pessoais ocorridas em protestos anteriores, como incidentes de violência policial, a expulsão de grandes empresas como a TV Globo por parte de alguns integrantes da manifestação, entre outros relatos. Nas entrevistas, que possuem um tom bastante espontâneo, é possível identificar os diversos posicionamentos que cada entrevistado verbaliza.

Figura 18 - Imagem da transmissão da NINJA no início do protesto de 30.06.2013



Fonte: Reprodução TwitCasting

Cada depoimento colabora na construção de uma teia complexa de olhares sobre as manifestações, a conjuntura democrática do país, as coberturas da macromídia jornalística, direitos humanos, violência, repressão policial e uma infinidade de assuntos que formam uma grande narrativa polifônica. O repórter, em certo momento da transmissão, afirma “é por aqui que a gente consegue dar vazão às ideias de uma forma legítima, de uma forma onde as

²¹⁰ O primeiro vídeo pode ser encontrado no link: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14854874>>.

pessoas se expressam de fato e conseguem uma troca”²¹¹, pouco antes de questionar um policial sobre uma ação de revista sobre um manifestante:

Repórter NINJA - Oficial, rapidinho. Foi liberado o rapaz ali?

Policial – Foi, foi liberado.

Repórter NINJA – Foi liberado. O que que é, o que que tava acontecendo?

Policial – Foi nada não, elemento suspeito, só.

Repórter NINJA – Elemento suspeito por quê?

Policial – Porque ele é suspeito!

Repórter NINJA – Mas ele fez alguma coisa? Eu não consegui a... O rapaz só tava andando ali, não? Poucas palavras aí do oficial. Uma cena bem absurda aqui agora. O rapaz tava simplesmente andando, foi parado, como se fosse alguma ameaça.

Figura 19 – No início: linha de frente do protesto de 30.06.2013



Fonte: Reprodução TwitCasting

Como podemos acompanhar, além de entrevistas, o narrador-personagem provoca, questiona, comenta, faz “ajustes técnicos”, como ele afirma, no dispositivo de carregamento do celular. A câmera não abaixa quase nunca. Ele mencionou o tempo, que estava nublado e pingavam algumas gotas de chuva e que essa condição climática poderia estar afetando a

²¹¹ Por volta dos 15’ do quarto vídeo da transmissão: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855280>>.

transmissão via rede 4G. Ao fundo, ouve-se o som dos tambores, os cantos de protesto da marcha, helicópteros. A qualidade de áudio é nítida, possibilita o espectador escutar muito bem tudo que se passa. Já a imagem é pixelizada e às vezes trava, mesmo que o áudio continue sendo transmitido normalmente. A rota do protesto era o Maracanã, onde ocorria o jogo da final da Copa das Confederações.

O maior vídeo da transmissão, que tem duração de 1 hora e nove minutos, não está disponível no TwitCasting. No próximo vídeo disponível²¹², a Força Nacional dispara *spray* de pimenta, balas de borracha e bombas de efeito moral em direção aos manifestantes. Logo após a ação, Filipe Peçanha vai em direção aos policiais, presencia um diálogo entre um integrante do protesto e um policial. O repórter pergunta ao policial se há alguém da polícia que possa dar entrevista e explicar o que ocorreu naquele momento. Não consegue, pois, segundo um PM, estão todos ocupados.

Em seguida, ele se dirige a um defensor público que integra o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e pergunta se a postura da polícia foi legítima. O defensor afirma que ainda não havia, naquele momento, como identificar se houve abuso ou não. Ao encerrar com o entrevistado, o repórter opina, fala que por estar próximo aos manifestantes, viu que não houve ataque contra o cordão policial e afirma que o defensor “se enrolou” na fala.

Outro defensor e um integrante da Comissão de Direitos Humanos do Rio também é entrevistado, Marcelo Charléo. O repórter participa desta espécie de coletiva, na qual integrantes de vários meios de comunicação se encontram. Como não há mais conflito e Filipe não consegue falar com ninguém da PM, pois os policiais deixam claro que não têm autorização para falar, o repórter convoca os espectadores a colaborarem no chat do TwitCasting com informações sobre outros focos de manifestação.

A linguagem utilizada pelo repórter é coloquial. Não parece haver muitas formalidades para conduzir a narrativa e ele comenta as ações de forma solta, indicando o que está vendo e o que acha sobre os fatos que se desenrolam em frente à câmera. No chat, os espectadores fazem diversos comentários, que muitas vezes são apenas xingamentos ou elogios, outras vezes são materiais hipertextuais, como links para o Facebook ou Twitter, com direcionamento para outras coberturas que estejam sendo realizadas naquele momento, ou mesmo para dar indicações de caminhos possíveis para o repórter chegar a outros grupos de manifestantes.

²¹² Em: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856162>>.

Em alguns momentos, o repórter corre por vários minutos, para chegar a um local no qual espectadores indicaram que havia outro grupo de manifestantes: a Praça Varnhagem, que fica na Avenida Maracanã. O som dos passos e a respiração ofegante é tudo o que o espectador ouve por alguns instantes, embalando a imagem frenética do celular balançando pelas ruas iluminadas da noite carioca. Ao chegar à praça, entretanto, encontra apenas torcedores assistindo ao jogo, e solicita: “Tem oito mil e quinhentas pessoas assistindo a gente agora. Se alguém souber de alguma informação. Saber de algum ponto onde a gente possa encontrar”. Ele convoca os espectadores a participarem informando-lhe onde estaria ocorrendo alguma nova concentração de manifestantes.

As pessoas passam a indicar no chat possíveis localizações de manifestantes, como o Colégio Militar e a Praça Saens Pena, de onde o protesto partiu. É interessante observar que, às vezes, o espectador fornece caminhos que são seguidos pelo repórter, gerando uma dinâmica interacional que direciona a transmissão, assim como o colaborador Alexsander nos relatou, conforme indicamos no primeiro tópico deste Capítulo.

Figura 20 - No chão: “Falsa democracia”. Enquanto corre, repórter NINJA filma as ruas do Rio



Fonte: Reprodução TwitCasting

Além de correr, o repórter compra água, registra o atendimento de um grupo de médicos a um manifestante atingido por estilhaço de bomba, lê o chat, conversa com transeuntes, com pessoas que estavam saindo da manifestação e outras que inclusive estavam

retornando às ruas devido à transmissão²¹³. Em um dos diálogos, ele é informado sobre uma reagrupação na Praça Saens Pena, onde o protesto havia iniciado mais cedo, pergunta a outro transeunte como chega lá e corre novamente, até chegar ao cruzamento da Avenida São Francisco com a Maracanã.

Ao chegar ao local da aglomeração, o “ninja” conversa com algumas pessoas que estão participando ou registrando o evento, obtendo mais depoimentos sobre a ação policial daquela noite, e o conflito entre as tropas e os manifestantes. As falas vão construindo algumas versões sobre o início do confronto, como o depoimento do manifestante identificado como Pedro Monteiro, que apesar de afirmar que não estava na linha de frente, indica que um sinal feito com a mão por um policial foi interpretado pelos manifestantes como uma indicação para seguir em frente e atravessar o bloqueio das tropas, gerando a confusão. Dois jovens que estão filmando o protesto também se pronunciam e alegam que uma lata de cerveja atirada contra os policiais deu início à confusão, supondo ainda que este ato pode ter sido ação de alguém infiltrado no protesto para causar problemas²¹⁴.

Outras pessoas também dão seus depoimentos, como o manifestante identificado como Lourenço, que relata a conversa que teve naquele mesmo dia com um policial, o qual afirmou que todos pagam pelas ações violentas provocadas por alguns indivíduos²¹⁵.

Percebemos uma fluidez na relação com as fontes, que são convidadas espontaneamente a colaborar com a narrativa. Trazem seus olhares, percepções, ideologias, falam pouco ou se estendem por mais de cinco minutos discutindo sobre os protestos. Estes entrevistados não recebem nenhum contato prévio, não há um roteiro, processo formal ou institucionalizado para que suas falas sejam inseridas no vídeo.

Em dado momento da transmissão, um boato é lançado por um transeunte: caixas de bombas de gás estariam chegando para abastecer os policiais. Averiguando, o repórter NINJA percebe que na realidade, era água e lanche para os soldados, como um policial comenta. Quando perguntado sobre a forma como a polícia agiu naquela noite, o oficial respondeu que foi usado só o necessário. “A gente tá aqui aberto sempre a ouvir todos os lados, todas as causas”, mencionou Peçanha.

²¹³ Por volta de um minuto e meio deste vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14857678>>.

²¹⁴ Disponível em: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856505>>. No incidente de Bruno, que abordamos no tópico anterior, um suposto policial infiltrado também foi apontado por manifestantes como autor do disparo do coquetel molotov. A figura do P2, policial sem farda, era bastante mal vista pelos integrantes dos protestos. Cf. “PM é acusada de infiltrar policial sem farda em protesto no Rio”. Disponível em: <<http://glo.bo/1aHC7BO>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

²¹⁵ Ações da polícia foram bastante denunciadas por atacarem manifestantes pacíficos na tentativa de conter distúrbios, atingindo repórteres, mulheres e socorristas, como aponta a colunista do Estadão. Cf. “Policial: Todo mundo tem que pagar”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pquv48q>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Figura 21 – NINJA registra momento de diálogo entre manifestantes e policiais



Fonte: Reprodução TwitCasting

Somos conduzidos a observar que essa cobertura que imerge nos acontecimentos permite-nos, mesmo que através de uma tela pixelizada, ouvir os cochichos quase indecifráveis, os manifestantes ao telefone dando indicações a outros sobre como chegar ao local da movimentação, os boatos que surgem espontaneamente, as tensões, as expressões faciais, corporais, de cansaço, susto, as feridas nos corpos, as sensações. Esta prática dá ao jornalismo um nível de percepção de detalhes que as coberturas macromidiáticas, “helicopterizadas”, geralmente não permitem por estarem distanciadas ou se limitarem ao exótico, ao factual, pirotécnico, violento, flamejante, ao macro.

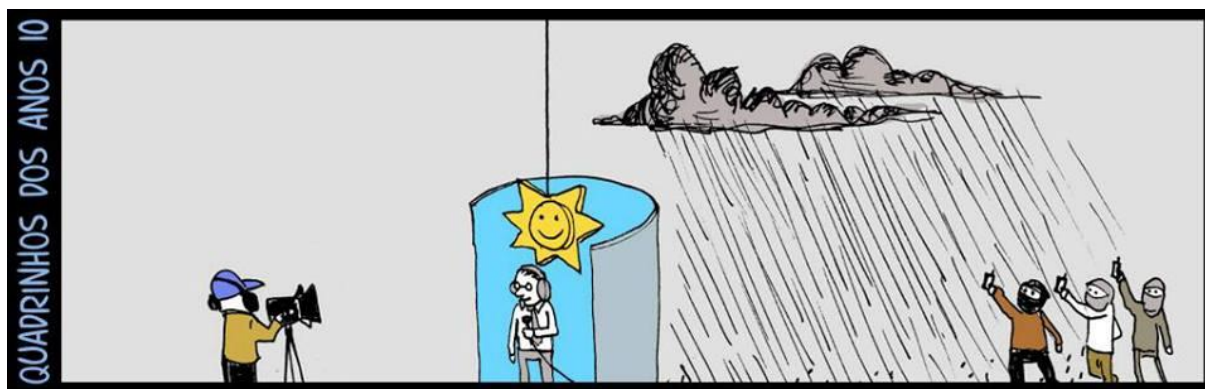
A narrativa imersiva destaca microacontecimentos, pequenos fenômenos que não são noticiados por não passarem nos filtros da noticiabilidade do jornalismo corporativo, mas que são visibilizados por esta narrativa e colaboram para um jornalismo detalhista, que possui outro nível de sensibilidade e percepção dos planos micro dos fenômenos sociais.

Outra questão é que a macromídia jornalística teve dificuldades de cobrir os protestos de rua porque não havia líderes definidos, representantes dos movimentos, mas uma pluralidade de vozes, que davam seu recado através de cartazes, do “megafone humano”, revezavam na negociação com a polícia sobre os rumos da manifestação. Ficava difícil encontrar um personagem para compor a matéria que resumiria o protesto no telejornal da

noite ou no impresso do dia seguinte. Não havia hierarquias ou autoridades, só a multidão. Como seria possível enquadrar a multidão na notícia?

Já nas imersões das narrativas das micromídias digitais, não percebemos a busca por líderes e figuras que representem o todo, mas um conjunto de falas que, em tom informal e fragmentado, vão construindo uma representação da multiplicidade de ideias, motivações, pautas, posicionamentos dos indivíduos, ora contrastantes, ora comentados pelo narrador-personagem. As coberturas imersivas, na verdade, são mecanismos de visibilização do interior destas aglomerações, como um Raio-X da multidões.

Figura 22 - Quadrinho de André Dahmer: as diferentes coberturas jornalísticas



Fonte: Reprodução

Em um vídeo que não está disponível no TwitCasting mas que consta no YouTube²¹⁶, Filipe Peçanha enfrenta e cobra dos policiais a identificação no uniforme, que foi uma questão bastante discutida no período dos protestos. Policiais não-identificados eram acusados por manifestantes de cometerem abusos, mas por não terem o nome indicado na farda, era impossível apontá-los.

Naquele instante, a câmera registra o momento em que o carro da Tropa de Choque quase atropela um manifestante e uma moto policial é colocada para cima de Filipe. Bastante exaltado, o repórter NINJA acusa a polícia de ser despreparada: “Eu também não tenho mais nada que fazer com esse carro aí. Foda-se! Babaca. Nazista do caralho”.

O conflito, nesse caso, não apenas se aproximou do repórter. Praticamente o envolveu. Como afirmou no vídeo, ele sentiu as rodas da motocicleta em suas pernas. E relatou isso ao vivo. O relato vivencial conduz o repórter à condição de ator, personagem. Enquanto narra os fatos, sente na própria pele os efeitos das ações, como o gás lacrimogêneo queimando no seu

²¹⁶ Disponível em: <<http://tinyurl.com/mjpsyym>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

corpo e a postura agressiva da polícia, representada pela afronta do policial, que desce do carro e vai a sua direção, mandando-lhe mostrar o rosto, em tom ameaçador.

Esta espécie de “narrativa de sensações”, como Fausto Neto (2012) pontua, no caso da cobertura realizada pelo repórter NINJA, tem consequências duras. As subjetividades são escancaradas na carne e no verbo, como quando ele se revolta com a ação policial e profere xingamentos durante a transmissão.

Além de ser conduzida sob o signo da subjetividade, a narrativa NINJA radicaliza o princípio jornalístico da atualidade, pois se desenvolve continuamente por um longo período, em uma presentificação constante (SIGNATES in MOUILLAUD, 2012). Sua estrutura confronta as lógicas jornalísticas, que naturalmente não permitem um destaque tão intenso sobre um determinado fato, devido às restrições de tempo e espaço não só do produto informativo, mas da própria mídia. Portanto, subverte o valor-notícia *formato*, pois amplia sua potencialidade narrativa do fato, que tem começo, meio e fim ocorrendo diante dos olhos do espectador. Trata-se de um intenso documentário em tempo real, um registro constante e não-compilado da profusão urbana.

Desta maneira, é óbvio que o jornalismo comercial tem dificuldades de encaixar este modelo de transmissão em seus moldes fixos, mas mesmo assim, algumas empresas buscaram imergir nos acontecimentos, assim como a NINJA, e inseriu os seus próprios “repórteres NINJA” nas manifestações, com *smartphones* ou com a tecnologia Google Glass²¹⁷, como Folha de São Paulo e Globo News²¹⁸.

Mais do que simplesmente replicarem as imagens da NINJA em sua programação, como fez a Record News, estas empresas trouxeram ao seu público narrativas mais próximas aos fatos, registrando e transmitindo para a redação via Wi-Fi e 4G. Para Silva e Rodrigues (2014), estas práticas exigem dos profissionais o domínio de técnicas múltiplas, para dar conta da elaboração da notícia em um ambiente móvel.

A influência desta “estética fora do padrão tradicional e com qualidade inferior” (SILVA & RODRIGUES, 2014, *on-line*) reposiciona alguns aspectos do jornalismo, como os autores demonstram, mas também nos fazem pensar na dificuldade de manter este tipo de registro, que depende de eventos como as manifestações, ocupações, marchas, fóruns de debates e de um meio adequado para se tornar viável.

²¹⁷ Transmissão foi exibida no TV Folha em agosto de 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kft9qns>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

²¹⁸ Para saber mais, ver SILVA e RODRIGUES (2014). *Jornalismo em mobilidade: redes sociais e cobertura de protestos “ao vivo” e da rua*. Em Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística. João Pessoa: Editora do CCTA: 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q639kmx>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Ou seja, este tipo de narrativa poderia se encaixar como uma categoria específica do jornalismo que ainda não tem nome, mas não como uma *práxis* cotidiana, pois é técnica e humanamente impossível que os “repórteres NINJA” estejam a postos para transmitir em tempo real todo e qualquer fato.

Desta forma, estas coberturas são dependentes de uma agenda pontual, uma programação, como uma manifestação de rua, que favorece a atuação no esquema de transmissão *in loco*, *live streaming*, não editada, uma narrativa contínua prolongada adotada nos protestos de junho de 2013 ou dos garis no Rio em 2014, por exemplo. Além disso, precisam de um espaço específico que suporte este formato, uma plataforma onde a grade de programação não exista ou seja flexível.

Nos meios tradicionais, contudo, este tipo de cobertura não é viável nos modelos atuais. Talvez esta possível nova categoria dê pistas para a produção jornalística em plataformas digitais, onde o tempo e o espaço atuam sob lógicas diferenciadas, onde os conteúdos podem ser acessados posteriormente à sua transmissão, ou seja, em formatos que a TV Digital já acena, por exemplo.

Talvez por isso, a NINJA criou seu site próprio, onde, além dos links das transmissões em tempo real, quando elas ocorrem, encontram-se notícias editadas²¹⁹. O recurso da edição, criticado pelos midialivristas no momento inicial das manifestações, se torna necessário para que a prática da mídia ativista não seja pontual, dependente de agendas específicas, para que sua prática envolva uma cobertura que não dependa apenas do factual, mas que possa trazer debates mais amplos e profundos sobre as causas dos movimentos sociais.

O site²²⁰ é apontado como “um hub de produção e distribuição de conteúdos capaz de qualificar e dar visibilidade para temas que estão fora da mídia convencional”, agrega conteúdos produzidos colaborativamente em parceria com a plataforma Oximity, que constitui uma rede de jornalismo e ativismo internacional *outsider* do grande circuito midiático.

Em suma, o tipo de jornalismo praticado pela NINJA nas ruas e nas redes é algo ainda sem nome, um fenômeno que precisa ser estudado para que se consiga compreender de que maneiras sua atuação reverbera nos códigos jornalísticos tradicionais e os desloca, construindo novos paradigmas ou reforçando práticas já consolidadas pelo midiativismo

²¹⁹ E reportagens editadas, como a matéria referente às contratações irregulares de garis por caráter temporários no Rio de Janeiro. A NINJA “infiltrou” um de seus repórteres na COMLURB carioca para produzir uma reportagem de caráter investigativo em formato de vídeo e texto. Para ver o vídeo, publicado no Facebook, acessar: <<http://tinyurl.com/qbv9ykk>>. Já o texto se encontra no portal da NINJA: Cf. “Mídia NINJA denuncia ilegalidades na contratação de garis no Rio”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pzjfxnz>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

²²⁰ Para saber mais, ver: <<http://tinyurl.com/kfece47>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

tradicional. A cobertura que resgatamos neste tópico é provocativa e sua proposta nos faz pensar como seria possível o jornalismo macromidiático se apropriar destas práticas para complementar suas produções noticiosas, como inclusive ocorreu no caso de Bruno.

Na fala de um dos fundadores da NINJA, Bruno Torturra, em entrevista à Revista Brasileiros²²¹, vemos a postura assumida pelo coletivo representada no vídeo com a cobertura de Filipe Peçanha:

O que realmente nos interessa é que um inocente não seja preso, que o policial saia para a rua identificado, que a gente saiba de onde partem os comandos e que o governo se responsabilize pessoalmente ou aponte um culpado quando problemas dessa natureza são revelados (TORTURRA, 2013, *on-line*).

Diz respeito a uma postura que concebe o jornalismo como um instrumento de justiça, cidadania, serviço público, transformação. Muitos dos questionamentos que a NINJA lançou nas suas transmissões já faziam parte das reivindicações populares e foram visibilizados com as transmissões, ou partiram originalmente das coberturas para o debate público, como o caso da identificação policial nos uniformes ou mesmo as ações repressivas da polícia em suas abordagens tidas como abusivas, para citar dois exemplos. Algumas pautas também tiveram maior visibilidade através das suas coberturas, como a greve dos garis, marchas pela legalização da maconha, a favor de direitos de segmentos como os setores LGBT, índios, negros, comunidades carentes etc.

Como pudemos ver, além da cobertura *streaming*, a NINJA utiliza sites de redes sociais para facilitar a distribuição de seus conteúdos e seu próprio site como um espaço onde as discussões se sedimentam, tomam corpo e profundidade. Suas ações estiveram, de alguma forma, ligadas aos três casos que trouxemos no nosso trabalho, envolvendo mobilização política, contrainformação e narrativas alternativas ao *mainstream*. Práticas que enriquecem o debate sobre jornalismo, movimentos sociais, tecnologia e poder, como tentamos mostrar no presente estudo.

Trata-se de um fenômeno de diálogo entre jornalismo e ativismo que se apropria das técnicas e tecnologias *ciber* para levar o jornalismo de volta às ruas – com roupagem multimídia, convergente, hipermídia, distribuída, híbrida, que se propõe a ser horizontal e colaborativa –, e questionar o consenso macromidiático, ora indo de encontro aos olhares das grandes corporações, ora tendo sua produção incorporada para a construção de notícias.

²²¹ Cf. “Entrevista com Bruno Torturra”. In: Revista Brasileiros. Disponível em: <<http://tinyurl.com/okw9oub>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

O presente estudo colabora com a narrativa de infindáveis caminhos e hipertextos que a academia possibilita, sendo uma contribuição ainda incipiente para o debate a respeito destas expressões midiáticas. Certamente, pela relativa proximidade com os fenômenos, possui questões que poderão e deverão ser aprimoradas em momentos posteriores. Muito ainda há para ser analisado mais a fundo, como as convergências e divergências entre mídias ativistas e mídias comerciais, categorizações das práticas e processos midialivristas, questões éticas e estéticas, discursivas e uma infinidade de outros fatores que incidem sobre o campo jornalístico e do ativismo de mídia.

CONSIDERAÇÕES

A partir da avaliação das práticas midialivristas nas três situações que trouxemos ao texto, buscamos demonstrar como a atuação das mídias livres pode influenciar na esfera pública, estimulando debates alternativos às narrativas macromidiáticas. Com três situações empíricas distintas que envolvem protestos, midialivrismo e coberturas jornalísticas, tentamos discutir como estas expressões midiáticas atuam, retensionam os fluxos informacionais, as lógicas de poder e fornecem novas formas de pensar o jornalismo e a prática da mídia ativista, a partir do prisma das tecnologias e os movimentos sociais em rede.

Aliados às entrevistas, estes três momentos forneceram exemplos ilustrativos da construção teórica que tecemos nos dois capítulos iniciais, apontando para fatores como poder-contrapoder, envolvimento (às vezes conflituosos, às vezes dialógicos) entre macromídia-micromídia e macromídia e mídia livre, além de nos indicar caminhos para que possamos categorizar o fenômeno das coberturas em tempo real via *streaming*.

A partir da análise dos três contextos, pudemos entender o funcionamento das práticas de contrainformação, mobilização através das redes sociais, cobertura imersiva e outros fatores que são provocados a partir das movimentações do ecossistema midiático, além das relações entre micro e macroestruturas.

No texto, explicitamos as dificuldades encontradas em nossa pesquisa para nomear os fenômenos midiativistas e nos deparamos com uma multiplicidade de construções terminológicas. A partir daí, nos inserimos no debate em torno das denominações e propusemos uma breve definição das estruturas midiáticas a partir dos fluxos de poder que elas movimentam, distribuídas em dois polos: um macro e outro micro. O macro é mais concentrado e tende a atuar verticalmente, sob lógicas mercadológicas e estruturas industriais.

Já o polo micro é composto de múltiplos formatos, estéticas, estruturas que em geral não coadunam com as lógicas verticais um-todos dos grandes meios, sendo um conjunto de manifestações mais propensas à participação. Quando se utiliza da internet, o polo micro assume um caráter mais abrangente, por alcançar grande número de usuários, por se utilizar das lógicas reticulares e do “boca a boca” virtual, podendo construir uma grande rede midiática ainda que sem ocasionar uma perda do seu caráter micro no ecossistema midiático.

Buscamos apontar como as microestruturas midiáticas, ou micromídias, movimentam os fluxos informacionais e atuam na internet a partir de lógicas reticulares, distribuindo o poder e desta forma conseguindo fazer frente ao debate público provocado pela agenda macromidiática.

Nas análises, conseguimos observar como as micromídias podem ser utilizadas para fins de ativismo em torno de uma causa, de forma a proporcionarem a circulação, nas redes, de uma imensa quantidade de dados que puderam apontar a inocência de um cidadão, questionando a versão oficial da Polícia e tendo microproduções circulando em grandes meios como a Rede Globo. O caso de Bruno e a mochila de molotovs é um exemplo prático de como a força das mobilizações em rede podem migrar do ciberespaço para a macromídia, promovendo um debate público mais complexo, convergente com as diversas mídias, discursos, enquadramentos. Este conjunto de fatos também representa o poder dos movimentos em rede frente às narrativas oficiais, assim como o caso do Fusca em chamas.

Seu Itamar foi protagonista de um acontecimento que, por fruto da velocidade, da falta de apuração e da própria subjetividade da macromídia jornalística, identifica formas de pensarmos uma espécie de “apuração distribuída”, quando diversas mídias colaboram para a construção de uma narrativa, movendo forças através das redes sociais da internet e produções alternativas em prol do esclarecimento dos fatos e solidariedade.

Além de apontar os *frames* noticiosos primários como equivocados ou mal intencionados, as mídias livres construíram uma rede colaborativa de solidariedade, que ressarciu o serralheiro pelo incêndio do Fusca, fato que foi noticiado pelos meios massivos e de alguma forma permite o enfrentamento do estigma criado em torno dos grupos considerados vândalos.

Com as entrevistas, percebemos mais proximamente o destaque que as subjetividades possuem na postura dos midialivristas. Com o esclarecimento que eles fazem em torno das multiparcialidades e da impossibilidade de olhares “neutros” sobre os fatos, os colaboradores trouxeram para nossa pesquisa uma espécie de cartografia do sujeito midialivrista, que se assume como parcial e levanta esta “bandeira” em prol da legitimidade da sua prática.

A partir daí, o terreno foi preparado para a descrição/avaliação da cobertura da NINJA do protesto de 30 de junho de 2013, quando o registro durou mais de quatro horas via TwitCasting e nos proporcionou pensar a respeito do midialivrismo híbrido, multimídia, hipermídia e convergente, mas também sobre o jornalismo e a renovação das suas práticas a partir das possibilidades tecnológicas. Reconhecemos a dificuldade de categorizar este tipo de cobertura, que se difere dos métodos tradicionais não só por estar mais imerso nos fatos e escancarar sua subjetividade, mas por lançar novas pistas para o jornalismo corporativo.

Por meio da avaliação desta cobertura em tempo real, demonstramos como as pautas das mídias livres se interligam com reivindicações populares e, além disso, constrói uma narrativa heterogênea e fragmentada, que amplifica as divergências e polissemias presentes nas multidões e estimulam também o aprimoramento da democratização da comunicação e da própria democracia a partir da pluralidade de observações sobre os mesmos fenômenos.

Através da análise desta cobertura específica, podemos identificar alguns diferenciais entre a micromídia digital NINJA e as coberturas tradicionais da macromídia. Alguns pontos podem ser elencados para a reflexão a respeito desta prática:

a) A relação com as fontes é um ponto forte da transmissão NINJA, quando o repórter não possui nenhum roteiro elaborado e faz uma espécie de radiografia da multidão conversando com diferentes personagens, realizando entrevistas praticamente abertas, sem uma pré-estruturação, construindo assim uma narrativa extensa e heterogênea. Esta questão provoca discussões sobre a fonte na produção jornalística e pode ser trabalhada à parte, levando em conta os estudos clássicos como os de Traquina, Wolf, Alsina e outros autores que destrincham este tema. Ou seja, é possível que esta abordagem possa ser aproveitada pelo jornalismo corporativo? De que maneiras? Como isso impactaria a produção noticiosa? São pistas que podem ser seguidas.

b) A extensão temporal da cobertura que, por ser em tempo real, leva o espectador ao conhecimento dos fatos de maneira instantânea. Possui a vantagem de fazer um relato amplo e, através dos links de outros repórteres presente no mesmo local fazendo suas coberturas, leva o espectador a acompanhar múltiplos olhares sobre os fatos e assim ter uma multiplicidade de abordagens sobre os protestos. O diferencial em relação à macromídia, por exemplo, da TV Record, é que a NINJA não possui uma grade de programação e foca sua atenção exclusivamente aos protestos, sem intervalos comerciais, sem interrupções significativas. Isso coloca pelo menos duas questões: como seria possível este formato “caber” na estrutura da macromídia? Por conta da extensão da narrativa, que dura horas, é possível que o espectador tenha uma compreensão razoável dos fatos? Ou seja, não há uma

compressão dos fatos como há em uma reportagem. Por outro lado, a longa narrativa NINJA depende de um evento: o protesto. Sem ele, este formato de cobertura não faz sentido. Trata-se de uma categoria específica do jornalismo em construção? Um novo tipo de reportagem em profundidade, que funciona em meios multimídia, interativos, uma pista para novas possibilidades do jornalismo na era digital? Como o jornalismo corporativo pode se apropriar destes formatos?

c) Outra questão que já está sendo trabalhada é a relação entre as subjetividades destes midiativistas e sua relação com a credibilidade. Desta forma, algumas reflexões podem surgir da relação entre a abordagem claramente parcial midiativista e a forma como o público encara esta produção. Disso, surgem as perspectivas éticas para levar em conta esta questão, que podem aludir para um futuro possível do jornalismo, já que, como alguns autores mostram, a exemplo de Ramonet, Serrano, Moraes e outros, o público vê com desconfiança a macromídia contemporânea e suas relações com os poderes econômico e financeiro. De que maneiras a subjetividade da micromídia pode sugerir alterações nas abordagens da mídia corporativa? É possível que o jornalismo convencional abra mão dos seus discursos de objetividade que ficam por trás de textos que refletem seus posicionamentos?

Nosso texto tentou provocar a reflexão a respeito destas e outras questões, desnudando as práticas para facilitar a discussão. É, portanto, um primeiro passo neste sentido. Ainda há muito para descobrir sobre estas práticas e esta pesquisa é apenas uma peça no imenso mosaico de pensamentos voltados às mídias que emergem do ecossistema digital. É preciso desvendar os caminhos não-lineares que as expressões midiáticas seguem no seio da midiatisação, compreender as intervenções do protagonismo nas grandes mídias e na proliferação de circuitos midiáticos, as pressões sobre o jornalismo, a desnudação das suas subjetividades e identificação de outras subjetividades possíveis.

Pensamos estes fenômenos não somente para construir um diálogo com as riquíssimas contribuições acadêmicas e entender as ressignificações da prática cotidiana do jornalismo, mas como uma forma de contribuir de alguma maneira para que o próprio profissional considere o *ethos* como um campo que é mais complexo que os manuais de redação costumam indicar e mais plural do que o senso comum geralmente enxerga.

Acreditamos que esta pode ser uma das maiores contribuições deste trabalho e desejamos que haja cada vez mais interesse dos profissionais em compreenderem a complexidade das relações que envolvem a *práxis* jornalística. Esta é nossa intenção com esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Disponível em <<http://tinyurl.com/97t3ym6>>. Acesso em 10/11/2013.

ALMEIDA, T. D. R.. Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. In: Sousa, Cidival Morais de.. (Org.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. 1ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013, v. 1, p. 84-91. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nybs7lf>>. Acesso em 07/01/2014.

ALMEIDA, T. D. R.; EVANGELISTA, Amanda Falcão. *Tecnologias móveis, mídias independentes e coberturas de mobilizações sociais urbanas: as influências do midialivrismo na sociedade midiaticizada*. In: II Colóquio Semiótica das Mídias, 2013, Japaratinga, AL. Anais do II Colóquio Semiótica das Mídias. Japaratinga, AL: Ciseco, 2013. v. 2.

ALMEIDA, T. D. R. et al.: *Novas ferramentas de informação e a reconfiguração nos processos de construção de notícias: percorrendo os novos lugares do jornalismo*. In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, João Pessoa, 2014. Disponível em: < <http://tinyurl.com/ml69ha>>. Acesso em 14/08/2014.

ALMEIDA, T. D. R. ; PAIVA, C. C. . Midiativismo, redes e espaço público autônomo: as novas mídias na redefinição das relações de poder. In: Emília Barreto; Virgínia Sá Barreto; Claudio Cardoso de Paiva; Sandra Moura; Thiago Soares. (Org.). *Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014, v. 1, p. 44-58. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q639kmx>> Acesso em 25/11/2014.

ASSANGE, Julian et al. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARRETO, Virgínia Sá. *Comunidades Simbólicas: identificação imaginária, pactos e vínculos em telejornalismo*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de; SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais*. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n3hpt8y>>. Acesso em: 05/07/2014.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEIGUELMAN, Gisele; LA FERLA, Jorge. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. *Interatividade, hipertextualidade e multimídia no processo de convergência da cobertura de protestos pelo coletivo Mídia Ninja*. In Revista ALCEU, nº 28 – jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/khvmqmt>>. Acesso em 10/08/2014.

BITTENCOURT, Renato Nunes. *Espinosa e a crítica da política dos afetos tristes*. In: Achegas.net. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/l8uhh7z>>. Acesso em 21/03/2015.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BORGES, Altamiro. *A Ditadura da Mídia*. São Paulo: Associação Vermelho, 2009.

BRANNAND, Edna Gusmão Góes; MEDEIROS, José Washington de Moraes. *Dialogando com Jürgen Habermas*. João Pessoa: UFPB, 2006.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro : Zahar, 2006.

BRUNS, Axel. *Gatewatching, Not Gatekeeping: Collaborative Online News*. On-line. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k9mmpjd>>. Acesso em 11/09/2013.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANAVILHAS, João. *O novo ecossistema midiático*. BOCC, 2010. Disponível em <<http://tinyurl.com/k7p2jdu>>. Acesso em 05/09/2013.

_____. *Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010. Disponível em <<http://tinyurl.com/ltss2w8>>. Acesso em 08/01/2013.

CARVALHO, Kely Silva de. *As mídias radicais alternativas e o videoativismo: novas ferramentas de mobilização social*. In: Anais do SAL – UEG. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lvuuh5g>>. Acesso em 18/11/2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2013.

COSTA, Caio Túlio. *Ética, Jornalismo e nova mídia: uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COUTINHO, Eduardo Granja et al. (orgs.). *Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

DALMONTE, Edson. *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador: EDUFBA, 2009.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* / John D. H. Downing com a colaboração de Tamara Villareal Ford, Genève Gil, Laura Stein. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

_____. *Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais*. Matriz: 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mgquhat>>. Acesso em: 28/02/2015.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. *Interfaces jornalísticas, tecnologias e linguagens*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mdh2dwj>>. Acesso em 12/02/2015.

FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. *Panorama da mídia alternativa no Brasil e na América Latina*. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m3l8x8c>>. Acesso em 24/02/2014.

FERNANDES, Edson. *Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua*. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Contexto, 2012.

FILHO, Ciro Marcondes. *Comunicação e Jornalismo*. A saga dos cães perdidos. 2ª Edição, São Paulo: Hacker Editores, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, Suely. *Espaço, Ciberespaço, Hiperespaço*. Textos de Comunicação e Cultura, n. 42, UFBA, 2000, p. 105-113. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n6fj72q>>. Acesso em 18/04/2014.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONÇALVES, Antonio Cláudio Brasil; FRAZÃO, Sandra Moratti. *Drones no Ar e Ninjas nas ruas: os desafios do jornalismo imersivo nas mídias radicais*. Disponível em <<http://tinyurl.com/lxpsb9o>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

GUIMARÃES, Juarez. *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação*. São Paulo: Aleph, 2009.

JUNIOR, Jeder Janotti et al.. *Mediação & Mídia*. EDUFBA: Brasília: Compós, 2012.

KARAM, Francisco José Castilhos. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LEMO, André; PALÁCIO, Marcos (eds.). *As janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. *Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m46aktr>>. Acesso em 28/02/2015.

_____. *Cibercultura e Mobilidade*. A Era da Conexão. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ou6g7kb>>. Acesso em 16/10/2013.

_____. *Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais*. V. 1, p. 121-138. São Paulo, Matrizes, 2007. Disponível em <<http://tinyurl.com/msojhcq>>. Acesso em 02/07/2013.

_____. *Ciber-Cultura-Remix*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/2b5tjxy>>. Acesso em 15/08/2014.

_____. *Cibercultura Punk*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/4yrxwun>>. In: Revista Cult On-line. Acesso em 15/09/2014.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Jornalismo no Século XXI – O Modelo Mídia Ninja*. E-Book. 2014.

MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003. Disponível em <<http://tinyurl.com/kl94w7n>>. Acesso em 23/07/2013.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley Celi Moreira et al. (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre : Sulina, 2011.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a Rua: ciberativismo nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível em : <<http://tinyurl.com/pf29jy3>>. Acesso em 10/08/2014.

MALINI, Fábio. *Modelos de colaboração nos meios sociais da Internet: Uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo*. Disponível em <<http://migre.me/fjQ1Y>> Acesso em 02/07/2013.

_____. *A nova GRANDE MIDIA: a ecologia midialivrista brasileira no Facebook*. On-line, 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lw39o9k>>. Acesso em 10/08/2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza; RAMOS, Ernesto Lopes. *Ética: na virada do milênio: busca do sentido da vida*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1999.

MARICATO, Ermínia et al.. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MAZETTI, Henrique. *Mídia alternativa para além da contra-informação*. Intercom, 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m2nrcmu>>. Acesso em 20/10/2013.

MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe/ BIROLI, Flávia (orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

_____. *Por uma outra comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NORONHA, Ludmila. *Ativismo na internet – uma nova configuração de esfera pública*. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/md6wl39>>. Acesso em 05/07/2014.

OZÓRIO, Lúcia Lopes. *Objetividade jornalística: eis a questão!.* On-line. Disponível em: <<http://tinyurl.com/n9v7844>>. Acesso em 05/03/2015.

PAIVA, Claudio Cardoso de. D@niel na cova dos leões: Mídia Ninja no programa Roda Viva. In: Emília Barreto; Virgínia Sá Barreto; Claudio Cardoso de Paiva; Sandra Moura; Thiago Soares. (Org.). *Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014, v. 1, p. 44-58. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q639kmx>>. Acesso em 25/11/2014.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Liliane Aparecida Pellegrini. *Smart Mob*. 9º Interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pcz24j6>>. Acesso em 20/03/2015.

PERUZZO, Cicilia M. Krhohling. *Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)*. Matrizes, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kdll326>>. Acesso em 25/11/2014.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
_____. *Interações em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PRUDENCIO, Kelly. *Ativismo político on-line*. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. 2005. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m2o3mnm>>. Acesso em 02/03/2015.

RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão*. In SOSTER, Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino da (org.). *Metamorfoses Jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/o79t4s5>>. Acesso em 26/05/2013.

RODRIGO ALSINA, Miquel. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *A contemporaneidade como Idade Mídia*. Salvador, 2000. Disponível em <<http://tinyurl.com/p4ykfbu>>. Acesso em 12/07/2013.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano*. FAMECOS, nº 23. 2003. Disponível em <<http://tinyurl.com/moh8vl9>>. Acesso em 22/07/2013.

_____. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Fernando Firmino da. *Jornalismo e tecnologias da mobilidade: Conceitos e configurações*. Disponível em <<http://tinyurl.com/ky3bqqg>> Acesso em 02/07/2013.

_____. *Jornalismo live streaming: tempo real, mobilidade e espaço urbano*. Disponível em <<http://tinyurl.com/l8w4pcc>> Acesso em 29/06/2013.

_____. *Tecnologias móveis na produção jornalística: do circuito alternativo ao mainstream*. Disponível em <<http://tinyurl.com/kzqhfd7>> Acesso em 29/06/2013.

SILVA, Fernando Firmino da; RODRIGUES, Adriana Alves. *Jornalismo em mobilidade: redes sociais e cobertura de protestos “ao vivo” e da rua*. In: Emília Barreto; Virgínia Sá

Barreto; Claudio Cardoso de Paiva; Sandra Moura; Thiago Soares. (Org.). *Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014, v. 1, p. 44-58. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q639kmx>>. Acesso em 25/11/2014.

SILVA, Regina Helena Alves (org.). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVA, Rodolfo Pinto. *Agendamento intermediático na era do cidadão produtor de conteúdos*. Disponível em <<http://tinyurl.com/15lng8m>> Acesso em 25/06/2013.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. *Midiatização, a terceira descontinuidade do jornalismo*. BOOC, 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/jw426cb>>. Acesso em 14/08/2014.

SOUSA, Cidoval Moraes de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nybs7lf>>. Acesso em 07/01/2014.

SOUSA, Jorge Pedro. *Por que as notícias são como são?*. BOCC, 2002. Disponível em: <<http://tinyurl.com/otm753s>>. Acesso em 07/01/2013.

TARGINO, Maria das Graças. *Jornalismo cidadão: informa ou deforma?* Brasília: Ibict: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mottoll>>. Acesso em 02/07/2014.

TAVARES, Olga. *Jornalismo e convergência: possibilidades transmidiáticas no jornalismo pós-massivo*. Disponível em <<http://tinyurl.com/mg69o25>> Acesso em 26/06/2013.

TEIXEIRA, Regiane. *V de versões: do megafone às redes sociais, dos caras pintadas aos mascarados, o que mudou nos protestos de rua no país nas últimas cinco décadas*. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/qfdmmh3>>. Acesso em 21/03/2015.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORO A., Jose Bernardo. *Mobilização Social – um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTIM, Júlio. *A mobilidade das multidões: comunicação sem-fio, smart-mobs e resistência nas cibercidades*. 2005. Disponível em: <<http://tinyurl.com/p6rgtfw>>. Acesso em: 21/03/2015.

VAZ, Ana Lucia. *Jornalismo na correnteza: senso comum e autonomia na prática jornalística*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2013.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: Seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Vídeos da transmissão NINJA de 30 de junho de 2013:

Primeiro vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14854874>>.

Segundo vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14854921>>.

Terceiro vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855079>>.

Quarto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855280>>.

Quinto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855435>>.

Sexto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855449>>.

Sétimo vídeo (INDISPONÍVEL): <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14855547>>.

Oitavo vídeo (INDISPONÍVEL): <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856150>>.

Nono vídeo: <http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856162>.

Décimo vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856363>>.

Décimo primeiro vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14856505>>.

Décimo segundo vídeo (INDISPONÍVEL): <<http://tinyurl.com/nqjoar>>.

Décimo terceiro vídeo (INDISPONÍVEL): <<http://tinyurl.com/o4tsh2e>>.

Décimo quarto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14857678>>.

Décimo quinto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14857792>>.

Décimo sexto vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14857964>>.

Décimo sétimo vídeo: <<http://us.twitcasting.tv/midianinja/movie/14858117>>.